

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

LEITURAS DE PAISAGENS URBANAS: Um estudo de Araguaína - TO

AIRES JOSÉ PEREIRA

Uberlândia/MG

2013

AIRES JOSÉ PEREIRA

LEITURAS DE PAISAGENS URBANAS: Um estudo de Araguaína - TO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador (a): Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares

Uberlândia/MG

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P436l201 Pereira, Aires José, 1964-
3 Leituras de paisagens urbanas: um estudo de Araguaína - TO/ Aires

José Pereira. – 2013.

312f. : il.

Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

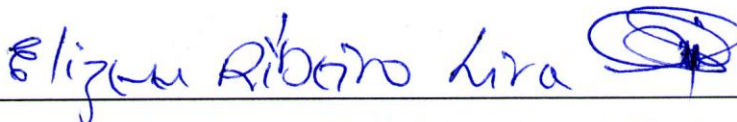
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Paisagem urbana-Araguaína(TO)–Teses.
3. Mobilidade urbana - Araguaína(TO)- Teses. I. Soares, Beatriz Ribeiro.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**Programa de Pós-Graduação em Geografia****AIRES JOSÉ PEREIRA**

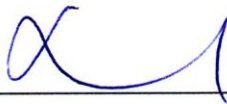
“LEITURAS DE PAISAGENS URBANAS: UM ESTUDO DE ARAGUAÍNA - TO”.

Prof.^a. Doutora Beatriz Ribeiro Soares - UFU


Prof. Doutor Elizeu Ribeiro Lira – UFT - TO



Professor Doutor Elias da Silva – UFT - TO



Prof. Doutor Samuel do Carmo Lima - UFU



Prof. Doutor Túlio Barbosa – UFU

Data: 23 / 04 de 2013Resultado: APROVADO COM DISTINÇÃO

AGRADECIMENTOS

O doutoramento é um processo complexo, demorado e árduo e como tal, exige a compreensão, ajuda mútua de muitas pessoas envolvidas diretas e indiretamente na longa caminhada. Desta forma os agradecimentos explícitos aqui são indiscutivelmente apenas uma maneira modesta de retribuir parte de nossa satisfação em contar com o apoio incondicional de Instituições, Órgãos e pessoas que não mediram esforços em nos ajudar. Assim nossos singelos agradecimentos:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Bolsa fornecida no período de 09 meses de permanência na UFU (março a novembro de 2011).

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por oferecer o Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER UFU/UFT).

À Universidade Federal do Tocantins (UFT), pelo afastamento de 09 meses no período compreendido entre março a dezembro de 2011.

Ao Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), pela disponibilidade e o convívio com acadêmicos e professores. Não se cita os nomes, pois várias pessoas contribuíram indiretamente para a realização do trabalho.

À Professora orientadora, Beatriz Ribeiro Soares, pelas palavras corretas nas horas certas, pelas orientações, pela coerência, profissionalismo, conhecimentos transmitidos, pela experiência, pelas correções, pela competência intelectual transmitida ao orientar-me, pela liberdade vigiada com o rigor científico, pelo muito que aprendi ora no *facebook*, ora por e-mail, ora por telefone ou presencial, e, principalmente por me fazer caminhar, nos momentos difíceis, pelos caminhos da pesquisa sem pensar em desistir.

Ao professor Samuel do Carmo Lima da UFU, pela excelente condução da coordenação do Programa DINTER-UFU/UFT.

Ao professor Jean Carlos Rodrigues da UFT, pela coordenação local do Programa DINTER-UFU/UFT.

Aos professores Carlos Rodrigues Brandão, Sílvia Carlos Rodrigues, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Marlene T. de Muno Colesanti, Samuel do Carmo Lima, Beatriz Ribeiro Soares, Sergio Fernandes Alonso, Roosevelt José Santos, que ministraram aulas em disciplinas ofertadas em Araguaína ou Uberlândia e que foram cursadas e

aproveitadas, para ampliarmos os conhecimentos em Geografia, Antropologia, Filosofia, entre outras áreas das ciências humanas e sociais.

Aos demais professores do Instituto de Geografia (IG) da UFU, que, em conversas de corredores nos possibilitaram ampliar nossas ideias acerca do conhecimento científico.

Aos professores da banca de qualificação de tese: Dr. Tulio Barbosa, Dr. Samuel do Carmo Lima e Dr^a Beatriz Ribeiro Soares (orientadora) pelas excelentes contribuições para melhoria do trabalho final, esclarecendo dúvidas, corrigindo erros e questionando alguns pontos obscuros da tese.

Aos professores avaliadores desta tese, cujas contribuições certamente irão melhorar a arte final da pesquisa.

Aos servidores do Instituto de Geografia, sobretudo aos secretários do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) Dilza e João, pelas informações e trâmites burocráticos.

Aos colegas professores do colegiado de Geografia do Campus de Araguaína: Alberto, Airton, Carlos, Elias, Fátima Lima, Jacira, Jean, Marcelo, Amanda, Roberto Antero, Luiz Eduardo, Suzete, Marivaldo, João Manoel, Severino Francisco de Oliveira Filho (*in memoriam*), Luciano, Rejane, Eliseu e todos os outros que já trabalharam no curso ajudando em seu crescimento, pois todos eles me ensinaram alguma forma diferente de ver, sentir, agir e estar no mundo, principalmente o acadêmico.

Ao professor José Manoel Sanches, do curso de Letras da UFT, pelas excelentes correções de texto e sugestões de ideias que coadunaram na melhoria do texto final, indiscutivelmente.

À professora Valéria Medeiros do curso de Letras da UFT, pelo abstract.

Aos colegas de Doutorado do Programa DINTER-UFU/UFT pelas oportunas conversas acadêmicas que sempre enriqueciam cada vez mais o nosso conhecimento, obrigado.

À minha mãe, Olga Maria dos Santos por tudo o que me ensinou, principalmente pela garra, esperança, perseverança, humildade, sinceridade, honestidade, entre outras qualidades que servem de suporte para minha vida. Minha mãe, um exemplo a ser seguido, muito obrigado.

A minha digníssima esposa, Maria das Dores Moreira Pereira, não apenas pela sua compreensão em meu tempo ausente neste período do Doutorado, mas pelos também 19 anos que caminhamos juntos, lutando em prol de dias melhores para todos nós.

Aos meus queridos filhos Cleydson Ayres Moreira e Adriadna Lispector Rodrigues Pereira, pela compreensão, carinho e amor.

Aos meus irmãos: Beloniro, Anízio, Dailsa, Ourias e Alecy pelo apoio e compreensão.

Aos tios Melorindo, Silson, Wilson, “Zeca”, “Lio” pelos ensinamentos e alegria de viver.

Aos familiares distribuídos por MT, GO, RO, SP e MG, pelo apoio e incentivo.

Aos meus grandes amigos que conquistei ao longo de minha vida: José Miranda, Concesso, Euzamar, João Manoel, Elias da Silva, Cosmo Damião, Marivaldo, Luciana, Jair, Fernando Sobrinho, Antonia Marília, Mirian, Jorge, José Adolfo Sturza, Sílvio Negri, José Tarifa, Sérgio Negri, Jeater, Paulo (LAPUR) Leida Maria, Denise Maria Sette, Ronei, Ivanildo José Ferreira, Edmar, Elzimar, Divino, Eurípedes (amigo supletivo) Nilza, Felex, Aldemar Cunha, Vanderlei Balbino, Roberto de Souza Santos, Roberto Santoro, Júlio Cesar Suzuki, Frank Svenson, Eliseu Brito, Elizeu Lira, Marcus Vinícios, Paulo (LAPUR), Fátima Nascimento, Waldeni, Manoel Sobrinho, Luciano, Dona Gilda, Juscelino, Edithé Dourado, Antonio, Ulisses de Holanda, Mauro, Cidinha Carvalho, Raul Nunes, Gilberto, José Bandeira, entre tantos outros aqui não mencionados, mas que estão guardados em meu coração.

Aos sujeitos de nossa pesquisa: professores, estudantes, corretor, agente de portaria, balconista, comerciário, bancário, psicólogo, atendentes de lanchonetes, instrutores de trânsito, vendedores, policiais, funcionários públicos, vigilantes, comerciantes, auxiliares administrativos, técnicos em enfermagem, professores aposentados, escritores, consultor técnico, eletricitário, operador de radiografia e advogados, pelas excelentes contribuições que nos deram por meio de suas valiosas opiniões acerca dos problemas urbanos de Araguaína abordados neste trabalho.

Muito obrigado a todos.

Dedico às três mulheres de minha vida: Olga Maria dos Santos (mãe); Maria das Dores Moreira Pereira (esposa) e Adriadna Lispector Rodrigues Pereira (filha), com carinho.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Paisagem do cerrado tocantinense.....	28
Fotografia 2 - Desfile nos anos 1960 – lembranças do passado.....	29
Fotografia 3 – Praça das Bandeiras anos 80 – Av. Castelo branco	29
Fotografia 4 - Paisagem urbana de Araguaína dos anos 1970.....	31
Fotografia 5 - Antiga praça das nações	31
Fotografia 6 - da Antiga Praça das Nações em Araguaína - TO	33
Fotografia 7 - Antigo posto paulista em Araguaína – TO: as paisagens se metamorfoseiam no tempo e no espaço	34
Fotografia 8 - Araguaína nos idos dos anos 1970	35
Fotografia 9 – Natividade/TO e sua paisagem arquitetônica	67
Fotografia 10 - Ruínas em Natividade – TO, uma paisagem do passado no presente.....	68
Fotografia 11 - Paisagem da construção da Capital Federal Brasília	88
Fotografia 12 - A construção da Capital Federal no Centro-Oeste	89
Fotografia 13 - Juscelino Kubitschek (4º da dir.) e a Senhora Sara (ao centro) em visita às obras da rodovia Belém-Brasília.....	96
Fotografia 14 - A rodovia BR 153 em construção	97
Fotografia 15 - A BR - 153 deixando sua marca no território.....	98
Fotografia 16 - Trabalhadores na obra da rodovia BR - 153	99
Fotografia 17 - Porto Nacional, cidade histórica de origem fluvial	113
Fotografia 18 - Contrastes do tempo na paisagem urbana.....	130
Fotografia 19 - Rua estreita no centro da cidade	131
Fotografia 20 - Placa, áreas e fossas sobre as calçadas	133
Fotografia 21 - Falta de espaço para o pedestre nas calçadas.....	133
Fotografia 22 - Residencial Jardim das Flores em Araguaína – TO	148
Fotografia 23 - Entulhos nas ruas do Residencial Jardim das Flores.....	149
Fotografia 24 - Vista de Araguaína a partir do Cristo à noite	152
Fotografia 25 - Vista de Araguaína do Cristo durante o dia.....	152

Fotografia 26 - BR – 153 – em Araguaína vista à noite.....	153
Fotografia 27 - BR – 153 em Araguaína durante o dia	153
Fotografia 28 – Falta de arborização nas ruas de Araguaína	154
Fotografia 29 - Retrato da falta de arborização em suas ruas	154
Fotografia 30 – Uma vista panorâmica da Marginal Neblina	155
Fotografia 31 - A Avenida Neblina Inundada em nov. de 2012	156
Fotografia 32 - Parque das Águas, uma paisagem atraente	157
Fotografia 33 - Um dos lugares mais bonitos: Parque das Águas.....	157
Fotografia 34 - O Lago Azul antes de seu esvaziamento.....	158
Fotografia 35 - Praça do Setor Noroeste em Araguaína – TO	159
Fotografia 36 - Praça do Setor Noroeste: Ponto de Encontro à noite.....	159
Fotografia 37 - Igreja São João Batista no Bairro São João	160
Fotografia 38 - Setor Tecnorte: belas paisagens de Araguaína - TO.....	160
Fotografia 39 - Praça das Bandeiras em outubro de 2011.....	161
Fotografia 40 - Praça dos Imigrantes, uma paisagem bonita	161
Fotografia 41 - (CAT) Centro de Atividades do Trabalhador	162
Fotografia 42 - Piscinas no Centro de Atividades do Trabalhador	164
Fotografia 43 – Escola do Centro de Atividades do Trabalhador	164
Fotografia 44 - Igreja Sagrado Coração de Jesus em Araguaína.....	165
Fotografia 45 - Aeroporto de Araguaína – TO antes da reforma.....	165
Fotografia 46 - Aeroporto de Araguaína – TO após a sua reforma.....	166
Fotografia 47 - Avenida José de Brito em Araguaína – TO	166
Fotografia 48 - Bela paisagem, Avenida José de Brito em Araguaína	167
Fotografia 49 - Campus da UFT antes do plantio da grama.....	167
Fotografia 50 - Campus da UFT – antes do “ajardinamento”	168
Fotografia 51 - Campus da UFT – CIMBA – Uma paisagem bonita	169
Fotografia 52 - Campus da UFT – CIMBA: Uma bela paisagem.....	169

Fotografia 53 - Cristo Redentor, em um dia meio nublado.....	170
Fotografia 54 - Cristo Redentor em um dia claro	171
Fotografia 55 - Cachoeirinha Véu de Noiva – Araguaína – TO.....	172
Fotografia 56 - Lago Azul antes de seu esvaziamento.....	173
Fotografia 57 - Passarela na Avenida Marginal Neblina.....	174
Fotografia 58 - Canteiros da Avenida Marginal Neblina	175
Fotografia 59 - Ruela na Feirinha no Bairro São João	179
Fotografia 60 - Entulho na calçada da Feirinha no Bairro São João	181
Fotografia 61 - Feirinha no Bairro São João em Araguaína - TO.....	183
Fotografia 62 - Entulhos nas calçadas: impedimentos à mobilização adequada dos pedestres.....	185
Fotografia 63 - Ruas e calçadas estreitas do Setor Vila Aliança	186
Fotografia 64 - Rua 02 de julho próximo ao CAT: Lixo e entulho	187
Fotografia 65 - A Construção territorial da Praça Dom Orione.....	188
Fotografia 66 - Rua sem calçamento em Araguaína	188
Fotografia 67 - Buracos nas ruas “asfaltadas” de Araguaína	189
Fotografia 68 - Ruas esburacadas, um cenário desolador	189
Fotografia 69 - Rua Intransitável em Araguaína - TO	191
Fotografia 70 - Um problema recorrente: calçadas desniveladas.....	191
Fotografia 71 - Lixo e entulhos numa Rua do Setor Maracanã.....	192
FOTOGRAFIA 72 - Setor Tereza Hilário: abandono público?.....	193
Fotografia 73 - Setor Tereza Hilário, nascente do córrego Raizal.....	193
Fotografia 74 – Uma cena horrível: Setor Tereza Hilário próximo à nascente do córrego Raizal.....	195
Fotografia 75 - Ocupação irregular no Rio Lontra.....	196
Fotografia 76 - Avenida Cônego João.....	200
Fotografia 77 – Av. Cônego João Lima, pulmão econômico da cidade	201
Fotografia 78 - Cavalgada na Avenida Cônego João Lima	202

Fotografia 79 - Cônego João Lima: um centro de compras	203
Fotografia 80 - Avenida Cônego João Lima à noite	203
Fotografia 81 - Avenida Cônego João Lima sendo revitalizada.....	204
Fotografia 82 - Revitalização na Avenida Cônego João Lima	205
Fotografia 83 - - Rua quase intransitável em função do lamaçal.....	206
Fotografia 84 - Ruas esburacadas, uma cena comum	206
Fotografia 85 - Ruas esburacadas com muita lama	207
Fotografia 86 - Malabarismo dos motoristas nos buracos das ruas	207
Fotografia 87 - Muro alto em Araguaína em 2011	213
Fotografia 88 - Muro alto em Araguaína como forma de “segurança”.....	213
Fotografia 89 - Fossas nas calçadas de um bairro de status social alto	224
Fotografia 90 - Três fossas na calçada em Araguaína - TO	225
Fotografia 91 - Irregularidade Urbana: Área em cima da calçada	234
Fotografia 92 - Área da casa no local da calçada no Bairro JK.....	235
Fotografia 93 – Uma “bica de água” caindo sobre a calçada	237
Fotografia 94 - Uma cena comum em Araguaína.....	238
Fotografia 95 - Araguaína: mesas, cadeiras e moto na calçada	239
Fotografia 96 - Marcas de uma cultura na paisagem urbana	241
Fotografia 97 - Predominância cultural na paisagem urbana.....	243
Fotografia 98 - Área da casa avançando por sobre a calçada	243
Fotografia 99 - O uso da calçada como garagem.....	244
Fotografia 100 - Queimadas urbanas: colocam fogo até na Praça	258
Fotografia 101 – Área de nascente atingida por Queimadas.....	260
Fotografia 102 - Mãos ardentes pelas queimadas urbanas.....	262
Fotografia 103 – Capim verde sendo queimado em Araguaína - TO	263
Fotografia 104 - Acessibilidade na Avenida Cônego João Lima	267
Fotografia 105 - Rua 1º de Janeiro, onde está a acessibilidade?	267

Fotografia 106 - Rua Ademar Vicente Ferreira, acessibilidade?	271
--	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área do Cerrado dentro do território brasileiro e distribuição espacial das classes de uso da terra no bioma no ano de 2002	84
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Araguaína no Estado do Tocantins	121
Mapa 2 Município de Araguaína em destaque no ano de 2010	123
Mapa 3 - Áreas com os pontos fotografados de Araguaína	145
Mapa 4 - Áreas mais bonitas na visão dos entrevistados	151
Mapa 5 - Áreas menos bonitas na visão dos entrevistados	1280

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico sobre o sexo dos entrevistados	139
Gráfico 2 - Gráfico sobre Grau de Escolaridade dos entrevistados	140
Gráfico 3 - Primeira paisagem mais bonita de Araguaína	145
Gráficos 4 - Segunda paisagem mais bonita de Araguaína	147
Gráficos 5 - Terceira paisagem mais bonita de Araguaína	148
Gráficos 6 - Sobre os muros altos da cidade de Araguaína	211
Gráfico 7 - Sobre as fossas nas calçadas da cidade de Araguaína	222
Gráficos 8 - apropriação do espaço público pelo uso privado	233
Gráficos 9 - sobre a Arborização urbana de Araguaína – TO	247
Gráfico 10 - Fiscalização e multas acerca das queimadas urbanas	257

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sobre as profissões dos entrevistados em 2011/2012	142
Tabela 2 - O Tempo de residência dos entrevistados em Araguaína – TO	144
Tabela 3 - Demonstrativo sobre qual é a paisagem urbana de Araguaína – TO que menos lhe agrada?	176
Tabela 4 - Demonstrativo sobre qual é a paisagem urbana de Araguaína – TO que os entrevistados mais lembram	197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACALANTO - Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense

ACIARA – Associação comercial e Industrial de Araguaína

CAT - Centro de Atividades do Trabalhador

DINTER - Doutorado Interinstitucional

EAD – Ensino à Distância

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica de Extensão Rural

FACDO – Faculdade Católica Dom Orione

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITPAC - Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos

NATURATINS - Instituto Natureza do Tocantins

PIN - Programa de Integração Nacional

PIPES - Pedro Iran Pereira Espírito Santo

POLAMAZÔNIA - Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

I PND - Primeiro Plano nacional de Desenvolvimento

PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro Para o Desenvolvimento do Cerrado

PRODIAT - Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia-Tocantins

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste

SUDAN - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal

UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE PAISAGEM URBANA	23
1.1 – O conceito de paisagem.....	23
1.2 - O conceito de Paisagem no cenário geográfico	35
1.3 – Uma leitura sobre a paisagem urbana	47
1.4 - Uma leitura da dinâmica metodológica aplicada ao trabalho em construção	54
2 – A CONSTRUÇÃO DO TOCANTINS E SUAS PAISAGENS.....	63
2.1 – A mineração no processo de ocupação de Goiás	63
2.2 – Os programas do Governo Federal para a ocupação do cerrado brasileiro e da Amazônia Legal	72
2.3 – A construção de Brasília como eixo estruturador de ocupação do interior do Brasil.....	87
2.4 – A construção da BR – 153 e o novo impulso ao crescimento econômico de Araguaína	94
2.5 – A fragmentação territorial de Goiás e a criação do Tocantins	106
2.6 – A consolidação da sociedade urbana tocantinense	110
2.7 – A construção das paisagens urbanas de Araguaína no tempo/espço	115
3 – A EXPRESSÃO DA PAISAGEM URBANA DE ARAGUAÍNA NA VISÃO DE SEUS MORADORES	137
3.1 – “A paisagem na entrada da cidade, da cachoeirinha Véu de Noiva, do Parque das Águas e do Cristo faz bem aos olhos”	145
3.2 – “As ruas esburacadas, pois dão uma sensação de desconforto, tanto no olhar quanto ao dirigir”	175
3.3 – Uma construção coletiva do imaginário topofílico e topofóbico do cidadão araguainense	195

4 – ENTRAVES E RUGOSIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARAGUAÍNA – TO: em busca de uma maior sustentabilidade	207
4. 1 – Os muros altos de Araguaína e o discurso de “ <i>segurança</i> ”	209
4. 2 – As fossas nas calçadas na construção do cenário urbano de Araguaína	220
4. 3 – Apropriação do espaço público pelo uso privado	231
4. 4 – A arborização em Araguaína: seus limites e possibilidades.....	245
4. 5 – As queimadas urbanas em Araguaína e a qualidade de vida	256
4. 6 – É possível humanização da mobilidade urbana em Araguaína – TO?.....	265
CONCLUSÕES.....	274
REFERÊNCIAS.....	280
APÊNDICES.....	292
ANEXOS	302

Resumo – Para compreender o conceito de paisagem reinante hoje entre e nas várias ciências, bem como, nas artes, na filosofia e no senso comum, é interessante que se estude a sua *história* tanto temporal como espacial e como as sociedades em sua *intimidade* têm debruçado seus olhares sobre ela. Desta forma, trabalharemos a realidade paisagística urbana de Araguaína – TO, verificando seus traços culturais herdados de seus antepassados, por meio de fotografias e entrevistas com alguns de seus moradores. Autores tais como Maximiano, Santos, Carlos, Venturi, Leite, Tuan, Landim, Razaboni, Corrêa, Marchezini, Bertrand, Damiani e Relph, entre outros, são de fundamental importância no embasamento teórico do tema em discussão, principalmente no primeiro capítulo. Ainda no primeiro capítulo trabalharemos a metodologia literalmente pela pesquisa qualitativa, que norteará a tese em si. No segundo capítulo procuraremos discutir a construção do território tocantinense e suas paisagens a partir do cenário criado pela mineração evidenciada em terras goianas no século XVIII - período de seu auge - bem como em suas decadências, verificando as alternativas encontradas na criação extensiva do gado, como forma de sobrevivência de sua população e as marcas impressas na construção de suas paisagens e a consolidação territorial do Tocantins. Entre outros autores, destacamos Lira, Assis, Aquino, Valverde, Martins, Duarte, Ferrari, Mesquita, Vinhal, Ajara, Parente, Cavalcante, Vesentini para compreendermos esse processo histórico da formação territorial tocantinense, evidenciando as políticas públicas federais que atuaram diretamente nessa organização espacial, como os planos governamentais, a construção de Goiânia, Brasília e grandes rodovias. Compreender a paisagem urbana de Araguaína como parte de todo um processo histórico, econômico, ético e cultural dessa organização espacial, observando as entrevistas feitas com os moradores, é o principal objetivo do capítulo III. No capítulo IV discutiremos os entraves e rugosidades do desenvolvimento urbano de Araguaína e suas paisagens. Os problemas dos muros altos, fossas nas calçadas, apropriação do espaço público pelo uso privado, a falta de arborização urbana, as queimadas urbanas, a questão da mobilidade urbana e a ausência de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais serão abordados à luz da teoria e por meio também de falas dos entrevistados. Por fim, nas considerações finais, faremos algumas proposições urbanistas para uma cidade com maior sustentabilidade.

Palavras – Chave: Paisagem urbana - mobilidade urbana – sustentabilidade – Araguaína

Summary – In order to understand the dominant concept of landscape today among and within the various sciences, as well as in arts, philosophy and common sense, it is interesting to study their history both temporally and spatially and also how societies in their intimacy have seen it with their own eyes. Thus, we will investigate the urban landscape reality Araguaína - TO, verifying their cultural traits inherited from their ancestors, through photographs and interviews with some of its residents. Authors such as Maximiano, Santos, Carlos, Venturi, Leite, Tuan, Landim, Razaboni, Corrêa, Marchezini, Bertrand, Damiani e Relph, among others, are of fundamental importance concerning the theoretical basis of the subject under discussion, especially in the first chapter. In the first chapter the methodology will deal basically with qualitative research, which will guide the thesis itself. In the second chapter we will aim at discussing the construction of Tocantins territory and its landscapes from the scenario created by mining evidenced in Goiás lands in the eighteenth century (its golden period) as well as through decadence. The alternatives found for extensive cattle breeding as a form of survival of its population and the marks printed on the construction of its landscapes and the territorial consolidation of Tocantins. For such purpose we highlight the works of the following authors: Lira, Assis, Aquino, Valverde, Martins, Duarte, Ferrari, Mesquita, Vinhal, Ajara, Parente, Cavalcante and Vesentini to understand the historical process of Tocantins territorial formation, throwing light on the federal public policies that acted directly in this spatial organization, such as the government plans, the construction of Goiania, Brasilia and major highways. The main objective of Chapter III is to understand the urban landscape of Araguaína as part of an entire historical, economical, ethical and cultural process of organization of this space, through interviews with the population. Throughout chapter IV the obstacles and the roughness of the urban development of Araguaína and its landscapes will be discussed. Problems such as high walls, pits in the sidewalks, appropriation of public space for private use, lack of urban forestry, urban fires, the issue of urban mobility and lack of accessibility to people with special needs will be addressed under the light of theory and also half of the interviewees' statements. Finally, in the concluding remarks we will provide the city planners some urban proposals with greater sustainability.

Keywords: Urban landscape - Urban mobility - Sustainability – Araguaína.

INTRODUÇÃO

Compreender a formação da paisagem urbana de Araguaína – TO como resposta às ações humanas, conjuntamente com os seus aspectos físicos, lembrando que estas têm relações intrínsecas com a cultura, política, economia e ética das pessoas do local, além das influências exercidas externamente por meio do processo histórico de sua ocupação ininterrupta em sua construção é o objetivo desta pesquisa, tendo em vista que as paisagens urbanas de Araguaína têm influências internas e externas em sua conformação concreta. É importante observar que a mesma representa a concretude e, ao mesmo tempo, abstração do pensamento das pessoas que fazem parte deste cenário.

Para entender o conceito de paisagem nas várias ciências, bem como, nas artes, na filosofia e no senso comum, é importante que se estude a “*história*” tanto temporal como espacial e como as sociedades em sua “*intimidade*”, em seu arranjo espacial, em suas maneiras de pensar e agir no mundo têm debruçado seus olhares sobre ela. Trabalhamos a realidade paisagística urbana de Araguaína – TO, verificando seus traços culturais, as relações sociais, éticas e estéticas e as políticas herdadas de seus antepassados, por meio de fotografias e entrevistas com alguns de seus moradores. É importante lembrar que a metodologia aplicada neste trabalho está explícita no final do primeiro capítulo, bem como, no próprio processo de construção em si, de seus respectivos capítulos.

No Capítulo I trabalhamos o conceito de paisagem e especificamente para a ciência geográfica. Também discutimos as abordagens sobre paisagem no Brasil. Depois adentramos na paisagem urbana propriamente dita, verificando os principais autores que abordam essa temática, entre os quais podemos destacar: Maximiano, Santos, Carlos, Venturi, Leite, Tuan, Landim, Razaboni, Corrêa, Marchezini, Bertrand, Damiani, Relph, entre outros.

Salientamos que a leitura de paisagens urbanas requer um embasamento teórico profícuo para melhor entendermos as práticas sociais cotidianas que perfazem a construção do cenário evidenciado pela pesquisa empírica. Desta maneira, os autores citados e utilizados nesta tese têm relevância no processo de produção do conhecimento científico aqui proposto.

Também discutimos a pesquisa na práxis do fazer o conhecimento geográfico embasando-nos em vários artigos publicados no livro Geografia e Pesquisa Qualitativa, organizado pelos professores Vera Lúcia Salazar Pessoa e Júlio Cesar de Lima Ramires, pois são textos que orientam a prática da pesquisa qualitativa. Portanto é um livro que ajuda no norteamento da pesquisa, embasando-nos teórica e praticamente no laborar a ciência geográfica.

O segundo capítulo II tem por objetivo discutir a construção do Tocantins e suas paisagens a partir do cenário criado pela mineração evidenciada em terras goianas no século XVIII, período de seu auge, bem como em sua decadência. As alternativas encontradas por meio de criação extensiva do gado, como forma de sobrevivência de sua população e as marcas evidenciadas na construção de suas paisagens também são importantes para se entender parcialmente a construção territorial do Tocantins.

Ainda no segundo capítulo discutimos o território tocaninense e suas paisagens, percorrendo autores que registraram a sua história desde o período da mineração até os dias atuais, tais como: Lira, Assis, Aquino, Valverde, Martins, Duarte, Ferrari, Mesquita, Vinhal, Ajara, Parente, Cavalcante, Vesentini, etc.

Esses autores nos auxiliaram a compreensão da formação territorial do Tocantins ao longo de seu processo histórico, bem como das políticas dirigidas no/para o seu processo de ocupação. Programas, incentivos e isenções fiscais aos grandes proprietários de terras, construção de rodovias e ainda e a construção de Goiânia, Brasília e Palmas que influenciaram decisivamente a ocupação territorial do Tocantins.

Discutimos os processos econômicos de produção e organização do espaço geográfico tocaninense, tais como a mineração, a pecuária, a agricultura e os meios de transportes que possibilitaram a circulação de mercadorias como a hidrovia e a rodovia.

Ainda no segundo capítulo verificamos a própria construção de Brasília, de Goiânia e de Palmas, além da rodovia Belém Brasília e a BR-153 que ajudaram a consolidar a sociedade urbana tocaninense e serviram como eixos estruturadores da ocupação do interior do Brasil. Discutimos o processo de fragmentação do Estado de Goiás e a criação do Estado do Tocantins, bem como a consolidação da sociedade urbana tocaninense. Buscamos também compreender a paisagem urbana de Araguaína no tempo/espaço levando em consideração os vários momentos de sua construção histórica

espacial. Enfim, vimos à construção das paisagens urbanas de Araguaína no tempo/espço por meio de sua formação espacial.

O processo histórico de sua ocupação foi relevante na compreensão dessa organização espacial araguainense e também debatemos a consolidação de Araguaína como centro regional de serviços, levando em consideração o impulso que as rodovias BR - Belém-Brasília e a TO - 222 a cidade em si, redirecionando ao crescimento econômico.

O objetivo principal do terceiro capítulo é entender a formação da paisagem urbana de Araguaína como fazendo parte de todo um processo histórico, econômico e cultural dessa organização espacial, observando as entrevistas feitas com os moradores. Os moradores opinaram afirmando sobre quais as paisagens que eles mais gostam e as que eles menos gostam em Araguaína. Nesse contexto trabalhamos então com a ideia de Topofilia e Topofobia apontadas por eles de forma indireta.

Neste capítulo foi necessário buscar os referenciais teóricos sobre paisagem urbana para associá-los à prática e à pesquisa empírica em si. É aqui que discutimos a paisagem urbana propriamente dita de Araguaína levando em consideração as teorias e as falas dos entrevistados. Foi um dos momentos relevantes da tese, pois visou justamente entender a razão primordial da paisagem urbana ter as suas características que lhe são peculiares.

Os entrevistados foram os sujeitos principais nesta abordagem geográfica que leva em consideração o espaço vivido, sentido, percebido, agido e produzido de acordo com as condições históricas, culturais, econômicas e naturais.

No capítulo IV discutimos os entraves e rugosidades do desenvolvimento urbano de Araguaína e suas paisagens. Os problemas dos muros altos, fossas nas calçadas, apropriação do espaço público pelo uso privado, a falta de arborização urbana, as queimadas na cidade, a questão da mobilidade urbana e a ausência de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais serão abordados à luz da teoria e por meio também de falas dos entrevistados. Por fim, nas considerações finais fizemos algumas proposições urbanísticas para uma cidade com maior sustentabilidade.

Poucos são os trabalhos acadêmicos voltados para a compreensão do fenômeno urbano sob a égide de leituras de paisagens urbanas, e, em se tratado de uma cidade do interior do Estado do Tocantins, a escassez é ainda maior. Desta maneira, estudos acadêmicos que focalizam o trabalho com a categoria paisagem, verificando como acontecem as territorialidades no lugar, no território, no espaço geografizado por meio dos

cenários criados pelo laborar humano, levando-se em consideração o aspecto físico onde a cidade está situada, bem como, a economia, a cultura, as relações sociais e a ética dessa construção espacial, fazem-se necessários para melhor entendermos essa realidade para melhor nos organizarmos nela como seres humanos e sociais.

“Leituras de Paisagens Urbanas: um estudo de Araguaína” é uma pesquisa acadêmica que suprirá a lacuna existente entre o produzir o espaço geográfico araguainense e as análises científicas sobre essa produção espacial, por meio de suas paisagens urbanas. A ciência não tem sentido se não estiver a serviço da sociedade que a sustenta, por exemplo, pagando seus impostos. Neste sentido, os trabalhos acadêmicos devem se voltar para a realidade em busca de melhores soluções aos problemas existentes neste local onde eles estão inseridos. Assim sendo, esta tese, além de ser uma exigência acadêmica, busca também, compreender a produção do espaço urbano araguainense em seu contexto histórico, político, social, cultural e ético, por meio de suas paisagens urbanas apontadas pelos entrevistados, que por sua vez, fazem considerações importantes sobre a realidade então estudada.

Os problemas urbanos existentes em Araguaína podem ser mitigados a partir do momento em que o poder público consciente de seu trabalho e sociedade consciente de si, de seus direitos e deveres como ser social, se unirem em prol de uma cidade com maior sustentabilidade social e ecológica. Portanto, este trabalho servirá como fonte de pesquisa e de ação aos moradores e poder público. Quando nos referimos aos moradores, podemos destacar as associações de moradores de bairros, clubes de serviços, como exemplos, entre outros.

A metodologia utilizada nesta tese está bem explícita no próprio trabalho em si. Quer dizer, ao se tecer a tese, se tece também a metodologia por meio dos caminhos percorridos no laborar/executar a pesquisa empírica e teórica. Mesmo porque trabalhamos com a pesquisa qualitativa onde os sujeitos da pesquisa são fundamentais no entendimento e compreensão dos elementos constitutivos da análise. Desta maneira, trabalhamos no primeiro capítulo, como já dissemos a parte teórica desta tese, no entanto, também elaboramos no final do referido capítulo um subitem denominado: *“uma leitura da dinâmica metodológica aplicada ao trabalho ora em construção”*. Nesta parte da tese encontra-se todo o respaldo metodológico tanto no fazer a metodologia propriamente dita (sua descrição), como também, a teorizamos com auxílio de vários autores que usam da pesquisa qualitativa para fazer/produzir o conhecimento científico.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE PAISAGEM URBANA

1.1 - Conceitos de Paisagem

Para entender o conceito de paisagem reinante hoje entre as várias ciências, bem como, nas artes, na filosofia e no senso comum, é interessante que se estude a sua “*história*” tanto temporal como espacial e como as sociedades em sua “*intimidade*” têm debruçado seus olhares sobre ela. Conforme Landin (2004).

À medida que o homem se defronta com a natureza pelos mais variados motivos e a modifica de alguma forma, ocorre entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnicas etc. cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico. Assim, com a produção humana há produção do espaço, da paisagem, sendo esta, resultado de todo um contexto histórico na qual está inserida. Contexto esse representado pelas diferentes formas materiais e técnica de produção. (LANDIM, 2004, p.48).

De acordo a citação, o conceito de paisagem estará diretamente relaciona do ao ambiente cultural, histórico, espacial, estético, ético e étnico de um povo, ou mesmo de um indivíduo dentro de uma coletividade maior. Neste sentido vale até citar uma frase eternizada por Raul Seixas que dizia: “*cada cabeça é um universo*”. Razaboni (2008) nos diz também que “*Interpretar a realidade geográfica é fazer a leitura das marcas que a sociedade imprime em seu meio na organização dos espaços e na criação de suas paisagens*”. Por outro lado,

Vale destacar que a relação entre o homem e a natureza se dá pelo modo como a sociedade se organiza para acessar e utilizar os recursos materiais e energéticos disponibilizados nas paisagens, ou seja, a apropriação das paisagens pelo indivíduo se dá por meio da atividade socioeconômica dominante, seja ela contemplativa ou materialmente intervencionista. E isso pode ser analisado de forma relativamente objetiva. (FERREIRA, 2010, p.189).

No entanto, a interpretação da paisagem geográfica não é tão simples como aparenta ser aos olhos mais atentos. É preciso nos educar na interpretação analítica da paisagem. Sua leitura minuciosa requer mais do que apenas ponto de vista divergente sobre si. Segundo Razaboni (2008),

Da mesma forma que precisamos aprender o significado dos códigos da escrita para que possamos fazer a leitura e interpretação de um texto escrito, para decodificar a paisagem também é preciso aprendizado que envolve o desenvolvimento de diversas habilidades tais como: observação atenta, indagação, comparação, descrição, reflexão, análise e identificação, para se construir uma compreensão do mundo através da paisagem. (RAZABONI, 2008, p.02).

Além disso, a ideia de paisagem cultural, aquela criada pelo trabalho humano e suas tecnologias evolui desde os primórdios da humanidade até os dias atuais. Essa paisagem se transforma, passa por mudanças drásticas, de acordo com os interesses vigentes nesta ou naquela sociedade. Isto significa dizer que esses interesses nem sempre são da sociedade como um todo. Há, por trás desta ou daquela sociedade, sempre um grupo minoritário que domina as ações empreendidas na construção deste ou daquele espaço, (re) modelando a paisagem.

No entanto, é interessante observar o que nos diz Razaboni (2008, p.02): “*no meio geográfico, parece bastante consensual que através da paisagem encontramos as marcas da sociedade e na sociedade a influência da paisagem. O homem e a paisagem se fundem no processo da vida humana com seu meio*”. Então, a paisagem reflete o trabalho do homem em sua produção e é ela também, reflexo do modo de produção do espaço geográfico. Para Souza (2005),

O espaço geográfico não é um simples “dado” sem maior importância para a vida social. O espaço social é, ao mesmo tempo, um *produto* das relações sociais, e um *condicionador* dessas mesmas relações. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subsequentes. Aquilo que, em linguagem mais técnica, corresponde ao *substrato social*, ou seja, as formas espaciais concretas, materiais (um campo de cultivo, o solo urbano, etc.), representa tanto um produto da sociedade quanto um condicionador das relações sociais na medida em que: a) não é qualquer coisa que se pode fazer com qualquer estrutura espacial, e uma estrutura produzida por determinadas relações sociais para atender determinados interesses pode não se prestar para satisfazer adequadamente outros propósitos; b) a produção do espaço de uma determinada maneira exclui outras possíveis alternativas, algumas vezes até em caráter permanente, seja devido ao elevadíssimo custo (financeiro e, mais amplamente, para a sociedade) de se reestruturar inteiramente o espaço, seja devido à destruição, muitas vezes irreparável, do patrimônio cultural ou histórico-arquitetônico. Mas... não é só o espaço em seu sentido material que condiciona as relações sociais! Também as relações de poder projetadas no espaço (espaço enquanto *território*) e os valores e símbolos culturais inscritos no espaço (espaço como espaço vivido e sentido, dotado de significado pelos os que nele vivem), tudo isso serve de referência para as relações sociais; barreiras e fronteiras físicas ou imaginárias; espaços naturais ou construídos que, por razões econômicas, políticas ou culturais, resistem ao tempo e às investidas modernizantes; imagens positivas ou negativas associadas a certos locais. (SOUZA, 2005, p. 99 -100).

A produção do espaço urbano de Araguaína não foge a essa “*regra*”. Ele se assemelha em alguns aspectos ao que foi descrito por Souza, mas em função de sua forma peculiar de organização, possui suas particularidades como veremos ao longo deste trabalho, onde seus sujeitos tiveram a oportunidade de se manifestar. A dialética entre os produtores do espaço urbano e, conseqüentemente, de sua paisagem está presente em todo o processo em si, obedecendo às características peculiares do lugar e, ao mesmo tempo, em “*consonância*” com o mundo externo, principalmente pela incorporação de novas técnicas que acabam interferindo direta ou indiretamente na conformação urbana desse espaço citadino construído paulatinamente. As reflexões de Leite (1994) nos ajudam a esclarecer esta questão. Para ela,

A paisagem de cada um dos muitos lugares que compõem uma região é o resultado da interação entre todos os processos de organização do território, que se exercem sobre esses lugares ao longo do tempo. O processo evolutivo que caracteriza o desenvolvimento desses lugares é um processo dialético de adequação entre relações tempo/espaço/necessidades sociais. O entrelaçamento dessas relações termina por definir conjuntos de lugares que, embora inicialmente fossem considerados independentes entre si, adquiriram, com o tempo, uma característica de integração ou complementaridade, que impede que se expliquem em si mesmo. (LEITE, 1994, p. 94).

O homem, por meio de sua ação produz sua própria existência ao transformar a primeira natureza em natureza humanizada e esta possui uma espécie de identificação com quem a construiu. Quando nos referimos que esta possui certa identificação com quem a construiu, referimo-nos a natureza humanizada, pois o processo de construção do espaço geográfico envolve as relações que o homem estabelece com o seu meio. O meio é transformado pelo homem de acordo com seu próprio jeito de ser, ou seja, a paisagem construída pelo trabalho do homem tem algo a ver com seu construtor. O criador e a criatura se fundem nesse processo ininterrupto de construção espacial. Conforme assegura Ferreira (2010),

A paisagem resulta de uma evolução, funciona por meio de uma dinâmica muito complexa e se manifesta por meio de uma arquitetura sensorialmente perceptível. Ela é composta de objetos naturais misturados com outros resultantes do trabalho humano. Alguns processos participantes do funcionamento das paisagens podem ser medidos, monitorados matematicamente, mas outros são subjetivos e jamais serão entendidos objetivamente. Os modelos de interpretação até então propostos tentam envolver uma grande variedade de processos físico-naturais e esbarram em desafios surgidos diante das tentativas de consideração das modificações impostas em função da necessidade de subsistência humana,

questões de ordem econômica, social, política, cognitiva, simbólica ou religiosa das populações. (FERREIRA, 2010, p.204).

Há, também, como afirma Ferreira, na produção do espaço geográfico e, conseqüentemente, na modelação da paisagem cultural/humana, a necessidade da subsistência humana. Os moradores dos morros do Rio de Janeiro vivem ali não porque é bonito paisagisticamente falando ou porque eles querem. Moram em função da necessidade da reprodução da própria vida humana. Moram porque não tem outro local para habitar. O mesmo acontece com os moradores de áreas que inundam no período chuvoso em muitas cidades brasileiras. Em Araguaína não é diferente. Existem muitas pessoas ocupando áreas de riscos. Pessoas ocupando nascentes e margens de córregos e quando a chuva cai, inunda tudo. Desta forma, essa construção da paisagem passa indiscutivelmente pela questão econômica e social. Ferreira (2010) nos afirma que:

Muitos progressos já foram alcançados no sentido da proposição de metodologias e técnicas de representação e entendimento da estrutura da paisagem, incluindo seus constituintes em níveis diversos de integração. Entretanto, o compromisso de entender definitivamente a ordem funcional dos sistemas naturais integrados segundo seus padrões de regularidade ou aleatoriedade em diferentes graus de humanização ainda permanece como um grande desafio. (FERREIRA, 2010, p. 204).

De fato, em cada sociedade a interpretação deste ou daquele conceito será de acordo com seus próprios princípios, sua própria história, sua própria cultura, por assim dizer. A paisagem então se relaciona indiretamente com quem a faz e com quem apenas a observa. Essa observação é um aprendizado constante ao observante, pois de acordo com sua formação técnico-científica ele vai aprimorando cada vez mais seu olhar. O olhar observante de um acadêmico da geografia difere e muito da observação de outros acadêmicos que fazem outros cursos, por exemplo. Então, ao aprender geografia, o observante compreende de forma mais contundente as nuances de uma paisagem. Assim,

O aprendizado de geografia se relaciona de forma íntima com a leitura e interpretação da realidade através da organização espacial e das suas paisagens porque nelas se inserem as sociedades humanas e na interação com as mesmas construímos nosso estilo de vida. (RAZABONI, 2008, p.02).

É evidente que aqui estamos falando de paisagem cultural, paisagem humanizada, paisagem simbólica, paisagem construída à sua imagem. Sabemos que esta paisagem recebe influência maior ou menor do meio ambiente natural de acordo com as técnicas aí inseridas. Explicando melhor, de acordo com as técnicas que uma dada sociedade possui para intervir numa realidade ambiental “X”, ela constrói mundos diferentes de outros mundos que possuem menos técnicas. As técnicas utilizadas em Tóquio no Japão, por exemplo, possibilitam a armazenagem de água pluvial para não ocasionar grandes enchentes. Há toda uma engenharia que possibilitou aos japoneses essas mudanças interessantes para que não sofram danos causados pela enchente. Segundo Ferreira (2010),

A busca de compreensão acerca da dinâmica interna das paisagens quase sempre esbarrou na necessidade de observações complexas e permanentes de todos os seus componentes. Apesar do importante desenvolvimento verificado nas técnicas de monitoramento e nas tecnologias de representação cartográfica, o alcance de modelos mais completos que traduzam a complexidade da dinâmica integrada do ambiente ainda é questão não resolvida. (FERREIRA, 2010, p. 205).

Acreditamos que a paisagem pode representar formas diferenciadas aos olhares dicotômicos que as veem. Ou seja, cada ser humano, de acordo com suas “lentes” fotográficas, enxerga uma paisagem de forma diferente de outra pessoa. Além disso, a evolução do homem enquanto ser social vai “*contornando*” a sua forma de percepção da paisagem e ela está presente em sua memória desde os primórdios da humanidade. Para Maximiano (2004),

A noção de paisagem está presente na memória do ser humano antes mesmo da elaboração do conceito. A ideia embrionária já existia na observação do meio. As expressões desta memória e da observação podem ser encontradas nas artes e nas ciências de diversas culturas, que retratavam inicialmente elementos particulares como animais selvagens, um conjunto de montanhas ou um rio. As pinturas rupestres são uma referência para esta percepção direcionada a alguns componentes do ambiente. (MAXIMIANO, 2004, p. 84).

Como se vê, as expressões culturais de um povo já são por si só, manifestações da própria percepção das paisagens que são criadas ou potencializadas pelo homem. Quando afirmamos criadas, estamos nos referindo aos edifícios, às casas, pontes, indústrias, etc. que o homem cria ao longo de sua história enquanto ser social. É sempre uma construção que “*recolhe*” identidades do passado e as combina com o presente em novas construções, obedecendo ou não, ao meio físico e à própria cultura de seu povo. Quando nos referimos

às paisagens “*potencializadas*”, queremos dizer que a própria natureza é uma paisagem (natural) e o homem dá o seu toque social nessa paisagem, “*organizando-a*” de acordo com sua cultura, seu jeito de pensar, sentir, agir, viver e ser. Conforme Guimarães (2002),

À medida que os grupos culturais reencontram seus espaços como um prolongamento da própria identidade dos seus habitantes, estas relações são intensificadas, interiorizadas, gerando processos combinados e simultâneos de construção, destruição e recuperação da paisagem, de natureza diversificada. Sob esta ótica, todas as paisagens são heranças em vários sentidos, seja como realidade terrestre ou realidade cultural, transformadas a todo instante, de maneira contínua, ao longo dos tempos. (GUIMARÃES, 2002, p. 120).

Fotografia 1- Paisagem do cerrado tocantinense



Fonte: www.secom.to.gov.br. Notícia/2010. Acesso em 25 de fevereiro de 2013

A fotografia 01 nos mostra o cerrado tocantinense em sua forma mais próxima ao natural. Quer dizer, sem muitas alterações antrópicas. Mas, com o advento de sua ocupação humana, este cenário está passando por constantes transformações socioeconômicas e culturais, mesmo porque, ao longo da história da humanidade vários modos de produção foram erguidos e sucumbidos tempos depois, mas deixaram suas marcas na paisagem. Na fotografia 02 podemos ver como era bem rudimentar a Avenida Cônego João Lima próximo à Praça das Bandeiras, no centro de Araguaína - TO.

Fotografia 2 - Desfile nos anos 1960 – lembranças do passado



Fonte: Arquivo Pessoal de Ulisses de Holanda

Assim sendo, o modo de produção também faz paisagem, indiscutivelmente. A paisagem “X” ou “Y” de um dado lugar estará diretamente relacionada à própria percepção que o homem tem de si e de seu lugar. Há sempre uma interação entre o homem e a paisagem que ele mesmo construiu. Essa relação é estreita e envolve significados simbólicos, humanos, naturais e espirituais. Na opinião de Santos (1988),

A paisagem tem, pois, um movimento que pode ser mais ou menos rápido. As formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais etc. A técnicas tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais. A paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental, as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico das técnicas, cuja era revela; mas ela não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis. (SANTOS, 1988, p. 69).

Fotografia 3 – Praça das Bandeiras anos 80 – Av. Castelo branco



Fonte: Arquivo pessoal de Luiz aparecido

A fotografia 03 já nos mostra a Praça das Bandeiras nos anos 1989, nos possibilita observar as transformações que ocorreram no local em uma década, O laborar humano a transformando as paisagens urbanas de Araguaína. Desta maneira, a organização da sociedade humana constrói e reconstrói paisagens diversas que “*satisfazem*” seus desejos momentâneos, uma vez que a dinâmica da produção espacial temporaliza os interesses das pessoas de acordo com os momentos vividos por elas e de acordo com seus recursos econômicos e suas condições culturais, por assim dizer. Conforme Razaboni (2010),

A experiência humana se dá na construção dos espaços e na interação com a paisagem. A compreensão da organização espacial criada e recriada por uma sociedade passa por uma leitura da paisagem que implica um processo de decodificação dos elementos, símbolos e significados nela expressos. (RAZABONI, 2008, p, 01).

A paisagem não é apenas um frenesi de contemplação. A paisagem é símbolo, é construção, é natureza “*pura*” e “*recriada*” pelo trabalho do homem. A paisagem é uma leitura que o próprio homem faz de si e da natureza levando-se em consideração sua técnica, cultura, economia, espiritualidade, etc. Landim (2004) comenta que “*a paisagem consiste num conjunto heterogêneo de formas em razão da diversidade e da multiplicidade das relações: homem-homem, homem-meio ambiente, em dado espaço e em cada tempo*”. Por seu turno, Guimarães (2002) comenta que:

Os grupos culturais reencontram seus espaços como um prolongamento da própria identidade dos seus habitantes, estas relações são intensificadas, interiorizadas, gerando processos combinados e simultâneos de construção, destruição e recuperação da paisagem, de natureza diversificada. Sob esta ótica, todas as paisagens são heranças em vários sentidos, seja como realidade terrestre ou realidade cultural, transformadas a todo instante, de maneira contínua, ao longo dos tempos. (GUIMARÃES, 2002, p. 120).

A fotografia 04 nos mostra a simplicidade das pessoas do lugar nos anos 1970 e também a rusticidade da paisagem urbana de Araguaína naquele momento histórico. Assim sendo, o homem constrói a paisagem se imaginando parte dela. E se torna parte dela ao pensá-la de acordo com seu próprio conhecimento experienciado e adquirido ao longo de sua existência enquanto tal. A humanização da paisagem natural se dá exatamente pelo trabalho do homem moldado em sua competência técnica, suas necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais, principalmente. Razaboni (2008) comenta que:

Fotografia 4 - Paisagem urbana de Araguaína dos anos 1970



Fonte: Arquivo Pessoal de Ulisses de Holanda

A paisagem é moldada segundo as características econômicas, históricas, sociais, culturais e tecnológicas da sociedade que nela se insere. Todavia, a sociedade também se impregna dos elementos da paisagem que integram sua vida cotidiana, num processo de intensa interatividade. (RAZABONI, 2008, p.02).

A fotografia 05 nos mostra a antiga Praça das Nações que hoje é denominada de Praça São Luiz Dom Orione. Por esta fotografia da para observar as transformações que ocorreram ao longo dos últimos anos no referido espaço. Ao longo deste trabalho mostraremos outras fotografias da Praça atual e assim se observará as diferenças espaciais que ocorreram em sua paisagem. Há uma interatividade entre a vida cotidiana do homem e a produção desta ou daquela paisagem e as ciências, de uma forma geral, procuram entender este fenômeno. Para Maximiano (2004),

Fotografia 5 - Antiga praça das nações



Fonte: Arquivo Pessoal de Ulisses de Holanda

As diversas disciplinas científicas e mesmo o senso comum têm uma explicação própria do que seja paisagem. Há variações do conceito, conforme a disciplina que o elabora, mas também há parâmetros mais ou menos comuns mantidos nas definições. (MAXIMIANO, 2004, p. 84).

A paisagem não é estanque. Ela é dinâmica e possui materialidade das próprias relações sociais imbrincadas nela. Senão, vejamos o que Santos (1988) afirma:

Não há, na verdade, paisagem parada, inerte, e se usamos este conceito é apenas como recurso analítico. A paisagem é materialidade, formada por objetos materiais e não-materiais. A vida é sinônimo de relações sociais, e estas não são possíveis sem a materialidade, a qual fixa relações sociais do passado. Logo, materialidade construída vai ser fonte de relações sociais, que também se dão por intermédio dos objetos. Estes podem ser sujeitos de diferentes relações – uma mesma rua pode servir a funções diferentes em distintos momentos. (SANTOS, 1988, p. 71-2).

Por meio da Geografia se compreende a paisagem e como se deu o processo da dialética espacial e isso fica mais evidente nas áreas urbanas. Ela (paisagem) testemunha as constantes modificações sofridas no espaço sob a égide dos diversos tempos. Conforme Santos (1988),

A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. Um esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade. (SANTOS, 1988, p. 72).

A fotografia 06 nos mostra a Praça das Nações bastante rudimentar e uma igreja muito simples. A realidade da cidade de Araguaína naquele momento era de uma simplicidade bastante presente em suas paisagens urbanas e, de lá para cá, houve, indiscutivelmente, o seu crescimento urbano e, conseqüentemente, suas paisagens têm passado por muitas transformações. Mesmo porque, a paisagem é, em si, a metamorfose do espaço em movimento constante, apesar de ser possível que sua fotografia fique “*estanque*” tanto na memória do povo, quanto registrada em máquinas, filmes, etc. A paisagem não chega a ser águas de um rio que passam incessantemente e a pessoa nunca toma banho duas vezes na mesma água, mas também possui sua dinâmica na produção do espaço.

Fotografia 6 - da Antiga Praça das Nações em Araguaína - TO



Fonte: Arquivo Pessoal de Ulisses de Holanda

Neste sentido, podemos afirmar que a água parada é paisagem, mas se estiver em movimento, unirá paisagem e espaço geográfico, desde que esteja imbuída de sentido para alguém e a sociedade. Esse sentido simbólico para a sociedade araguainense pode ser verificado por meio das fotografias presentes neste trabalho e pelas falas subjetivas dos entrevistados. A paisagem araguainense tem uma relação intrínseca com o pensamento de seu povo e de seus governantes e da história de luta pela ocupação da terra. Além disso, ela possui e/ou é um *“mosaico de inúmeras variantes e estágios”*, como afirma Guimarães (2002).

A paisagem, enquanto objeto de nossos estudos e análises geográficas, é um mosaico de inúmeras variantes em estágios diversos de interações simultâneas e contínuas transformações. Ao construir uma herança, a paisagem é o legado de remotas e intensivas modificações espaciais, resultado da combinação de processos naturais e antrópicos, tais como a heterogeneidade de ecossistemas, diversidade biológica e cultural, além de fatores sociais, econômicos, psicológicos em permanente geração de processos de degradação e regeneração, com profundas influências nos espaços de desenvolvimento dos ritmos e ciclos responsáveis pela vida e morte, ascensão e declínio das várias civilizações, assim como de seus lugares, de suas paisagens. (GUIMARÃES, 2002, p. 124).

O homem, ao produzir e reproduzir espaço, produz e reproduz paisagens multifacetadas em culturas diversas de acordo com o trabalho engendrado em sua construção. Essa construção se faz e se refaz no cotidiano de cidadãos comuns e cidadãos com alta tecnologia e alto grau de conhecimento técnico e científico. Logo, a paisagem é uma mistura da arte arquitetônica, técnica apurada das engenharias e do fazer/construir

paisagens por pessoas simples e humildes. A produção desta ou daquela paisagem está diretamente relacionada às inovações tecnológicas ou não do cotidiano de quem a faz no laborar o espaço citadino e/ou outros tipos de espaço geográfico em questão. Para Landin (2004),

Pode-se estabelecer assim uma estreita relação entre paisagem e produção, de modo que, quando ocorre uma mudança muito grande nas formas e materiais de produção do espaço, ocorre também uma revolução na paisagem. A novação traz a revolução. (LANDIM, 2004, p. 48).

Fotografia 7 - Antigo posto paulista em Araguaína – TO: as paisagens se metamorfoseiam no tempo e no espaço



Fonte: Arquivo Pessoal de Ulisses de Holanda

A fotografia 07 no mostra o antigo posto Paulista em Araguaína – TO, demonstrando as mudanças de suas paisagens urbanas até os dias atuais. A construção da paisagem é constante ao longo do processo histórico da construção espacial do lugar, por isso mesmo ela (paisagem) será um “*caldeirão efervescente*” de conhecimentos variados de seus construtores. “*Caldeirão*” esse carregado de uma cultura que lhe é própria. Porém, essa cultura própria nunca é “*pura*”, pois recebe influência dos vários lugares de onde a sociedade local é proveniente. Ainda mais no mundo globalizado em que vivemos atualmente. Essa cultura emoldura a paisagem dando significados que precisam ser “*desvendados*” pelos pesquisadores que se aventuram no mundo complexo que é a sua interpretação mais próxima da realidade estudada. Santos (1988) ressalta que:

O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento. A paisagem é coisa, a espacialização é funcional e o espaço é estrutural. A paisagem é

relativamente permanente, enquanto a espacialização é mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional. A paisagem precede a história que será escrita sobre ela ou se modifica para acolher uma nova atualidade, uma inovação. A espacialização é sempre o presente, um presente fugindo, enquanto a paisagem é sempre o passado, ainda que recente. (SANTOS, 1988, p. 73).

A paisagem, como se percebe na fala de Milton Santos, “*precede a história que será escrita sobre ela*”. Desta forma, no caso de nosso objeto de estudo, a situação não é diferente. A paisagem revela a sua história ao longo de sua própria construção/constituição enquanto tal. A fotografia 08 nos revela parte da história da construção da paisagem urbana de Araguaína. É um recorte de sua paisagem urbana nos idos dos anos de 1970.

Fotografia 8 - Araguaína nos idos dos anos 1970



Fonte: Arquivo Pessoal de Ulisses de Holanda

Os processos explicativos dessa metamorfose da paisagem a ser estudada em nosso trabalho constituem a chave fundamental de sua compreensão por meio das leituras interpretativas dos vários olhares “*coletados*” através de entrevistas aplicadas por nós e pela observação atenta dos fatores/elementos da realidade estudada, à luz da teoria que é um dos eixos norteadores desta tese.

1. 2 - O Conceito de Paisagem no Cenário Geográfico

A Geografia, ao longo de sua história, tem trabalhado a categoria paisagem como um dos elementos interpretativos de seus estudos. É evidente que os estudos sobre a paisagem têm sofrido avanços e recuos ao longo da história. Porém, outros conceitos e categorias também passaram por estas mudanças paradigmáticas de acordo com o momento histórico em que se inseria a referida discussão. Para Razaboni (2008), “*no meio*

geográfico, parece bastante consensual que através da paisagem encontramos as marcas da sociedade e na sociedade a influência da paisagem”. Por outro lado, Venturi 2008 sentencia que:

O termo paisagem e suas derivações (unidade de paisagem, domínio de paisagem, paisagem antropizada, cultural, entre outras) tem sido utilizado com uma certa facilidade, sendo bastante frequente nos trabalhos de pesquisa em Geografia. Essa facilidade advém do fato de haver diversas definições de paisagem, o que atribui ao termo uma certa flexibilidade. É um termo maleável e polissêmico cujo significado pode sem maiores problemas caracterizar qualquer área de estudo em qualquer escala de trabalho, obviamente dentro de um dimensionamento territorial aceito pela Geografia. (VENTURI, 2008, p. 49).

A discussão, no âmbito da geografia, leva em consideração a inserção do homem concreto e abstrato ao mesmo tempo, podemos perceber que o homem e a paisagem se fundem no processo da vida humana com seu meio. A ciência é dinâmica e se transforma de acordo com as necessidades de explicar este ou aquele fenômeno numa dada realidade. As experiências do homem no espaço têm sofrido muitas transformações ao longo da História da Humanidade que, por sua vez, precisam de novas explicações que deem conta dessa nova realidade espacial. Para Guimarães (2002),

Os estudos geográficos têm buscado em diferentes épocas, a compreensão e a tradução das experiências ambientais sob o impacto ou a influência de diversas instâncias, sejam de ordem natural, social ou cultural. Assim, a apreensão do significado do conceito de “*paisagem vivida*”, relaciona-se aos processos de cognição, percepção, afetividade, memória, alienação e construção de imagens. (GUIMARÃES, 2002, p. 124).

Há na Geografia um tratamento dicotômico sobre o conceito de paisagem, apesar de se tentar unir as duas grandes áreas dessa ciência, quais sejam: a Geografia Física e a Geografia Humana. Alguns geógrafos tendem a trabalhar a paisagem do ponto de vista natural; já outros a discutem a partir da ação antrópica nesse quadro natural, quer dizer, levam a cultura em consideração ao se trabalhar com esse tema. Seguindo as orientações de Scheir (2003),

Tradicionalmente, os geógrafos diferenciam entre paisagem natural e a paisagem cultural. A paisagem natural refere-se aos elementos combinados de terreno, vegetação, solos, rios e lagos, enquanto a paisagem humanizada inclui todas as manifestações feitas pelo homem, como nos espaços urbanos e rurais. De modo geral, o estudo da paisagem exige um enfoque, do qual se pretende fazer uma avaliação definindo o conjunto de elementos

envolvidos, a escala a ser considerada e a temporalidade na paisagem. Enfim, trata-se da apresentação do objeto em seu contexto geográfico e histórico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos. (SCHIER, 2003, p. 80).

Milton Santos também discutirá paisagem fazendo o contraponto entre a característica da geografia física e a da geografia humana, mas possibilitando uma dialética entre ambas as formas paisagísticas. Inclusive ele nos alerta sobre as intenções políticas existentes nestas ou naquelas paisagens. Nenhuma paisagem geográfica é construída de forma aleatória. Tudo tem a ver com tudo e tudo tem sua razão de existência enquanto tal. Leite, (1994) afirma que *“a paisagem, reflexo da relação circunstancial entre o homem e a natureza, pode ser vista como a tentativa de ordenar o entorno com base em uma imagem ideal”*. Assim sendo, a aleatoriedade aparente da produção cultural de uma paisagem urbana, por exemplo, está carregada de significados simbólicos por si só.

Assim, segundo Razaboni (2008, p. 02), *“ao se apropriar da natureza para construção do espaço geográfico, a sociedade intervém sobre o meio, desencadeando um processo de alteração profunda que possibilita uma constante criação e recriação das paisagens”*. As paisagens desta forma serão modificadas de acordo com os interesses reinantes no lugar de sua transformação, além dos interesses econômicos externos, principalmente no mundo globalizado da atualidade. Ainda lançando mão das lições de Santos (1988),

A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade ou por qualquer critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial. (SANTOS, 1988, p. 65).

O homem, por meio do trabalho, de suas técnicas, modo de produção vigente, modifica constantemente o espaço geográfico, dando uma nova *“roupagem”* à paisagem em que se encontra inserido. O ambiente natural conjuntamente com a visão de mundo de um dado povo são as definições, por assim dizer, de um cenário construído natural e artificialmente como morada do homem, como lugar de uma dada sociedade, num dado momento histórico. Para Tuan (1980), *“O meio ambiente natural e a visão do mundo estão*

estritamente ligados; a visão do mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo”. Para Almeida (2007),

Em função dos avanços das técnicas e do conhecimento científico, os estudos realizados pela Geografia e demais ciências têm apresentado uma significativa evolução na sua maneira de pensar, agir e pesquisar, sobretudo, no emprego de novas técnicas e métodos de abordagens, que objetivam compreender e interpretar a complexa relação que se estabelece entre o homem e o seu meio ambiente. É nesta visão que integra o homem à natureza que inúmeros geógrafos procuram entender o porquê da materialização de diversas formas de organizações espaciais que encontram sobre a vasta superfície terrestre. Neste sentido, há de se ressaltar que existem inúmeras maneiras de se compreender o espaço geográfico, e dentro delas está o estudo da percepção das paisagens. (ALMEIDA, 2007, p. 15).

Desta maneira, a ciência geográfica retoma seus estudos tendo por base a categoria paisagem. A categoria paisagem entra na renovada discussão sobre a relação de sentimento que o homem tem com o seu meio/lugar e como ele constrói este lugar. Ao falarmos em lugar aqui, estamos falando de pertencimento, de afeição, de simbologia, etc. Almeida (2007) continua:

Essa retomada nos estudos da paisagem vem ganhando força, sedimentando, assim, um referencial teórico/metodológico de base tem servido para os estudos futuros que buscam, sobretudo, investigar a relação de sentimento entre o homem e o seu entorno, entre o homem e a paisagem. Neste sentido, deve-se ressaltar que o estudo da paisagem é amplo e interdisciplinar, principalmente quando é abordada enquanto fenômeno vivido, dentro de uma ótica humanista de pensamento geográfico, cujas bases estão fundamentadas no aporte filosófico da fenomenologia/existencialista. O geógrafo, ao conceber e interpretar as paisagens geográficas sejam elas urbanas, rurais ou naturais, mediante uma visão perceptiva e cognitiva do meio ambiente, estará indo automaticamente ao encontro das idéias propostas por David Lowenthal, Yi Fu Tuan, Edward Relph e Eric Dardel, principais expoentes e criadores da geografia Humanista, que se consolidou como área de estudo da ciência geográfica a partir da década de 1970. (ALMEIDA, 2007, p. 15-6).

O trabalho nosso de cada dia é quem dá o tom de como será a paisagem do espaço geográfico construído e/ou reconstruído ao sabor do pensamento humano solidificado em suas ações. Há toda uma dinamicidade na produção do espaço geográfico como reflexo condicionado/condicionante de uma dada realização humana. Conforme Ferreira (2010),

A busca de compreensão acerca da dinâmica interna das paisagens quase sempre esbarrou na necessidade de observações complexas e permanentes de todos os seus componentes. Apesar do importante desenvolvimento verificado nas técnicas de monitoramento e nas tecnologias de representação cartográfica, o alcance de modelos mais completos que traduzam a complexidade da dinâmica integrada do ambiente ainda é questão não resolvida. (FERREIRA, 2010, p.205).

Os cenários são construídos e reconstruídos simultaneamente em vários cantos do planeta terra pela sociedade local/global em sintonia com o mundo atual e, ao mesmo tempo, numa relação de interdependência com o passado e com o futuro. Não se produzem e desmontam cenários todos os dias. As mutações da paisagem obedecem às funções que lhes são atribuídas e ou às estruturas em que estão inseridas, ou às duas coisas ao mesmo tempo.

As mutações da paisagem podem ser estruturais ou funcionais. Ao passarmos numa grande avenida, de noite ou à noite, contemplamos paisagens diferentes, graça ao seu movimento funcional. A rua, a praça, o logradouro funcionam de modo diferente segundo as horas do dia, os dias da semana, as épocas do ano. Dentro da cidade e em razão da divisão territorial do trabalho, também há paisagens funcionalmente distintas. A sociedade urbana é uma, mas se dá segundo formas-lugares diferentes. É o princípio da diferenciação funcional dos subespaços. A sociedade não mudou, permaneceu a mesma, mas se dá de acordo com ritmos distintos, segundo os lugares, cada ritmo correspondendo a uma aparência, uma forma de parecer. É o princípio da variação funcional do mesmo subespaço. (SANTOS, 1988, p. 69).

A paisagem está em processo de metamorfose constantemente pelo trabalho e seu conhecimento adquirido ao longo do processo civilizatório. Todas as modificações feitas pelo homem no espaço geográfico acarretam mudanças na paisagem do lugar. As experiências e percepções da sociedade contribuem largamente na constituição desta ou daquela paisagem. Guimarães (2002) aponta que:

Paisagens emergem de uma única paisagem, segundo nossas experiências e percepções. Ao envolverem os aspectos objetivos e subjetivos de mundo vivido, cristalizam em suas respectivas imagens as estruturas das dimensões espaço-temporais onde a realidade é formada pelo real e imaginário, imprimindo marcas entre a racionalidade e a afetividade, originando complexos sistemas simbólicos. (GUIMARÃES, 2002, p. 118).

O trabalho constante do homem e sua relação com a natureza traz consigo modificações que saltam aos olhos de quem observa a paisagem. Na paisagem urbana estas

mudanças estão/são ainda mais acentuadas. O processo produtivo está em estreita relação com o “*manusear*” da paisagem urbana. Para Leite (1994),

A paisagem é uma representação dessa realidade e dos elementos que a compõem. O que está representado na paisagem é decorrência da interação entre sociedade e a natureza e da interpretação, individual ou coletiva, dos processos de estruturação do território. (LEITE, 1994, p, 50-1).

Além disso, paisagem possui muitas facetas que “*dizem*” respeito aos sonhos, desejos da cultura que a construiu, senão vejamos os comentários de Guimarães (2002),

A paisagem em suas múltiplas faces mescla-se com a vida, com o sonho, com o desejo de cada cultura, enquanto um único corpo. E então, novamente fragmenta-se para envolver uma gênese de atitudes e condutas, de formas e símbolos, de ciclos, movimentos, ritmos, de agir e não-agir — paisagens de um mundo fragmentado, plural, porque vivenciado sob diferentes cadências temporais... Paisagem crivada no tamis de nossas experiências e percepções, transformada em lugares, em imagens fragmentárias de universos culturais, paradoxos de percepções, experiências e valores, enfim de cosmovisões. (GUIMARÃES, 2002, p. 118).

É evidente que, além da materialidade do trabalho humano na configuração de uma dada paisagem urbana, há também a imaterialidade nesta conformação. O homem é essencialmente humano, racional, mas também é espiritual e por isso mesmo, sua religiosidade se expressa também na paisagem urbana de forma a deixar vestígios materiais que estão ao alcance dos olhos de qualquer pessoa. Para Guimarães (2002),

Assim a paisagem é sempre uma herança manifesta em testemunhos de uma objetividade que vai emergindo da própria subjetividade, tendo em vista, que a realidade geográfica nos conduz às múltiplas dimensões do *vivido*, extrapolando os limites territoriais muito além das suas imbricadas interações relativas à matéria, a concretude dos espaços. (GUIMARÃES, 2002, p. 119).

É evidente que cada ser humano vê a paisagem com o seu próprio olhar, de acordo com a cultura e a relação com a produção. Cada ser humano, ao fazer uma leitura interpretativa desta ou daquela paisagem, observa o seu mundo vivido. No entanto, independentemente de sua interpretação, o vestígio desta ou daquela cultura se encontra ali. É claro, cada um a interpretará à sua maneira, de acordo com seu conhecimento, sua cultura e suas técnicas, etc. Conforme Santos (1988),

A relação entre paisagem e produção está em que cada forma produtiva necessita de um tipo de instrumento de trabalho. Se os instrumentos de trabalho estão ligados ao processo direto da produção, isto é, a produção propriamente dita também o está à circulação, distribuição e consumo. A paisagem se organiza segundo os níveis destes, na medida em que as exigências de espaço variam em função dos processos próprios a cada produção e ao nível de capital, tecnologia e organização correspondentes. Por essa razão, a paisagem urbana é mais heterogênea, já que a cidade abarca diversos tipos e níveis de produção. Cada instrumento de trabalho tem uma localização específica, que obedece à lógica da produção nesses quatro momentos acima mencionada, e é por isso que o espaço é usado de forma desordenada. (SANTOS, 1988, p. 66).

É preciso entender a sua essência enquanto tal e analisar cada elemento constitutivo desse todo e prosseguir uma leitura mais criteriosa acerca da mesma, para quem sabe, propor soluções aos problemas decorrentes do mau uso do solo, por exemplo. Na opinião de Razaboni (2008),

Por todas as questões postas, evidencia-se a importância da leitura da paisagem para interpretação e compreensão do mundo que vivemos. No entanto, não parece que seja esta uma tarefa simples, visto que a paisagem é dinâmica como a sociedade que nela vive, sofre, portanto, um constante processo de transformação. Para decodificá-la, torna-se necessário identificar os fatores que provocam as alterações mais intensas. (RAZABONI, 2008, p.05-6).

É interessante observar também que a paisagem não se faz de uma vez. Ela é criada ao longo do tempo, respeitando seus contextos históricos, políticos, culturais, estéticos ou não de uma dada realidade onde a mesma se insere. Ela é resultado do trabalho do homem (aqui estamos falando da paisagem humanizada) com suas técnicas. Esse trabalho humano moldará a produção de um dado lugar, criando paisagem sobre outra paisagem e/ou excluindo, de acordo com as necessidades do homem e/ou do modo de produção local/global. Para Santos (1988),

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Daí vem a anarquia das cidades capitalistas. Se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais. A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global. O que se chama de desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado. Somente uma parte dos objetos geográficos não mais atende aos fins de

quando foi construída. Assim, a paisagem é uma herança de muitos momentos, já passados, o que levou Lênin a dizer que a grande cidade é uma herança do capitalismo, e veio para ficar, devendo os planejadores do futuro, levar em conta essa realidade. (SANTOS, 1988, p. 66).

É preciso utilizar a ciência a que se está trabalhando (seja ela Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Sociologia, Antropologia, Etnografia, etc.), mas, também, levar em consideração o “*mundo*” imaginário de quem construiu essa paisagem ora estudada. Esse mundo “*imaginário*” de quem construiu esta ou aquela paisagem, como já afirmamos anteriormente, depende do mundo de suas técnicas, sua economia, sua cultura (aí podemos elencar várias manifestações culturais que compõe este cenário estudado, incluindo a ideologia dominante e também a ideologia dominada – mesmo porque há confrontos ideológicos na produção do espaço geográfico – crenças religiosas etc.), sua ética, estética e, principalmente, de sua sociabilidade. Ninguém é uma ilha, portanto, não vive sozinho e nem faz nada sozinho. Toda a paisagem é uma construção individual/coletiva. O indivíduo se expõe na paisagem construída coletivamente. A paisagem também, como afirma Santos (1988), não é eterna. Ela está sempre passando por mudanças ao longo da história da construção do lugar.

A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Por isso, ela própria é parcialmente trabalho morto, já que é formada por elementos naturais e artificiais. A natureza natural não é trabalho. Já seu oposto, a natureza artificial, resulta do trabalho vivo sobre o morto. Quando a quantidade de técnica é grande sobre a natureza, o trabalho se dá sobre o trabalho. É o caso das cidades, sobretudo as grandes cidades. As casas, a rua, os rios canalizados, o metrô etc., são resultados do trabalho corporificado em objetos culturais. Não faz mal repetir: suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço. (SANTOS, 1988, p. 68).

A construção da paisagem não é apenas econômica, ela está cheia de outros elementos “*invisíveis*” que se encontram nas entrelinhas de sua própria produção. Ela elenca a cultura do lugar e do mundo exterior ao lugar. Ela comporta sentimentos éticos, estéticos, relação do homem com o meio ambiente onde vive e todas as técnicas disponíveis e acessíveis à própria construção espacial do lugar assim compreendido. Por outro lado, Landim (2004) afirma que:

A paisagem pode ser entendida como as relações entre o homem e o meio ambiente. Dessa forma, o espaço, entendido como campo de trabalho da paisagem, pode ser definido como um reflexo dessa relação homem/meio; e a cidade, por sua vez, pode ser considerada o maior exemplo de como homem interage com o meio ambiente. Em resumo, a paisagem seria resultante dos processos naturais, o meio ambiente; e das condicionantes socioeconômicas e culturais, o homem. (LANDIM, 2004, p.32).

Esses elementos ora explícitos ora implícitos devem ser esclarecidos pelas ciências que a estudam de forma a atender aos anseios/necessidades da sociedade que faz parte dessa base de estudo, qual seja, o lugar de lutas sociais, o lugar da contradição e de conflitos entre os vários interesses que demandam o poder constituído e o poder a ser constituído no processo da produção do espaço geográfico e, conseqüentemente, da paisagem engendrada/imbricada nessa relação transformativa do objeto de estudo em questão. Landim (2004) continua:

A sociedade é um organismo ativo, empreendedor, ambicioso que pode selecionar e modificar sua própria paisagem. A paisagem, entendida aqui como forma de organizar o meio natural, é uma atividade observada em toda a história da humanidade. (LANDIM, 2004, p.34).

O cotidiano está “*farto*” desse trabalhar a paisagem gradativamente ao longo do seu processo histórico de formação. Ou seja, o conjunto das ações individuais e coletivas, respeitando suas formas de ver, sentir, estar e agir no mundo, é que dá uma “*roupagem*” a esta ou aquela paisagem urbana. As ruas tortuosas, sinuosas e/ou retilíneas, sujas ou limpas dependem de como as pessoas que constroem este espaço geográfico o concebem e fazem uso dele adequada ou inadequadamente. É claro, dentro ou fora dos padrões urbanísticos instituídos e colocados ou não em práticas no cotidiano das pessoas. Conforme Razaboni (2008),

Partindo do pressuposto que a leitura da paisagem é fundamental para se construir uma compreensão da forma com a sociedade se apropria e intervém sobre o meio e suas conseqüências decorrentes, há que se admitir a importância do domínio da leitura e compreensão da dinâmica espacial expressa em suas paisagens. (RAZABONI, 2008, p.02).

Uma cidade pode possuir maior fealdade que outra ou é mais bela que outra. Esses aspectos não advêm apenas em função do poder aquisitivo de sua população, é por isto, às vezes, mas a cultura individual/coletiva do lugar acaba influenciando os indivíduos a se comportar desta e não de outra maneira ao construir o seu espaço de vida, ao construir o seu lugar. Ao construir uma boa ou má qualidade de vida para o lugar onde mora ou

pretende morar, o indivíduo ou mesmo uma coletividade, acaba também construindo seu jeito de ser moldado pela sociedade de que faz parte. Esta sociedade inclui a ideologia, o modo de produção, a cultura, o Estado, o social, o ambiental, etc. Então, a paisagem tem tudo a ver com o mundo vivido da sociedade que a cria. É mais que evidente que o meio físico também interfere diretamente nessa construção paisagística do lugar. Para Venturi (2008),

A paisagem, e isso são comuns às definições, é resultante de interação entre seus componentes, a saber, clima, relevo, redes hidrográficas, solos, substrato geológico, cobertura vegetal (componentes físicos, e bióticos regidos pelas forças físico-químicas que dinamizam a natureza), além do Homem que se impõe sobre a dinâmica natural conduzido por uma dinâmica social, permeada de valores histórico-culturais. Assim entendida, as partes do todo/paisagem já estão identificadas, cabendo ao Geógrafo, orientado pela análise, compreender a sua dinâmica, seu funcionamento. E essa compreensão só será possível pela recomposição do todo como resultado, não da soma das partes, mas da relação entre elas. A síntese, portanto, completa o raciocínio analítico. Isso ocorre, pois embora os mecanismos mentais que conduzem à análise e à síntese possam ser considerados opostos (a análise fragmenta recompõe), são processos complementares. (VENTURI, 2008, p. 55).

É evidente que, além do trabalho na construção de paisagem urbana/rural, há também, indiscutivelmente, os elementos naturais que fazem parte da natureza ainda inabitada pelo homem. Como também, se deve dizer que o homem, com suas técnicas avançadas é capaz de “*desmoronar*” morros, fazer túneis, grandes rodovias, ferrovias, prédios, estádios de futebol, etc. e, conseqüentemente, mudar totalmente a fisionomia do lugar, evidenciando assim, a sua cultura, suas técnicas, seus critérios éticos, estéticos, econômicos e sociais. Para Leite (1994),

Uma paisagem modificada pelo homem, não é, portanto, uma paisagem antinatural, mas uma paisagem cultural que deve atender tanto a critérios funcionais quanto estéticos. Assim sendo, não pode ser planejada de acordo apenas com prioridades econômicas rigorosas que levam a perda dos valores ambientais para, posteriormente, ser embelezada, num ato de redenção estética, pela inserção de elementos românticos pseudonaturais. (LEITE, 1994, p. 07).

A paisagem tem sido um tema recorrente à geografia há muito tempo, como forma de se entender as relações sociais que o homem estabelece com seu espaço, com o seu lugar (quando ainda não possui muita relação com o externo) e com outros homens de lugares distantes (quando a sua vida, o seu cotidiano, sua maneira de ver, ser, sentir, agir

no mundo tem influência externa ao seu próprio lugar). É claro, cada cientista procura “defender” por assim dizer o seu mundo vivido, percebido, sentido e politicamente “correto” de acordo com seus interesses ou interesses de seu grupo. Mesmo porque na ciência e na sua produção enquanto conhecimento, não existe neutralidade. A “neutralidade” do cientista social e/ou “natural” já supõe tomar partido de algo e/ou permanecer do lado de quem está no poder, sem “mexer” com as instituições preestabelecidas. Assim sendo, *a realidade inclui a ideologia e a ideologia também é real. A ideologia, outrora considerada como falsa, portanto não-real, de fato não é algo estranho à realidade, nem é aparência apenas. Ela é mais do que aparência, porque é real.* (SANTOS, 2008, p. 126-7).

A construção da paisagem, produzida na relação dos homens com a natureza, apresenta traços de uma determinada ideologia. A ideologia é abstrata e se concretiza nos desejos, sonhos, ação do homem que cria e transforma o espaço geográfico onde reside, onde habita. Santos (2008), p. 267 aponta que “*a ideologia é um nível da totalidade social e não apenas objetiva, real, como cria o real. Sendo, na origem, um real abstrato, cada vez mais se manifesta como real concreto, na medida em que a vida social se complica*”. Discutindo um pouco mais, falando agora do concreto ou da concretude do espaço urbano da cidade, Carlos (2007) faz a seguinte afirmação:

O que nos parece importante resgatar para a análise, é o fato de que a cidade revela-se concretamente através do uso que dá sentido a vida, revelando o conteúdo da prática sócio-espacial. É pelo uso (como ato e atividade) que a vida se realiza e é também através do uso que se constroem os “rastros” que dão sentido a ela, construindo os fundamentos que apoiam a construção da identidade revelada como atividade prática capaz de sustentar a memória. O espaço urbano representa, antes de mais nada, um uso, ou ainda, um valor de uso e desta maneira a vida se transforma, com a transformação dos lugares de realização de sua concretização, que a norma se impõe e que o Estado domina a sociedade, organizando, posto que normatiza os usos através dos interditos e das leis. (CARLOS, 2007, p. 30).

Há por trás de uma paisagem urbana toda uma diretriz que rege o urbano, por assim dizer, em consonância com o seu laborar cotidiano. É evidente que estas regras bem ou mal fundamentadas passam pelo crivo ideológico da construção espacial e temporal do lugar em análise.

Além das divergências epistemológicas, em relação ao que se pensa sobre o que é paisagem geográfica, há também a dicotomia, como já abordamos em outra parte deste trabalho, entre a Geografia Física e a Geografia Humana. Além disso, segundo Razaboni

(2008), p. 03 “a paisagem ao longo da história da ciência geográfica tem apresentado uma variação acerca de sua importância como uma categoria de análise dentro da geografia, oscilando também sua conceituação segundo a visão do geógrafo e o foco por ele estabelecido”. Portanto, é factível a diversidade de visões geográficas acerca dessa categoria de análise, bem como, a forma com que os geógrafos têm trabalhado a paisagem em seus estudos acadêmicos.

A discussão sobre o conceito de paisagem é um tema antigo na geografia. Desde o século XIX, a paisagem vem sendo discutido para se entenderem as relações sociais e naturais em um determinado espaço. Dentro da geografia, a interpretação do que é uma paisagem diverge das múltiplas abordagens geográficas. Observa-se que existem certas tendências “nacionais” mostrando que o entendimento do conceito depende, em muito, das influências culturais e discursivas entre os geógrafos. (SCHIER, 2003, p. 80).

Discutiremos a abordagem geográfica de paisagem no Brasil, levando-se em consideração à própria história da Geografia e como a mesma tem elaborado o seu discurso em torno da referida categoria de análise espacial.

Entender um pouco sobre o estudo geográfico de paisagem no Brasil exige que se faça uma revisão da história do pensamento geográfico da própria discussão acerca do tema em tela, verificando quais foram os pesquisadores pioneiros, as influências que receberam de pesquisadores de outros países e também, a evolução destas análises geográficas. Quer dizer, não dá para acompanhar a evolução do conceito de paisagem na Geografia do/no Brasil sem levar em consideração a História do Pensamento Geográfico Brasileiro.

Os estudos aparecem sempre relacionados às outras categorias de análises geográficas. O nosso trabalho aqui proposto, por exemplo, pretende discutir as “*Leituras de Paisagens Urbanas: Um estudo de Araguaína – TO*”, levando-se em consideração, além dos aspectos naturais do lugar, os aspectos culturais, políticos, econômicos e históricos nessa definição dinâmica de paisagem. Referimo-nos à definição dinâmica porque acreditamos que a paisagem está passando por constantes transformações. Para Maximiano (2004),

Consultas a anais de encontros e congressos de geografia e temas ambientais brasileiros evidenciam a pequena proporção de estudos sobre paisagem ou sua classificação. Em geral, paisagem aparece como variação de termos como: meio ambiente natural, unidade espacial, visual. Seus contornos podem ser definidos a partir de feições do uso do solo, tendo como produtos paisagem urbana, paisagem rural, degradada ou natural, ou podem ser unidades

territoriais e/ou espaciais, como municípios, parques, bacias hidrográficas. São comuns pesquisas sobre um componente da paisagem, vindo depois à consideração dos efeitos de outras variáveis, como a ação humana sobre o elemento principal ou sobre o todo. (MAXIMIANO, 2004, p. 89).

Assim sendo, entraremos na discussão teórica do tema propriamente dito, qual seja, a paisagem urbana. É evidente que a interpretação mais empírica da problemática em tela será feita nos capítulos 3 e 4 desse trabalho. Por ora, abordaremos o tema apenas do ponto de vista teórico.

1. 3. Uma leitura sobre a paisagem urbana

Uma leitura interpretativa da paisagem urbana deve ser vista como algo desafiador tanto para a sociedade em geral, quanto para o pesquisador que se propõe compreendê-la de forma científica e mais próxima da realidade.

A paisagem urbana não é apenas aquilo que nossos olhos “*captam*” num primeiro momento. Ela é muito mais que isto. Ela é simultaneidade de vários elementos físicos e humanos em sua construção e, além disso, é cultura, modo de vida, cotidianidade, símbolo, preocupação ambiental ou desastre ambiental. Ela é contraditória. É a união dos contrários e a separação dos iguais em ricos e pobres, etc. Damiani (2002), p. 161, nos afirma que “*é preciso incorporar ao espaço urbano a crítica da vida cotidiana, que põe acento na reprodução das relações sociais*”. Então, compreender a construção da paisagem urbana passa, antes de qualquer coisa, também pela análise das relações sociais aí imbricadas na formação do espaço geográfico por meio do trabalho humano incorporado no laborar dessa paisagem assim constituída. Conforme Carlos (2007),

A paisagem urbana, compreendida como momento instantâneo que surge à primeira vista aos olhos do pesquisador, expressa relações e ações que propiciam uma investigação sobre a cidade. A idéia de paisagem na perspectiva geográfica, liga-se ao plano do imediato, aquele da produção do espaço analisado como produto das transformações que a sociedade humana realiza a partir da natureza em um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas sob múltiplas formas de uso, seja através da construção da moradia, do lazer, das atividades de trabalho. Isto porque a natureza transformada pela ação humana, ao longo de uma série de gerações, surge enquanto modos de apropriação visíveis na paisagem, reproduzindo a história e a concepção do homem sobre o morar, trabalhar, viver. A paisagem, por sua vez, contém mistérios, beleza, sinais, símbolos, alegorias, tudo

carregado de significados; memória, que “revela múltiplas impressões passadas”, imagens impregnadas de história. (CARLOS, 2007, p. 33).

A paisagem deve ser vista, percebida, entendida e analisada de acordo com o cotidiano em que ela é construída, reconstruída e concebida dialeticamente, quer dizer, as nuances materiais e imateriais do processo de sua formação enquanto tais devem ser levadas em consideração. Ela não se assenta apenas no mundo econômico e no mundo político. Ela é criada e recriada pelo social nela depositado. A apropriação antrópica do espaço físico sempre propicia mudanças nas paisagens, evidenciando, às vezes, a possibilidade que as técnicas criadas pelo homem têm de transformar áreas antes inapropriadas ao uso social em áreas capazes de receber um contingente populacional muito maior que havia antes de tais intervenções. Quando essa apropriação se dá na construção de uma cidade, com certeza as mudanças são muito maiores e, por isso mesmo, merecem estudos no sentido de diagnosticar os problemas ambientais daí decorrentes e propor soluções que melhorem a qualidade ambiental e social da sociedade então estudada. Razaboni (2008) p. 03 afirma que: *“Em relação às paisagens urbanas que são resultantes de uma intensa apropriação antrópica, a vertente ambiental surge como o grande desafio das modernas sociedades, visto que está diretamente relacionada com a qualidade de vida de suas populações”*.

Além disso, o conteúdo social, material e imaterial que conjugam o ser que ali se apresenta como construtor, por assim dizer, dessa imagem, dessa paisagem, desse espaço geográfico global e local simultaneamente, também faz parte dessa construção inapelavelmente. Afirmamos global e local simultaneamente, pois o espaço geográfico é resultado de relações que ultrapassam seus limites territoriais, alcançando o mundo por meio de vários mecanismos concretos e abstratos que interferem diretamente em sua configuração territorial paisagística. O local, nos dias atuais, geralmente recebe influências externas ao seu contexto cotidiano em sua própria construção enquanto tal.

A paisagem é a ocupação do território de forma ordenada capitalistamente e é ocupação desordenada no sentido social, político, cultural, ético, estético, ambiental, etc. Ela é a beleza em forma de construção de praças, parques, mercados, lojas, *shopping centers*, residências, igrejas, ruas e avenidas largas, etc. Mas ela também pode ser o contrário de tudo isto em suas montagens de cenários despidos de urbanidade, de preocupação ambiental, social, etc. Mesmo porque o homem que não possui recursos

econômicos suficientes para comprar seu terreno propício às belas construções acaba por ocupar áreas de riscos e construir algo (casebres, barracos, palafitas, etc.) de forma improvisada, aumentando a “*fealdade*” (do ponto de vista estético capitalista moderno) do lugar, além de degradar o meio ambiente e sua própria vida enquanto ser humano. Para Marchezini (2010),

A preocupação com a paisagem, em especial com a paisagem urbana emerge da necessidade de se ajustar o território e as ocupações urbanas de modo que propiciem qualidade de vida aos seus habitantes, e de preservar os espaços verdes e demais áreas de interesse ambiental que sobreviveu ao processo de ocupação. Amplia-se o foco, mas é mantido o viés funcionalista e antropocêntrico no tratamento da questão. (MARCHEZINI, 2010, p. 02).

A paisagem urbana revela sua construção coletiva e individual. Cada indivíduo, de acordo com seus recursos financeiros, sua forma de ver, estar, ser, agir e viver no mundo que o cerca, procura produzir seu “*espaço vital*”, ou seja, seu aposento (lugar de reprodução da vida – casa) à sua maneira de estar no mundo. É evidente que a construção desse cenário não é apenas a soma das construções individuais tornadas coletivas. As construções individuais fazem parte desta coletividade maior, mas não é só isso. Há por trás dessa construção toda uma dimensão humana do pensar antes de construir, ou pelo menos deveria ser assim. Poderia ser assim, pois, na maioria das vezes, a vontade do homem em construir seu aposento de forma a satisfazer suas necessidades básicas de reprodução da vida cotidiana, esbarra em suas condições sociais, econômicas e por isso mesmo, não constrói seu lugar da forma que era para ser ou era projetado. Conforme Carlos (2007),

Assim, a idéia de paisagem revela uma obra coletiva, que é a cidade produzida pela sociedade e, por isso, contemplando todas as dimensões humanas. Nessa direção à paisagem revela-se cheia de vida, ao mesmo tempo em que é expressão de sentimentos contraditórios, paixões e emoções. As marcas do tempo, impressas na paisagem, inscritas nas formas da cidade, reproduzem a condição da constituição da humanidade do homem, revelando uma construção histórica cheia de arte e lembranças, fáceis de serem identificadas no lugar por aqueles que nele vivem, na medida em que o lugar é o espaço da vida. Nesse sentido, a leitura dos segmentos da paisagem permite que se contemple a paixão que move a criação humana, uma vez que o trabalho é criador de formas. (CARLOS, 2007, p. 33).

A paisagem é tudo aquilo nos apresenta aos olhos e mais os elementos ocultos de sua construção. Ela é materialidade e imaterialidade ao mesmo tempo. Ela é espaço dinâmico e inerte ao mesmo tempo. Ela é tempo passado, presente e futuro. Ela é o cenário atual, do passado e do futuro (se não houver nenhuma intervenção brusca por parte da sociedade que a construiu ou pelos “*desastres naturels*”, cada vez mais presentes em nosso meio justamente pelo homem pensar que pensa e fazer da natureza o seu depósito de ignorância). Referimo-nos ao depósito de ignorância, pois, apesar de toda a sapiência humana no mundo atual, ainda se produz o espaço geográfico, principalmente cidades sem a menor preocupação de sustentabilidade social e ecológica desse cenário produzido. Ainda refletindo com Carlos (2007),

A paisagem revela uma história, o passado inscrito nas formas geradas por tempos diferenciais acumulados, mas sempre atuais, sincrônicos e diacrônicos, que produzem uma impressão apreendida pelos sentidos. “Olhos cegos de tantas cores, ouvidos encharcados de sons, que se esvaem em uma atonia, às vezes, insuportável; cheiros que se misturam; sentidos agredidos por todo tipo de poluição. Como escreve Fernando Pessoa, “em todo momento de atividade mental acontece em nós um duplo fenômeno de percepção: ao mesmo tempo em que temos consciência de um estado d’alma, temos diante de nós, impressionando-nos os sentidos que estão virados para o exterior, uma paisagem qualquer, entendendo por paisagem, para conveniências frases, tudo o que forma o mundo exterior em um determinado momento de nossa percepção. (CARLOS, 2007, p. 33).

Como já afirmamos, a paisagem possui elementos que “*datam*” outros tempos passados, demonstrando que sua construção é um processo ininterrupto. É uma metamorfose. Essa “*mutação*” inclui desde a relação entre homem e natureza até a relação que o homem tem com outros homens e, por isso, adquire novas experiências de outras culturas e constrói o espaço-paisagem constantemente de formas variadas. Segundo Marchezini (2010),

Poder-se-ia dizer, por conseguinte, que a paisagem é o conjunto de elementos visuais que dão testemunho das relações entre o homem e a natureza. A sua proteção, embora possa se identificar de modo individual diante de algum caso concreto em especial, encerra inegável interesse difuso por relacionar-se diretamente com a qualidade de vida e com o bem-estar da população. (MARCHEZINI, 2010, p. 5).

Como Marchezini (2010, p.05) anota que, “*a paisagem é o conjunto de elementos visuais*” e que demonstra a relação que o homem estabelece com a natureza, além, como já afirmamos anteriormente, dos elementos ocultos de sua construção. Essa relação, no

entanto, nem sempre é harmoniosa. Ou quase sempre não é harmoniosa, principalmente no âmbito das cidades, porque a interferência humana no espaço “*natural*” se dá de forma intensa, não respeitando seus limites e possibilidades econômicas, sociais e ambientais. Há ocupações onde não se deve, como, por exemplo, em mananciais d’água. Há ocupações em áreas de riscos como “*morros*”, “*nascentes*”, etc. Isto sem falar do lixo acumulado em locais impróprios, queimadas urbanas, falta de arborização, falta de saneamento básico. Enfim, tudo isso, por mais bela ou feia que seja, é a paisagem urbana que nos apresenta como cartão de visita. Vejamos o que afirma Carlos (2007) sobre esta questão:

Mas para além da percepção, a paisagem revela-nos através de uma imagem aparentemente imóvel, um conjunto cheio de sentido e o ser humano se identifica com os espaços da vida pressentidos através da paisagem. É por isso que para além da fixidez aparente da paisagem há um ritmo que revela um tempo, que por sua vez é uma vida que se descortina ao olhar atento. Ganha cores e matizes de acordo com as necessidades da reprodução da vida humana. As relações com o lugar se determinam no cotidiano, para além do convencional. O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro e a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da sociedade que lhe dá conteúdo. Assim a observação da paisagem vai permitindo uma leitura e uma interpretação da nossa situação no mundo de hoje, revelando na sua dimensão visível à história do lugar. Para Calvino, a “cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras” Por outro lado, a paisagem urbana também revela um movimento não acabado, mas em construção ininterrupta. Esse movimento é, todavia, mais rápido e perceptível na metrópole revelando o que Walter Benjamin nomeia de porosidade, que é essencialmente, não definido, pronto e acabado, antes formas e configurações que ganham sentidos múltiplos e dinamismo através da vida produzindo um movimento cambiante presente na paisagem, pois “nenhuma situação aparece como é destinada, para todo o sempre, nenhuma forma declara ser desta maneira e não de outra”. (CARLOS, 2007, p. 33).

A cidade e sua paisagem não são apenas o que nos apresenta de forma concreta. Ela é concreta, mas também abstrata. Ela, por meio das relações sociais dos sujeitos que a constrói, abstrai seu presente do passado numa perspectiva para o futuro no eterno “*vir-a-ser*” que nunca se conclui. É um processo em construção e uma construção em processo especializado em formas, cenários de um fazer sempre mutável. Carlos (2007) discorre,

Nesta perspectiva, o processo de produção do espaço revela modos de aproximação da realidade social, produto modificado pela experiência no lugar, e a partir dele em sua

relação com o mundo, relação múltipla de sensação e de ação, mas também de desejo e, por consequência de identificação com a projeção sobre o outro. Abre-se aqui, a perspectiva da análise do vivido através do uso do espaço, pelo corpo, revelando-se enquanto processo de apropriação. Assim, vai ganhando significado o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas - as relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o ato de caminhar, a ação que marca o encontro com os conhecidos, permite os jogos, as brincadeiras, dando sentido ao ato de habitar. Trata-se de lugares que o homem habita dentro da cidade e que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida: lugares por onde se locomove, onde trabalha, flana, o espaço da casa e dos circuitos de compras, dos passeios, isto é, formas através das quais o homem se apropria de seu mundo imediato que vai ganhando o significado dado pelo uso e suas possibilidades. Trata-se, portanto, de um espaço palpável - nesta condição específica é a extensão exterior, ou seja, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos e agimos. Enfim, uma prática vivida e reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido, vulgares, mas que criam laços profundos de identidade entre habitante - habitante, e habitante - lugar. Deste modo não estamos nos referindo aos espaços infinitos, mas a espaços banais e reais como a rua, a praça, o bairro, espaços do vivido, que se revelam como os espaços-tempos da vida. (CARLOS, 2007, p. 44).

Todo esse emaranhado que é a vida urbana, das pessoas e da própria cidade em si está assentado em um suporte físico, como já falamos em outros momentos desse trabalho. Além disso, temos a vida da cidade sendo uma dialética que envolve sentimentos, concretude de uma cultura “X”, subjetividade demonstrada nas ações de homens e mulheres na construção da paisagem urbana deste ou daquele lugar. Para Landin (2004),

... a paisagem urbana configura-se e qualifica-se basicamente por meio desses elementos: o suporte físico, ou seja, o relevo, o solo, o subsolo e as águas, a cobertura vegetal original ou não, as estruturas urbanas ou massas de edificações e sua relação dialética com os espaços livres, o uso do solo, os loteamentos e o clima com suas alterações de ciclo diurno/noturno e as estações do ano. Contudo, a paisagem urbana não é delimitada apenas por esses elementos. Ela é uma imagem, uma criação mental e social; está na mente das pessoas, nas relações de uso que se estabelecem entre os cidadãos, e entre estes e os elementos citados. A paisagem não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores e sons. (LANDIM, 2004, p.28-9).

Essa paisagem urbana vem acompanhada dos modos de vida que a sociedade que a construiu/constrói em seu cotidiano, obedecendo aos seus anseios políticos, econômicos, culturais, éticos, estéticos, arquitetônicos, jeitos de ser, agir, estar e viver seu mundo além dos outros mundos que se entrecruzam no mundo imaginário/concreto dessa população

constituente do lugar a ser interpretado. A interpretação dessa paisagem urbana é muito complexa, pois envolve um rol extenso de ingredientes concretos e abstratos em sua constituição. Conforme Landim (2004),

Assim sendo, a cidade e sua paisagem não se apresentam apenas por seus aspectos formais e construídos, tais como praças, casas, jardins e avenidas, entre outros. A cidade é fruto de um contexto social e caracteriza-se também pelas relações de uso e apropriação dos espaços construídos, estabelecidas pelos usuários desse cenário urbano. Com isso, a cidade transforma-se em fonte geradora de estímulos perceptivos para quem a habita, entendendo por percepção basicamente a capacidade de gerar informação nova e diferenciada a partir dos elementos percebidos. Assim, cada espaço é entendido a partir das informações que se têm sobre ele, surgindo uma relação de interdependência entre o espaço e a informação. A apreensão de cada espaço ocorre por meio das formas de apropriação que se faz dele. Portanto, todo espaço (edificado) é identificado por determinadas características que compõe sua particularidade, transformando-o num LUGAR para aquela comunidade que o habita. Essas características são resultado do domínio da utilização, por parte dos habitantes, dos elementos naturais, tais como clima e topografia, de acordo com suas necessidades, seja como moradia, circulação, lazer, trabalho, seja também como resultado e sua cultura. (LANDIM, 2004, p.29).

A dinâmica da paisagem urbana de uma cidade, então; é repleta de elementos subjetivos e objetivos, culturais, políticos que acabam ajudando a construir a sua própria singularidade que a diferencia das demais por mais que todas sejam frutos de um mesmo modo de produção, de uma mesma ideologia dominante. Mesmo porque as técnicas, relações sociais, etc. são diferentes e dessa forma, para Landim (2004) p. 31, *“a produção e construção da paisagem urbana variam de acordo com as técnicas, modos de produção e ainda de acordo com as relações sociais e culturais vigentes em cada período”*. Landim (2004) continua afirmando que:

A cidade é uma das resultantes da ação da sociedade sobre um meio físico. Ao produzir e utilizar o espaço urbano, este se configura numa espécie de retrato, um espelho no qual a sociedade é refletida. Ou seja, sua história, sua cultura, seu meio de produção, seu estágio técnico e tecnológico, a divisão de classes, a luta pelo poder, entre outros fatores espalhados na configuração espacial da cidade. As sociedades mudam ou evoluem ao longo da história, assim como mudam as condições físicas na superfície do planeta. Essa injunção de história-sociedade e meio físico gera uma diversidade de soluções, uma diversidade de formas urbanas. As cidades constroem-se, mudam e diversificam-se por dois vetores: o espacial, que corresponde ao território, e o temporal que corresponde à história. Assim, a paisagem

urbana que se apresenta num determinado momento reflete a história da relação homem/meio ambiente nesse dado momento. (LANDIM, 2004, p.31).

A maneira como a sociedade constituinte desta ou daquela cidade a ser estudada estabelece as suas relações sociais em consonância com o poder público constituído do lugar, resultará na paisagem urbana acordada com suas diretrizes econômicas, ecológicas, culturais, etc. Landim (2004), p. 31 nos afirma ainda que “*as atividades de uma população nesse espaço, a cidade, geram padrões espaciais, requerendo formas arquitetônicas, que por sua vez, vão influenciar essas mesmas atividades*”. Há, portanto, certa conformação entre a cidade e a população que a constrói no sentido de dar um direcionamento a sua paisagem urbana enquanto concretude do trabalho dispendido pelos homens e mulheres, cotidianamente. A autora conclui seu pensamento afirmando que:

A cidade é, portanto, resultante dos agentes econômicos, sociais, técnicos e culturais que a produzirem, num determinado tempo e contexto. Entretanto, a cidade somente pode ser reconhecida e caracterizada por meio da sua paisagem, que, todavia, se atualiza em razão dos usos que são atribuídos aos lugares urbanos. (LANDIM, 2004, p.31).

A cidade aqui estudada, qual seja, Araguaína, se transforma constantemente pelas ações humanas inseridas nela, além, é evidente, de sua compleição natural. Assim sendo, sua paisagem urbana também se metamorfoseia constantemente, de acordo com seu crescimento urbano e o laborar do homem cotidianamente.

1. 4 - Uma leitura da dinâmica metodológica aplicada ao trabalho ora em construção

A realização desta pesquisa está diretamente relacionada com as várias e diversificadas atividades desenvolvidas durante o seu percurso enquanto tal. As atividades foram divididas em dois níveis básicos, quais sejam: o nível teórico e o nível empírico. Foi feito levantamento de dados primários e secundários durante todo o trabalho para que o estudo tenha de fato uma relevância científica compatível com sua exigência.

A análise bibliográfica foi de grande importância, pois forneceu os fundamentos teóricos para a compreensão e os encaminhamentos dos problemas investigados, quais sejam: “*Leituras de Paisagens Urbanas: um estudo de Araguaína – TO*”.

A análise se respalda em leituras dirigidas à temática de (em) estudo, ou seja, a categoria geográfica “*paisagem*” de forma geral e de forma específica, “*paisagem*

urbana” com enfoque para a cidade de Araguaína – TO. O mapa de localização de Araguaína no Estado do Tocantins foi muito importante para os estudos inseridos nesta pesquisa.

As fotografias foram muito importantes para compreender a paisagem urbana de Araguaína, mesmo porque a realidade visual de um dado lugar aqui e agora nos mostra os tempos que a compõe e essa composição obedece às regras econômicas, culturais, políticas, éticas, estéticas deste espaço vivido que está sempre em transformação. Portanto, a fotografia antiga serve justamente para se comparar com o momento atual e ver a “*evolução*” dessa paisagem urbana ora estudada. Para ter uma “*fotografia*” da paisagem atual, (de repente) é preciso recorrer ao passado através de outras fotografias que registraram o tempo daquele espaço ora estudado. Mesmo porque a memória de algumas pessoas que fizeram parte desse passado também está guardada nessas fotografias.

Além disso, fizemos observações *in loco* para o melhor entendimento e compreensão do estudo. Elaboramos um questionário para uma entrevista semiestruturada e aplicamos a 100 entrevistados para que os mesmos pudessem emitir suas opiniões sobre o tema ora abordado na pesquisa geográfica. Eles podiam negar ou afirmar, levantando questionamentos nas questões, justificando suas respostas de forma objetiva e subjetiva, sem se preocupar com as consequências, pois seus nomes não serão revelados por questões éticas.

Como já afirmamos anteriormente, trabalhamos a teoria, mas a mesma sempre referenciada com a pesquisa empírica. Mesmo porque a teoria sozinha não consegue compreender uma dada realidade. Nesse sentido, é necessário que, para além da teoria, se busquem informações acerca do objeto de estudo. Essas informações vieram pela técnica de pesquisa empírica aplicada pelo pesquisador aos sujeitos do processo constitutivo do objeto de estudo em tela. A realidade nunca será apreendida totalmente por qualquer pesquisa científica, no entanto, deve haver certa aproximação da teoria com a prática na produção do conhecimento. Mendes e Pessoa (2009) afirmam que:

A aplicação teórica, num estudo empírico concreto, exige o conhecimento da fragilidade conceitual e das características peculiares e cada contexto, recorrendo, criticamente, ao máximo de informações que se refiram à realidade a ser tratada. O conhecimento da “conjuntura” assegura o uso adequado do referencial teórico disponível. Esse termo reporta-se ao momento atual de uma formação social, definido pela correlação de forças

internas e externas presentes. Toda formação social é uma realidade em movimento, condicionada pelas próprias leis internas de desenvolvimento e pela sua inserção na conjuntura mundial. (MENDES, PESSÔA, 2009, p. 510-11).

A dinâmica metodológica deste trabalho passa pela leitura minuciosa de textos que discutem o conceito de paisagem, verificando as influências de escolas francesas e alemãs em sua trajetória conceitual dentro e fora do conhecimento geográfico, levando em conta as considerações de Ferreira (2010) para quem:

Os avanços teóricos, conceituais e metodológicos já conseguidos são significativos, embora os resultados práticos ainda não sejam satisfatórios. Além da busca de soluções tecnológicas, necessário se faz refletir sobre as influências recebidas dos modos de explicar o mundo. É importante considerar as inúmeras limitações de qualquer modelo. É preciso, ainda, perseguir o entendimento das subjetividades e incorporar a essência do agir humano como parte da dinâmica da paisagem. A realidade nunca é pronta e a estrutura da paisagem nunca é imutável. (FERREIRA, 2010, p.205).

A metodologia deste trabalho, como se pode observar, aponta para uma pesquisa qualitativa, no método fenomenológico, possibilitando aos sujeitos entrevistados emitirem suas opiniões sobre o tema em discussão. Inclusive, a definição e apresentação das paisagens mais agradáveis e menos agradáveis foram levantadas pelos próprios entrevistados. Para Souza Júnior (2009),

Embora cada método tenha particularidades que permitem sua implantação, a atual conjuntura social evidenciada, principalmente, pelos países ocidentais, tem exigido dos pesquisadores uma postura menos rigorosa quanto à opção metodológica a ser implementada. Assim, as buscas por respostas passam a depender do emprego de diversas opções metodológicas: uma investigação, por exemplo, que tenha alicerces sustentados no uso do método quantitativo, o pesquisador, caso deseje apreender a complexidade dos eventos que influenciaram nas mudanças dos objetos estudados, necessitaria do emprego do método qualitativo para obter uma resposta mais consolidada. (SOUZA JÚNIOR, 2009, p. 29).

As respostas que esta tese terá (conclusões a que chegaremos por meio deste estudo), (não deverão ser tomadas como) com certeza não serão a verdade absoluta, mas em função da metodologia empregada, qual seja a qualitativa, estará mais próxima da realidade estudada. Mesmo porque, qualquer trabalho científico sobre uma dada realidade será insuficiente para interpretá-la adequadamente, no entanto, o método qualitativo permite verificar quais as razões que levaram os sujeitos envolvidos na pesquisa a

produzirem seu espaço de uma forma e não de outra. Conforme nos assegura Souza Junior (2009),

O método qualitativo permite, pois identificar as motivações que levam os sujeitos sociais ao exercício de suas práticas espaciais, sendo importante a fundamentação de elementos que sustentem a produção de um discurso capaz de representar o posicionamento de todos os segmentos sociais. (SOUZA JÚNIOR, 2009, p. 30).

O contato do pesquisador com a realidade estudada por meio da pesquisa de campo é muito importante na investigação científica na metodologia qualitativa utilizada neste trabalho. Seguindo as orientações de Santos e Pessoa (2009),

Partimos do pressuposto de que a pesquisa de campo é instrumento necessário e indispensável para a realização de investigação de qualquer natureza, e ao se tratar da pesquisa de campo geográfica, a sua importância é ampliada, pois é, neste momento que o pesquisador entra em contato direto com a realidade a ser estudada, interagindo com seus sujeitos/objetos, obtendo as condições para entender como os entrevistados se percebem, estabelecendo uma análise coerente, ao diferenciar a sua percepção sobre os entrevistados, respeitando, principalmente, como estes se concebem inseridos em suas próprias dinâmicas de vida e trabalho. (SANTOS, PESSÔA, 2009, p. 123 - 4).

Dessa forma, em nosso estudo as fotografias, as entrevistas semiestruturadas são de importância ímpar para melhor entendimento acerca da paisagem urbana de Araguaína – TO. A sua história no tempo e no espaço, sua cultura, além, é claro, dos aspectos naturais que fazem parte desse arranjo espacial, são aportes fecundos na produção deste trabalho.

A configuração urbana de Araguaína tem em si própria o jeito de ser de seu povo, de sua história, de sua cultura, de sua política, de sua economia, enfim, de sua holisticidade. Esse todo holístico nunca será apreendido por nenhuma ciência, no entanto, uma aproximação desse real pesquisado só será possível mediante a pesquisa qualitativa, por se tratar de uma pesquisa na área de ciência humana. Assim sendo, a pesquisa de campo é extremamente importante, pois envolve desde a observação do pesquisador que também é parte do processo de produção do espaço urbano araguainense, bem como das entrevistas, as fotografias e, principalmente, o aporte teórico-metodológico que deu sustentação este trabalho. Para Santos e Pessoa (2009),

A reflexão acerca da importância da pesquisa de campo é iniciada por nós, partindo do princípio de que o pesquisador não se difere dos indivíduos a serem pesquisados, porém

tem suas responsabilidades multiplicadas, pois, em princípio, é ele (o pesquisador) que detém o conhecimento científico, mas necessita conhecer o fenômeno, por meio da pesquisa de campo, o que se obtém no contato com o meio social que se pretende investigar para elaborar suas teorias. (SANTOS, PESSÔA, 2009, p. 124).

A teoria se torna mais importante quando é “*confrontada*” com a realidade. Ou seja, o pesquisador precisa refletir sobre seu trabalho por meio do conhecimento que a sociedade possui sobre a realidade estudada. Não basta o conhecimento teórico, é preciso trabalhar tanto com a teoria quanto com o conhecimento prático das pessoas pesquisadas, para melhor se aproximar desse “*todo*” denominado de realidade estudada. Como afirmam Santos e Pessoa (2009),

Assim, o pesquisador tem uma grande responsabilidade ao realizar uma pesquisa de campo e, dessa forma, vemos a necessidade de nos questionar até que ponto somos sujeito ou objeto da pesquisa, pois há uma interação que, em muitos casos, o pesquisado não tem o conhecimento acadêmico detido pelo pesquisador, mas tem um conhecimento que é essencial para que, em outra escala, possa contribuir para o processo de construção do conhecimento. (SANTOS, PESSÔA, 2009, p. 124).

Por outro lado, à ciência é atribuído um papel norteador nos rumos da sociedade. Quase tudo que se cria e se inventa em nossa sociedade, a ciência tem sua grande contribuição. Talvez, por isso ela se torna a “*dona da verdade*” ao explicar este ou aquele fenômeno, apesar de não possuir a verdade absoluta, pois a verdade absoluta não é ciência. A verdade absoluta é dogma, é religião, é qualquer outra coisa, menos ciência. Senão vejamos:

A ciência constitui-se, historicamente, na grande portadora da *verdade* e da resposta capaz de explicar tudo sobre tudo. O desenvolvimento do modo capitalista de produção, acompanhado da criação acelerada de tecnologias, foi responsável por potencializar o papel da ciência como processo mecânico de descoberta da verdade. Nesse processo, que fez do conhecimento científico um *guia* para a vida humana, os saberes constituídos, cotidianamente, por diferentes sociedades foram, de modo crescente, perdendo importância explicativa dos eventos naturais e sociais. (CARVALHO, SOUZA, 2009, p. 139).

A subjetividade durante muito tempo não fazia parte da pesquisa dita científica e filosófica. A pesquisa científica e filosófica era pautada na objetividade e sua “*verdade*” dependia muito dessa objetividade. É evidente que as ciências ditas naturais e exatas ainda continuam trabalhando com essa objetividade. Parte dos pesquisadores das ciências

humanas e sociais e a filosofia também, em alguns casos, trabalham essa metodologia quantitativa. A metodologia da “*exatidão*” matemática, “*inegável*” e “*inquestionável*”, a pesquisa do experimento. Não é este o caso. Para Borges (2009),

A pesquisa científica, durante muito tempo, foi pensada apenas como algo que deveria ser norteado pelo rigor metodológico, num processo em que a objetividade seria o fio condutor de todas as etapas. O pesquisador estaria então “protegido” de uma subjetividade, tanto sua quanto do outro, a do pesquisado, reduzido, então, a objeto de onde se obtém dados. Muitos pesquisadores das Ciências Sociais e/ou Humanas, ao refletir sobre sua prática, perceberam deficiências que esse rigor provocava nas pesquisas. (BORGES, 2009, p. 183).

Dessa forma, entre as ciências sociais e humanas e seus resultados têm sido interessantes para o conhecimento. Ela tem uma abrangência muito salutar nos contextos sociais e culturais e nos avanços das discussões científicas nos últimos tempos. O homem dentro desta pesquisa não é apenas número, não é apenas a parte física do processo. Ele é também o imaterial, o pensar, o ser, o abstrato que se concretiza na materialização de suas ideais, e seus pensamentos colocados na prática cotidiana. Segundo Matos e Pessoa (2009),

Além da antropologia e da sociologia, a pesquisa qualitativa, após a metade do século XX, tem feito parte de estudo de várias ciências. Na geografia, a pesquisa qualitativa tem contribuído para estudos realizados, principalmente, na perspectiva marxista e fenomenológica, proporcionando, dessa forma, abrangência de pesquisa de cunho social e cultural. Na verdade, os métodos qualitativos são propícios e recomendados quando o contexto social e cultural constitui elemento importante na pesquisa e também quando os objetivos não se delineiam na quantificação e, sim, na interpretação. (MATOS, PESSÔA, 2009, p. 290).

Nesta perspectiva, nosso trabalho está pautado na fenomenologia, como já afirmamos antes e, por sua vez, diretamente ligado à interpretação da realidade à luz do cotidiano urbano de Araguaína (do espaço investigado), na compreensão de sua paisagem urbana. Mendes e Pessoa são da opinião de que:

A pesquisa deve ater-se à questão ligada, especificamente, à problemática da essência das coisas, dos objetos, o que remete à complexidade que envolve o fazer ciência e o apelo à seriedade, à responsabilidade, ao compromisso e à ética, que devem orientar a prática dos pesquisadores científicos. O conhecimento é aplicado a objetos reais e ideais, e não se pode atingir a certeza do conhecimento de sua essência última. (MENDES, PESSÔA, 2009, p. 511).

Na perspectiva da pesquisa qualitativa é muito interessante que haja o envolvimento do pesquisador com o objeto de sua pesquisa. Aqui, no caso específico, estudar a paisagem urbana de Araguaína – TO é muito importante para o pesquisador em questão, uma vez que o mesmo também é parte integrante da realidade estudada. Ele vive o cotidiano da cidade também, assim como seus entrevistados. Assim sendo:

A pesquisa qualitativa procura, então, resolver essas deficiências e ela pode ser entendida como resultado de uma busca que parte de alguns princípios. Entre eles, podemos destacar que: só é possível conhecer profundamente aspectos da vida de uma sociedade ou de uma cultura, quando há um envolvimento pessoal entre o pesquisador e o quê/quem ele investiga; pensar pesquisa, escolher os métodos, delimitar sua área ou seu objeto é muito mais um resultado de uma escolha política, realizada mediante uma relação pessoal estabelecida ou que se vai estabelecer, não são apenas os pressupostos teóricos que vão orientar o processo, mas também a maneira como o pesquisador se integra à pesquisa, seus modos de interpretar e de se relacionar com o objeto irão interferir nos resultados. (BORGES, 2009, p. 184).

A pesquisa em si envolve um posicionamento político, social, cultural, ético, estético e econômico do pesquisador, mesmo porque, ele assume que a neutralidade científica não existe. O pesquisador toma “*partido*” da questão estudando e buscando com os seus resultados, demonstrar que é possível melhorar a realidade a partir da inserção desse “*diagnóstico/prognóstico*” na prática cotidiana no/do lugar. Para Borges (2009),

Diante da importância e do crescente uso da pesquisa qualitativa na Geografia, deparamo-nos com a urgente necessidade de compreender e sistematizar a fundo os métodos e as técnicas por ela empregados. Para aqueles que se aventuram na busca, em campo, do entendimento das várias manifestações humanas no espaço, principalmente quando relacionadas diretamente com a cultura, a observação participante tem sido capaz de fornecer bons instrumentos para identificar e estabelecer relações com os estudos teóricos. (BORGES, 2009, p. 185).

O estudo é uma interpretação da realidade vivida por seus atores sociais em consonância com a teoria. Quer dizer, o pesquisador se envolve na pesquisa empírica associando-a a teoria e vice-versa, além de buscar as respostas dos atores envolvidos na realidade pesquisada. Enfim, a pesquisa qualitativa trabalha o conjunto que envolve pesquisador, pesquisado e a própria teoria que dá suporte a toda discussão do estudo em si.

O resultado de tudo isso é uma interpretação que se aproxima da própria realidade. Para Matos e Pessôa (2009),

A pesquisa qualitativa, por ser uma abordagem mais interpretativa que se propõe a traduzir e expressar o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer análises. (MATOS, PESSÔA, 2009, p. 282).

A pesquisa qualitativa é essencialmente voltada para a interpretação, exige análise do objeto de estudo. Não é apenas a decodificação de dados em tabelas, gráficos, quadros ou fotos. Ela é muito mais que isto. Ela supõe interpretação que está além da objetividade. Ela é também subjetiva. Matos e Pessôa (2009) continuam afirmando que:

A pesquisa qualitativa, tendo como característica relevante a interpretação, a capacidade de o pesquisador articular teoria e prática, é fundamental. Por isso, é indispensável o trabalho de campo e a escolha dos recursos a serem utilizados para a coleta de dados como parte integrante da pesquisa. Assim, é necessário que o pesquisador tenha postura teórico-metodológica para compreender a problemática pesquisada. (MATOS, PESSÔA, 2009, p. 290).

A pesquisa qualitativa, segundo Matos e Pessoa (2009), exige uma capacidade relevante do pesquisador no sentido de interpretar bem a realidade, articulando-a com a teoria. É necessária uma análise crítica do pesquisador para que o mesmo debruce seu olhar sobre a problemática pesquisada para assim compreendê-la de forma satisfatória do ponto de vista científico. Conforme Silva e Ramires (2009),

Portanto, estudar fenômenos sociais, processos sociais, fatos sociais e outros do ponto de vista qualitativo são algo complexo, devido às variáveis que o envolvem, carregadas de diferentes significações, em que a subjetividade se apresenta como um traço fundamental. (SILVA, RAMIRES, 2009, p. 340).

As significações subjetivas do objeto estudado devem ser levadas em consideração pelo seu pesquisador e isso se torna ainda mais desafiador na pesquisa qualitativa. Há a necessidade de uma flexibilidade maior tanto teórica quanto epistemologicamente falando para se compreender melhor a realidade estudada. Para Silva e Ramires (2009),

A ciência geográfica é dotada de um conjunto das categorias, conceitos e princípios geográficos e ambientais que permite uma flexibilidade teórica e epistemológica para tratá-los cientificamente, sendo assim, necessário um maior rigor do método e da metodologia nas pesquisas desenvolvidas. (SILVA, RAMIRES, 2009, p. 340).

A pesquisa qualitativa exige procedimentos metodológicos confiáveis e domínio teórico por parte do pesquisador. É o que estamos buscando nesta tese ao se trabalhar com a teoria (desde o) no primeiro capítulo (e nos demais também). Estamos sempre buscando articular a teoria e a prática para que o trabalho seja compreensível e dê melhores contribuições científicas à realidade aqui pesquisada, nesse sentido,

a pesquisa qualitativa é um caminho que também vindo sendo empregado na Geografia, mas, para que as pesquisas que adotam esse viés metodológico sejam confiáveis, assim quanto as que adotam procedimentos quantitativos, é necessário um nível mínimo de teoria e domínios dos procedimentos metodológicos de caráter qualitativo. (SILVA, RAMIRES, 2009, p. 340).

A compreensão da problemática aqui pesquisada passa pela teoria e a prática cotidianas das pessoas no trabalhar a paisagem urbana de Araguaína e por isso mesmo suas falas são de extrema importância neste trabalho. A fotografia, como se pode observar, é muito importante também para uma melhor compreensão da problemática em tela.

2. A CONSTRUÇÃO DO TOCANTINS E SUAS PAISAGENS

Este capítulo tem por objetivo discutir a construção do território tocaninense e suas paisagens a partir do cenário criado pela mineração evidenciada em terras goianas no século XVIII, período de seu auge, bem como em sua decadência. As alternativas encontradas por meio da criação extensiva do gado, como forma de sobrevivência de sua população e as marcas evidenciadas na construção de suas paisagens também são importantes para se entender parcialmente a construção territorial do Tocantins.

Iniciaremos o atual capítulo discutindo a ocupação do cerrado brasileiro, num primeiro momento pela exploração da mineração e, posteriormente, observando os Programas do Governo Federal para a sua dinamização aos moldes capitalistas de produção do espaço geográfico.

Depois discutiremos ainda neste capítulo a Construção de Brasília como eixo estruturador de ocupação do interior do Brasil, passando também pela leitura interpretativa da construção da BR – 153 e o novo impulso econômico do município de Araguaína – TO, além de uma breve leitura do processo de emancipação político-administrativa do Estado do Tocantins a formação da sociedade urbana em seu território.

Evidencia-se, desta maneira, que o município teve um crescimento econômico após a aplicação de políticas públicas que (coadunaram) caminharam na mesma direção. É claro, estas transformações tiveram um peso enorme na configuração urbana da cidade de Araguaína. Ou seja, a cidade cresceu de forma acelerada (estamos nos referindo à realidade norte-tocantinense) sem que houvesse um acompanhamento das infraestruturas mínimas necessárias. Esse desarranjo espacial da cidade é que dá a sua atual feição urbana que hoje estamos estudando. A sua paisagem urbana vai se corporificando ao longo dos últimos anos de acordo com os interesses envolvidos em sua conformação.

2. 1 - A Mineração no Processo de Ocupação de Goiás

Para se entender um pouco sobre o processo de ocupação de Goiás, principalmente a sua Região Norte (atual Tocantins) nos dias de hoje, faz-se necessário recorrermos ao seu processo histórico, no período de mineração, por exemplo. É preciso voltar um pouco no tempo e buscar as reminiscências do passado para descortinar parcialmente os interesses havidos nessa configuração espacial de então. Para Lira (2011),

No decorrer dos séculos XVI e XVII, o interior do Brasil permanecia num isolamento quase que total. Isso devido ao sistema de colonização introduzido no país pela coroa portuguesa, voltada para a produção açucareira de exportação e baseada no latifúndio monocultor, tais atividades se concentraram na faixa litorânea devido às condições favoráveis do clima, dos solos e dos meios de transportes. (LIRA, 2011, p.42).

Quais eram os interesses da época colonial? Como penetrar no interior do Brasil com as técnicas rudimentares da época? Era preciso então se ter um “*sentido real*” para que houvesse essa ocupação. Mas ela tardiamente, se for comparado com a ocupação do litoral brasileiro, também veio. Ela veio de forma a atender aos interesses da coroa portuguesa, em outro momento histórico, por meio das entradas das Bandeiras. Ainda conforme Lira (2011),

Com o advento das Bandeiras penetrando no interior do Brasil em busca de ouro e da caça ao índio, a porção central do Brasil começa a ser desbravada. Definitivamente, no século XVIII essas atividades intensificaram-se no Centro-Oeste, depois especificamente, no Estado de Goiás, que sofreu duas frentes de penetração, segundo Doles (1973) em seu livro “As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX”, foram: uma oriunda do norte, que foi pela via fluvial do Tocantins e Araguaia penetrou a porção setentrional de Goiás, e a outra paulista, advindo do litoral paulista, penetrando pelo Sul de Goiás. (LIRA, 2011, p.42).

As atividades mineradoras se intensificaram no Centro-Oeste com duas frentes de penetração, sendo uma pelo Norte (atual Tocantins) pelos rios Tocantins e Araguaia e, a outra, pelo Sul de Goiás. Aqui, talvez começa a diferenciação das duas áreas ocupadas. Geralmente, pelo Norte se tinha a entrada de nordestinos e paraenses; e, pelo sul, paulistas e mineiros. A forma de ocupação se difere entre si e, conseqüentemente, agrava ou começa a grande “*rivalidade*” das duas áreas de um mesmo território. Segundo Assis (2009),

Admite-se, atualmente, que, em 1722, quando aportava em território goiano à bandeira Anhanguera, o gado já se fazia presente na margem oriental de Goiás e Tocantins, Seguindo o leito do São Francisco e atravessando o Espigão Mestre o gado teria antecedido a mineração em Goiás, conforme afirma Paulo Bertran. Podemos assegurar, portanto, que a mineração e a pecuária conviveram lado a lado, ao longo do século XVIII. (ASSIS, 2009, p. 63).

Por outro lado, também se discute a importância da criação de gado, mesmo no período minerador. Ou seja, a pecuária era quem dava “sustentação” à atividade mineradora.

Não obstante, durante o ciclo do ouro, a pecuária constituía atividade de importância secundária, não figurando entre as preocupações da administração, totalmente absorvida com a extração do metal reluzente. A pecuária permaneceu “à sombra do ouro” durante o apogeu da mineração, quando a criação serviu basicamente ao abastecimento da população das minas. Esse quadro viria a se alterar com a rápida estagnação das minas, já no quarto final do século XVIII. (ASSIS, 2009, p. 63).

A atividade pecuária, também conseguia sobressair diante das dificuldades sertanejas de transportes, por exemplo, porque abastecia o mercado interno, no entanto, era tida apenas como secundária no processo de desenvolvimento econômico e social da região. Quando se afirma que era apenas para o abastecimento interno, então, significa dizer que não precisava tanto dos meios de transportes para existir.

O processo de colonização do território do atual Estado do Tocantins é complexo e varia segundo a historiografia estudada. Há mesmo divergências de interpretação de precedência histórica entre as entradas e bandeiras dos paulistas, como o ciclo da criação de gado pelo homem do Nordeste brasileiro. Embora sejam responsáveis pelas primeiras expedições nas terras tocantinas, as bandeiras praticamente em nada contribuíram para a colonização do antigo Norte de Goiás. Isso, porque a missão dos bandeirantes era aprisionar os nativos, usando-os como mão-de-obra nas lavouras de açúcar em São Paulo. Ou para citar Capistrano de Abreu. “bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentil indígena”. (SILVA, 1996, p. 25).

Por outro lado, há quem diga da complexidade da ocupação do atual Estado do Tocantins, como se pode ver na afirmação de Silva acima, onde as entradas e bandeiras em nada contribuíram para a sua ocupação efetiva. Por outro lado, Gomes e Teixeira (1993) nos afirmam que:

Durante a mineração do ouro nas regiões de Goiás e Tocantins, todo o garimpo em princípio se transformava em um núcleo de povoamento urbano. A descoberta do ouro pelos bandeirantes atraiu inúmeras pessoas para as minas. Lugarejos sem nenhum conforto foram surgindo ao longo dos córregos e ribeirões, nos fundos dos vales ou nas encostas dos morros. Dependendo da fartura ou escassez de ouro, esses lugares tornavam-se vilas mais ou menos importantes ou, o que era mais comum, desapareciam viravam apenas *taperas* e ruína. Apesar dos problemas existentes, no interior do Brasil (áreas de Goiás, Tocantins,

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais) a mineração foi à atividade que maior influência exerceu para o aparecimento das cidades nos séculos XVIII e XIX. (GOMES, TEIXEIRA NETO, 1993, p. 67-9).

Já Parente (2002) nos alerta para outra situação interessante no período da mineração. A forma que o Norte de Goiás (atual Tocantins) era tratada pela Coroa Portuguesa. Havia um tratamento desigual para o Sul e o Norte do Estado de Goiás, por parte da Coroa Portuguesa. É evidente que esse tratamento desigual continuou após a independência do Brasil em relação a Portugal. Tudo isso reforçava cada vez mais a vontade dos nortenses de se tornarem independentes do Sul de Goiás. Para Parente, (2002),

O norte de Goiás sempre sofreu medidas que freavam o seu desenvolvimento enquanto durou a melhor fase do ouro. Quando do descobrimento das primeiras lavras no sul da Capitania, a Coroa restringiu o escoamento do ouro a um único caminho. Com o surgimento das minas no norte, foi proibida a navegação fluvial, eliminando-se, portanto, a maneira fácil e econômica de a região atingir outros mercados consumidores, pelos rios Tocantins e Araguaia: os portos marítimos das capitais do norte da Colônia. (PARENTE, 2002, p. 174).

Isso já nos indica alguns elementos para entendermos os muitos movimentos separatistas do Norte goiano do restante do Estado de Goiás. A própria Coroa Portuguesa dispensou tratamentos diferentes em relação às duas regiões do Estado. Conforme Silva (1996),

Na fase de exploração de ouro no Tocantins reinava o espírito predatório e aventureiro do explorador, sem qualquer compromisso com a construção de edifícios sólidos ou com a formação e bem-estar da sociedade local. Por isso, as casas eram de palhas, de pau-a-pique ou com paredes de adobe, sem exigências para o conforto de lar doméstico. As únicas edificações com caráter permanente, feitas rochas, eram os templos, ponto de crença e religiosidade para os quais todos contribuíam. (SILVA, 1996, p. 100).

Voltando à formação do território tocantinense é interessante observar que suas paisagens são formadas a partir do contexto da mineração. Talvez isso explique parcialmente a falta de compromisso que o poder público local e a própria população tem com a organização espacial urbana de suas cidades. Inserimos a população no contexto da construção do espaço urbano das cidades, quando nos deparamos com as atitudes que vislumbram um verdadeiro abandono aos espaços públicos, ou até mesmo, o uso

inadequado (invasão de espaço público pelo uso privado), etc. Para Gomes e Teixeira Neto (1993),

Mais de dois terços das atuais cidades goianas e tocantinenses nasceram de núcleos mineiros ou de atividades agropastoris sob múltiplos aspectos (fazendas, colonização, dons patrimoniais e paroquiais, loteamentos rurais, etc.). A mineração foi um fato de urbanização por excelência. A agropecuária foi, num primeiro momento, o principal elemento de mobilização populacional; num segundo momentos, elementos de urbanização. As fazendas surgiram inicialmente para abastecer as minas de víveres essenciais; daí nasceram múltiplas atividades, principalmente as comerciais e de troca de produtos. (GOMES, TEIXEIRA NETO, 1993, p. 67).

A atividade mineira e a atividade agropastoril nos ajudam a compreender melhor esta tese. Além dessa construção territorial antagônica da paisagem urbana que acontece em praticamente todas as cidades brasileiras e muitas mundiais, há que se levar em consideração a sua origem histórica e sua formação econômica e sociocultural. As cidades tocantinenses têm suas raízes fincadas nesse processo histórico de construção territorial, mas isto será discutido depois. Voltemos ao período minerador como processo de ocupação o do atual Estado do Tocantins.

Fotografia 9 – Natividade/TO e sua paisagem arquitetônica



Fonte: caminhosdointerior.blogspot.com. acesso em 17 de janeiro de 2013

Por meio da fotografia 09 podemos ver traços do período da mineração/colonial na Paisagem Urbana de Natividade, no Estado do Tocantins. É uma imagem que retrata a opulência da época áurea do ouro no então Estado de Goiás, mas, ao mesmo tempo,

demonstra também a sua decadência enquanto economia do lugar. Estas construções em pleno sertão goiano, com certeza, demonstram a sua riqueza naquele momento histórico.

A dinâmica das populações na região determinou um grande afluxo de maranhense para o extremo norte de Goiás. A população do norte goiano ligava-se às regiões Norte e Nordeste do Brasil em razão de laços de consangüinidade, bem como de relações de natureza econômica, política e cultural. (ASSIS, 2009, p. 88).

Aí está uma das razões sociocultural do Tocantins que demonstram como a formação do território tocantinense foi se configurando ao longo do tempo, mesmo após o período minerador. E por falar em período minerador, há indícios de que a ocupação do norte goiano o antecede.

Fotografia 10 - Ruínas em Natividade – TO, uma paisagem do passado no presente



Fonte: caminhosdointerior.blogspot.com. acesso em 17 de janeiro de 2013

A fotografia 02 nos mostra novamente a imponência da arquitetura do período da mineração no antigo Norte de Goiás (atual Tocantins). Isto retrata bem a riqueza versus pobreza da região no momento histórico de sua ocupação por mineradores. Mesmo porque esta construção, bem como, muitas outras, tem trabalho escravo que alavancou parte significativa do progresso econômico de alguns “*privilegiados*” do sistema adotado pela Coroa Portuguesa e depois, continuou, após a independência do Brasil. Para Silva (1996),

Os currais de gado anteciparam à mineração de ouro no Tocantins, através de numerosas picadas abertas para animais de carga e boiadas em direção a Pernambuco, Piauí e Bahia.

As concessões de terras no Norte do país, para as fazendas criação de gado eram medidas em léguas e abrangiam geralmente maior extensão territorial do que no Sul. (SILVA, 1996, p. 46).

Os currais que antecederam a mineração no Norte goiano (atual Estado do Tocantins), após a decadência da mineração, agora voltam para dar continuidade à economia e à sobrevivência ao lugar. Os currais se tornam a base de sustentação econômica da região. Segundo Parente (2002),

A partir da decadência da mineração, há uma clara involução da economia, que deixa de ser oxigenada pelo ouro e entra num processo de estagnação econômica, posto que não existiam mercado e nem capacidade de competir com outras regiões do país, dados os seus custos de transporte e sua escassez de mão-de-obra. E, na economia de subsistência, a população encontra mecanismos de resistência para que possa se integrar, mesmo que lentamente, a uma nova forma de atividade econômica baseada na produção agropecuária, que predomina até hoje, e constitui a base da economia do atual Estado do Tocantins. (PARENTE, 2002, p. 180).

O isolamento geográfico da região só pode ser amenizado por meio das invernadas de gado. Mesmo porque a região já possuía uma potencialidade natural de produção do gado, ou seja, uma pastagem natural. Não era nem preciso “*formar pastagens*”. Conforme Assis (2009),

A possibilidade de o gado transportar-se, possibilitando alcançar os distantes mercados consumidores, fez da pecuária a única atividade capaz de superar o isolamento geográfico do sertão. No quadro de dificuldades econômicas, característico do século XIX em Goiás, a pecuária destacou-se como a única atividade de caráter eminentemente comercial, sendo a lavoura voltada para a subsistência dos próprios plantadores, sendo o pouco excedente comercializado nos arraiais locais. (ASSIS, 2009, p. 63).

Diante da economia mineradora decadente, “*os governantes goianos voltam as suas atenções para as atividades econômicas que antes sofreram proibições, na tentativa de soerguer a região da crise que se lhe abatera*”, como afirma Parente (2002), demonstrando assim a necessidade de um redirecionamento em sua produção econômica e social, pois os recursos minerais são finitos e sua exploração extrativista também o é. Desta forma, indiscutivelmente, o Norte de Goiás precisou tomar outros caminhos econômicos. No entanto,

O isolamento do território continuava, no entanto, sendo um grande obstáculo ao desenvolvimento pleno do potencial econômico goiano, penalizando, sobretudo, a agricultura, impossibilitada de exportar o seu excedente, em função da existência de meios de transportes modernos. A pecuária como única atividade capaz de alcançar os principais centros consumidores do país, continuava sendo o principal setor da economia do estado, na mesma medida que os setores pecuaristas controlavam a vida política em Goiás. (ASSIS, 2009, p. 101).

As relações sociais no processo de produção naquele período era o escravocrata, como em quaisquer outras partes do País. No caso específico tem alguns agravantes, entre os quais, se destacam a distância das áreas mais consolidadas economicamente e, por isso mesmo, a relação comercial ficava comprometida.

Enquanto perdurou a economia mineratória na região goiana, outro tipo de produto não foi produzido visando-se à exportação. A alta rentabilidade do ouro não deixava margem para que fossem desviados braços para trabalhar na lavoura, com o objetivo de produzir alimentos e mesmo outros objetos de uso, o que tornou os preços dos gêneros de consumo nas minas abusivos e favoreceu a especulação. Eram muitas as dificuldades de transportes desses produtos, conduzidos por longos e difíceis caminhos, na verdade picadas. Percorriam-se regiões despovoadas e corria-se o risco de ataque por parte da população autóctone. (PARENTE, 2002, p. 174).

Por outro lado, o governo redireciona sua política de ocupação/produção do espaço geográfico de Goiás, tendo a atenção voltada para a agricultura e pecuária, uma vez que estas fixariam o homem na região, além de tirá-la da pobreza imposta principalmente pela mineração. Geralmente, onde se produz o ouro (riqueza mineral), produz em contrapartida e pobreza alimentar, pois ninguém ou quase ninguém se ocupa das atividades agrícolas e pecuárias, já que a extração do ouro dá mais dinheiro. Para Parente (2002),

O governo toma consciência de que não seria através da mineração que a capitania de Goiás sairia da crise em que se encontrava: só através do povoamento, da agricultura, da pecuária e do comércio com outras regiões, que ela poderia retomar o fluxo comercial de antes. Nesse momento, então, como saída para a crise, voltam às possibilidades de ligação comercial com o litoral, através das capitanias do norte, pela navegação fluvial dos rios Tocantins e Araguaia, chegando até os portos marítimos do Pará. (PARENTE, 2002, p. 177).

Mesmo o governo tendo a “consciência” do estancamento das minas de ouro e vendo a agropecuária como alternativa econômica do/no norte do Estado goiano, havia

também o problema da circulação de mercadorias, circulação das ideias (notícias, por exemplo), enfim, os transportes ainda eram o “*calcanhar de Aquiles*” da região, por isto,

Nosso Estado sempre teve no transporte fluvial seu principal veículo de mercado. Até o início deste século, o Tocantins mantinha o seguinte itinerário: - com o Rio de Janeiro, ex-captial: descia-se o caudaloso rio até Belém, daí seguindo de navio costeiro, pelo mar. Para Salvador: a cavalo, até Barreiras (ex-picada da Bahia), daí prosseguindo viagem até o médio São Francisco, onde descia o grande rio até a vila de Juazeiro, para embarcar na estrada de ferro até Salvador. O Sul do Tocantins tinha outro itinerário, com vila Boa, ou Triângulo Mineiro: a cavalo até o porto de Leopoldina (Aruanã), no Araguaia, daí seguindo de embarcação. (SILVA, 1996, p. 88).

Mesmo havendo essa preocupação com o escoamento da produção, apesar de ser incipiente, devido ao modelo de exploração anterior, qual seja, o minerador, o incentivo ao processo produtivo de alternativas econômicas e sociais não era dado por parte do governo a quem ousasse redirecionar o seu labor cotidiano, como nos afirma Parente (2002), a seguir:

Muito embora houvesse já uma preocupação com o escoamento da produção, não levava em conta o próprio processo de produção, haja vista não ocorrer nenhum estímulo por parte do governo para que os poucos agricultores se dedicasse às suas produções. A partir do declínio do ouro, a conjuntura de crise que se abatera em toda a colônia não tornava favorável a exportação dos produtos que porventura se viessem a produzir. (PARENTE, 2002, p. 179).

Havia a necessidade de mudança no processo de produção no Estado de Goiás, isto só se deu de forma bastante lenta, na grande maioria, apenas como maneira de sobrevivência de sua população, senão, vejamos:

Assim, depois que se instalou a crise, todas as tentativas de retomar a Capitania ao ritmo alcançado durante a fase aurífera foram infrutíferas, pois só muito lentamente é que a região goiana começou a buscar novas formas econômicas de sobrevivência. (PARENTE, 2002, p. 180).

Assim, se tem o modelo econômico, o minerador entrando em decadência não apenas em Goiás, mas também em Minas Gerais e Mato Grosso e a sua população carecendo de um novo alento produtivo. Goiás, como não poderia ser diferente, naquele momento, volta-se para a produção agropastoril. No entanto, o seu “*Norte*” continuava

sendo a região mais “*atrasada*” e, por isso, acirrava-se ainda mais a “*disputa*” entre o Sul e o Norte.

Por outro lado, o governo acena com políticas públicas de ocupação não só para esta parte do território brasileiro, mas também em outras áreas do país. O governo federal passa então, a criar mecanismos para a efetivação da ocupação do Centro-Oeste brasileiro, bem como da Amazônia Legal. É o que veremos a seguir.

2. 2 - Os Programas do Governo Federal para a ocupação do cerrado brasileiro e da Amazônia Legal

Ao discutirmos a ocupação do cerrado e da Amazônia Legal (que ocorre com maior intensidade a apoio do governo federal, a partir da Segunda Guerra Mundial) nesse novo cenário econômico que foi criado por políticas dirigidas pelo Estado Brasileiro, precisamos levar em consideração que a economia do mundo passava por transformações jamais vistas na história da humanidade e que essas mudanças tomavam por base a incorporação de novas áreas de produção ao seu modelo de apropriação capitalista do espaço. Aliás, exigiam a incorporação de novos espaços no cenário criado a partir de então. O espaço geográfico mundial se tornava cada vez menor. As distâncias geográficas e históricas ficavam cada vez menores, principalmente, pelo alto grau de tecnologia que era aplicada nessa nova organização espacial. Segundo Marouelli (2003),

Infelizmente a ocupação econômica dos Cerrados tem ocorrido sem um adequado planejamento: os Cerrados são vistos pelos planejadores, financiadores e agricultores apenas como chão a ser ocupado, isto é, só se aproveita no Cerrado enquanto substrato para as atividades agrícolas, como se não houvesse mais nada de aproveitável na região. (DIAS apud MAROUELLI 2003, p. 14).

A nova organização espacial do cerrado e da Amazônia Legal é eminentemente capitalista e como tal precisa se expandir de qualquer forma para aviltar cada vez mais seus lucros. Dessa forma, são construídas várias bases de sustentação a esse novo modelo. Novas tecnologias são implantadas no lugar e isso muda indiscutivelmente sua paisagem geográfica, além de possibilitar que se desfaçam todas as outras relações que as pessoas possuíam com o lugar e com seus semelhantes. No entanto, não é só o fator econômico que impera na organização espacial deste ou daquele lugar. Para Santos (2004),

O espaço organizado não pode ser jamais considerado como uma estrutura social dependendo unicamente da economia. Se esse pudesse ter sido o caso em situação do passado, nos dias de hoje é mais que evidente o fato de que outras influências interferem nas modificações da estrutura espacial. O dado político, por exemplo, possui um papel motor. Um exemplo: quando o Estado toma a decisão de reordenar o território para melhor assegurar sua soberania. As preocupações com a segurança, que constituem uma doutrina, enquadram-se na mesma dimensão. Por motivos que o resto da sociedade civil não tem condições para discutir, os órgãos de segurança de um Estado podem solicitar ou mesmo exigir de um governo o povoamento das regiões fronteiriças ou a construção de estradas, portos e aeroportos considerados como estratégicos. Para tomar um caso concreto, que pensar do povoamento da Amazônia pelos países incluídos em sua bacia, senão um caso típico de política internacional sugerido pelas realidades do nosso tempo? Em todas essas hipóteses, o que também se está fazendo é criar instrumentos de produção, mesmo que seja sem relação voluntária com a necessidade de produzir. Mas tais recursos serão chamados, de imediato ou no futuro, a exercer funções no processo produtivo. Entretanto, mesmo antes que esse “*capital dormente*” tenha um papel de relevo no processo produtivo, o processo espacial propriamente dito já começou. Modificada a distribuição total dos instrumentos de produção, há também modificação das relações entre as forças produtivas e das relações de produção no espaço total. (SANTOS, 2004, p. 184-5).

A organização espacial então será influenciada por decisões tomadas a milhares de quilômetros de distância do lugar de sua aplicação e essa fronteira agropecuária se desenha com o aval de agentes internos e externos ao lugar em consonância com o poder público vigente. É claro, como já comentamos, que essa (re) organização espacial indiscutivelmente mexerá com a estrutura social, política, econômica e ecológica do lugar, trazendo consequências até então inimagináveis a todo o ecossistema, por exemplo. Marouelli (2003), p. 15 assegura que: “*Além da expansão da fronteira agropecuária, outros fatores ameaçam a integridade dos ecossistemas e recursos naturais renováveis dos Cerrados: construção de grandes barragens e estradas, mineração, agrotóxicos e a expansão urbana*”. Mas, antes dessa reorganização espacial brasileira vir a cabo, atendendo às novas exigências do capitalismo mundial é interesse observar que:

Com efeito, à medida que se definia o papel do Brasil na divisão do trabalho, em escala mundial, redefinia-se, também, a posição do Centro-Oeste no cenário econômico nacional, através da sua inserção crescente no complexo agroindustrial. A extraordinária incorporação de espaços à agropecuária, estimulada pelos incentivos fiscais e financeiros, já se verificou num contexto de progressiva articulação da agricultura com o setor dominante da economia, o que respondeu pelo emprego maciço de maquinaria e de insumos de origem

industrial, num processo acelerado de modernização da agricultura regional. Este processo englobou, também, aquelas áreas do Centro-Oeste que, dotadas de melhores condições de acessibilidade aos centros mais dinâmicos do País, passaram por reestruturação técnico-produtiva, na qual tiveram papel fundamental empresários do sul e Sudeste que se beneficiaram dos referidos incentivos e dos diferenciais de preço da terra entre suas regiões e procedência e o Centro-Oeste. (MESQUITA, 1989, p. 149),

O Centro-Oeste brasileiro assume uma posição estratégica ao ser “*incorporado*” ao restante do país, nesse novo cenário econômico, político e social. Era preciso expandir a produção agropecuária do país para o seu interior. Os estados litorâneos já exerciam outras funções na organização espacial do país. Os centros consolidados já experimentavam o crescimento urbano que necessitava de novas áreas de produção de alimentos para abastecê-los. Para Ferrari (1989),

A expansão urbana experimentada por Rio de Janeiro e São Paulo, em fins do século XIX, geraria a ampliação do mercado consumidor de carne, que era abastecido, em parte, pelo gado proveniente de Goiás, principalmente, e de Mato Grosso. Uma das rotas principais do comércio do gado goiano estabeleceu-se via Triângulo Mineiro, visando a Região Paulista. Estimulados pela expansão do comércio do gado, invernistas mineiros criaram a primeira área exclusivamente de invernadas, em Barretos (SP) em 1890, onde se engordava o gado destinado aos frigoríficos de São Paulo. (FERRARI, 1989, p. 172).

O espaço regional se reestrutura para atender às novas exigências do mercado nacional/mundial por meio da intervenção direta do Estado Brasileiro no sentido de interiorizar a ocupação capitalista do espaço. Conforme Duarte (1989),

Fica explícito que a estrutura do espaço regional não está limitada às características do quadro natural ou do processo social desenvolvido pelos segmentos sociais que se apropriaram daquele território e o modelaram ao longo da sua história. A estrutura regional relaciona-se ao contexto nacional como uma totalidade social, sendo esta regida pela dinâmica da expansão capitalista. (DUARTE, 1989, p. 243).

As decisões acerca de como o homem vai reorganizar seu espaço geográfico dentro da ordem globalizante e globalizada, às vezes, independem de sua própria vontade. O homem comum obedece, em regras gerais, no mundo atual, às exigências impostas a si, pela organização espacial mundial, no seu processo reprodutivo da vida social, ambiental, cultural e econômico, aquilo que o capitalismo deseja e não o seu próprio desejo. Assim:

A organização espacial dos diferentes lugares já não se explica em si mesma, porque o centro de decisão das atividades desenvolvidas e, determinado lugar situa-se muitas vezes a milhares de quilômetros dali. A diferenciação de região, segundo essa ótica de ir além da descrição dos padrões espaciais, procurando ver as relações dialéticas entre formas espaciais e processos históricos que modelam os grupos sociais. (LEITE, 1994, p. 24-6).

A dialética da produção espacial deve ser levada em consideração ao se discutir este ou aquele local e sua formação territorial. Essa dialética é justamente, no sistema capitalista periférico, a criação/manutenção das desigualdades sociais, ambientais, espaciais, históricas, culturais, pois a mesma forma organizacional não está em todos os lugares ao mesmo tempo. Quer dizer, os tempos mudam o espaço e o espaço muda o tempo de acordo com suas características próprias e a natureza capitalista de produção que é a sua essência enquanto tal, a contradição como seu foco principal. Desta maneira, não será diferente no caso da ocupação do cerrado brasileiro e da Amazônia Legal. Essa ocupação é “moderna” com requintes de conservadorismo que impedem que a população de baixo poder aquisitivo tenha acesso às riquezas (re)criadas por este processo de produção capitalista do espaço. O passado está sempre presente “orientando” as “novas” formas de ocupação do território interior do Brasil. Martins (1999) comenta que:

O passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, fazendo da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa mais do que à primeira vista se vê. Uma sociedade de comparação difícil com as sociedades cuja dinâmica está pressuposta nos modelos de vida social que dominam os manuais de sociologia. O peculiar da sociedade brasileira, como de outras sociedades, está em sua história. Menos, obviamente, por suas ocorrências características e factuais. E mais pelas determinações que dela fazem mediação viva do presente. Histórica inacabada, o inacabado e o inacabável vão se revelando as determinações estruturais que demarcam o nosso trajeto, nosso nunca chegar ao ponto transitório de chegada; àquele define uma realidade configurada, marcada por seu próprio singular, seu modo de ser e de interpretar-se. (MARTINS, 1999, p. 11).

A ocupação desordenada – do ponto de vista ambiental, social, cultural de quem já estava habitando o local – vem acarretando muitos problemas ao cerrado, uma vez que ela não atende às exigências naturais, culturais e sociais do lugar. Essa ocupação está atendendo a interesses econômicos bem distantes do lugar. O progresso tão propagado pelas autoridades políticas e empresariais não atende às necessidades da sociedade como um todo. Se ele vem, vem de forma parcial, fragmentado, em prol dos interesses de um

grupo de privilegiados pelas políticas públicas que atendem apenas aos reclames do capitalismo sem levar em consideração os problemas sociais, culturais e ambientais advindos desse modelo de produção espacial. Para Martins (1999),

A história contemporânea do Brasil tem sido a história da espera do progresso. Como o progresso não veio, senão de um modo insuficientemente lento, essa história se transformou na história da espera da revolução. Mas a revolução também não veio (afinal, devia ser esperada ou devia ser feita?). Na verdade, a história brasileira tem sido a história inacabada, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim de períodos definidos, de transformações concluídas. Não é uma história que se faz. É uma história sempre por fazer. (MARTINS, 1999, p. 11).

Dessa forma, a ocupação se dá apenas levando em consideração o lucro exorbitante em detrimento do social, cultural e ambiental. O interesse econômico prevalece em relação aos outros interesses e isso acaba ocasionando vários transtornos exógenos ao lugar. A lógica do capitalismo periférico é a lógica do lucro fácil e para isto acontecer com galhardia, por assim dizer, o Estado tem um papel preponderante em suas ações e planejamentos de ocupações/migrações destes “*espaços vazios*”. Para Souza (2009),

O Estado apareceu nesse cenário como o grande interlocutor das políticas regionais, através de alianças firmadas com o capital monopolista. O governo federal foi aos poucos abrindo as portas da fronteira para o capital. Resultou desse processo à implantação de projetos agropecuários, extrativistas e mineradores que funcionavam como ilhas econômicas de filtragem dos recursos naturais desta região. Este processo expropriatório tem se alimentado através das estratégias de polarização edificadas no espaço regional. (SOUZA, 2009, p. 165).

Nos últimos anos, várias hidrelétricas foram construídas no Rio Tocantins, por exemplo, impactando milhares de ribeirinhos que viviam de pequenas produções, caça, pesca etc. e que, de repente, se veem obrigados a saírem de seus lugares em busca de algo que não é seu. A paisagem, antes quase natural passa a ter uma nova roupagem que em nada se assemelha a sua predecessora. Santos (1997), por sua vez nos afirma que:

A relação entre paisagem e produção está em que cada forma produtiva necessita de um tipo de instrumento de trabalho. Se os instrumentos de trabalho estão ligados ao processo direto da produção, isto é, a produção propriamente dita também o está à circulação, distribuição e consumo. A paisagem se organiza segundo os níveis destes, na medida em que as exigências de espaço variam em função dos processos próprios a cada produção e ao nível de capital, tecnologia e organização correspondentes. Por essa razão, a paisagem

urbana é mais heterogênea, já que a cidade abarca diversos tipos e níveis de produção. Cada instrumento de trabalho tem uma localização específica, que obedece à lógica da produção nesses quatro momentos acima mencionada, e é por isso que o espaço é usado de forma desordenada. (SANTOS, 1997, p. 66).

Essa desorganização espacial por que passa o cerrado é propositalmente dirigida, como já dissemos antes, por interesses externos ao lugar. É bom salientar que a suposta “*desorganização espacial*” é do ponto de vista ecológico, social, cultural, etc. como já estamos observando ao longo de trabalho, mas se adéqua aos propósitos do capital. Essa aparente desorganização é justamente a forma capitalista de se organizar. Conforme Lira (2011),

A “*Amazônia Legal*”, como já falamos é a reinvenção de um território amazônico, criado e/ou recriado no gabinete dos governos militares, sobre o qual foi implantado a geopolítica do “*desenvolvimento com segurança*”, que combatia a “*ameaça*” do comunismo, sobre a Amazônia, em consequência da nova “*ordem*” mundial do pós-segunda Guerra Mundial. Tudo isso sobre a égide, sustentado pela bandeira da soberania nacional, mas que ao longo dessas três últimas décadas vem se revelando como um real entreguismo das riquezas amazônicas para as mãos do famigerado capital estrangeiro. (LIRA, 2011, p.31).

O capitalismo se organiza desorganizando a ordem vigente do lugar em que está sendo implantando. Como afirmamos anteriormente, uma das formas cabais desta intervenção capitalista na produção espacial que estamos acompanhando é, sem dúvida alguma, a implantação de hidrelétricas ao longo do Rio Tocantins, transformando assim a paisagem do lugar, as relações econômicas, culturais e sociais das pessoas residentes ali. Queiroz (2003) discute que: “*A ação antrópica, apresentada, sobretudo na forma de atividades econômicas, tem conduzido, ao longo dos anos, à ocupação desordenada da região de cerrado e, conseqüentemente, à sua rápida degradação ambiental*”. Estas mudanças se acirram a partir da nova divisão internacional do trabalho que impusera uma nova forma de organização espacial ao Brasil. Para Lira (2010),

A nova divisão internacional, nacional e regional do trabalho advinda do pó-Segunda Guerra, provoca no Estado brasileiro, sob a ideologia norte-americana do anticomunismo, a “*necessidade*” de promover em seu território um rearranjo espacial do poder político nacional. (LIRA, 2011, p.47).

É evidente também que esse processo de ocupação do cerrado brasileiro, principalmente a partir da implantação da Capital do Brasil no Planalto Central nos anos 60

e a inserção deste espaço geográfico ao modelo de produção capitalista totalmente tecnificado, se deu com total apoio/ação do governo brasileiro. Além disso, o homem estará cada vez mais exigindo da natureza tudo aquilo que ela pode oferecer de acordo a sua técnica de trabalho na produção/organização espacial. Santos (2004) até nos fala da natureza como celeiro do homem e dá outras explicações sobre a organização espacial, como veremos a seguir:

A natureza sempre foi o celeiro do homem, ainda quando este se encontrava na sua fase pré-social. Mas, para que o animal homem se torne homem social, é indispensável que ele também se torne o centro da natureza. Isto ele consegue pelo uso consciente dos instrumentos de trabalho. Nesse momento a natureza deixa de comandar as ações dos homens e a atividade social começa a ser uma simbiose ente o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho. Esta fase da história não poderia realizar-se se não houvesse um mínimo de organização social e sem uma organização paralela do espaço. (SANTOS, 2004, p. 202).

O governo brasileiro foi de fundamental importância dentro desse processo de ocupação “moderna” do cerrado e da Amazônia Legal, uma vez que criou vários programas e incentivos fiscais que coadunassem na sua ocupação de forma acelerada para atender às novas exigências do capitalismo globalizado.

O aparato institucional se deu via fortalecimento da Sudeco e dos órgãos setoriais de pesquisa, regularização da colonização e investimentos do Governo Federal, aparelhados para executar os planos governamentais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA -, o Incra, o Banco do Brasil, entre outros. Inicialmente, a intervenção se deu pela implantação de planos especiais inseridos no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – PND -, mais especificamente, o Plano de Integração Nacional – PIN – e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Prodoeste -, formulados e executados no início da década. (DUARTE, 1989, p. 18).

A paisagem do cerrado brasileiro, por exemplo, foi categoricamente “interpretada” pelos cientistas que estavam a favor da produção capitalista em larga escala, como “feia”, “exótica” e que o seu ecossistema era pobre, e que, portanto, poderia ser totalmente “despido” para produzir grãos e carne para o Sudeste do Brasil e para a exportação. Hoje todos sabem que é do cerrado que surgem os nossos principais rios brasileiros, por exemplo. Estes rios abastecem a maior parte da população brasileira com suas águas tanto em uso doméstico, quanto em uso industrial e agrícola, etc. Para Martins (1999),

Esses procedimentos foram contrabalançados, logo em seguida, com a proposta de uma política de ocupação da região amazônica. A criação do Banco da Amazônia e da superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) preconizou uma política de concessão de incentivos fiscais aos empresários, especialmente das regiões mais ricas, para que deixassem de pagar 50% do imposto de renda, desde que o dinheiro fosse depositado naquele banco para financiar projetos de desenvolvimento na Amazônia, de cujo capital constituiriam até 75%. Os investimentos orientaram-se de preferência para a agropecuária, de modo que um grande número de empresários e de empresas, especialmente do sudeste, sem tradição no ramo, tornaram-se proprietários de terras e empresários rurais. Em princípio, a aquisição pelos grandes capitalistas do sudeste animou o mercado imobiliário, convertendo, por isso mesmo, os proprietários de terras em proprietários de dinheiro e forçando-os, por vezes, a agirem como capitalista. Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, *no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais*. O empresário pagava pela terra, mesmo quando a terra sem documentação lícita e, portanto, produto da grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. *O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforço politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, consequentemente, o sistema oligárquico nela apoiado*. Com a diferença, porém, de que a injeção de dinheiro no sistema de propriedade modernizou parcialmente o mundo do latifúndio, sem eliminá-lo, como se viu, finalmente, nos últimos e recentes anos, após o término do regime militar, em 1984, com o aparecimento de uma nova elite oligárquica, com traços exteriores muito modernos. (MARTINS, 1999, p. 80).

Portanto, a ideologia absolvida/assumida no discurso dos cientistas que reuniram forças “*intelectuais*” para apoiar o “*Brasil Grande*”, foi de fundamental importância para que esse projeto desse certo ao capitalismo que penetrava pelas veias abertas do cerrado brasileiro. É evidente que ao afirmarmos, “*veias abertas do cerrado brasileiro*”, estamos usando o nome emprestado do livro de Eduardo Galeano denominado: “*As Veias Abertas da América Latina*”. Os Programas de Desenvolvimento Econômico em consonância com a construção de Brasília e de várias rodovias federais deram o “tom” deste novo empreendedorismo que passa a vigorar na configuração/organização do território brasileiro. Mas há toda uma complexidade nessa integração do território brasileiro. Conforme Cardoso (1989),

Assim, a integração sendo um processo complexo requer uma política que procure conciliar interesses contraditórios. Na década de 70/80 continuou a ocorrer o que já vinha ocorrendo na década anterior. No Centro-Oeste, como na Amazônia, a construção de estradas de penetração, entre outras medidas, vem comprovando como a intervenção do Estado tem sido de importância fundamental. Esta acentuação de esforços, no intuito de desenvolver o Centro-Oeste, como também a Amazônia, reflete a preocupação, do Governo Federal, de aproveitar os recursos localizados nas áreas de fronteira. A industrialização e urbanização crescente do Sudeste têm levado continuamente a uma integração e/ou dinamização de novos espaços, cada vez mais distantes do pólo industrial. (CARDOSO, 1989, p. 215).

Quanto a ocupação do cerrado brasileiro e ver como isso se deu, ou seja, como que o homem, com suas tecnologias transformou/transforma a paisagem natural em paisagem humanizada e mudou/muda as formas de perceber, sentir, viver, agir neste espaço é interessante que entendamos todo o processo de ocupação desta área até pouco tempo atrás (inóspita) alheia à economia brasileira. No entanto, o lugar vai se organizado de acordo com a política, economia, cultura e as relações sociais nele estabelecidas, senão, vejamos:

Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais seja o espaço, a política, a economia, o social, o cultural. (SANTOS, 1988, p. 98).

O cerrado só se tornou parte economicamente “ativa” da economia brasileira e internacional, uma vez que seus produtos – na grande maioria são exportados - recentemente por meio de incentivos governamentais e programas dirigidos à ocupação. Além de créditos, isenções fiscais, doações de enormes áreas aos grandes agropecuaristas, o governo ainda criou empresas agrícolas que possibilitaram às tecnologias biogenéticas tornarem um solo estéril em solo fértil e produtivo. Segundo Duarte (1989),

A fase de intervenção federal, através de estratégias espaciais, redefinindo uma nova divisão inter-regional de trabalho no País resultou na implantação de infra-estrutura rodoviária, visando a facilitar e apoiar ocupação produtiva da região. Ao mesmo tempo, a política governamental se fazia sentir através do financiamento de grandes projetos agropecuários com incentivos fiscais dados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudan – na área do Centro-Oeste sob sua atuação. Desde 1966 empresários do sudeste e do Sul conseguiram financiamentos para a implantação de empresas agropecuárias. Não houve de imediato a ocupação das terras adquiridas no norte de Mato

Grosso e de Goiás. Foram, na realidade, apropriadas juridicamente, diminuindo a possibilidade da ocupação das terras devolutas, impedindo a expansão da fronteira camponesa já existente no extremo norte de Goiás naquela época. Este fato pode ser considerado como o “fechamento da fronteira”, a favor do capital proveniente do Sul do País, de São Paulo e mesmo do exterior. (DUARTE, 1989, p. 18).

O governo brasileiro criou várias formas para interiorizar a ocupação territorial deste país. O governo tem agido no sentido de incentivá-la, inclusive, para garantir sua posse. No entanto, nos últimos anos do século passado (século XX) essa ação se intensificou, organizada, sistematizada, instrumentalizada tanto no que diz respeito à política de ocupação, política ideológica, política de incentivos, política estratégica, política técnica-científica, enfim, o governo oferece todas as condições necessárias ao empreendedorismo do grande capitalista agropecuarista. Linhas de financiamentos são criadas para que o grande empresário do ramo agropecuário tenha todas as condições de “capacitar” o cerrado para a produção de grãos e carne para o mercado interno (região sudeste, principalmente) e o mercado externo. Para Marouelli (2003),

O POLOCENTRO teve como objetivo propiciar a ocupação racional e ordenada dos cerrados, difundindo a tecnologia agropecuária, permitindo elevados níveis de produtividade, e ao mesmo tempo, aumentando e preservando a fertilidade do solo. O programa beneficiou principalmente médios e grandes produtores no período em que vigorou (1975-1982). Nesse período foram aprovados 3.373 projetos, em um montante de recursos equivalentes a 577 milhões de dólares. Dos beneficiados, 81% operavam áreas de mais de 200 hectares, que absorveram 88% do crédito oferecido. (MAROUELLI, 2003, p. 26).

Dessa maneira, tivemos o POLOCENTRO atendendo definitivamente aos seus objetivos propostos, uma vez que atualmente, a maior produtividade de soja por hectare do mundo se encontra em Sapezal – MT. O Estado de Mato Grosso sozinho respondia, em 2001, por 54% da produção de algodão do país. Assim, os objetivos dos planos governamentais foram alcançados plenamente para o atendimento do novo modelo de produção de grãos e carnes nessas áreas de cerrado. Araguaína – TO, por exemplo, é conhecida como “*A Capital do Boi Gordo*”, a sua cultura dominante é a do pecuarista bem sucedido. É até importante destacar que todo mundo residente na região sonha em possuir “bois” no pasto, mesmo sabendo que essa é uma realidade de poucos. Destaca Marouelli (2003) que:

O POLOCENTRO foi bem sucedido em induzir a expansão da agricultura comercial nos cerrados, tendo o governo “*pago*” aos agricultores para que cultivassem a terra em seu próprio proveito, presumindo que seu impacto indireto tenha sido maior que o impacto direto. (MAROUELLI, 2003, p. 29).

É evidente, que esse processo de ocupação traz sérios problemas ambientais ao cerrado. As matas de galeria, por exemplo, são totalmente devastadas para serem plantadas as sementes de soja até as margens de córregos e rios. O meio ambiente não é levado em consideração por estes grandes empreendimentos agropecuários. O discurso do grande plantador de soja, por exemplo, é que ele está produzindo alimentos para colocar nas mesas do povo brasileiro, embora saibamos que isto não é verdadeiro. A maior parte da soja produzida em nosso cerrado é para exportação. A cultura do povo brasileiro ainda não “*assimilou*” a soja como seu alimento cotidiano. Desta forma, o discurso dos grandes produtores é falacioso e não condiz com a realidade dos fatos. Para Mesquita (1989),

A modernização da agricultura, viabilizada pelos vultosos recursos financeiros colocados à disposição dos agricultores pelas instituições oficiais de crédito, se viu apoiada pelos órgãos de pesquisa como o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados – CPAC, vinculado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, que dirigindo seus esforços para a geração de tecnologia apropriada à utilização do cerrado, segundo as diretrizes de produção dominante, atuou, articuladamente, com os órgãos de assistência técnica ligados à rede da Empresa Brasileira de Assistência Técnica de Extensão Rural – Embrater, que desenvolveram estratégias com vistas à difusão de tecnologia moderna. (MESQUITA, 1989, p. 157),

Por outro lado, a incorporação de terras do cerrado ao processo produtivo foi feita essencialmente de forma rápida e tecnificada, impossibilitando que pequenos produtores tivessem acesso a esse novo modelo de ocupação agrícola do solo do interior do Brasil. Destaca Mesquita (1989) que:

Paralelamente à expansão do uso de máquinas na agricultura, verificou-se, também, a difusão acelerada do uso de insumos químicos largamente empregados em ambas as vertentes de expansão da agropecuária – a formação de pastos plantados e ampliação de áreas de lavoura temporárias. A incorporação das terras de cerrado ao processo produtivo, significando uma forte demanda para insumos de origem industrial, alterou a estrutura de custos na agricultura, a ponto de, em 1980, as despesas com insumos modernos terem representado a quarta parte do total de gastos efetuados com a prática agropecuária. Tomando como exemplo o adubo químico, um dos insumos de origem industrial de difusão

mais precoce e mais ampla no processo geral de quimificação da agricultura, constata-se que, no final da década de 70, 27,7% dos produtores do Centro-Oeste recorriam ao emprego de adubo químico para a realização de sua produção. (MESQUITA, 1989, p. 150),

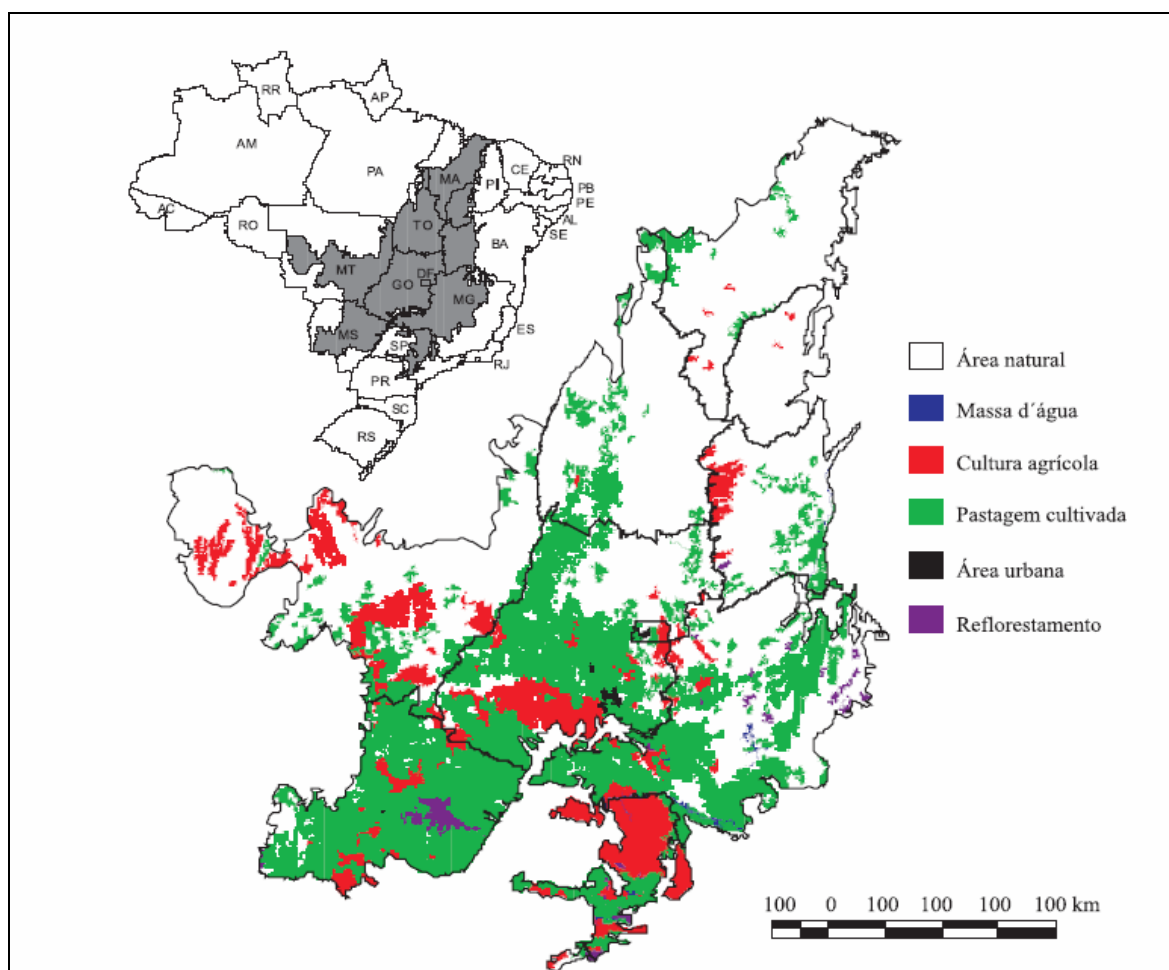
A modernização do campo mudou a realidade tanto no campo quanto na cidade, uma vez que ela trouxe consigo a diminuição da força de trabalho para laborar a terra e, conseqüentemente, esse excedente populacional, antes, na zona rural, é redirecionado à zona urbana do município. A tecnificação do campo, portanto, ocasiona mudanças circunstanciais no campo e na cidade. A revolução verde, assim como foi denominada, consubstanciará esta transformação na reorganização espacial do território nacional e no Tocantins não foi diferente.

Existem vários fatores que fazem com que ocorra uma desorganização da produção do espaço urbano de Araguaína – TO, mas uma das razões fundamentais desta maneira, de seu crescimento, com certeza é a expulsão do homem do campo que acaba tendo que usar a cidade como “*válvula de escape*”, uma vez que o campo está sendo ocupado pelos bois. É claro, quando estamos dizendo de crescimento urbano acelerado e desordenado, referimo-nos à realidade do Norte do Estado do Tocantins. Não estamos comparando este crescimento urbano de Araguaína com o crescimento urbano, por exemplo, de algumas cidades satélites de Brasília. Lá o crescimento acelerado de alguns núcleos urbanos é muito mais rápido e acentuado. No entanto, ao vermos o crescimento urbano do município de Araguaína no Norte do Estado do Tocantins, dá para se ter uma ideia do processo de expropriação do homem do campo por meio da tecnologia que ali se aplica (zona rural) e pela concentração de terras nas mãos de poucos. Se isto não bastasse, temos também a construção de várias usinas hidrelétricas ao longo do Rio Tocantins e seus afluentes. E essas hidrelétricas acabam por expulsar milhares de ribeirinhos que viviam de caça, pesca e pequenas plantações de subsistências, para os centros urbanos. Ao se tornarem “*urbanos*” perdem sua identidade e não conseguem ter uma vida digna de ser humano. Para Cardoso (1989),

No fato ou fenômeno urbano se encontra, portanto, um dos melhores enfoques da relação sociedade/espaço – para estudar o espaço cumpre apreender a sua relação com a sociedade, não pela concentração da população (maior ou menor) e de toda a carga contraditória, de que são portadoras, mas também porque são elas que comandam e gerenciam não só o seu próprio espaço e os que lhes estão em torno, mas também áreas que, por vezes, delas se distanciam. Assim, por exemplo, os núcleos urbanos emergentes, depois de 1957, no norte

de Goiás, são alguns dentre muitos dos pontos de apoio do movimento de integração regional ao núcleo dinâmico industrial. Machado (Machado, Lia 1979), em sua tese sobre o norte de Goiás, apresenta como proposição básica a afirmação de que o processo de urbanização no norte de Goiás é fruto e condição da mobilidade espacial da força de trabalho, mobilidade orientada pela política de integração do governo federal. (CARDOSO, 1989, p. 192).

Figura 1 - Área do Cerrado dentro do território brasileiro e distribuição espacial das classes de uso da terra no bioma no ano de 2002



Fonte: Sano et al, 2008.

Podemos observar na figura 01 nos mostra a área que cerrado ocupa no território brasileiro e como está sendo usado pela ação antrópica. Lembrando que esse uso foi planejado pelo governo federal por meio de Programas de Desenvolvimento, incentivos e isenções fiscais. Os grandes proprietários apenas “*executaram*” suas “*tarefas*” com o apoio logístico do poder público instituído e instruído pela nova ordem mundial de (re) produção do território das grandes corporações.

É evidente que grande parte dessa área hoje é ocupada por grandes plantações de soja, pastagem, cana-de-açúcar, algodão, milho, mileto, sorgo, girassol, etc. Desta forma, a ocupação do cerrado brasileiro obedece, por assim dizer, os matizes capitalistas da modernização do campo. Mesmo porque, são grandes extensões de terras em que a tecnologia tem um papel importantíssimo a desempenhar. Para Mesquita (1989),

Por outro lado, como o processo de modernização da agricultura não se restringiu aos novos empreendimentos, tendo se verificado, também nas áreas de estruturação antiga, inclusive nas de ocupação agrícola, ele se fez acompanhar de uma vertente concentradora que elimina os pequenos estabelecimentos, frequentemente à margem dos incentivos creditícios associados à mudança técnica. Os dados referentes ao agregado regional mostram que, na década de 70, ocorreu redução de 14.754 unidades produtivas de menos de 50 hectares, que não encontraram condições de sobrevivência, em face da reestruturação técnico-produtiva em curso no Centro-Oeste. (MESQUITA, 1989, p. 151),

O cerrado até os anos 70, praticamente era (inóspito) impróprio para a produção. Com o advento da biotecnologia a serviço da “*agricultura*”, esse quadro mudou drasticamente e atualmente se tem uma verdadeira “*revolução verde*” que descaracteriza completamente o ecossistema do cerrado e da Amazônia Legal, por assim dizer. Aponta Lima (2001),

A expansão da fronteira agrícola no Brasil deveria ter se dado inicialmente por três motivos: primeiro reduzir o inchaço das cidades e com isso a pobreza urbana; segundo, produzir mais alimentos, bem como produzir um excedente para a exportação e, com isso, fortalecer a balança comercial; e, terceiro, povoar as áreas devolutas da união através de uma reforma agrária, ampla geral e irrestrita, o que favoreceria a diminuição da miséria e integraria de vez essas áreas ao território nacional brasileiro, ajudando a aumentar a produção de produtos da cesta básica dos brasileiros. (LIMA, 2001, p. 4-5).

O discurso adotado pelo Brasil de que a modernização de sua agricultura poderia melhorar a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros não correspondeu aos fatos. Mesmo porque, por mais “*moderna*” que seja a política territorial brasileira de expansão da fronteira agrícola, ela ainda carrega consigo, traços marcantes de sua oligarquia, de sua forma peculiar de atuação. A essência da estrutura fundiária brasileira não foi mudada. Por isso, *sociedade de história lenta e sociologia da história lenta*, como Martins (1999) nos afirma:

Quando se reconhece que a sociedade brasileira, como outras sociedades de origem colonial, com problemas similares, é uma *sociedade de história lenta* e se toma essa

constatação como perspectiva de interpretação da realidade social, os resultados são diferentes do que se conseguem por outro meio. A perspectiva do que posso chamar de uma *sociologia da história lenta* permite fazer uma leitura dos fatos e acontecimentos orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado. De modo que os fatos de hoje acabam se mostrando como fatos densamente constituídos pela persistência de limitações e constrangimentos históricos que definem o alcance restrito das condutas transformadoras. Mais que isso, uma sociologia da história lenta permite descobrir, e integrar na interpretação, estruturas, insinuações, concepções, e valores enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado, e que, de certo modo, e só de certo modo, ganharam vida própria. É sua mediação que freia o processo histórico e o torna lento. Não só porque reduz o âmbito da tomada de consciência das verdadeiras dificuldades à transformação social, mas também porque atenua ou reorienta o sentido das ações de propósito transformador. O grande equívoco de sociólogos e cientistas políticos tem sido o de pressupor que essas mediações são apenas obstáculos ao progresso, ao desenvolvimento e à modernização. E de que o progresso domina inexoravelmente a História. A questão, aliás, nem é saber se domina ou não, dúvida em si mais que razoável. A questão é saber quais são as condições históricas que estabelecem o ritmo do progresso em diferentes sociedades. (MARTINS, 1999, p. 14).

A maneira com que essa ocupação do cerrado brasileiro ocorreu só trouxe mais conflitos pela posse da terra entre os grandes latifundiários rurais – vale salientar que alguns deles são grileiros – e os posseiros. Tanto isto é verdade que os maiores conflitos de terras no Brasil estão acontecendo justamente em Mato Grosso, Maranhão, Tocantins e Pará. Essa área também é considerada como o “*arco do fogo*” do Brasil, quer dizer, os Estados que mais possuem queimadas do País, como se pode acompanhar através dos jornais escritos, televisado, etc. do país. E, estas queimadas não acontecem ao acaso. Elas têm uma razão de existência. É a racionalidade capitalista de produção que minimiza os prejuízos econômicos aos grandes produtores, aumentando, em contrapartida, consideravelmente, os prejuízos sociais e ambientais dos lugares de suas implantações. Aponta Lima (2001),

Se por um lado, o Estado implantou uma agricultura moderna altamente tecnificada, por outro forneceu condições para que aumentasse o tamanho dos latifúndios, que chegam à incrível marca de 28.000 hectares no Sul do Pará. No norte de Mato Grosso e Norte de Goiás (atual estado do Tocantins) existem propriedades de mais de 14.000 hectares. Este acúmulo de terras nas mãos de poucos acarretou a expulsão dos pequenos proprietários rurais para os grandes centros urbanos, pois nessas “*mega fazendas*”, tanto o cultivo de lavouras como a soja e milho ou a criação de bovina, necessita de meia dúzia de peões que

cuidam perfeitamente dos afazeres dessas imensas propriedades, sem contar que sai mais em conta para o proprietário manter os peões do que o colono, tendo em vista que, sem ter que dividir a sua produção com o colono, seu lucro acaba sendo maior, além de não correr o risco de perder partes de suas terras em uma disputa judicial favorecida pela lei do usucapião. (LIMA, 2001, p. 6).

Além de tudo isso acima discutido por Lima, podemos acrescentar também que os Estados acima mencionados, quais sejam: Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins, tem o maior contingente de escravos por dívidas do País. É “*normal*” aparecer como manchete de jornais nacionais e internacionais um ou vários casos de situação de escravidão que algumas pessoas se encontram nessas grandes propriedades rurais nos referidos estados. Se por um lado houve avanço tecnológico, científico para essa mecanização da produção agrícola, por outro lado, alguns fazendeiros recorrem ao período colonial para “*justificar*”, se é que podem fazer isso, suas ações no mínimo desumanas contra seres humanos desprovidos de conhecimentos de seus próprios direitos.

Para consolidar ainda mais a interiorização da economia brasileira, o governo federal trabalhou em várias frentes, com já afirmamos anteriormente. Uma delas, de grande destaque nessa nova organização territorial brasileira é indiscutivelmente a construção de Brasília para ser a Capital Federal, como veremos a seguir.

2. 3. A Construção de Brasília como eixo estruturador de ocupação do interior do Brasil

A transferência da Capital Federal para o interior do país trouxe consigo também, uma remodelação do quadro urbano da região de cerrado. Se até então, tínhamos as pequenas cidades geralmente às margens de rios, a partir de então, as cidades surgem ou são revitalizadas às beiras das rodovias que se efetivam como eixo estruturador de todo o processo de produção capitalista do espaço geográfico. Além disso, tem a questão regional que passa a ser prioridade nos governos brasileiros, no sentido de programar e aplicar políticas que visavam a dirimir as desigualdades regionais.

Assim, a construção de Brasília liga-se à questão regional do Brasil, que se colocou com intensidade na década de 1950, expressa pela “necessidade de se corrigirem os desequilíbrios regionais” com especial ênfase no atraso do Nordeste frente ao Sudeste. Foi igualmente no governo JK que se criou a SUDENE – superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste -, em 1959. (VESENTINI, 2001, p. 116).

Fotografia 11 - Paisagem da construção da Capital Federal Brasília



Fonte: www.brasilia2014.com.br/dicas-e-informacoes/fotos-da-construcao-de-brasilia.
Acessado em 20 de janeiro de 2013

Nas fotografias 03 e 04 podemos visualizar a construção de Brasília. Ali esboça o novo contexto regional brasileiro. É o começo do redirecionamento do fluxo migratório, da economia primária, do poder político-administrativo, da mudança da cidade ribeirinha à cidade criada ou revitalizada pelas grandes rodovias. É bom lembrar que um pouco do que aconteceu com as cidades ribeirinhas existentes até então, não só às margens dos rios Araguaia e Tocantins, como também, às margens de outros rios tais como, Rio Garças, Rio Correntes, Rio das Mortes, Rio Bugres, Rio Paraguai, Rio Cuiabá, Rio São Lourenço, Rio São Francisco, entre tantos outros. Se até então os “*grandes centros urbanos*” surgiam às margens desses rios, a partir das rodovias, a estruturação do território faz uma reordenação de ocupação e produção do espaço obedecendo a esta nova lógica de apropriação dos lugares pelos novos empreendimentos capitalistas.

De fato, o momento da construção da nova Capital é o da consolidação de um espaço geográfico nacional que vinha se gestando com a industrialização. E a maior integração econômica entre as diversas porções territoriais do País dá origem à problemática dos “desequilíbrios regionais”, expressa principalmente pela percepção do Nordeste como “região-problema”, mas também pela “necessidade de se ocuparem produtivamente” certas áreas então pouco povoadas, como o Centro-Oeste e a Amazônia. Data de 1953 a criação da SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia -, posteriormente (em 1966) substituída pela Sudam, concebida nos moldes da Sudene. Com a edificação de Brasília, uma série de rodovias são construídas, incluindo-se a Belém-Brasília. E com a criação da Sudene, inicia-se, segundo alguns autores, a primeira

experiência efetiva de planejamento regional em grande escala no Brasil. (VESENTINI, 2001, p. 116).

Fotografia 12 - A construção da Capital Federal no Centro-Oeste



Fonte: www.brasilia2014.com.br/dicas-e-informacoes/fotos-da-construcao-de-brasilia.
Acessado em 20 de janeiro de 2013

Com todos estes projetos de inserção do Centro-Oeste e da Amazônia Legal na esfera capitalista da produção territorial do interior do Brasil, várias cidades são criadas e outras são “revitalizadas”, principalmente ao longo das rodovias. Desta forma, Araguaína – TO será uma cidade que se revitaliza e se corporifica, inclusive como polo econômico da região, justamente em função desse novo/velho modelo de ocupação espacial que o governo federal induz direta ou indiretamente por meio de Programas de incentivos fiscais, isenções fiscais, financiamentos, etc. e, principalmente, pela infraestrutura implantada por ele, através das grandes rodovias. Com a emancipação do norte do estado de Goiás, tornando-se Estado do Tocantins, as vias se ampliam cada vez mais, possibilitando assim o crescimento não só de Araguaína, mas também de outras cidades. Mesmo porque foram criadas muitas rodovias estaduais ligando uma cidade à outra, remodelando assim a rede urbana do estado e dando uma nova dinâmica à economia e às suas relações de interdependências. Conforme Santos (1997),

Com base em determinada fração do território, emprega-se determinado grupo humano no trabalho de organização do espaço com que conta e é das condições encontradas ou acrescentadas que vai formar o seu meio de vida e a sua paisagem, subordinando-se ou impondo-se aos imperativos do meio físico, combinando com ele as suas aptidões ou

apagando tanto quanto possível as suas influências, de acordo com os níveis de civilização material a que tiver chegado. (SANTOS, 1997, p. 108).

É uma nova/velha forma organizacional do espaço geográfico do então norte de Goiás (hoje Tocantins) que vai imprimir outra visão de se produzir espaço não apenas para o sustento regional (interno), mas para atender à nova ordem de divisão territorial do trabalho do espaço geográfico brasileiro. Cada lugar tem sua função econômica no espaço geográfico maior denominado Brasil. Milton Santos (1992) dizia que existe a Região do Mandar e a Região do Fazer. No caso específico aqui estudado, Araguaína se encaixa na Região do Fazer. Ela obedece à ordem que vem de cima. Obedece à ordem do capitalismo cada vez mais global e globalizante. Não estamos aqui eximindo entre aspas os produtores locais de estarem participando desta nova ordem, ao contrário, eles se aliam ao novo modelo de produzir o espaço para não ficarem fora dele. As alianças são feitas em concordância entre o capital local/interno e o capital externo. E quem “costura” essas alianças é o Estado por meio de incentivos fiscais, isenções fiscais, programas creditícios, etc. Para Vesentini (2001),

A interiorização da Capital Federal do Brasil, então, pode ser vista no bojo como parte ou etapa importante – não necessária, já que inserida na política, mas que uma vez realizada passa a acelerar o processo – no engendramento do espaço nacional integrado com a (nova) divisão inter-regional do trabalho. O Nordeste como “*região de intervenção*”, a criação da Sudene, a ênfase no povoamento do Brasil-central e da Amazônia, e a construção de Brasília, nesse sentido, são fatores interligado nessa segunda metade da década de 1950. (VESENTINI, 2001, p. 116-7).

Desta maneira a construção da capital federal no interior do país e as construções de grandes rodovias ligando os vários pontos estratégicos de ocupação humana e expansões do capital fizeram com que não só Araguaína – TO, mas outras inúmeras cidades interioranas se destacassem ao longo dos últimos anos como centros urbanos que crescem exorbitantemente e de forma desorganizada para atender aos novos “*reclames*” do capitalismo que precisa incorporar novos espaços ao seu modo de produção. Souza (2002), afirma que:

Assim, a construção da nova capital do país – Brasília – desempenha o papel de consolidação de um espaço geográfico nacional que se tornava necessário a partir da industrialização, ou seja, a interiorização da capital federal do Brasil é vista como parte

importante na política e, uma vez realizada, passaria a acelerar o engendramento do espaço nacional integrado com a (nova) divisão inter-regional do trabalho. (SOUZA, 2002, p. 351).

O Estado de Goiás ganha consideravelmente com a construção da capital Federal em seu território. Isto sem falar que ele já havia conseguido a sua Capital Goiânia e agora ganha a Capital do País. São passos significativos nessa reordenação da produção territorial goiana.

A partir da construção da cidade ocorre uma demanda adicional para a construção civil, que dá início a uma forma de entrar numa região à margem do desenvolvimento nacional. Somente com a construção de Brasília é que Goiás passa a ter importância no cenário nacional, surgindo como um Estado viável numa economia em desenvolvimento. Para que Goiás fosse integrado ao restante do País, era necessário fazer uma ligação rodoviária desse Estado com os demais.

A construção de Brasília trouxe grandes conquistas econômicas ao Estado de Goiás, sem falar que ajudou a fortalecer indiretamente a possibilidade de emancipação político-administrativa de seu Norte, com a criação do Estado do Tocantins, mas isso veremos em outro momento. Voltemos às políticas de intervenção do governo federal no sentido de interiorizar a expansão do capitalismo.

O período em que se deu a construção da nova Capital do Brasil, a segunda metade de 1950, representou, nesse processo de integração econômica do território nacional, um momento decisivo para sua consecução. Foi um período em que deixou de predominar, nessa articulação das diversas “economias regionais” no mercado nacional comandado pelo sudeste, a “destruição” parcial dos alicerces econômicos do Nordeste e do Sul (certas indústrias e atividades agrícolas), passando então a predominar a expansão de outras atividades nessas regiões, com vistas à divisão espacial do trabalho a nível regional. O sul, nessa década de 1950, conheceu uma enorme expansão agrícola, articulando-se, como “celeiro nacional”, à economia do Sudeste. O Nordeste também conheceu, especialmente de 1955 a 1960, uma expansão agrícola; mas nesse período, a tônica principal foi a “necessidade de planejamento”, de correção do seu atraso frente ao Sudeste. O Centro-Oeste, como região, passa a ser criado nesse momento, a construção de Brasília, juntamente com as rodovias que ligam essa cidade até os grandes centros urbanos do País, desempenhou um papel importante nesse processo. (VESENTINI, 2001, p. 122).

O país passava pela euforia da ideologia nacional-desenvolvimentista e, indiscutivelmente, a construção de sua capital no interior foi uma entre as muitas maneiras

de se investir na consolidação desse momento espacializado em ações que figuravam entre as mais audaciosas de todo o mundo. Ações estas que redirecionariam até os fluxos migratórios do país. Se antes se tinham os nordestinos migrando para São Paulo, por exemplo, a partir deste momento eles são redirecionados para o Centro-Oeste e, principalmente, para a Amazônia Legal. Conforme Vesentini (2001),

A ideologia nacional-desenvolvimentista expressa pelo discurso de JK reproduz admiravelmente certos temas e preocupações divulgados pelo ideário do empresariado industrial. A temática do discurso de JK se encontra em torno do desenvolvimento; visando a superar o subdesenvolvimento, a pobreza nacional, ele direciona seu governo no sentido da expansão econômica, tida como sinônimo de industrialização. Já em sua primeira *Mensagem ao Congresso Nacional*, no início de 1956, quando define globalmente a política de seu governo “*diante da crise que a nação atravessa*”, JK pensa numa ampliação do processo de industrialização (agora estimulando as indústrias de base e de bens de consumo duráveis) como meio de o país alcançar a sua “independência econômica”, isto é, a superação do subdesenvolvimento. (VESENTINI, 2001, p. 130).

Assim sendo, havia a necessidade de aumentar a área de atuação do capitalismo moderno no sentido de dar a sustentabilidade ao novo modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo País em consonância com as diretrizes do “mundo ocidental democrático”. Para isso era imperativo que a “*ordem*” foi um dos carros-chefes do sucesso do crescimento econômico do País. A construção de Brasília é um dos pilares de sustentação do desenvolvimentismo econômico adotado pelo governo Federal a partir

Essa prosperidade, ou desenvolvimento, a ser alcançada pelo País, contudo, deveria estar vinculada à ordem, ou seja: o “progresso dentro da ordem para garantir a ordem”. O conceito central da ideologia desenvolvimentista, a “soberania nacional”, em JK liga-se à ordem e ao desenvolvimento: frente a uma conjuntura internacional onde surgem “ambições expansionistas do comunismo”, o Brasil alia-se ao “Ocidente democrático e Cristão” como um dos seus baluartes; a soberania, a ser plenamente alcançada, dependeria da prosperidade, (isto é, da industrialização nacional) dentro da ordem, ou seja, do capitalismo e do combate à subversão. (VESENTINI, 2001, p. 130).

O futuro do Brasil estava relacionado à interiorização da expansão capitalista do espaço geográfico, e a construção de Brasília e as grandes rodovias como fazendo parte desse grande projeto. A construção de Brasília significou então a grande redenção do mundo capitalista no sentido de “*desbravar*” o sertão e inseri-lo na nova ordem do mundo ocidental. Para Vesentini (2001),

Ou seja, Brasília simbolizou na ideologia nacional-desenvolvimentista o “futuro do Brasil”, o arremate e a obra monumental da nação a ser construída pela industrialização coordenada pelo Estado planificador, pela ação das “forças do progresso” (aquelas voltadas para o desenvolvimento do “capitalismo nacional”), que paulatinamente iriam derrotar as “forças do atraso” (imperialismo, o latifúndio e a política tradicional, demagógica e “populista”). (VESENTINI, 2001, p. 136).

O capitalismo industrial que se consolidava no Brasil precisava expandir seus territórios geográficos como forma de usufruir cada vez mais das potencialidades econômicas oferecidas pelo espaço a ser incorporado ao seu modelo de produção, por meio da interiorização da produção de mercadorias tais como cereais e carne bovina, por exemplo, e vários minerais que servem de sustentáculo para o próprio crescimento industrial. As grandes miradoras passam a fazer parte deste novo cenário do interior do país. Brasília então se torna a “*esperança*” de muitos brasileiros e de um futuro promissor ao País. Vesentini (2001) continua:

Em suma, Brasília seria a “Capital da esperança” ou do futuro tido como desejável e quase inevitável – aquele da nação consolidada pela expansão da indústria, com a racionalidade técnica e administrativa tendo penetrado em todos os poros da sociedade e do Estado, eliminando os “grupos de pressão”, os “interesses particulares e mesquinhos”, o “populismo”, as “forças antinacionais”, e promovendo o planejamento, os planos concebidos com base no “rigor do conhecimento científico” e elaborados por técnicos e intelectuais competentes. (VESENTINI, 2001, p. 136).

Um ângulo sob o qual também se analisa a construção de Brasília, e que nos parece bastante pertinente para a compreensão geográfica desse ato, é a sua inserção na estruturação de um espaço geográfico nacional. Ou, em outras palavras, o seu significado numa divisão inter-regional do trabalho que se completava na década de 1950, fruto de uma industrialização concentrada espacialmente e que expandiu a ocupação e integração territoriais do Brasil, gerando assim uma nova regionalização. Duarte (1989) por sua vez afirma que:

As transformações espaciais não ocorreram na Região como um todo. Ficaram restritas às áreas limítrofes, ao espaço hegemônico do processo capitalista, isto é, ao Sudeste. As transformações ocorreram como decorrência de formas diferentes do crescimento econômico. Uma induzida pelo poder central, nos fins da década de 50 com a política de interiorização do desenvolvimento, através da construção de Brasília no Planalto Central. A outra é o resultado da expansão espacial do desenvolvimento capitalista paulista, através da

expansão da pecuária, abertura de invernadas e implantação de frigoríficos, do oeste de São Paulo para o sul de Mato Grosso e sudeste de Goiás. (DUARTE, 1989, p. 17).

Desta maneira, podemos entender melhor como foi o processo de ocupação do espaço araguainense e como esta ocupação contribuiu em sua configuração urbana, por exemplo. Além, é claro, dos programas, da construção da Capital do Brasil no Planalto Central, as rodovias foram fundamentais neste processo, e, sem dúvida alguma, no caso específico, a Belém Brasília foi norteadora para o impulso econômico e dinamização da ocupação mais contundente de Araguaína.

3. 4 - A construção da BR- 153 e o novo impulso ao Crescimento econômico de Araguaína – TO

Araguaína – TO não possui essas características atuais por acaso. Houve, além da ocupação “*espontânea*” em seus primórdios, uma ocupação dirigida pelo Estado Brasileiro para que esse espaço viesse a atender às necessidades impostas pelo sistema capitalista de produção, qual seja a DIT – Divisão Internacional do Trabalho. Nesse modelo os locais são “*escolhidos*” a produzir este ou aquele produto, de acordo com suas potencialidades naturais, técnicas, econômicas e estratégicas. Todo o crescimento econômico por que passa o município tem uma explicação política/estratégica que o governo federal, estadual e municipal adotou em consonância com os interesses econômicos de grupos nacionais e internacionais. A sua paisagem urbana reúne as características do passado com as do presente. Ela une os dois lados do processo de ocupação. O lado arcaico e o lado técnico atual. Mas tudo isso tem uma razão de existência.

Com a construção da Belém-Brasília surgem modificações, modificações estas consubstanciadas não só na intensificação do fluxo ao longo da estrada, mas também na inversão do fluxo: se antes se direcionava para o norte, agora, com a Belém-Brasília, volta-se para o sul do Estado e, indiretamente para o Centro-Sul do País. (...) Estas modificações refletem-se também no surgimento de núcleos populacionais; no advento de vias secundárias para a articulação com outras frentes pioneiras das matas do Araguaia e com os centros localizados nas margens do Tocantins; na transferência de funções comerciais, antes desenvolvidas no vale do Tocantins e que foram se estabelecendo nos núcleos à margem da Belém-Brasília. (CARDOSO, 1989, p. 200).

Houve uma mudança circunstancial no (re) povoamento do então norte de Goiás (atual Tocantins). A população, antes concentrada às beiras do rio Tocantins, passa agora a

aglomerar-se em povoados à beira da rodovia. Evidencia-se um novo modelo ocupacional do território do interior do Brasil. Conforme Vinhal (2009),

Marcado pelos grandes vazios demográficos e por um relativo abandono em relação a outras regiões do Brasil o Antigo Norte goiano permaneceria até os anos 50 do século XX, sem grandes alterações no que diz respeito às comunicações. Essa realidade só viria mudar com o advento da Belém-Brasília obra do então presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. Sendo a rodovia Belém-Brasília a responsável pela dinamização nas comunicações da região Norte e o surgimento de novos núcleos urbanos e a reativação de tantos outros, se torna necessário mesmo que em linhas gerais expor as características desse governo e a construção da Belém – Brasília. (VINHAL, 2009, p. 24-5).

Assim sendo, o novo modelo de transporte implantado no Brasil, principalmente a partir da década de 50, transforma consideravelmente o território brasileiro. Áreas antes deprimidas ou até inexploradas pelo sistema capitalista de produção são incorporadas ao modelo vigente no restante do País e no mundo. Neste sentido é interessante ver que a fronteira agrícola será uma das molas propulsoras deste novo momento econômico de ocupação e as rodovias são fundamentais neste novo arranjo espacial, senão vejamos:

A expansão da fronteira agrícola no país, associada à necessidade de escoamento da produção para os mercados do centro-sul colocaram-se como condições indispensáveis para a integração do Norte às áreas centrais do País. A rodovia Belém-Brasília emergiu como um imperativo da política de integração nacional que necessitava articular as áreas isoladas do país aos centros produtivo nacional. (Sousa, 2009, p. 76).

Não devemos esquecer-nos de relacionar que o processo de ocupação no cerrado brasileiro de maneira mais acentuada se dá a partir dos grandes avanços técnico-científicos alcançados nos últimos anos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Toda e qualquer manifestação dessa natureza técnico-científica que acontece em seus países de origem, acaba por chegar também, é claro, obedecendo a uma hierarquia ideológica da classe dominante, em pontos longínquos de sua fabricação. É o caso da incorporação do cerrado brasileiro ao meio técnico-científico-informacional, hoje praticamente consolidado em quase toda a área onde havia cerrado. Silva e Rodrigues nos apontam que:

O progresso técnico científico alcançado nos últimos anos tem sido muito grande, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, o Homem, de forma geral, não aprendeu a usar os recursos tecnológicos de forma a possibilitar um máximo de

aproveitamento dos recursos naturais com um mínimo de degradação ambiental possível. (SILVA, RODRIGUES, 2003, p. 01).

No entanto, apesar de todo esse aparato tecnológico alcançado pelo homem nos últimos tempos, o (homem) ainda não aprendeu a lidar com essa tecnologia a favor da preservação ambiental. O homem quando quer aprender a preservar/conservar o meio ambiente, busca exatamente em seus primórdios esse equilíbrio. Ou seja, quanto mais o homem se “*tecnifica*” mais distante da natureza ele fica, apesar de também depender dela para tudo. O homem hegemônico só consegue enxergar cifras e o meio ambiente não é levado em consideração na organização espacial do processo capitalista de produção.

Tornou-se urgente a necessidade de preservação e recuperação dos recursos naturais, especialmente na área urbana e no seu entorno, tendo em vista o alto grau de degradação ambiental em que se encontra e, sobretudo, porque é na cidade que a degradação é mais intensa. (SILVA, RODRIGUES, 2003, p. 01).

Fotografia 13 - Juscelino Kubitschek (4º da dir.) e a Senhora Sara (ao centro) em visita às obras da rodovia Belém-Brasília



Fonte: www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/album/ainda_nas_mg.asp. Acessado em 12 de dezembro de 2012

Ao homem é dada a faculdade de pensar melhores maneiras de se organizar no espaço e produção desse espaço geográfico. No entanto, ele parece estar cada vez mais alienado dessa situação e acaba por fazer/criar danos à natureza que poderão lhe cobrar um preço alto por isto. Por outro lado, naquele momento as ações do governo estavam voltadas para a integração do Brasil Norte Sul, principalmente, por meio das rodovias federais. Vinhal (2009) nos afirma que:

Deste modo as ações do governo deveriam voltar-se prioritariamente para as obras de integração tendo as rodovias como principal elo. Dentro dessa conjuntura a construção de

Brasília surge como prioridade, seguindo-se a abertura de estradas para ligar a nova capital a todas as regiões do país, entre elas esta a construção da Belém-Brasília. (VINHAL, 2009, p. 30).

A fotografia 05 se pode observar Juscelino Kubistchek com sua esposa, Sara Kubistchek, visitando a obra da rodovia Belém-Brasília – 153, demonstrando assim, a sua preocupação com esse modelo desenvolvimentista adotado pelo Brasil no sentido de buscar a tão esperada integração Nacional. Realmente isso demonstra que o governo estava literalmente imbuído com este projeto de Brasil Grande. A Belém-Brasília foi um dos grandes objetivos do governo JK e como tal, tinha prazo para ser concluída.

Fotografia 14 - A rodovia BR 153 em construção



Fonte: www.cpdoc.fgv.br/navalbum/ainda_nas_mg.asp. Acessado em 12 de dezembro de 2012

A construção da rodovia Belém-Brasília tinha prazo para ser concluída, ou seja, a ligação entre Norte e Sul deveria acontecer em quatro anos, fato que gerou enorme impacto não só entre os que não acreditam em sua viabilidade como dos próprios envolvidos diretamente em sua construção. (VINHAL, 2009, p. 35).

A referida rodovia estava dentro dos planos desenvolvimentistas do governo JK que, entre outras coisas, seria de importância muito grande no processo de integração do País.

Construída dentro de projeto desenvolvimentista de crescimento a construção rodovia Belém-Brasília, ocorreu dentro de um contexto em que a preocupação ambiental não fazia parte dos programas governamentais e nem mesmo da sociedade em geral. As estratégias de desenvolvimento adotadas pelos governos em décadas atrás, privilegiavam o

crescimento econômico em curto prazo, à custa dos recursos naturais vitais, provocando verdadeira crise ambiental em escala mundial. (VINHAL, 2009, p. 35).

A BR – 153 remodela literalmente o processo de ocupação do cerrado por onde a mesma tracejou. Cardoso nos mostra as modificações feitas no território goiano a partir de sua construção.

Com a construção da Belém-Brasília surgem modificações estas consubstanciadas não só na intensificação do fluxo ao longo da estrada, mas também na inversão do próprio sentido do fluxo: se antes direcionava-se para o norte, agora com a Belém-Brasília, volta-se para o sul do Estado e, indiretamente, para o Centro-Sul do País. Goiânia e Anápolis (indiretamente Goiânia) capturam significativamente a área norte de Goiás, exclusão feita somente a uma pequena parcela do extremo norte (Municípios de Araguatins, Axixá de Goiás, Itaguatins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo de Goiás, que permanecem ligados a Belém). Estas modificações refletem-se também no surgimento de núcleos populacionais; no advento de vias secundárias para articulação com as frentes pioneiras das matas do Araguaia e com os centros localizados nas margens do Tocantins; na transferência de funções comerciais, antes desenvolvidas no vale do Tocantins e que foram se estabelecendo nos núcleos à margem da Belém-Brasília. Os núcleos urbanos que emergiram são alguns, dentre muitos, dos pontos de apoio do movimento de integração regional ao núcleo dinâmico industrial do Centro-sul. (CARDOSO, 1989, p. 200).

Fotografia 15 - A BR - 153 deixando sua marca no território



Fonte: www.cpdoc.fgv.br/navalbum/ainda_nas_mg.asp. Acessado em 12 de dezembro de 2012

Há toda uma incorporação de espaços periféricos à economia nacional/internacional após a construção da BR -153. É evidente que essa incorporação carrega consigo também todos os problemas sociais, ambientais e culturais. Mesmo porque

novas formas de ocupação que não condizem com a realidade de seus antigos moradores, sejam eles: ribeirinhos, posseiros, indígenas, etc. Praticamente todos eles perderam. Só os grandes empreendedores pecuaristas, fazendeiros, empresas pecuaristas ganharam. Conforme Mesquita (1989),

Os grandes eixos rodoviários que cortam o Centro-Oeste, integrando o Sul e o sudeste à Amazônia, ofereceram condições à incorporação de espaços periféricos e à reestruturação econômica de áreas antes voltadas para a pecuária extensiva e para o extrativismo vegetal e que passam a ser o domínio de empreendimentos agropecuários caracterizados pela tecnologia moderna. (MESQUITA, 1989, p. 157),

A Belém-Brasília assinala um novo momento histórico no processo migratório do Estado de Goiás, fazendo com que a ocupação seja cada vez mais num ritmo acelerado. A circulação de mercadorias também passa a fazer parte do novo cenário

Fotografia 16 - Trabalhadores na obra da rodovia BR - 153



Fonte: www.cpdoc.fgv.br/naualbum/ainda_nas_mg.asp. Acessado em 12 de dezembro de 2012

O estradão Belém-Brasília veio mudar completamente a realidade sócio-econômica da região Araguaia-Tocantins. O fluxo migratório não parou mais de crescer. Na década de 60, as terras ainda eram adquiridas quase que por um valor simbólico. Muitos caminhões de cara retornam carregos de minérios, toras de madeira e bananas para o Sul do país. O vale do Araguaia-Tocantins começa a mostrar-se dotado de extraordinárias potencialidades – terra, água, minério, fauna e flora –, mas carente de infra-estrutura social e econômica, onde a miséria, a doença e a ignorância convivem secularmente com gerações e mais gerações de analfabetos. O descaso secular das autoridades do sul de Goiás, compartilhada por uma elite política servil, é motivo maior da nossa pobreza. (SILVA, 1996, p. 92).

Os rincões recebem um fluxo migratório muito grande. Se antes da rodovia era diminuto o afluxo populacional, agora, com certeza ele é sempre aumentado em função das “*novas oportunidades*” abertas no sertão goiano. É evidente também que nem sempre essas pessoas que se destinavam a estes rincões conseguiam realizar seus sonhos, pois a estrutura fundiária se manteve ou até piorou para o pequeno produtor, posseiro, enfim, para o pobre. Silva (1996) nos aponta que:

As vantagens advindas com a Rodovia Belém-Brasília são os fluxos migratórios que se adensam nos distantes sertões, onde as convivências diárias com antigos moradores foram alterando modos de vida. As derrubadas indiscriminadas e a expulsão de antigos moradores – chamados de “posseiros” – também alteram o ritual de vida dos sertanejos, que antes tenham na caça, pesca e o extrativismo vegetal a sua labuta diária. Desconhecendo seus direitos de posse, ou alheio a suas garantias legais, o sertanejo arriba com a família para as comunidades que estão se formando ao longo da Belém-Brasília – e agora em Palmas, a nova capital – ficando para trás o latifúndio de pastagens artificiais financiadas pelo Governo. (SILVA, 1996, p. 92).

A fronteira capitalista tem consigo a dialética da produção/formação espacial que “*combina*” três agentes que agem de forma diferente e que possuem objetivos diferentes e isto é uma das causas de tantos conflitos de terra em Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará. As rodovias serviram também no aguçamento desses conflitos, uma vez que:

Na formação da fronteira capitalista participaram três agentes de forma diferente e com objetivos diferentes. O pequeno produtor, posseiro ou proprietário, dedicando-se à lavoura de alimentos, contribuindo para o mercado local com mandioca, milho e feijão. O fazendeiro, médio e grande proprietário, pecuarista por tradição, é o que detém o poder econômico local. Com base na terra, está inserido no contexto capitalista nacional e pelo comércio de boi vivo. Ideologicamente, está voltado para a emancipação política do território do Estado de Tocantins. Forja o regionalismo que pode estar mascarando as lutas de classe naquele território, de sérios conflitos sociais pela posse da terra. O terceiro agente é a empresa agropecuária, de sociedade anônima. Beneficiária dos recursos públicos e com interesses financeiro, com sede em outros espaços nacionais ou extranacionais. Detendo a propriedade da terra, espera sua valorização, enquanto o gado é vendido para os melhores compradores de qualquer lugar. O seu interesse é o interesse do capital; não está relacionado à Goiás, nem ao Centro-Oeste; para tanto, não existe regionalismo, nem espaço regional. O que existe é o espaço para o capital. (DUARTE, 1989, p. 259).

As tradições sertanejas passaram por uma profunda mudança com a abertura da rodovia Belém-Brasília, senão vejamos:

A estrada Belém-Brasília provocou mudanças profundas na família sertaneja. Usos, costumes e tradições são fracionados com a gente do Centro-sul do país. Na margem da nova estrada, ou na nova capital, a população flutuante sonha com o futuro da família: escola, saúde e emprego. Enquanto as populações ribeirinhas deslocam-se para a margem da estrada, o migrante, com algum dinheiro adentra os sertões solidários para fincar a propriedade rural, com novidades para toda a ribeira: o trator, ou gado de raça. Com sua população economicamente ativa reduzidíssima, o sertanejo vai sendo expulso de sua ribeira de caça, pesca e extrativismo vegetal, para os novos núcleos urbanos da Belém-Brasília. E os imensos latifúndios improdutivos, mas com títulos de propriedade, cercado de arame e pastagens, traçam o perfil da especulação do mercado imobiliário do futuro. (SILVA, 1996, p. 93).

A abertura de rodovias não só beneficiou a integração do norte com o Centro-Sul do país, como também possibilitou a criação de novos povoados e destes, o surgimento de cidades e/ou fortalecimento das já existentes. No caso específico de Araguaína, foi à última situação. Ou seja, houve um revigoramento econômico da cidade, pois a Belém-Brasília a colocou em contato com o Centro-Sul do País.

A abertura de rodovias, estradas secundárias e, mesmo, vicinais, a implantação de programas de colonização e de infra-estrutura, entre outras medidas, tudo repercutiu positivamente não só no aumento do número de centros urbanos, mas também em seu desenvolvimento. Ao lado do crescimento das cidades, principalmente as mais populosas, o surgimento de inúmeros centros urbanos em áreas até há poucas décadas desabitadas, é uma tônica. (CARDOSO, 1989, p. 200).

É evidente que esse crescimento econômico do município de Araguaína não veio acompanhado de desenvolvimento social. Neste sentido, por exemplo, Araguaína é uma cidade que possui vários bairros oriundos de ocupações irregulares e talvez isso explique um pouco de sua “desorganização” urbana. Mas, esse não é o foco desta pesquisa. Isto foi só para ilustrar o lado “*perverso*” da integração do país sem mexer nas estruturas agrárias.

A Belém-Brasília formou uma região diferenciada economicamente do contexto regional, uma faixa de terra com “modernização” na agricultura e com formação de pastagens e engorda de gado confinado. O trecho de Alvorada a Guaraí é composto de grandes fazendas criadoras de gado. Essa faixa de terra compõe uma região de exportação da força de trabalho do camponês e aglutinadora de ampliação do capital privatizado, conseguido através dos empréstimos bancários públicos e/ou privados e pela renda da terra. (LIRA, 2011, p.152).

A fala de José de Souza Martins vem em complemento a do Elizeu Lira quando discute o problema do desenvolvimento e modernização do País, senão vejamos:

... A questão da violência na Amazônia, porém, envolvia muito mais do que a eliminação da pobreza. Ali, na verdade, os pobres estavam sendo eliminados ou violentamente expulsos da terra em nome, justamente, de um amplo programa nacional de desenvolvimento econômico e modernização do País. O novo modelo de desenvolvimento não tinha por objetivo a incorporação dos pobres e marginalizados a um sistema econômico moderno... (MARTINS, 1999, p. 84).

Por outro lado temos Aquino (2002) nos falando dos impactos provocados pela abertura da Rodovia, principalmente no que diz respeito à especulação das terras, evidenciando também o processo de grilagem que é comum na região. Novamente vale salientar que no caso específico de Araguaína, o problema fundiário é rural e urbano também, o que, indiscutivelmente, acaba ajudando na consolidação da precária estrutura urbana da cidade. Aquino (2002) nos alerta que:

Quanto aos impactos provocados com a abertura da rodovia, vale destacar o aspecto da especulação das terras, dada a perspectiva de sua valorização. É quando se tornam frequentes as grilagens de terras em diversas localidades, nas áreas de influência da estrada. Para se ter uma ideia do quanto esta questão se agravou, foi noticiado no jornal O Popular, em fevereiro de 1960, uma reunião no Rio de Janeiro, presidida pelo arcebispo auxiliar do Rio (então capital da República), Dom Hélder Câmara. A reunião tinha a finalidade de elaborar um Plano de Colonização da Estrada Belém-Brasília. (AQUINO, 2002, p. 326-7).

Araguaína demonstra desordem no que diz respeito aos padrões modernos de cidade. No entanto, também não tem uma padronização de cidade histórica. É uma cidade que possui traços interessantes e peculiares a si própria. Mas estes elementos serão discutidos no quarto e quinto capítulo deste trabalho. Valverde e Dias em 1967, comparando Araguaína e Imperatriz já faziam a seguinte afirmação:

Pelo exposto, conclui-se que não há uma simetria entre as duas cidades extremas da região. Ambas foram implantadas à borda de matas, e aí termina sua semelhança: enquanto Imperatriz está situada no limite meridional da hiléia, Araguaína foi fundada também no limite sul da primeira mancha florestal sobre o espigão Tocantins-Araguaia por quem viaja para o norte. Mas Imperatriz é um porto tradicional, à margem do trecho médio de importante rio navegável; Araguaína nem sequer é banhada por qualquer rio digno de nota. Imperatriz era, portanto, unidade de um velho eixo econômico, comandado por Belém desde o século passado; Araguaína não tem tradição econômica: há duas décadas era um

pequeno e miserável núcleo rural, sem expressão. Por isto Imperatriz tem bom traçado urbano, com ruas largas, ao passo que Araguaína cresce desordenadamente, sem plano preconcebido. Pela mesma razão Imperatriz tem função regional bem estabelecida, enquanto Araguaína é ainda incipiente como entreposto, já que suas comunicações com os centros próximos, fora da Belém-Brasília, são deficientes. Imperatriz acumulou, assim, uma população na cidade que é o dobro da de todo o município da Araguaína (7.200 habitantes); mas o ritmo de crescimento deste núcleo foi maior, e não será de admirar que, em longo prazo, Araguaína venha a rivalizar com aquela cidade, pois que a tendência geral deverá ser acentuar-se a influência econômica dos grandes mercados dos Sudeste do Brasil. (VALVERDE, DIAS, 1967: 207-8).

O tempo passou, a cidade cresceu, enriqueceu, mas seu aspecto paisagístico pouco mudou em relação à fala deste conceituado geógrafo. O autor já apontava a possibilidade de Araguaína se tornar uma cidade importante na região Norte do Estado de Goiás (atual Tocantins). Ele nos fala também que Araguaína já existia bem antes da implantação da rodovia.

Conquanto tenha ainda a paisagem urbana por organizar, Araguaína já existia antes da abertura da estrada. Segundo o testemunho de um antigo morador, em 1944, o local possuía 6 casas e tinha o nome de Lontras (nome do rio próximo). O grande impulso lhe veio, porém, há cerca de 5 anos, após a abertura da rodovia com o afluxo de povoadores mineiros, goianos, paulistas, paraenses, maranhenses, piauienses e nordestinos. (VALVERDE, DIAS, 1967: 205-6).

Naquele momento a economia do município era extrativista e havia uma produção pequena de alguns alimentos, como destacam Valverde e Dias, senão veremos:

A economia do município de Araguaína se baseia principalmente na produção do babaçu e, secundariamente, na produção do arroz, amendoim e algodão. Nêles existem florestas ricas em mogno, nas terras próximas às margens do Araguaia. Dessas matas extraem-se também peles silvestres, sobretudo de caititu, veado, lontra. A produção de peles é muito maior no “verão” (estação seca), porque, sendo os caçadores, em geral, pequenos lavradores, encontram nessa época do ano maior lazer sem suas fainas agrícolas. O comércio local adquire essas peles e vende aos intermediários de Anápolis, os quais, por sua vez, as revendem para os grandes mercados do Sudeste. (VALVERDE, DIAS, 1967: 206).

Com a construção da Belém-Brasília a economia de Araguaína cresce e sua população aumenta muito também. O município, se comparado a tantos outros do país, ainda é pobre, no entanto, é o principal polo econômico do Estado do Tocantins na

atualidade. Além da Belém-Brasília, tivemos depois a construção da TO – 222 que liga Filadélfia a Araguaianã, o que impulsionou ainda mais o crescimento da cidade. Naquele tempo, era apenas uma estrada carroçável. É evidente que esse crescimento populacional não é acompanhado de qualidade social da população como um todo.

A cidade de Araguaína é ligada por caminhos precários ao Araguaia e ao Tocantins. Para oeste, uma estrada carroçável em construção, tendo 9 km em fase de desmatamento, alcança Araguaianã e Xambioá; para leste, uma estrada conduz a Filadélfia, com ramal para Babaçulândia, através de areiões, apenas transitáveis por caminhões e jipes. (VALVERDE, DIAS, 1967: 207).

De fato, a construção da Belém-Brasília ajudou a alavancar o crescimento econômico, não só de Araguaína, mas de toda a área cortada por ela. É claro, houve impactos socioeconômicos, culturais e ambientais.

Enfim, a construção da Belém-Brasília foi um acontecimento de grande importância histórica, não apenas para o antigo Norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, mas para o país como um todo. Os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais que a estrada provocou devem ser considerados como decisivos para a região tocaninense dos seus primeiros passos rumo à modernidade. (AQUINO, 2002, p. 330).

Os programas, os incentivos fiscais, a construção de Brasília, a construção de grandes rodovias, entre elas, a própria Belém-Brasília, foram cabais na reorganização territorial do Norte goiano (atual Tocantins), como de resto, na interiorização da expansão capitalista de produção. Se no final da década de 60, o retrato de Araguaína era o que acabamos de ver por meio da citação de Valverde e Dias, já nos anos 80, sua realidade era outra. Isto implica dizer que a Belém-Brasília trouxe consigo essa desenvoltura econômica para Araguaína.

Araguaína, em 1980, surgia com um efetivo populacional de 45 498 habitantes, o que a coloca em 13º na Região Centro-Oeste tendo apresentado um crescimento relativo, 1m 1970, de 177%. Araguaína está situada no eixo da BR-153, Belém-Brasília, e no limite entre a área de cerrado, a leste da rodovia, e a mata de transição que se estende até às margens do rio Araguaia. Surgiu como um pequeno entreposto comercial, achando-se até 1950 sob influência de Carolina; a comunicação se fazia por trilhas na mata e pelo rio Lontra que ligava o núcleo ao rio Araguaia. A descoberta do cristal de rocha em áreas próximas (Pium, Arapoema, Xambioá e Cristalândia) deu impulso ao núcleo na década de 40. Alguns fatos foram benéficos para o desenvolvimento de Araguaína, por iniciar a

mudança da direção dos fluxos. Agora para o sul, quebrando o antigo monopólio de Belém; a construção de uma estrada carroçável até Gurupi (década de 40) e o aumento do número de posseiros espalhados pela mata provenientes do término da mineração do cristal de rocha; finalmente, a Belém-Brasília completou a “captura”. A distância entre Araguaína e Goiânia, traduzida em números de dias de viagem, reduziu-se muito. Araguaína passou a se relacionar com Goiânia, Anápolis, Brasília e também com Belém. Iniciou a estruturação de sua área de influência que se estende até Carolina, Filadélfia, Babaçulândia, Colinas, ananás, Xambioá e Luciana, Santa Terezinha e Conceição do Araguaia (sul do Pará). A cidade a partir de 1969 começou a crescer mais acentuadamente, a “*inchar*”, graças à grande movimentação da força de trabalho mobilizada para frentes de abertura de matas em empreendimentos agropecuários financiados pelo PROTERRA e outros créditos subsidiados. A instalação do Frigorífico Matadouro do Araguaia – FRIMAR – com financiamento governamental e, ainda, o fato de Araguaína servir como núcleo de transações para o comércio de terras, fez crescer bastante o comércio e os serviços particulares e públicos. A estrutura do espaço urbano é um pouco caótica, dado ser bastante significativa à população móvel, o que congestiona sensivelmente a cidade. Em Gurupi, outra cidade servida pela BR-153, com esta população móvel é menor, a cidade se apresenta melhor estruturada. (CARDOSO, 1989, p. 221).

Pelos comentários de Cardoso (1989) dá para entender um pouco a realidade de Araguaína nos dias atuais. Ela já falava que a estrutura do espaço urbano era um pouco caótica, dado ser bastante significativa à população móvel o que congestiona sensivelmente a cidade. Quer dizer, se a cidade de Araguaína nos dias atuais tem sérios problemas de infraestrutura, é um legado/herança do passado e os governantes quase nada fizeram para mudar tal realidade. Esta situação será discutida com mais profundidade nos capítulos 4 e 5 desta tese.

A realidade araguainense, no que diz respeito a sua economia, mudou muito em relação ao período que antecedia a abertura da BR - 153. Ou seja, Araguaína atualmente é considerada a capital econômica do Estado do Tocantins, exercendo uma polarização em todo norte do Estado e atinge também parte dos Estados do Maranhão e Pará. No entanto, como já afirmamos anteriormente, a infraestrutura urbana da cidade é frágil.

2. 5 - A fragmentação territorial de Goiás e a criação do Tocantins

O processo de fragmentação territorial de Goiás vai além do desmembramento do Tocantins, uma vez que, em 1809 o mesmo foi obrigado a ceder áreas de suas terras para o Estado do Maranhão e para Minas Gerais. O Norte de Goiás esteve quase sempre em

busca de sua emancipação política em função do tratamento que recebia das autoridades políticas e econômicas. Suas relações econômicas, políticas e culturais estavam mais próximas do Maranhão e Pará que com o Sul do Estado.

Percebe-se que o norte de Goiás, ao longo dos anos, foi construindo uma identidade própria, contanto com uma composição étnico-cultural de larga influência de estados nordestinos, notadamente o Maranhão, Piauí e Bahia. Assim, a região formou um quadro sociocultural peculiar, ainda que heterogêneo. (AQUINO, 2002, p. 339).

O sonho de emancipação político-administrativa do Norte goiano perdurou por muito tempo e tem nos curraleiros os seus primeiros expoentes. Não foram os mineradores que quiseram a emancipação, como bem destaca Silva (1996),

Foram os curraleiros do Tocantins – e não os mineradores de ouro – que deram os primeiros sinais de independência do Norte de Goiás, com a criação da comarca da Palma, em 1809. Foram os criadores de gado – e não os mineradores de ouro – que instalaram o Governo separatista do Norte, de 1821 a 1824, para se constituir na sonhada Província do Tocantins. Portanto, desde os primórdios do desbravamento e povoamento destas ribeiras, sempre existiram dois Goiás: o Sul, colonizado pelos paulistas e o Norte, colonizado pelo vaqueiro e dono de curral, vindos do Nordeste brasileiro. (SILVA, 1996, p. 25-6).

Silva continua sua assertiva em relação aos interessados na emancipação do Norte goiano, senão vejamos o que ele tem a nos dizer.

Enquanto o minerador tinha sido uma repetição do bandeirante, como aventureiro que foi, sem um lar, sem o sentimento de tocaninidade, o criador de gado, ao lado da vaqueirama, adentra os sertões do Tocantins, cravado os paus do curral para fincar raízes até os nossos dias. Cidades que nasceram de currais de gado: Araguatins, Lizarda, Ponte alta do Bom Jesus, São Valério, Silvanópolis, Taguatinga, Tocantinópolis. (SILVA, 1996, p. 100).

Vários foram os projetos propondo a Redivisão territorial do Brasil apresentados ao Congresso Brasileiro, entre eles o da emancipação do Tocantins. Por outro lado, Lira (2011) afirma que:

Muitos projetos de Redivisão territorial foram apresentados no Congresso Brasileiro com objetivo de integrar e desenvolver as regiões desabitadas do país. Cabe ressaltar que a maior preocupação desses projetos era com a Amazônia brasileira, temiam os geopolíticos que a Amazônia poderia ser invadida por outra nação vizinha e que seria conquistada por estrangeiro, algum pedaço do Brasil. (LIRA, 2011, p.94).

Em relação ao processo emancipatório do Norte de Goiás, houve uma participação muito interessante da imprensa norte goiana. Eram vários jornais trabalhando com a mesma ideia de emancipação. Ainda segundo Lira (2011),

Esse crescimento da imprensa foi total, que na década de cinquenta as principais cidades do Norte possuíam um ou mais jornais, com seu impresso, exclusivamente voltados para a luta separatista em prol do Estado do Tocantins. Para termos uma idéia mais clara, vejamos as cidades que possuíam a imprensa local: Tocantinópolis, “O Tocantins” (1950); “Asas do Saber” (1957); “Palavra Livre” (1957); Porto Nacional: “Folha do Norte” (1982; “A Norma” (1953), “Norte de Goyaz” (1935); “O Estado do Tocantins” (1956); “O Paralelo 13” (1962). Araguaína: “Jornal do Tocantins e Correio do Norte”. Pium: “Ecos do Tocantins” (1952). Existia ainda a folha do Tocantins com circulação no norte de Goiás, sul do Para e Maranhão com sede Araguaína. (LIRA, 2011, p.101).

Até uma Associação Tocantinense de Imprensa foi criada, tamanho movimento separatista encapado pelos jornais espalhados em várias cidades do Norte goiano. Conforme Lira (2011),

A presença da imprensa no movimento separatista do norte de Goiás se fortaleceu tanto que, no ano de 1958 foi criada a associação Tocantinense de Imprensa – ATI, com sede em Porto Nacional, fundada com objetivo específico de dar cobertura aos jornalistas de região que congregasse com os ideais tocaninienses. A ATI lutou incansavelmente através de seus dirigentes para a materialização do ideal separatista no norte de Goiás. (LIRA, 2011, p.101).

O movimento separatista tinha de certa forma, um raciocínio lógico diante da discriminação que o governo demonstrava em relação ao Norte de Goiás. Para Santos (2002),

O governo discriminava a região norte por ser muito pobre. A composição populacional era também diferente. Enquanto no sul a população é composta por mineiros, paulistas, no norte, nordestinos e paraenses viviam completamente separados por falta de estradas. Somente em meados dos anos 60 e início dos 70 foi construída a Belém-Brasília, que proporcionou certa integração. (SANTOS, 2002, p. 95-6).

O atraso econômico do Norte de Goiás era evidente em relação ao centro-sul. As relações capitalistas de produção ainda eram embrionárias no Norte enquanto no Sul do Estado elas já se manifestavam com toda força capaz de dar uma dinamização maior à economia daquela outra área territorial. Lira (2011) destaca que:

O atraso econômico e o isolamento do norte de Goiás na década de cinquenta, início da de sessenta, demonstrava o crescimento diferenciado da região centro-sul, que já estava num processo bem avançado das relações capitalistas na produção, de bens de consumo e principalmente na agricultura. (LIRA, 2011, p.104).

O atraso se fazia presente em praticamente todas as formas de produção do território. Enquanto o sul goiano desfrutava de ferrovia, o que permitia o avanço do capital e valorização das terras, o norte goiano não tinha essa modalidade de transporte. Estamos falando dos anos 1945. Aliás, só agora é que a ferrovia chega ao Tocantins. São praticamente 100 anos de diferença do período de instalação das ferrovias. Lira (2011) aponta que:

Enquanto o sul já possuía estradas de ferro, permitindo o avanço do capital na modernização da agricultura, valorizando as terras e trazendo novas técnicas para a pecuária. O árido norte possuía uma agricultura de subsistência, uma criação de gado em pastagens nativas e a comunicação era feita através de uma linha de avião que passava nas principais cidades da região do Tocantins, apenas uma vez a cada mês. Este tipo de desenvolvimento diferenciado sul/norte de Goiás era percebido pelos políticos do norte e em consequência disso aumentava o desejo regional de separação. (LIRA, 2011, p.104).

A Casa do Estudante do Norte Goiano também foi um movimento interessante no processo separatista do Tocantins. A Cenog lutava em prol da emancipação do Norte goiano, além de reivindicar melhores condições à população desassistida pelas políticas públicas do Estado. Conforme Santos (2002),

A Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog) foi um movimento estudantil detentor de expressividade regional e nacional que atribuiu às reivindicações dos estudantes norte-goianos, conteúdo e objetividade, dando destaque também aos problemas socioeconômicos que afligiam a população do antigo norte de Goiás, atual Tocantins. (SANTOS, 2002, p. 89).

Ao assumir a Presidência da República, JK dá um fio de esperança aos separatistas, principalmente pela mudança da Capital Federal para o Planalto Central. Lira (2011) destaca que:

Com a posse do presidente JK, em Janeiro de 1956, volta à tona as discussões sobre a necessidade de uma nova Redivisão territorial do Brasil. Os geopolíticos diziam da urgência de definir as fronteiras nacionais, principais as fronteiras amazônicas, essas ainda sobre a incerteza de delimitação. Dentro dessa tendência de redefinição territorial, foi

aprovada a lei autorizando a mudança da capital federal para o Planalto Central. Essa notícia chegou como um fio de esperança para as lideranças separatistas tocaninenses. Pois com a criação de Brasília, inaugurando uma nova territorialização, a qual passaria inevitavelmente pelo debate sobre a criação do Estado do Tocantins, visto que o sul de Goiás se beneficiaria com a localização de Brasília. Mas o governo JK se voltou quase que exclusivamente para a construção de Brasília, que estrategicamente seria o ponto de partida para a invasão capitalista sobre a Amazônia. Com a nova capital federal veio à estrada Belém-Brasília, rasgando o Planalto Central, “integrando” esta região central do país à Amazônia Brasileira, a nova rodovia (BR – 14 hoje BR – 153) passou cortando as terras do norte de Goiás, dividindo-as ao meio no sentido norte-sul, trazendo consigo o euforismo desenvolvimentista e imediatista do governo JK. (LIRA, 2011, p.104).

No entanto, ainda segundo Lira (2011),

Para os separatistas tocaninenses, o que apresentava como promessa, caiu como um pesadelo, a construção de Brasília e da BR – 153 – promessa de “desenvolvimento” imediato – foi uma espécie de mordaca para o movimento de criação do Estado do Tocantins, os políticos sulistas aproveitaram o momento e através de alianças e discursos demagogos em favor do Norte, conseguem empurrar o movimento separatista para a marginalidade das questões relativas ao desenvolvimento regional do norte de Goiás. Esse discurso foi respaldado pelo golpe militar de 64 que, recriando a Amazônia Legal, incluía as terras de Goiás acima do Paralelo nº 13 (“coincidindo” com os limites do estado do Tocantins) como área de prioridade para investimento federal, portanto o norte goiano passa a viver (teoricamente) sobre uma chuva de projetos desenvolvimentistas – PIN, PDNs, PROTERRA, GETAT, PRODIAT, etc – comandados pela SUDAM e SUDENE, instituições criadas estrategicamente com o objetivo específico de orientar, vigiar e punir o desenvolvimento regional da Amazônia. (LIRA, 2011, p.104).

O Estado do Tocantins foi criado pela Constituição de 1988, mas o sonho de emancipação era desde o século XVII. O sonho passou por várias gerações, movimentos estudantis, jornais, discursos de alguns políticos empolgados com a possibilidade de se tornar o Governador do Estado, etc. Entre os políticos desejosos dessa emancipação política do Norte de Goiás, estava o deputado por Goiás, José Wilson Siqueira Campos, inclusive, o grande beneficiado com o processo separativo do Norte goiano.

Segundo os noticiários, Siqueira Campos chegou a fazer greve de fome para forçar a Redivisão Territorial do Estado de Goiás. Também houve um plebiscito com mais de 100 mil assinaturas pedindo a criação do novo Estado. Em 1985, o projeto esbarrou no

veto do presidente José Sarney. No entanto, em 27 de julho de 1988, parlamentares aprovam a criação do Tocantins em segundo turno, mas somente em 5 de outubro de 1988 a Constituição Federal foi promulgada, constando no artigo 13 das Disposições Constitucionais Transitórias da nova Carta Magna a criação do Estado do Tocantins.

É evidente que houve sensacionalismo em toda essa situação de emancipação do Estado do Tocantins, onde alguns oportunistas de plantão se deram muito bem e colocaram seus nomes, não apenas na história do referido Estado, bem como no cenário político. Até hoje eles ainda vivem desfrutando dessa situação como verdadeiros deuses que construíram o atual Estado. É preciso ter uma visão crítica do processo de emancipação do Tocantins.

2. 6 - A Consolidação da sociedade urbana tocaninense

A consolidação da sociedade urbana tocaninense se dá após a construção da Capital Federal no Planalto Central, da construção de Goiânia para ser a Capital de Goiás, a construção da Rodovia Belém-Brasília, etc. Acreditamos que estes fatores conjugados ao processo de concentração de terras nas mãos de poucos fazendeiros e, conseqüentemente, a expulsão dos trabalhadores rurais para a cidade, além da mecanização campo, perfazem a complexidade que é essa consolidação urbana tocaninense. Para Aquino (2002),

Nesse contexto, aparece uma nova malha urbana, com desenvolvimento das cidades que foram diretamente servidas pela rodovia e surgem outras novas, formando uma faixa estreita de vida urbana que contrasta com o restante da região. Algo mais complexo é a forma de convivência entre essa faixa urbanizada, integrada de algum modo à modernidade brasileira, e o restante da região, que é toda a ampla área não atingida pela rodovia, o que traz à tona duas dicotomias. A mais visível delas é a separação da paisagem, no sentido mais amplo da palavra, onde entram os aspectos dos panoramas urbanos e rural, assim como o ambiental e o sociocultural. A outra, bastante complexa e de natureza eminentemente cultural, inclusive psíquica, se refere à constatação de que a área atingida pela estrada e que, por esta razão, manteve-se economicamente periférica, passa por processos de aculturação em sua relação com as áreas mais desenvolvidas. (AQUINO, 2002, p. 342).

Na fala de Aquino (2002) observa-se que há uma desestruturação humana nos seres que passam a viver nestes núcleos urbanos. Eles se tornam pessoas sem “*identidade*”, pois não são urbanos, mas também não são mais rurais. Há uma dicotomia

no próprio ser. O ser é uma interrogação psíquica que não se enquadra em nenhuma das formas de organização social. Talvez seja até por isto que é muito comum, na cidade de Araguaína, se observar a quantidade enorme que “*queimadas urbanas*”. As pessoas parecem não tem a dimensão do viver na cidade e acabam colocando fogo em quase tudo sem constrangimentos. É a ideia de limpeza. Ainda segundo Aquino (2002),

Segundo se observa, as populações dos meios rurais e das pequenas cidades distantes do chamado progresso passam por crise de identidade, por não terem acompanhado, de um lado, o desenvolvimento e, de outro, por terem incorporados hábitos mais urbanizados, como o consumismo, enfim, os modismos de consumo. (AQUINO, 2002, p. 342).

Num primeiro momento o processo de ocupação do interior do território brasileiro se deu de forma esporádica, irregular, obedecendo aos ciclos econômicos e até aos ambientes naturais, por assim dizer. Ou seja, geralmente as entradas da população se davam pelos rios, pois estes facilitavam a penetração naqueles momentos de poucos recursos técnicos. Mas com a construção de grandes rodovias, isto mudou, evidenciando novos “modelos” de viver, sentir, ser, estar e agir das pessoas. Mas vejamos o que Cardoso (1989) tem a nos relatar:

Neste contexto, percebe-se que somente alguns pontos privilegiados, localizados no litoral, teriam chance de um maior desenvolvimento. A interioridade do Centro-Oeste, acrescida do fato da ocupação inicial da Região ter se baseado em imperativos ocasionais, tais como o extrativismo mineral e vegetal (os fatores não foram suficientes para criar um povoamento regular) impedia, de saída, o florescimento e permanência de centros urbanos de maiores dimensões, como também da vida urbana de modo geral. A bem da verdade, deve-se acrescentar que isto aconteceu não somente no Centro-Oeste, mas na maior parte do interior brasileiro. E essa situação urbana, caracterizada pela precariedade, veio se prolongando até um tempo não muito remoto, haja vista o Censo Demográfico de 1950 ter acusado Goiânia como a cidade de maior contingente populacional, que não atinge, na época, 40 000 habitantes (São Paulo e Rio de Janeiro, as cidades mais populosas, surgiam com 2 051 716 e 2 303 06 habitantes, respectivamente). Segundo Oliveira, o caráter monocultor da agricultura, que durante muito tempo caracterizou nossa economia, produziu no quadro urbano uma extrema polarização; de um lado, grandes cidades, e, de outro, uma rede urbana bastante pobre. Mais tarde, quando o imperialismo forçou uma divisão regional do trabalho em plano internacional, também impôs a mesma no âmbito nacional. A divisão regional do trabalho determinou, então, que os imensos espaços do Centro-Oeste teriam como “vocação natural” fornecer alimentos para o abastecimento dos centros econômicos mais dinâmicos

do Centro-sul do País. Mais uma vez, tal política não provocaria, de imediato, o desenvolvimento do fenômeno urbano no Centro-Oeste. (CARDOSO, 1989, p. 191).

A Fotografia 17 nos mostra a beleza arquitetônica de Porto Nacional que já foi, inclusive, uma das principais cidades do Norte de Goiás e dali surgiram vários movimentos políticos em prol da emancipação do Tocantins. É uma cidade que tem suas origens às margens direita do Rio Tocantins. Retrata assim o período áureo da navegação, quando esta era o meio de transporte mais eficaz da região. Era também o meio de comunicações entre a região e outras áreas dispersas pelo país.

Por seu turno, tivemos a espacialidade do desenvolvimento econômico em duas regiões distintas: uma no vale do Rio Tocantins e a outra construída a partir da construção da BR Belém-Brasília, como Lira (2011) destaca que:

A espacialidade do desenvolvimento econômico e populacional do Tocantins configurou-se em duas regiões geográficas: a primeira, uma região natural (o vale do rio Tocantins, através da hidrovía, integrando de uma maneira vagarosa, mas constante, as de regiões econômicas divididas pelas águas do grande rio e influenciando definitivamente na produção do espaço urbano e populacional da região. As principais cidades anterior a BR, eram: Porto Nacional, Peixe, Miracema, Pedro Afonso e Tocantinópolis, não só por serem históricas, mas principalmente devido sua localização geográfica, às margens da hidrovía do Tocantins. A segunda, uma região artificializada, de cunho desenvolvimentista, ideológica, arquitetada e localizada sobre o “*Divisum Aquarium*” das bacias hidrográficas do Tocantins e do Araguaia. A Belém-Brasília se constituiu no novo eixo de desenvolvimento econômico e populacional da região do Tocantins, se transformando em uma área de atração e deslocando a economia e a urbanização do vale do Tocantins para o divisor de água de sua margem esquerda. O movimento de ocupação no Tocantins se restringia, única e exclusivamente à orientação da BR. O novo processo de urbanização nasceram várias cidades às margens da rodovia Belém-Brasília, sendo hoje algumas delas as principais do novo Estado, tais como: Gurupi, Paraíso, Guaraí, Colinas e Araguaína, todas surgidas e desenvolvidas após a construção da Belém-Brasília. (LIRA, 2011, p.152).

Houve, de certa forma uma grande influência na nova urbanização do Tocantins (antigo Norte Goiano) exercida pela construção de Goiânia e Brasília e, posteriormente, a própria Palmas. É evidente, como estamos sempre afirmando, as grandes rodovias também exerceram influências enormes nessa nova configuração urbana do Tocantins. Para Cardoso (1989),

Fotografia 17 - Porto Nacional, cidade histórica de origem fluvial



Fonte: caminhosdointerior.blogspot.com. acessado em 17 de janeiro de 2013

Como o valor técnico da forma é determinado não a partir da própria forma, mas das necessidades da estrutura donde ela surge, ou que nela se encaixa, segue-se que o valor da forma deve mudar na proporção em que muda a estrutura. Brasília e Goiânia, ambas planejadas essencialmente para o desempenho da função administrativa (embora com vistas à promoção do desenvolvimento regional), a primeira no âmbito nacional e a segunda, no âmbito estadual, embora datando ambas do Século XX (Brasília inaugurada em 1960 e Goiânia em 1937), apresentam grandes transformações comparativamente aos planos originais. (CARDOSO, 1989, p. 193).

A cidade, a partir desse novo momento histórico de sua urbanização, exerce fascínios na população rural que sonha em mudar para a cidade em busca de melhores condições de vida para a sua família. Coisa que nem sempre acontece. Conforme Aquino (2002),

Não se deve esquecer que em tais processos está presente o fenômeno do êxodo rural, com acentuado esvaziamento do campo. As famílias que não emigram totalmente para as cidades aos poucos vão “mandando” seus filhos em busca de estudos ou de empregos, enfim, em busca do sonhado conforto das cidades. A saída dos filhos transforma os lares sertanejos em verdadeiros refúgios de solidão, e desencadeia um processo que pode resultar em problemas de comportamento, pelo fato de os jovens tentarem acompanhar os costumes “rebeldes” dos jovens citadinos. Sem uma estrutura ou preparação intelectual e psicológica, por vezes envergonhados de suas origens, eles chegam a declarar que detestam suas pequenas cidades natais, conforme já se ouviu de jovens em seus depoimentos. Há relatos até de crises depressivas oriundas de complexos de inferioridade. (AQUINO, 2002, p. 342-3).

É evidente também que as cidades criadas a partir da BR Belém-Brasília não tiveram o acompanhamento da infraestrutura mínima necessária. Desta forma, os desejos de seus moradores não são saciados por elas. Araguaína, que é considerada a capital econômica do Estado, carece de infraestrutura básica. Sua população não é assistida pelos equipamentos públicos. Faltam praças, rede de saneamento básico, asfalto com qualidade, arborização, calçadas niveladas para o Portador de Necessidades Especiais se locomover, falta rigor no cumprimento das normas de trânsito, etc. Para Vinhal (2009),

Mesmo com a abertura da estrada, o surgimento de novas cidades e a reativação de outras a região Norte de Goiás durante algum tempo permanece ainda carente de infra-estrutura o que leva muitas pessoas a deixar a região em busca, por exemplo, de educação. Essa realidade só veria mudar com a divisão e criação do Estado do Tocantins em 1988. (VINHAL, 2009, p. 39).

É interessante observar o comentário de Silva (1996) quando afirma que a identidade regional é forçada pelos discursos de sertanejos refugiados pelas perseguições políticas do Nordeste. Eles então criaram a identidade cultural, política e econômica do Norte Goiano, inclusive, “detonando” os aventureiros “bandeirantes gananciosos do Sul”. É comum ainda nos dias atuais se ouvir discursos de pessoas tocaninenses contra a *“invasão de sulistas”*.

O declínio da navegação, já o dissemos, deixou a região até um certo ponto isolada e marginalizada. A rota do Tocantins, com a utilização dos barcos a motor, a partir de 1940, ainda conheceu um breve e tímido alento, mantendo uma certa articulação da zona tocanina com Belém do Pará, até a década de 50. O discurso dos líderes sertanejos deixa transparecer tentativas de elaboração de uma identidade regional por parte deles. As famílias influentes eram originárias não de “bandeirantes” ambiciosos, mas de patriotas que se refugiaram nos sertões para fugir de perseguições políticas no Nordeste. Para os senhores locais, bem como para alguns líderes goianos, o Sul do Maranhão e o Norte goiano formavam um todo com características comuns. (SILVA, 1996, p. 99).

Esse declínio da navegação não foi tão rápido e acelerado. Ainda hoje, em vários pontos do Rio Tocantins e do Rio Araguaia as suas travessias ainda são feitas por balsas. Inclusive, essa modalidade de travessia de ambos os rios deu origem a uma fortuna milionária ao senhor que tem por nome Pedro Iran Pereira Espírito Santos. O mesmo usou as iniciais de seu nome para nomear a sua empresa: PIPES.

Esse processo não ocorreu de mecânica ou automática. O rápido crescimento das cidades ao longo da rodovia, de um lado, e o esvaziamento das localidades às margens do rio, de outro, não significaram um corrida em massa dessas últimas para as primeiras. O problema é bem mais complexo. De fato, as novas cidades receberam habitantes provenientes de diferentes do País. (AQUINO, 2002, p. 333).

O Tocantins ainda é um Estado em construção e sua urbanização não é diferente. Sua urbanização, apesar dos percalços da desigualdade social criada e fortalecida pelo capitalismo, tem também uma característica peculiar do sertanejo, pois as relações estabelecidas deste homem citadino com a cidade possuem raízes fincadas na ruptura do rural com o urbano. Quer dizer, o processo de urbanização conduzido, principalmente pela abertura de BR Belém-Brasília, trouxe consigo, resquícios não apagados da memória dos seus moradores antes rurais.

2. 7 - A construção das paisagens urbanas de Araguaína no tempo/espço

O objetivo desta parte deste capítulo é compreender a paisagem urbana de Araguaína no tempo/espço levando em consideração os vários momentos de sua construção histórica espacial.

A compreensão do atual estágio de desenvolvimento econômico, social, político, ético e cultural de Araguaína, como em muitas outras cidades brasileiras, passa indiscutivelmente pela leitura de seu processo histórico de construção espacial, por isso mesmo recorreremos aos anos de 1960 para melhor entender o presente. Veja o que Carlos (2007) nos diz acerca da leitura geográfica da cidade:

Para Portanto, deixando de lado postulados e afirmações dogmáticas, podemos tomar como ponto de partida para o desenvolvimento do raciocínio capaz de produzir uma “leitura geográfica sobre a cidade” a ideia de cidadã como construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Expressão e significação de vida humana, a cidade revela ao longo da histórica, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana. Assim, o sentido e a finalidade da cidade (enquanto construção histórica) dizem respeito à produção do homem e à realização da vida humana, de modo que, se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática sócio-espacial, evidenciando a vida na cidade. Isto porque a sociedade constrói um mundo objetivo através da prática

sócio-espacial, demonstrando em suas contradições um movimento que aponta um processo em curso, o qual tem sua base no processo de reprodução das relações sociais – realizando-se enquanto relação espaço-temporal. (CARLOS, 2007, p. 20).

Araguaína é o principal município do Estado do Tocantins. O início do seu povoamento data de 1866, com a chegada de agricultores procedentes do Piauí, liderados por Tomaz Batista. Em 1925, chegaram às famílias de Manoel Barreiro, João Brito, Guilhermino Leal e José Lira. Esses primeiros habitantes que se dedicaram ao cultivo do café às margens do rio Lontra, e, nessa localidade, nasceram o povoado que viria a ser denominado de Lontra, subordinado jurídica e administrativamente ao município de São Vicente do Araguaia.

Posteriormente, coube ao Município de Boa Vista do Tocantins, hoje Tocantinópolis, administrar o próspero povoado. Por outro lado, veja o que Valverde e Dias (1967) disseram sobre a paisagem urbana de Araguaína:

Conquanto tenha ainda a paisagem urbana por organizar, Araguaína já existia antes da abertura da estrada. Segundo o testemunho de um antigo morador, em 1944, o local possuía 06 casas e tinha o nome de Lontras (nome do rio próximo). O grande impulso lhe veio, porém, há cerca de cinco anos, após a abertura da rodovia com o afluxo de povoadores mineiros, goianos, paulistas, paraenses, maranhenses, piauienses e nordestinos. (VALVERDE e DIAS, 1967: 205-6).

Em 1960, em função da implantação da rodovia Belém- Brasília, a economia do município começou a desenvolver-se com dinamismo, apoiada nas atividades do setor primário, principalmente pela pecuária. Como se pode observar, a Belém-Brasília praticamente reorientou o crescimento das cidades no então Norte de Goiás, e não foi só Araguaína que recebeu esse “*benefício*”. Basta dizer que as maiores cidades até então se localizavam as margens dos rios Araguaia e Tocantins e, com a abertura da BR – 153, o processo de migração da população teve uma mudança circunstancial nessa nova ordenação territorial. Para Santos (2004),

A ação do Estado é marcada pela necessidade de levar em conta ao mesmo tempo dados estruturais e dados de conjuntura. Ora, a conjuntura é tanto a do próprio país como um todo, como a conjuntura regional ou a mundial. Mas as representações da ação do Estado sobre a reformulação do espaço interno são marcadas tanto pelo caráter contingente da sua intervenção, como pelas próprias rugosidades do espaço. (SANTOS, 2004, p. 231-2).

As diferenciações espaciais causadas pela própria desigualdade regional, social, cultural e ambiental fazem parte do processo de produção/organização deste ou daquele território e o Estado interfere direta ou indiretamente no redirecionamento de políticas setoriais que atendem a essas peculiaridades locais em consonância com políticas globais no atendimento das necessidades capitalistas de produção. Senão vejamos o que dizem Valverde e Dias (1967) sobre a economia de Araguaína naquele momento:

A função industrial da cidade apenas começa a se estruturar, pois possui apenas uma fábrica de óleo de babaçu, embora o problema da energia já tenha sido solucionado com a construção de uma barragem no rio Lontras. (VALVERDE e DIAS, 1967: 207).

Desta maneira, o Estado foi decisivo nessa reorganização territorial do antigo norte de Goiás (atual Tocantins) e, principalmente, em relação ao impulso econômico que deu ao município de Araguaína. O local desta maneira passou por transformações importantes após a construção de Goiânia, Brasília, da BR – 153 e com a criação do Estado do Tocantins. Desta maneira, indiscutivelmente o Estado tem um peso significativo nessa reorganização espacial do município de Araguaína. Se observarmos o que diziam Valverde e Dias (1967) e vermos a atual conjuntura econômica do município, pode-se perceber que realmente houve um impulso importante nas diretrizes econômicas do local. Vejamos outro comentário de Valverde e Dias (1967) ao falarem de Araguaína no contexto da BR 153.

A economia do município de Araguaína se baseia principalmente na produção do babaçu e, secundariamente, na produção do arroz, amendoim e algodão. Nêle existem florestas ricas em mogno, nas terras próximas às margens do Araguaia. Dessas matas extraem-se também peles silvestres, sobretudo de caititu, veado, lontra. A produção de peles é muito maior no “*verão*” (estação seca), porque, sendo os caçadores, em geral, pequenos lavradores, encontram nessa época do ano maior lazer sem suas fainas agrícolas. O comércio local adquire essas peles e vende a intermediários de Anápolis, os quais, por sua vez, as revendem para os grandes mercados do Sudeste. (VALVERDE, DIAS, 1967: 206).

Como se pode observar na própria assertiva de Valverde e Dias (1967) o município de Araguaína nos idos dos anos 1960 era extrativista e possuindo pouca produção de subsistência como o arroz, amendoim e algodão, por exemplo. O seu comércio ainda era incipiente. As empresas geralmente eram filiais de firmas de Goiânia e de Anápolis. Segundo os autores citados acima,

As maiores empresas comerciais de Araguaína são geralmente filiais de firmas de Goiânia e Anápolis, especializadas no comércio de arroz, algodão, mamona, amendoim e gergelim. A mais importante delas é a Companhia Boa Sorte, que também vende sementes dos citados produtos, assim como de girassol, que está sendo introduzido na região. (VALVERDE, DIAS, 1967: 206-7).

Os mercados do sul comandavam indiretamente a economia do local. Também recebiam influência forte de Belém – PA, como apontam Valverde e Dias (1967):

O abastecimento do comércio de Araguaína revela uma concorrência, na qual os mercados do sul exercem certa predominância. Enquanto de Belém vêm os combustíveis (gasolina, gás engarrafado) e os lubrificantes, bem como sal e telhas, do sul provém a quase totalidade das demais mercadorias. De Anápolis chega cimento, feijão (roxo), queijo (tipo Minas); o álcool vem de Goiás (provavelmente da usina de açúcar de Ceres); tanto aquela cidade como São Paulo fornecem biscoitos; já para o ferro, todo êle proveniente de São Paulo, Anápolis, somente o redistribui. O mercado paulista é o fornecedor único de plásticos, mas compartilha com Rio de Janeiro na remessa de medicamentos, com Belo Horizonte na de tecidos e com Recife, na de ferragens e perfumarias. O Rio de Janeiro envia com exclusividade ao comércio de Araguaína artigos de papelaria. (VALVERDE, DIAS, 1967: 207).

A articulação do passado histórico com o presente se faz notório na própria paisagem urbana a ser estudada. Em Araguaína isto não é diferente. Desta maneira estamos sempre recorrendo ao passado para compreendermos o seu processo de produção atual. A análise espacial da cidade revela, como aponta Carlos (2007), a sincronia entre o espaço e a sociedade por meio das relações sociais ali materializadas:

A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em as relações sociais se materializam em um território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática sócioespacial. A Materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida e vivida. O homem se apropria do mundo através da apropriação de um espaço-tempo determinado, que é aquele da sua reprodução na sociedade. Desloca-se, assim, o enfoque da localização das atividades no espaço, para a análise do conteúdo da prática sócio-espacial enquanto movimento de produção/apropriação/reprodução do espaço da cidade. Tal fato torna o processo de produção do espaço indissociável do processo de reprodução da sociedade – neste contexto, a reprodução continuada da cidade ocorre fundamentando-se na reprodução ininterrupta da vida. (CARLOS, 2007, p. 21).

Voltando à realidade de Araguaína, como cidade do extremo norte de Goiás em processo de formação, podemos ver o que Valverde e Dias (1967) nos dizem acerca da diferença entre ela e a cidade de Imperatriz, no Maranhão, então vejamos:

Pelo exposto, conclui-se que não há uma simetria entre as duas cidades extremas da região. Ambas foram implantadas à borda de matas, e aí termina sua semelhança: enquanto Imperatriz está situada no limite meridional da hiléia, Araguaína foi fundada também no limite sul da primeira mancha florestal sobre o espigão Tocantins-Araguaia por quem viaja para o norte. Mas Imperatriz é um porto tradicional, à margem do trecho médio de importante rio navegável; Araguaína nem sequer é banhada por qualquer rio digno de nota. Imperatriz era, portanto, unidade de um velho eixo econômico, comandado por Belém desde o século passado; Araguaína não tem tradição econômica: há duas décadas era um pequeno e miserável núcleo rural, sem expressão. Por isto Imperatriz tem bom traçado urbano, com ruas largas, ao passo que Araguaína cresce desordenadamente, sem plano preconcebido. Pela mesma razão Imperatriz tem função regional bem estabelecida, enquanto Araguaína é ainda incipiente como entreposto, já que suas comunicações com os centros próximos, fora da Belém-Brasília, são deficientes. Imperatriz acumulou, assim, uma população na cidade que é o dobro da de todo o município da Araguaína (7.200 habitantes); mas o ritmo de crescimento deste núcleo foi maior, e não será de admirar que, a longo prazo, Araguaína venha a rivalizar com aquela cidade, pois que a tendência geral deverá ser acentuar-se a influência econômica dos grandes mercados dos Sudeste do Brasil. (VALVERDE, DIAS, 1967: 207-8).

A constatação dos autores acima citados de que a cidade de Araguaína crescia de forma desordenada, enquanto a cidade de Imperatriz possuía um bom traçado urbano com ruas largas, explica parte da situação que ora abordamos nesta tese para se entender a paisagem urbana de Araguaína na atualidade. O seu processo de produção espacial urbano, desde seu começo traz em si uma peculiaridade muito interessante na forma de ocupação de seu espaço. É a ausência do Estado no sentido de dar um toque organizacional ao traçado urbano, por exemplo. Por isso mesmo, alguns de nossos entrevistados apontam (vide capítulo 3 e 4) que as ruas tortuosas e mal cuidadas de Araguaína são os principais pontos de estrangulamentos de seu espaço urbano. Veremos o que Carlos (2007) nos diz acerca da prática social urbana e como podemos perceber isto acontecendo em Araguaína:

Deste modo, podemos afirmar que além de objetos, o sentido da noção de produção revela um processo real, amplo e profundo fundado num conjunto de relações, modelos de comportamento, sistema de valores, formalizando e fixando relações entre os membros da sociedade, e, nesse processo, produzindo um espaço em sua dimensão prática. Mas a produção se abre para a reprodução e, nesta direção, sinaliza o processo de

desenvolvimento da sociedade humana, evidenciando a profunda dialética homem-natureza. Nesta perspectiva, a noção de produção supera – sem ignorar – o plano do econômico, colocando a análise num outro patamar (aquele da sociedade), na medida em que a cidade revela o processo de generalização da troca, da constituição e ampliação do mundo da mercadoria, da concretização da ordem distante no lugar, influenciando na realização da vida enquanto prática sócio-espacial. Nessa direção, a cidade pode ser entendida dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais – relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social – produzindo um espaço – ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade. (CARLOS, 2007, p. 21).

A paisagem urbana araguainense faz parte das próprias relações sociais da sociedade de Araguaína com o seu processo de construção. Não dá para separar a sua paisagem urbana das relações sociais que são estabelecidas em seu território. Santos (1988) nos confirma que

O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade. A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial. (SANTOS, 1988, p. 73-4).

As paisagens urbanas de Araguaína, como veremos no capítulo 3 desta tese, possuem certos valores da sua própria construção visível e invisível, como nos aponta Leite (1994):

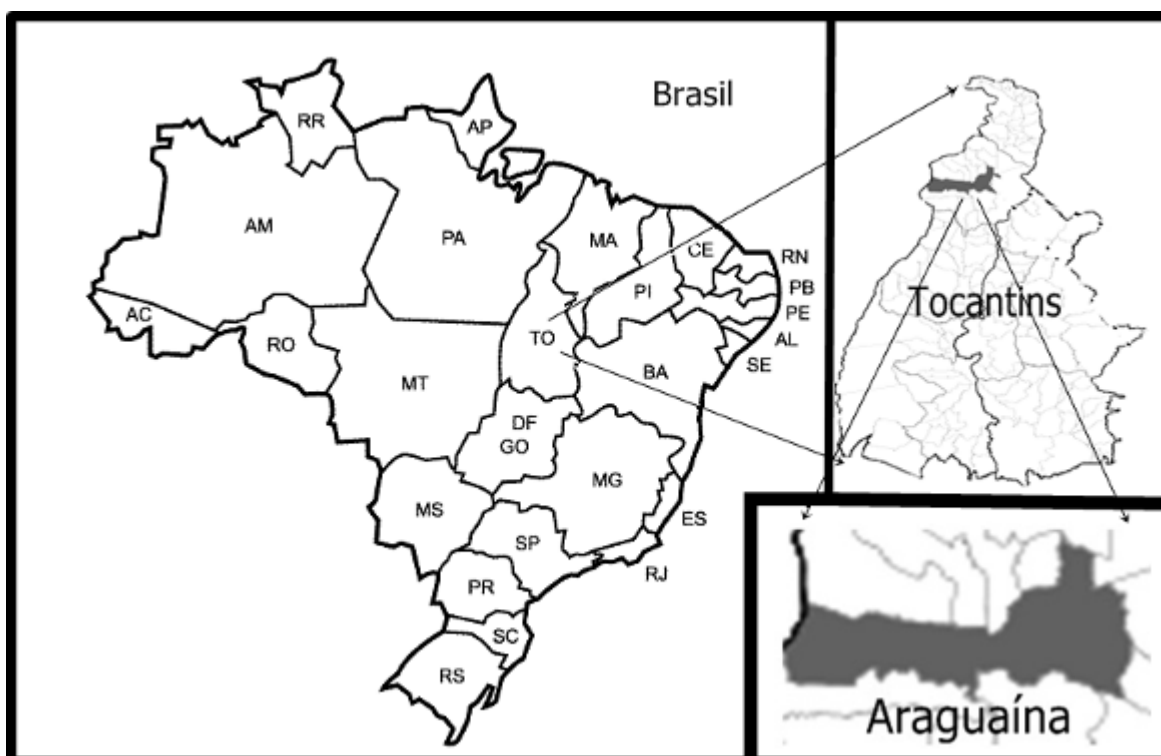
A paisagem é, portanto, composta de formas visíveis, duráveis, que lhe conferem certa estabilidade temporal e pela trama parcialmente invisível da estrutura social. Se, de um lado, as forma visíveis da paisagem podem dirigir as transformações sociais ou limitar as alternativas de organização do território, de outro lado, as modificações da estrutura social criam sempre novas necessidades, sugerem novas forma e redefinem os valores da paisagem visível. (LEITE, 1994, p. 51).

Além dos valores culturais que a sociedade imprime na paisagem rural ou urbana de um dado local, é importante também ressaltar que o conjunto de elementos naturais também faz parte deste cenário, como aponta Leite (1994):

O conjunto dos fatores naturais e construídos que caracteriza uma paisagem está sempre enquadrado nos contornos da organização social e é percebido e avaliado segundo os parâmetros, necessidades, possibilidades e limitações da sociedade. Todos esses podem, em

determinado momento, ser sintetizados num mapa de uso do solo ou de zoneamento da paisagem. Um mapa com esse teor, porém, não é um plano regional ou paisagístico; é apenas a expressão das características físicas, econômicas, políticas e sociais, resultantes da integração entre os processos de transformação econômico-produtiva e os processos de organização física do território, em escala local, regional ou nacional. Projetos de intervenção não são instrumentos de mudanças da ordem estabelecida, mas expressões da capacidade de captar a realidade em transformação e propor alternativas de organização. (LEITE, 1994, p. 51).

Mapa 1 - Localização de Araguaína no Estado do Tocantins



Fonte: www.fotosimagens.net, adaptação de MOREIRA, Cleydson Ayres.

A área total do município de Araguaína era de 9.097 quilômetros quadrados até a criação de Aragominas, Araguanã, Camolândia, Muricilândia e Santa Fé do Araguaia que faziam parte de seu território. O desmembramento ocorreu por força da Lei nº 251, de 20 de fevereiro de 1991, publicada no Diário Oficial nº 79 de junho.

Atualmente os limites territoriais de Araguaína estão assim dispostos. Ao Norte se encontram: Santa Fé do Araguaia, Muricilândia, Camolândia e Aragominas; ao Sul, temos os limites com os municípios de Arapoema, Pau D' Arco e Nova Olinda. Já a Leste temos os limites com os seguintes municípios: Wanderlândia e Babaçulândia e ao Oeste temos o Estado do Pará, através do Rio Araguaia como limite.

Mas agora vejamos no mapa 01 a localização do município de Araguaína no Estado do Tocantins e no Brasil, bem como sua caracterização geral. Quer dizer, buscaremos nos situar no processo histórico da formação do município de Araguaína.

Desta forma, como já afirmamos anteriormente, o município tem o privilégio de ser cortado por várias rodovias o que lhe confere destaque estratégico na forma de ocupação e a sua própria polarização econômica.

Desta forma, como já afirmamos anteriormente, o município tem o privilégio de ser cortado por várias rodovias o que lhe confere destaque estratégico na forma de ocupação e a sua própria polarização econômica.

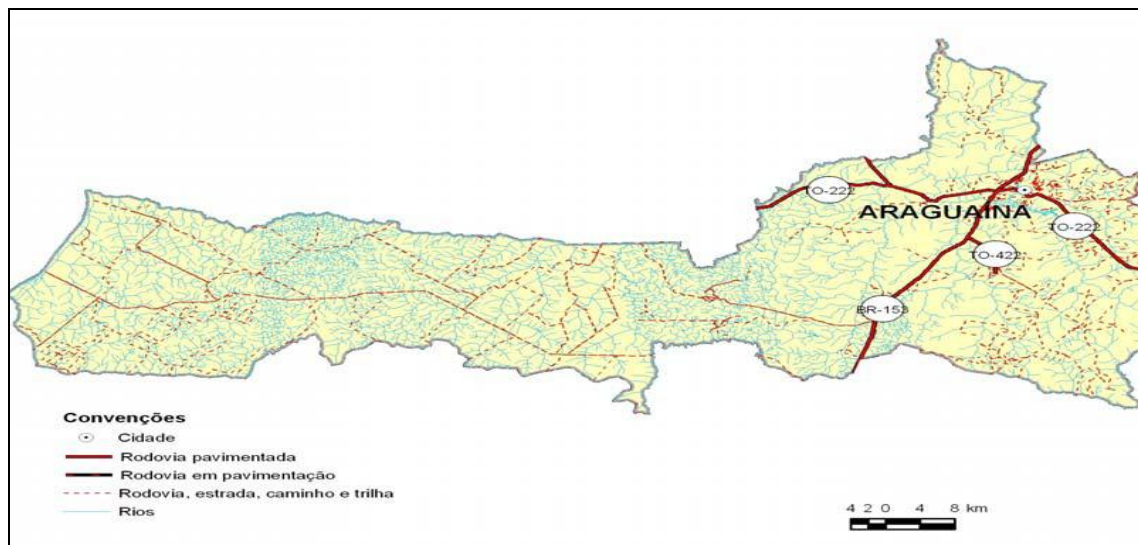
Vejamos o mapa 02 onde aparece o município de Araguaína em destaque. Como se pode observar, o município possui uma forma alongada de leste a oeste, com pouca parcela de seu território a leste da BR 153 e a grande maioria, a oeste, estendendo-se até às margens do Rio Araguaia. Já sua sede está justamente no cruzamento da BR – 153 com a TO – 222, o que a torna estrategicamente importante como “*centro comercial*” da região norte tocaninense.

Atualmente, após todos os desmembramentos acima referidos, o município de Araguaína possui uma área de 3.920, 10 quilômetros quadrados, está situado na região Ocidental do Tocantins, entre os paralelos 5° e 10°. Araguaína está localizada no extremo Norte Tocantinense, a 7° 11’28” de latitude, 48°12’ e 26” de Longitude e numa altitude média de 277 metros.

O relevo do município é bastante variado, destacando-se de planalto, sem a presença de grandes elevações. A altitude dos morros varia de 100 a 300 metros, sendo que a Serra das Cordilheiras completa a forma do relevo. Valverde e Dias (1967) já nos diziam que:

Entre dois pontos sobre a BR – 14 distantes, respectivamente, 4 km ao sul e 30 km ao norte de Araguaína, os rios da bacia superior do Rio Lontras, afluente da margem direita do Araguaia, sulcam o planalto, coalescem suas vertentes e as terras de matas e babaquais dominam mais uma vez. Então, de novo a paisagem se transforma: há mais lavours, mais gente, mais cursos d’água... Os bosques de palmeiras de babaçu se alternam ou se interpenetram coma as culturas e os pastos. Cultivam-se o milho, o algodão perene, a mandioca e a cana; tudo em roçados. O gado ocupa pastagens cultivadas e divididas em “*mangas*”. (VALVERDE, DIAS, 1967: 204).

Mapa 2 - Município de Araguaína em destaque no ano de 2010



Fonte: Diretoria Zoneamento Econômico-Ecológico - DZEE / SEPLAN-TO. Org. PEREIRA, Aires José

Fazendo uma discussão acerca do município de Araguaína no que diz respeito aos seus aspectos físicos, discorreremos um pouco sobre o clima que é tropical úmido, nas seguintes condições: sua temperatura é bastante quente durante o ano todo, oscilando entre 32°C média máxima e com mínima de 20°C.

Vale salientar que no período seco, as pessoas chamam de verão e o período chuvoso elas o denomina de inverno. Na cidade de Araguaína não faz frio. O tempo é sempre quente e quando, no período chuvoso se tem uma temperatura de aproximadamente 20°, é comum vermos pessoas de agasalho andando pelas suas ruas.

Já em relação a sua pluviosidade, a estação de chuvas geralmente ocorre entre os meses de novembro a maio e uma estação seca e muito quente entre os meses de junho a outubro. Nesse período seco é que ocorre a temporada de praia fluvial no Rio Araguaia. A média de precipitação anual é de 1.700 milímetros, segundo site oficial do município de Araguaína.

A vegetação do município de Araguaína apresenta-se de forma irregular, caracterizando-se pelos cerrados ou chapadas, matas ciliares e matas tropicais. As matas tropicais, por exemplo, têm grande importância para a economia do Município, pela qualidade das espécies de vegetais encontradas, das quais merecem maior destaque: o coco babaçu, o pequi e o buriti. O babaçu é rico em celulose e óleo e, como o pequi, é usado para fazer pratos típicos da região muito consumido pelos seus moradores. Algumas

peessoas ganham parte de seu sustento e o sustento familiar coletando o pequi no cerrado e vendendo na rua, na feira ou mesmo à beira de suas principais rodovias.

Já o coco babaçu tem grande valor industrial, servindo para a fabricação de gordura, sabão e sabonetes. A casca do coco serve como combustível. A palha é utilizada para fabricar redes, cordas e coberturas de casas.

A Bacia Hidrográfica de Araguaína é formada pelo rio Araguaia e seus afluentes. O Araguaia exerce considerável influência na economia local pela farta riqueza de peixes, ente eles o pirarucu. Vários rios e córregos compreendem ainda a Bacia Hidrografia de Araguaína, entre eles o rio Preto, rio Lontra, córrego Lavapés, córrego Prata, córrego Neblina, córrego Raizal, ribeirão de Areia, córrego Xixebal, córrego Cará, córrego Jacubinha, córrego Tiúba e o córrego Jacuba. As terras férteis, às suas margens, são próprias para a agricultura, onde existem também grandes pastagens utilizadas para a criação de gado.

Além das contribuições para a economia do Município, o rio Araguaia ainda propicia o lazer para veranistas que aproveitam suas praias todos os anos, como acontece em Garimpinho, uma praia ecológica que recebe milhares de pessoas todos os anos. As praias fluviais recebem pessoas do Tocantins, Goiás, Maranhão, Pará, enfim, de vários estados brasileiros. O principal afluente do rio Araguaia é o rio Lontra, que também se destaca. Suas margens são formadas de solos férteis próprios para a agricultura e a pecuária, por isso mesmo, são ocupadas.

É no rio Lontra que está construída a Hidrelétrica do Corujão, a primeira a fornecer energia para Araguaína.

É evidente que, de acordo com nossos entrevistados, e pelas fotografias que acompanham esta tese, que estes córregos têm problemas sérios de poluição, principalmente os que nascem dentro do perímetro urbano de Araguaína. Quer dizer, a ocupação do espaço urbano de Araguaína se deu de forma muito desorganizada e praticamente todos os córregos acima citados estejam ecologicamente mortos. Mesmo porque, em outras cidades onde o abastecimento de água geralmente é proveniente de seus mananciais, mesmo assim eles não preservam seus córregos, nascentes e rios. Imagine que a água que abastece a cidade de Araguaína é proveniente de poços artesianos profundos, ou

seja, os córregos e rios são utilizados, como veremos no capítulo 4, infelizmente, como depósitos de lixo e detritos.

A ciência geográfica, ao elaborar trabalhos científicos abordando os referidos problemas, com certeza está dando a sua contribuição sobre a produção do espaço de forma justa social, ambiental, econômica e culturalmente falando. Veja o que Santos (2004) tem a nos dizer sobre a dignidade da ciência comprometida com o futuro.

Uma ciência digna desse nome deve preocupar-se com o futuro. Uma ciência do homem deve cuidar do futuro não como um novo exercício acadêmico, mas para dominá-lo. Ela deve tentar dominar o futuro para o Homem, isto é, *para todos os homens* não só para um pequeno número deles. Se o homem não for, também, um projeto, retorna ao homem animal que ele era quando, para assegurar a reprodução de sua própria existência, não comandava as forças naturais. (SANTOS, 2004, p. 261).

Nesse sentido o curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins tem dado uma contribuição significativa sobre o conhecimento ambiental da área urbana de Araguaína, despertando a consciência ecológica em segmentos importantes da sociedade. Apesar dos poucos resultados alcançados, isso já é um esforço embrionário que já começa dar resultados bons para a sociedade araguainense. Segundo Santos (2004),

Agora, que a natureza modificada pelo trabalho humano é cada vez menos a natureza amiga e cada vez mais natureza hostil, cabe aos que estudam uma vigilância redobrada. E a geografia, tantas vezes ao serviço da dominação, tem de ser urgentemente reformulada para ser o que sempre quis ser: uma ciência do homem. (SANTOS, 2004, p. 261).

Acreditamos que a partir do momento em que a Geografia e outras ciências passam a contribuir direta ou indiretamente na construção de um conhecimento voltado ao atendimento do homem, da sociedade como um todo e, principalmente, do meio ambiente, certamente estará dando um grande passo na consolidação de seu papel de ciência humana que busca a transformação social e não apenas econômica, do espaço e dos homens que nele habitam.

Por outro lado, evidencia-se, com a construção da BR 153, muitas mudanças rumos à “*modernidade*” tocantinense, como aponta Aquino (2002), mas essa transformação nem sempre é acompanhada de consciência ecológica na produção do

espaço geográfico e de suas paisagens artificiais. Para Aquino (2002), com Araguaína não foi diferente.

Enfim, a construção da Belém-Brasília foi um acontecimento de grande importância histórica, não apenas para o antigo Norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, mas para o país como um todo. Os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais que a estrada provocou devem ser considerados como decisivos para a região tocaninense das os seus primeiros passos rumo à modernidade. (AQUINO, 2002, p. 330).

Ampliando um pouco mais a nossa discussão aqui encetada, podemos até falar dos últimos acontecimentos (desastres ecológicos) ocorridos no Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, entre outros lugares. São exemplos de que a natureza também cobra pelo que o homem faz com ela. O homem tem demonstrado ao longo do tempo que também é capaz de rever sua atitude em relação à natureza, mas isso ainda tem sido insuficiente para resolver o problema ambiental, pois apenas um pequeno grupo tem essa consciência despertada enquanto que a maioria ainda acha que a natureza deve ser usada ao seu bel prazer, sem levar em consideração as consequências de suas atitudes desastrosas. Como nos afirmam SILVA, RODRIGUES (2003),

Preservação ambiental não é apenas uma questão econômica, mas sim consequência da falta de investimento em educação no Brasil ao longo de décadas, o que vem provocando seqüelas irreversíveis tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade, (SILVA, RODRIGUES, 2003, p. 14).

No entanto, mesmo com os problemas ambientais e sociais persistentes no município de Araguaína, como em outras áreas geográficas do país, a construção da BR – 153, como já afirmamos em outras partes desta tese, foi muito importante para o seu crescimento econômico. Veja parte de uma matéria intitulada: “*pobre cidade rica chamada Araguaína*”, veiculada no dia 01/12/2010 que dizia:

O coração econômico do Tocantins está localizado a 450 km de Palmas. Conhecida como Capital do Boi Gordo, Araguaína, tem o comércio e a prestação de serviços como a principal mola impulsionadora da economia. A pecuária que há já foi a principal fonte de renda do município hoje representa apenas 4% Produto Interno Bruto do (PIB).

Araguaína teoricamente, como nos apontam algumas reportagens com dados econômicos, não depende apenas do “*Boi Gordo*” para o seu crescimento e manutenção de

sua influência econômica na região norte do Estado do Tocantins, Sudeste do Pará e sudoeste Maranhão. Na mesma reportagem encontramos a seguinte citação:

Já o comércio na cidade tem 7% de crescimento ao ano. Esse espantoso crescimento, acima da média da inflação, se dá pelo fato de Araguaína ser o centro de compras e de referência para toda a região norte do Tocantins, Sudeste do Pará e Sudoeste do Maranhão. Estima-se que 1,7 milhões de pessoas, localizadas há um raio de 200 km, dependem do comércio na cidade.

Araguaína, como se observa, é um centro comercial na região e influencia muitos municípios circunvizinhos nos estados do Tocantins, Maranhão e também no Pará. O setor de serviços é um dos que mais cresce no Estado do Tocantins, como veremos por meio da matéria veiculada, citada anteriormente:

O setor de serviços do município também apresenta crescimento relevante, com um índice de 5,8% ao ano. O crescimento imobiliário, principalmente nos últimos dois anos, é outro segmento de faturamento significativo para a região.

A referida reportagem nos fala ainda da grande frota de veículos, contabilizados e distribuídos da seguinte maneira: 16.516 carros pequenos, 6.602 camionetes, 18.229 motos com mais de 125 cilindradas e 11.231 de pequeno porte e, além disso, 3.237 caminhões. A reportagem fala ainda do número grande de aeronaves particulares no pátio do aeroporto. No entanto, a mesma reportagem nos aponta que:

Os problemas enfrentados pelo município são do tamanho da sua grandeza econômica. A malha asfáltica está desgastada, não há saneamento básico, o trânsito é confuso e perigoso, os índices da Secretaria de Segurança Pública (SSP-TO) a colocam como uma das cidades mais violentas do estado, a rede de integração de Araguaína com o restante do Brasil é deficiente.

Esta situação relatada é muito bem explanada pelos nossos entrevistados, principalmente no terceiro e quarto capítulos desta tese, onde os mesmos reclamam da falta de infraestrutura urbana na cidade. Além das opiniões de nossos entrevistados, temos também as fotografias que mostram partes da realidade aqui exposta. Vejam a continuação da reportagem e o que ela nos diz:

As reclamações sobre a manutenção do asfalto e a ampliação das ruas asfaltadas em Araguaína são antigas. O município tem 4000 quilômetros quadrados de área territorial e

270 km de malha asfáltica, distribuídas pelos 126 bairros da cidade. Além disso, o tráfego urbano é confuso, decorrente do crescimento sem planejamento.

No quarto capítulo deste trabalho apresentaremos algumas fotografias que nos mostram bem esta situação da falta de planejamento urbano ou a não aplicação do mesmo na prática cotidiana. Mesmo depois da aprovação do Plano Diretor Econômico da cidade, a sua efetivação na prática ainda não existe. Por outro lado, a reportagem continua falando dos problemas de infraestrutura urbana, como veremos:

Muitos dos bairros do município não apresentam infra-estrutura básica de asfalto, água encanada, saneamento básico e ainda sofrem, no período da chuva, com alagamentos causados pelas 12 nascentes espalhadas pela cidade. Um grande contraste se comparada com a realidade do Setor Anhanguera, um dos bairros mais nobres da cidade. Lá as casas são de luxo, difícil encontrar uma que não seja um sobrado, com equipamentos modernos de segurança e lazer.

A diferença é que os proprietários fazem de suas casas/mansões verdadeiras ilhas de prosperidade, no entanto, ao saírem nas ruas, encontram os mesmos problemas de toda a cidade. Quer dizer, lá também não tem praças, ruas com asfalto de qualidade, com rede de esgoto, etc. Os poucos equipamentos de infraestrutura existentes em toda a cidade são os mesmos encontrados no referido bairro. Aliás, uma característica marcante em Araguaína é que quem tem dinheiro compra seus terrenos em locais sem infraestrutura nenhuma e constrói seus “*palacetes*”, não se levando em consideração a falta de infraestrutura urbana. A referida reportagem também chama a atenção para a principal Avenida de Araguaína, como também veremos nos capítulos 3 e 4 desta tese, nas falas de nossos entrevistados. Vejamos o que ela nos diz:

A avenida principal de Araguaína, a Avenida Cônego João Lima, é retrato da confusão que é o trânsito na cidade. Grande quantidade de veículos, poucos estacionamentos, ruas estreitas e pouco cumprimento das leis de trânsito. “Ficando alguns minutos parado em alguma das esquinas da cidade, você observa várias infrações como parar em cima da faixa de pedestre, não respeitar sinal vermelho, estacionar e parar em locais proibidos”, disse o comerciante Antônio Sá, morador do município.

A educação na cidade de Araguaína nos idos dos anos 1960 também era bastante rudimentar e precisando do apoio da população local para o seu funcionamento, como observam Valverde, Dias (1967):

Dois grupos escolares e um ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, com sete professoras nomeadas, são as instituições que zelam pela educação, em Araguaína. Êste modesto resultado é produto do esforço da população do município, que fêz doações, mais tarde postas à venda, para possibilitar o funcionamento do ginásio. (VALVERDE, DIAS, 1967: 207).

Existem grandes problemas urbanos como os diagnosticados não só pela reportagem, mas também demonstrados pelos nossos entrevistados que nos deram a ideia norteadora da pesquisa de fotografarmos os locais apontados por eles como pontos de estrangulamentos urbanos, como paisagens bonitas e outras, nem tanto. No entanto, a cidade de Araguaína pelo menos no quesito educação tem se tornado referência no Estado do Tocantins. Ela possui além do ensino básico e profissionalizante três centros de ensino superior: Campus da UFT com os cursos de Licenciaturas em: Geografia, História, Matemática, Química, Física, Biologia e Letras (incluindo ainda um mestrado e um Doutorado); Medicina Veterinária e Zootecnia (incluindo ainda um mestrado e um Doutorado), Gestão em: Logística, Turismo e Cooperativismo.

Fazendo parte da Educação superior em Araguaína também tem a Faculdade Católica Dom Orione – FACDO que oferece os cursos de: Direito, administração, fisioterapia (em processo de implantação) e psicologia (em processo de implantação). Já o Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos – ITPAC mantém os seguintes cursos de graduação: Educação Física, enfermagem, sistema de Informação, Pedagogia, Farmácia, Odontologia e Medicina e (Direito).

Em Araguaína também se encontram instituições de ensino superior em sistema EAD: UNITINS, UNIDERP, etc.

Mas voltamos à discussão acerca do desenvolvimento econômico alcançado pelo Brasil nos últimos anos, principalmente no período de Juscelino Kubitschek e a sua integração territorial. Além disso, ainda se tem a contenção do expansionismo do comunismo embutido na política dirigida pelo Estado Brasileiro. Vejamos Vesentini (2001):

Essa prosperidade, ou desenvolvimento, a ser alcançada pelo País, contudo, deveria estar vinculada à ordem, ou seja: o “progresso dentro da ordem para garantir a ordem”. O conceito central da ideologia desenvolvimentista, a “soberania nacional”, em JK liga-se à ordem e ao desenvolvimento: frente a uma conjuntura internacional onde surgem “ambições expansionistas do comunismo”, o Brasil alia-se ao “Ocidente democrático e Cristão” como um dos seus baluartes; a soberania, a ser plenamente alcançada, dependeria

da prosperidade, (isto é, da industrialização nacional) dentro da ordem, ou seja, do capitalismo e do combate à subversão. (VESENTINI, 2001, p. 130).

No passado não muito distante, as ruas serviram apenas para o tráfego de pessoas, carroças e alguns poucos automóveis, enquanto hoje o trânsito “*fervilha*” no mesmo espaço sem intervenção pública no sentido de levar mais infraestruturas que atendam às novas demandas. Mas estas questões serão abordadas posteriormente ao longo deste estudo.

Fotografia 18 - Contrastes do tempo na paisagem urbana



Fonte: Aires José PEREIRA. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2009

A educação é sem dúvida alguma o caminho pelo qual o homem deve trilhar para conseguir se conscientizar da necessidade de preservar e conservar o meio ambiente. É pena que a grande maioria dos “*educadores*” ainda não foram educados ambientalmente. Encontramos com frequência queimadas urbanas que causam sérios problemas de saúde principalmente às pessoas mais idosas e às crianças. No entanto, não há por parte da população e do poder público uma preocupação com os problemas decorrentes desta atitude primata que ainda persiste em acontecer em pleno século XXI em uma área que se diz urbana. É sobre essa paisagem urbana araguainense que vamos tratar no próximo item desta tese.

É interessante mostrar também, veja fotografia 18 as diferenciações entre o antigo e o moderno na construção da paisagem urbana de Araguaína. O tempo é demonstrado claramente na figura abaixo como pontos extremos, por assim dizer, de concepção da produção do ambiente urbano. Santos (2004), p. 261, afirma que: “*A chegada do novo causa um choque. Quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações*

preexistentes e estabelecem outras. Todo o lugar muda”. Podemos perceber claramente como tem sido essa mudança na configuração espacial da cidade de Araguaína nos últimos anos com construções de vias expressas, canalizações de córregos, construções de grandes supermercados, instalações de universidades, enfim, o comércio como um todo está em processo de metamorfose constante e isto às vezes incomoda os mais tradicionais, mas também o desperta para uma readequação às novas exigências que o tempo impõe.

Só assim poderemos entender melhor a relação da ocupação de Araguaína com a sua própria paisagem urbana. Mesmo porque, de acordo com vários autores aqui abordados, paisagem artificial de um lugar tem a ver com a cultura, a técnica, o econômico, o ideológico, etc. de quem produz essa paisagem. É dessa forma que vamos tentar entender a paisagem urbana de Araguaína.

A formação histórica do lugar inclui desde a passagem de garimpeiros que usavam o lugar como ponto de apoio até as grandes fazendas de gado que ainda se conhece hoje em dia. Quer dizer, para alguns historiadores, o Estado do Tocantins tem suas cidades oriundas do garimpo e outros defendem que as cidades têm origem no curral. No caso específico dá para associar as duas vertentes. Quer dizer, a cidade de Araguaína tem origem garimpeira e também do curral.

No caso de Araguaína, o poder público constituído foi totalmente ausente no que diz respeito ao atendimento das normas técnicas e urbanísticas da cidade. A cidade está crescendo de forma acelerada – é evidente, dentro da realidade em que se encontra inserida – sem que o poder público interfira de forma sistemática e decisiva na organização desse crescimento.

Fotografia 19 - Rua estreita no centro da cidade



Fonte: Aires José PEREIRA. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2010

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Daí vem à anarquia das cidades capitalistas. Se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais. A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global. O que se chama de desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado. Somente uma parte dos objetos geográficos não mais atende aos fins de quando foi construída. Assim, a paisagem é uma herança de muitos momentos, já passados, o que levou Lênin a dizer que a grande cidade é uma herança do capitalismo, e veio para ficar, devendo os planejadores de o futuro levar em conta essa realidade. (SANTOS, 1997, p. 66).

Se a cidade, de uma maneira geral é o local onde acontecem as transformações sócio espaciais, concomitantemente aos ajustes técnicos, políticos, ideológicos, culturais, éticos e estéticos, além de estar assentada em um espaço físico, ela com certeza vive heterogeneamente com o tempo e o próprio espaço de sua construção enquanto tal. Logo, Araguaína não é diferente. Sua paisagem urbana tem embutida em si, uma carga histórica, emocional, simbólica, etc. que a caracteriza e a diferencia das demais. Ao mesmo tempo em que o capitalismo atual busca uma homogeneização por meio das técnicas de produção espacial, ele também produz as contradições espaciais, que inclusive são inerentes ao seu processo de produção, ainda consegue “*enaltecer*” as diferenças que existem no lugar justamente para continuar ganhando mais capitais. Segundo Peixoto (2001),

A cidade é um conjunto heterogêneo de objetos, ações humanas, formas, funções, usos e modos; é, ainda, o movimento, a vida, refletindo o homem e sua história. É o lócus do capital, do trabalho e da técnica, mas simultaneamente, é o espaço do cidadão, de suas idéias, emoções, lutas e contradições, onde as relações sociais produzem e se reproduzem na forma ampla. (PEIXOTO, 2001, p. 136).

Além de toda a carga emocional, simbólica, arquitetônica, cultural, estética; forma de o homem ver, sentir, estar e agir no seu mundo há o estrato físico em que este homem está construindo a paisagem à sua imagem e semelhança. Há uma interação entre os elementos físicos da natureza e a construção social, política, ideológica do homem na concretização deste espaço construído e arquitetado para melhor atender às necessidades daquele momento histórico da paisagem daí resultante.

O poder público é ausente e as pessoas fazem o que bem quer da produção do espaço urbano e de sua paisagem urbana. Não há uma preocupação do poder público em proporcionar aos habitantes da cidade uma melhor urbanidade. Cada um faz do espaço público (calçada, por exemplo) o que bem quer como já dissemos anteriormente. A fotografia 20 nos mostra a invasão do espaço público pelo uso privado, quer dizer, áreas que estão por cima das calçadas, além de fossas e placas. Esse é um comportamento “*normal*” na cidade por parte de seus antigos moradores.

Fotografia 20 - Placa, áreas e fossas sobre as calçadas



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2009

A paisagem, e isso são comuns às definições, é resultante de interação entre seus componentes, a saber, clima, relevo, redes hidrográficas, solos, substrato geológico, cobertura vegetal (componentes físicos, e bióticos regidos pelas forças físico-químicas que dinamizam a natureza), além do Homem que se impõe sobre a dinâmica natural conduzido por uma dinâmica social, permeada de valores histórico-culturais. Assim entendida, as partes do todo/paisagem já estão identificadas, cabendo ao Geógrafo, orientado pela análise, compreender a sua dinâmica, seu funcionamento. E essa compreensão só será possível pela recomposição do todo como resultado, não da soma das partes, mas da relação entre elas. A síntese, portanto, completa o raciocínio analítico. Isso ocorre, pois embora os mecanismos mentais que conduzem à análise e à síntese possam ser considerados opostos (a análise fragmenta recompõe), são processos complementares. (VENTURI, 2008, p. 55).

Ao andar pelas suas ruas não encontramos calçadas. Quando existem algumas calçadas, ou elas possuem fossas sépticas ou estão cheias de entulhos. Novamente o pedestre precisa ir para o meio da rua para competir com motos, automóveis, caminhões, ônibus, vans, bicicletas, carroças, etc. Tudo isso causa uma imagem/paisagem do caos no trânsito urbano da cidade. É um caso a se pensar.

Fotografia 21 - Falta de espaço para o pedestre nas calçadas



Fonte: Aires José PEREIRA. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 200

É interessante observar que a cidade ainda não possui um anel viário. As ruas são tortuosas e estreitas para o número de veículos que trafegam pela cidade nos dias atuais.

A paisagem tem, pois, um movimento que pode ser mais ou menos rápido. As formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais etc. A técnicas têm um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais. A paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental, as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico das técnicas, cuja era revela; mas ela não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis. (SANTOS, 1997, p. 69).

A paisagem urbana de Araguaína, como de qualquer lugar do mundo, é reflexo da cultura de seu povo. Logo, de acordo com essa cultura é que a construção paisagística da cidade será construída, evidenciando também o processo histórico, as técnicas disponíveis e a própria economia do local também. Por outro lado, quando o governo participa legislando e executando as leis técnicas e urbanísticas de uma cidade qualquer, faz a diferença para melhor. Quer dizer, em nosso país se criou uma cultura de que toda e qualquer problemática que existe em qualquer lugar é de responsabilidade do poder público, no entanto, em alguns setores o poder público divide a culpa com a população em relação aos problemas enfrentados. No caso de Araguaína, a população é também responsável por grande parte de seus problemas urbanos. Conforme observa Carlos (2002),

Como o processo de reprodução espacial articula-se no plano da reprodução da vida, é preciso considerar o ponto de vista do habitante, para quem o espaço se reproduz enquanto lugar onde se desenrola a vida em todas as suas dimensões – o habitar e tudo o que ele

implica ou revela. O viver em um lugar revela enquanto constituição de uma multiplicidade de relações sociais como prática espacial que está na base do processo de constituição da identidade com o lugar e como o outro e que foge à racionalidade homogeneizante hegemônica (imposta pela sociedade de consumo), que define um tempo e um modo de uso. Aqui se revela a dimensão do diferente, aquilo que tem capacidade de engendrar usos criando conteúdos diferenciados a partir de formas espaciais dominantes. Esse comportamento que foge ao programado se liga a ideia do espaço apropriado para a realização dos desejos, isto é, lugares re-apropriados para outro uso sem a intermediação da propriedade privada ou das normas impostas pelo poder político – cujo caso mais marcante se refere as forma de uso da rua. (CARLOS, 2002, p. 182).

A desorganização do espaço urbano de Araguaína não está apenas na forma espacial da cidade, está também implícita e explicitamente na condução das normas urbanísticas e leis que poderiam servir como “*controle*” do caos urbano e que, na verdade, servem apenas como maneira de alguns políticos se manterem ou entrarem no poder justamente por burlá-las. Segundo Arrais (2001),

Entender o discurso como uma forma de agir sobre o mundo nos leva a refletir sobre a capacidade dos discursos de reproduzir idéias e cristalizar práticas sociais. Dessa maneira o discurso não é neutro, ao contrário, é ideológico e coercitivo, representa e comunica unilateralmente as idéias dominantes, por isso é intencional e persuasivo nas suas diferentes escalas (disciplinares homogeneizadores e até mesmo ordinários). (ARRAIS, 2001, p. 179).

A paisagem do espaço urbano está muito ligada à cultura de seu povo, e por isso não dá para entendê-la sem observar o conteúdo histórico da formação do espaço geográfico em si.

O homem cria, com o desejo, com a vontade de construir uma paisagem *ideal*, na qual possa reconhecer as sua história, sua cultura. O desejo cria imagens, que são instrumentos de estudo e para construir *novos* territórios. A paisagem significa estas imagens do real ou do próprio imaginário (científico e/ou artístico), o que revela, simultaneamente, uma forma de ligação da paisagem com o território, como abstração e representação no desejo por *novas* paisagens e na projeção do futuro. Porém, a paisagem não significa o aparente, o sensível do território; é sentida e representada. (SAQUET, 2007, p. 145).

A produção/construção da paisagem humana do espaço geográfico de qualquer lugar vai obedecer aos desejos, sonhos, emoções e razões dos cidadãos que participam dela além de tudo aquilo que já discutimos ao longo desta tese. Quer dizer, essa paisagem estará impregnada dos próprios elementos retirados da natureza, a própria cultura de seu

povo, o aspecto cultural, a política direta ou indireta dessa ocupação, o agir, sentir, ser, estar de quem está construindo está paisagem, a ideologia impregnada no modo de produção vigente naquele momento, do próprio processo histórico, enfim, há uma infinidade de elementos visíveis e não visíveis que fazem parte deste todo holístico denominado paisagem. A paisagem urbana de Araguaína não é diferente.

Então, fazer uma leitura possível da paisagem urbana de Araguaína é, antes de tudo, exercitar o pensamento crítico acerca dos vários fatores que contribuíram/contribuem nessa produção e organização espacial da cidade.

3. A EXPRESSÃO DA PAISAGEM URBANA DE ARAGUÁINA NA VISÃO DE SEUS MORADORES

Por ser dinâmica, não estagnada, a paisagem teria por função a renovação e, com isso, a quebra da monotonia visual. Carregada de valor estético, a paisagem urbana exterioriza ambiências que permitem aos ser humano um conforto emocional, o apreço pelo belo, harmonia, paz de espírito. A Beleza das paisagens é, nessa linha, fonte de inspiração para o indivíduo e interfere positivamente em seu processo produtivo e nas relações interpessoais, com reflexos sociais imediatos, (MARCHEZINI, 2010, p. 05).



Os desafios que existem ao se trabalhar com a categoria paisagem na geografia são muito grandes, pois envolvem percepção, atitudes e valores arraigados nos seres humanos em seu laborar o espaço geográfico, em laborar o seu “lugar”. Ao quisermos interpretar as paisagens urbanas de Araguaína – TO por meio de entrevistas com parte de seus moradores e pelas fotografias é importante que partilhemos da observação feita por Tuan (1980), quando afirma que:

Os temas a serem abordados – percepção, atitudes e valores – preparam-nos, primeiramente, a compreender nós mesmos. Sem a auto-compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. E os problemas humanos querem sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos. A partir da metade da década de 1960, o impulso do movimento ecológico-ambiental seguiu em duas direções. Uma é a aplicada: o que pode ser feito a propósito dos cortiços infestados de ratos e das águas poluídas? A outra é teórica e científica, a tentativa para compreender as forças complexas que mantêm o mundo natural. Nenhuma dessas abordagens se preocupa diretamente com a formação de atitudes e valores. Ambientes perigosos e ambientes que são suficientemente ruins para comprometer a saúde requerem ação imediata; as questões de atitudes e valores parecem irrelevantes. O cientista e o teórico, por seu lado, tendem a descuidar a diversidade e a subjetividade humanas porque a tarefa de estabelecer ligações do mundo não-humano já é enormemente complexa. Entretanto, numa visão mais ampla sabemos que as atitudes e crenças não podem ser excluídas nem mesmo da abordagem prática, pois é prático reconhecer as paixões humanas em qualquer cálculo ambiental; elas não podem ser excluídas da abordagem teórica porque o homem é, de fato, o dominante em profundidade, e não simplesmente mapeado. (TUAN, 1980, p. 1-2).

As abordagens não podem esquecer-se da complexidade que é entender o ser humano e suas relações sociais cotidianas no lugar. Essas relações sociais estão imbricadas de valores culturais, atitudes, políticas, éticas, etc. Além disso, ainda se tem o próprio espaço físico, situação geográfica que também contribui nessa produção organizacional do espaço geográfico estudado. Aqui no caso específico, a paisagem urbana de Araguaína – TO. Mas vejamos mais uma contribuição de Tuan (1980):

Um ser humano percebe o mundo simultaneamente através de todos os seus sentidos. A informação potencialmente disponível é imensa. No entanto, no dia a dia do homem, é utilizada somente uma pequena porção do seu poder inato para experienciar. Que órgão do sentido seja mais exercitado varia com o indivíduo e sua cultura. Na sociedade moderna, o homem tem que confiar mais e mais na visão. Para ele, o espaço é limitado e estático, um quadro ou matriz para os objetos. Sem objetos e sem fronteiras, o espaço é vazio. É vazio porque não há nada para ver, embora possa estar cheia de vento. (TUAN, 1980, p. 12-3).

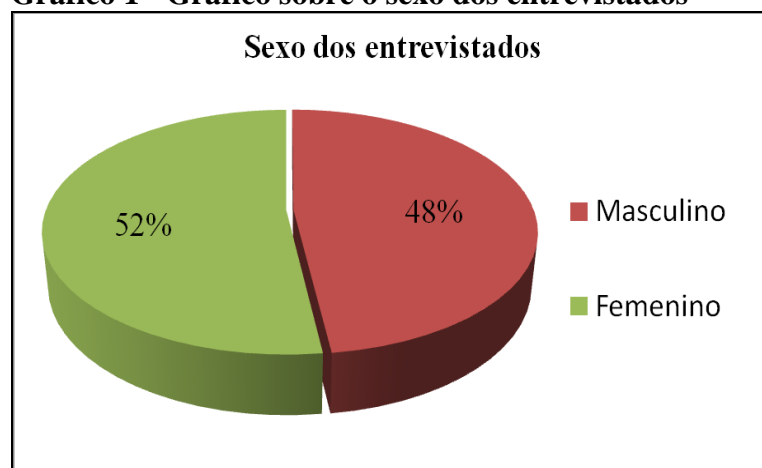
Antes de entrarmos na concepção de mundo dos entrevistados sobre o que eles pensam acerca da paisagem urbana de Araguaína – TO é preciso “*mergulharmos*” em seu mundo enquanto características próprias, tais como: gênero (masculino ou feminino); grau de escolaridade; profissões e tempo de residência em Araguaína. Desta maneira fica mais

fácil entendermos o seu posicionamento diante da realidade araguainense e a razão de pensar acerca desse universo pesquisado. Por isto:

Conhecendo os sujeitos da pesquisa: os entrevistados

Procuramos traçar um perfil sintético de todos os entrevistados para termos uma ideia mais próxima sobre a sua realidade vivida. Mesmo porque eles são os interlocutores desta parte empírica da tese. Por meio deles é que teremos uma visão parcial acerca da paisagem urbana de Araguaína. Assim sendo, vejamos o gráfico sobre o sexo dos entrevistados.

Gráfico 1 - Gráfico sobre o sexo dos entrevistados



Fonte: PEREIRA, Aires José. Trabalho de campo realizado entre 2011 e 2012.
Elaboração: SOUZA, Felex Martins de.

Como se pode observar por meio do gráfico 01, 52% dos entrevistados em nossa pesquisa são do sexo feminino e 48% são do sexo masculino. Provavelmente isto seja até o reflexo do número de estudantes e de professores. Mesmo porque a maioria dos entrevistados é estudante de cursos de licenciatura plena em Geografia. Isto talvez explique essa diferença de sexo. Este fato contribui indiscutivelmente nas respostas dos entrevistados sobre os temas abordados nos questionários aplicados para a coleta de informações acerca da paisagem urbana de Araguaína – TO.

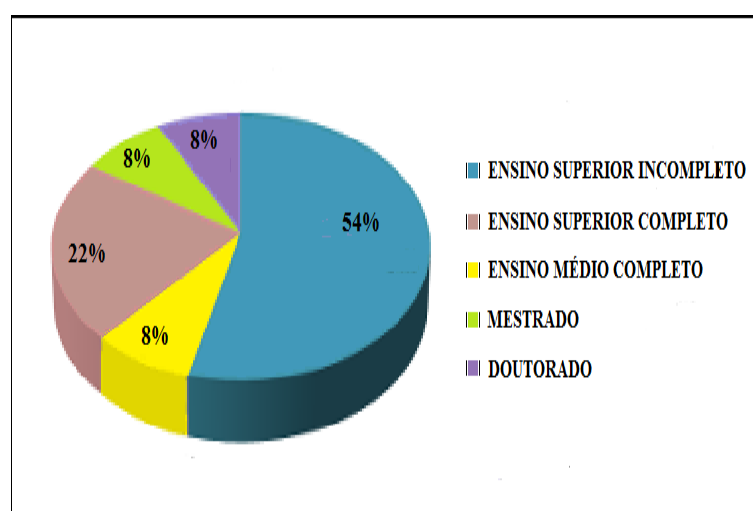
É bom salientar que o universo pesquisado foi praticamente o do Campus Universitário de Araguaína – Unidade Cimba, com alguns questionários sendo aplicados em outras partes da cidade. Isso mostra por que é grande o número de estudantes universitários inseridos na pesquisa, assim como o número de professores (inclusive com mestrado e doutorado). Quer dizer, este perfil dos entrevistados não representa a realidade dos araguainenses. Mas, por outro lado, a pesquisa em si já começa a despertar

o senso crítico nos acadêmicos que dela fizeram parte, uma vez que o questionário sugere questionamentos interessantes sobre a organização do espaço urbano de Araguaína, como se pode observar nos apêndices deste trabalho.

Por outro lado, este gráfico faz parte da apresentação do perfil de nossos entrevistados, apesar de não divulgarmos seus nomes, por questão de ética, estamos demonstrando por estas informações que são nossos colaboradores “*ocultos*”. Colaboradores estes, muito importantes nesse processo da feitura desta tese.

O gráfico 02 já nos mostra o grau de escolaridade de nossos entrevistados. É interessante que se faça essa apresentação para que as pessoas que lerão este trabalho tenham a noção sobre quem falou/discorreu/opinou por meio das entrevistas sobre os assuntos ora abordados. É uma síntese sobre nossos entrevistados. É uma forma de conhecê-los anonimamente. Assim poderemos compreender melhor a razão de suas respostas ao questionário aplicado, uma vez que entramos em seu universo escolar e veremos seus posicionamentos frente aos problemas abordados em tela. É uma das formas de desvelarmos o pensamento dos entrevistados em questão, já que são anônimos, mas desnudados pelos seus graus de instruções e pelas funções que exercem no mercado de trabalho araguainense.

Gráfico 2 - Gráfico sobre Grau de Escolaridade dos entrevistados



Fonte: PEREIRA, Aires José. Trabalho de campo realizado entre 2011 e 2012
Elaboração: SOUZA, Felex Martins de.

Observando o gráfico 02 se percebe que a maioria esmagadora dos entrevistados possui o ensino superior incompleto, ou seja, 54%. Em seguida vêm os

entrevistados que possuem curso superior completo, que somam 22%. Em terceiro lugar, empatados com 8% cada, aparecem ensino médio completo, mestrado e doutorado. Por sua vez, não tivemos entrevistados analfabetos, ou com ensino fundamental incompleto ou completo e nem ensino médio incompleto.

Como se pode observar na tabela 01, a maioria dos entrevistados faz parte da categoria de estudantes, quer dizer, são 35, representando, portanto trinta e cinco por cento dos interlocutores. Tivemos 21 professores, formando outros vinte e um por cento dos entrevistados, sendo que a maioria dos professores é do quadro efetivo da UFT, portanto, possui mestrado e até doutorado.

Temos cinco escritores que nos concederam entrevistas emprestando-nos as suas valiosas opiniões acerca dos temas aqui discutidos. Escritores estes, geralmente membros da Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense, que escrevem gêneros diversos, desde a poesia, passando por crônicas e contos, até mesmo romances. De certa forma, são pessoas que geralmente possuem um senso crítico acerca de sua realidade e por isso têm uma grande contribuição intelectual a nos dá.

Nossa pesquisa também obteve opiniões de três comerciantes e três vigilantes. Cada um deles teve a oportunidade de dar a sua versão acerca dos problemas abordados na entrevista. Mesmo porque o objetivo maior aqui é dar toda a liberdade para que o entrevistado ficasse bem à vontade para opinar sobre o tema trabalhado em nosso estudo. A opinião dos mesmos também é muito importante para o desenvolvimento desta pesquisa.

Dando prosseguimento à descrição sobre os entrevistados, também obtivemos opiniões de três funcionários públicos e três auxiliares administrativos para o levantamento mais completo de ideias acerca dos temas aqui abordados. As opiniões de cada um sempre expressam seus pensamentos internos e externos, digo interno aquilo que já é do próprio ser humano como, por exemplo, personalidade, ética, cultura, etc. (não deixando, é claro, de ressaltar que mesmo nestes pensamentos “*internos*” também há interferência externa); já quando nos referimos ao pensamento externo queremos dizer que é aquilo que vem de fora literalmente por meio da ideologia da classe dominante e mesmo da classe dominada, por meio da mídia de massa, “*músicas*”, poesias, etc. E por falar em poesias, temos algumas em anexos que falam/retratam de acordo com o pensar de seus autores, um pouco

de história da cidade. É muito importante vermos os pensamentos dos poetas araguainenses sobre a realidade que eles enxergam da cidade.

Enfim, cada um de nós possui um pensamento que é nosso e, ao mesmo tempo não o é. É assim que pensamos as respostas interpretativas que cada um dos entrevistados nos disse por meio de suas opiniões “*internas*” e “*externas*”. Assim sendo, não só as opiniões dos funcionários públicos e dos auxiliares administrativos passam por este crivo, mas de todos os outros também.

Tabela 1 – Araguaína - Profissão dos entrevistados em 2011/2012

Profissão	Número
Estudantes	35
Professores	21
Escritores	05
Vigilantes	03
Comerciantes	03
Funcionários públicos	03
Auxiliares administrativos	03
Professores aposentados e poetas/escritores na ativa	02
Técnicos de enfermagem	02
Policiais	02
Advogados	02
Vendedores	02
Instrutores de Trânsitos	02
Atendentes de Lanchonete	02
Comerciário	01
Psicólogo/docente	01
Bancário	01
Autônomo	01
Balconista	01
Auxiliar de serviços gerais	01

Agente de portaria	01
Consultor técnico	01
Eletricitário	01
Operador de radiografia	01
Corretor de imóveis e automóveis	01
Auxiliar de serviço de saúde	01
Secretária	01
Operador de caixa	01
Assessora Jurídica;	01
Repositor	01

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa por meio de aplicação de questionário no período de 14 de setembro de 2011 a maio de 2012.

Tivemos também dois professores aposentados (atuando agora como escritores/poetas), dois técnicos em enfermagem; dois policiais; dois advogados; dois vendedores, dois instrutores de Trânsitos e dois atendentes de lanchonetes que deram suas preciosas opiniões acerca dos temas aqui abordados. Uma coisa interessante dessas opiniões é que, em função das formações e funções exercidas pelos entrevistados, com certeza as mesmas são bastante diversificadas, dando uma qualidade ainda maior às suas respostas como um todo. Mesmo porque temos pessoas que trabalham na saúde, outras em áreas mais técnicas do trânsito, policiais, etc.

Temos também uma pessoa em cada profissão/função a seguir, que nos deram opiniões muito importantes para a boa desenvoltura da pesquisa em questão. Os profissionais são: operador de radiografia, comerciário, balconista, repositor, assessora jurídica, operador de caixa, secretária, auxiliar de serviço de saúde, consultor técnico, agente de portaria, bancário, autônomo e psicólogo. Todos tiveram papéis importantes ao emitir suas opiniões sobre o assunto pesquisado, como se pode observar ao longo da tese.

Dando sequência na apresentação dos sujeitos desta pesquisa, veremos o tempo de residência deles em Araguaína, assim, pelo o que se pode observar na tabela 02, a maioria dos entrevistados mora há pouco tempo em Araguaína, sendo quinze residentes há apenas um ano; dezoito residindo há três anos; seis morando em Araguaína apenas há quatro anos.

Oito pessoas residem em Araguaína por seis anos e sete residindo por nove anos. Por seu turno, temos quinze pessoas morando em Araguaína há exatamente quinze anos.

Temos treze pessoas que residem em Araguaína por vinte e um anos. Seis outras pessoas que moram em Araguaína por vinte e seis anos e mais seis que moram na cidade por trinta e um anos.

Ainda temos três pessoas que moram no local de estudo por trinta e cinco anos e uma com quarenta e seis anos de residência e mais duas pessoas com cinquenta e três anos de moradia nesta cidade.

Tabela 2 – Araguaína - Tempo de residência dos entrevistados 2012

Número de entrevistados	Tempo de Residência
01	15
03	18
04	06
06	08
09	07
15	15
21	13
26	06
32	06
35	03
46	01
53	02

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa por meio de aplicação de questionário no período de 14 de setembro de 2011 a maio de 2012.

De forma geral temos uma população entrevistada bastante diferenciada no que diz respeito ao tempo de residência na cidade, o que permite fazer uma leitura mais próxima da realidade, uma vez que os que têm muito tempo de Araguaína geralmente criam certa percepção da paisagem do lugar diferente de quem está chegando por assim dizer. Como temos pessoas com mais de cinquenta anos de residência, mas, ao mesmo

tempo, temos também muitos “*novatos*” da cidade, dá para se ter uma ideia mais global de suas percepções acerca do que eles acham bonito ou feio na paisagem araguaíense.

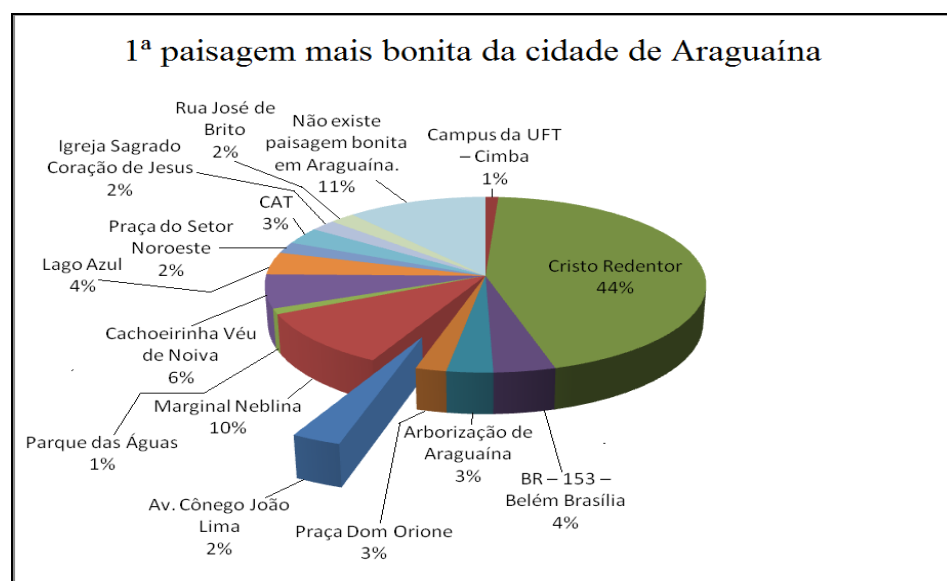
Essa beleza é sentimental, emocional, racional, cultural, estética, ética, social, política e ideológica ao mesmo tempo, pois não há neutralidade também na forma de perceber o espaço vivido, sentido, percebido. Agora veremos as suas falas, as suas percepções, suas formas de ver as paisagens de Araguaína, por meio das entrevistas.

O mapa 03 nos mostra os pontos fotografados de Araguaína, de acordo com as entrevistas aplicadas e respondidas por nossos entrevistados. Quer dizer, de acordo com as respostas apontadas por nossos entrevistados onde os mesmos falaram da primeira, segunda e terceira paisagem mais bonita, como veremos transcritas tanto nos gráficos, quanto nas falas, como também, nas fotografias, além da paisagem menos agradável. Agora veremos por enquanto as paisagens mais bonitas de Araguaína, apontadas por nossos entrevistados.

3. 1 - “A paisagem na entrada da cidade, da Cachoeirinha Vêu de Noiva, do Parque das Águas e do Cristo faz bem aos olhos”

Aplicamos o questionário para 100 entrevistados para que eles pudessem dizer quais eram as três paisagens que mais lhes agradavam. Eles estavam livres para opinar sobre esta ou aquela paisagem e justificar a escolha pela ordem de sua preferência. No gráfico 03 a primeira paisagem de acordo com os entrevistados.

Gráfico 3 - Primeira paisagem mais bonita de Araguaína



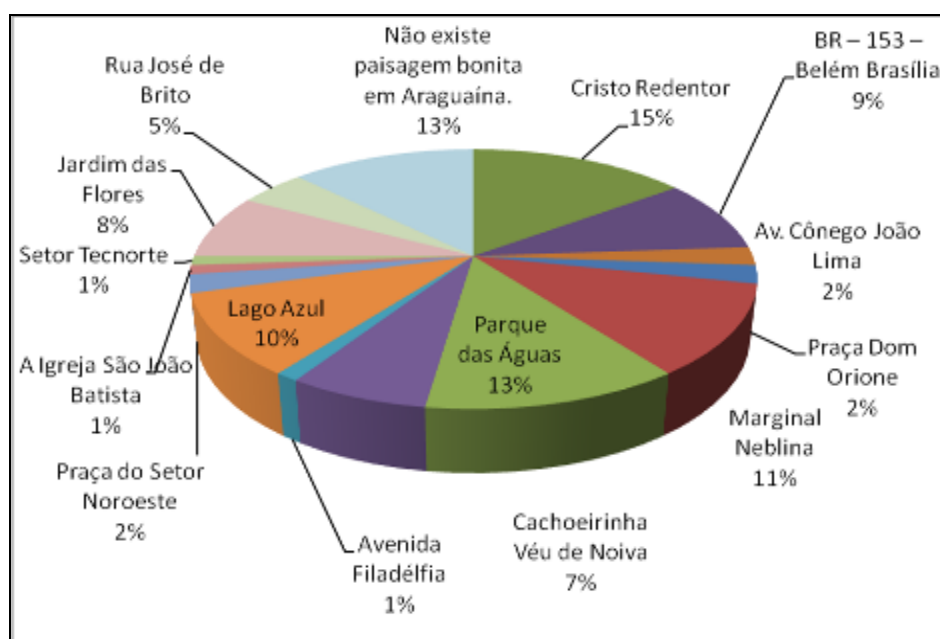
Fonte: PEREIRA, Aires José. Trabalho de campo realizado entre 2011 e 2012.

Elaboração: SOUZA, Felex Martins de.

Como se podem observar nos gráficos 03, 04 e 05, os entrevistados apontaram as três paisagens mais bonitas aos seus olhos. Destacamos aqui a mesma paisagem vista em primeiro, segundo e terceiro lugares de acordo com a opinião dos entrevistados.

O subtítulo 3.1 é na verdade, fragmentos de opiniões que os próprios entrevistados deram. Achemos interessante trazer as falas deles até no subtítulo deste capítulo.

Gráficos 4 - Segunda paisagem mais bonita de Araguaína



Fonte: PEREIRA, Aires José. Trabalho de campo realizado entre 2011 e 2012.

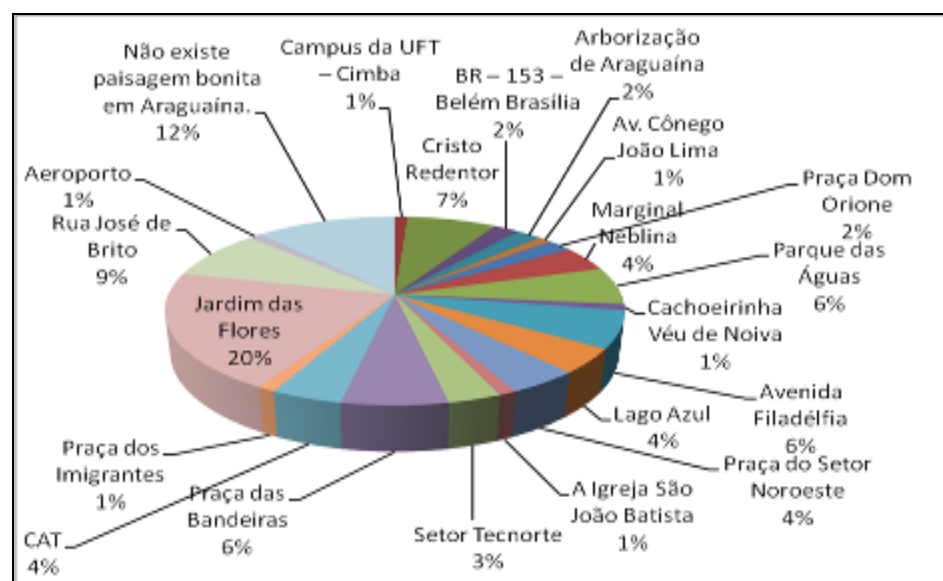
Elaboração: SOUZA, Felex Martins de.

Mas vamos aos gráficos 03, 04 e 05 para verificarmos as três paisagens que cada um escolheu livremente. A ordem das paisagens obedece também às vezes que elas foram mencionadas em suas respectivas “*colocações*”.

Pelo que se pode observar nos gráficos 04 e 05 algumas paisagens aparecem várias vezes em segundo e terceiro lugares como mais bonitas, mas não aparecem em primeiro lugar. O residencial Jardim das Flores aparece aos olhos dos entrevistados sete vezes como a segunda paisagem mais bonita e dezenove vezes como a terceira paisagem mais bela de Araguaína, porém não aparece nenhuma vez como a mais agradável aos seus olhos.

Mapa 3 - Áreas com os pontos fotografados de Araguaína

Gráficos 5 -Terceira paisagem mais bonita de Araguaína



Fonte: PEREIRA, Aires José. Trabalho de campo realizado entre 2011 e 2012.

Elaboração: SOUZA, Felex Martins de.

Na fotografia 22 a demonstração da paisagem do residencial Jardim das Flores, único bairro de Araguaína entregue pelo poder público aos seus moradores com duas árvores plantadas nas frentes de suas casas.

Fotografia 22 - Residencial Jardim das Flores em Araguaína – TO



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

No entanto, muitos moradores, quando ampliam suas residências, a sua primeira providência é cortar as árvores da frente de suas casas. A situação é mais alarmante porque

o poder público local não toma nenhuma atitude diante dessa prática cultuada pelos seus moradores.

Por outro lado, já demonstrando a localização das áreas mais bonitas de Araguaína na visão dos moradores entrevistados, tem-se o mapa 04 que nos mostra sinteticamente quais são estes pontos no perímetro urbano da cidade. O mapa é um recurso metodológico muito importante para localizarmos alguns pontos fotografados no perímetro urbano de Araguaína, uma vez que estes locais foram apontados pelos nossos entrevistados com áreas bonitas da cidade.

O mapa nos ajuda na localização dos pontos fotografados, possibilitando a quem não conhece a cidade, ter uma visão mais próxima da realidade estudada.

Aliás, recentemente, o poder público municipal inventou o mutirão da limpeza onde pedia aos moradores que retirassem a sujeira de seus lotes e colocassem na frente de suas residências que a prefeitura retiraria o entulho. O resultado de tudo isso foi muita sujeira na rua, por algum tempo e, eles (moradores) aproveitaram a chance do poder público de retirar as galhadas das árvores, simplesmente cortaram quase todas as árvores que ainda restavam em pé. Veja a fotografia 23 o exemplo de podas de árvores em função da campanha da Prefeitura Municipal de Araguaína, em 2013.

Fotografia 23 - Entulhos nas ruas do Residencial Jardim das Flores



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2013

A fotografia, como se pode observar ao longo deste texto, faz parte da metodologia adotada por este pesquisador para demonstrar os sentimentos topofílicos e topofóbicos dos nossos entrevistados em relação às paisagens eleitas por eles por meio do

nosso questionário que lhes foi aplicado. Martins (2008) nos fala da fotografia e como a sociedade é extremamente visual. Desta maneira, está aí uma das justificativas de nosso trabalho que busca interpretar alguns pontos de estrangulamentos urbanos de Araguaína por meio da categoria paisagem, usando justamente a fotografia e as próprias falas de nossos entrevistados. Para Martins (2008),

... a fotografia é um dos componentes do funcionamento desta sociedade intensamente visual e intensamente dependente da imagem. Mas, obviamente, não é ela o melhor retrato da sociedade. É nessa perspectiva que se pode encontrar o elo entre a cotidianidade e a fotografia, a fotografia como representação social e memória do fragmentário, que é o modo próprio de ser da sociedade contemporânea. Mesmo que tenha tido uma origem difusa e funções específicas, a fotografia vai se definindo, no contemporâneo, como suporte da necessidade de vínculos entre os momentos desencontrados do todo impossível, como documento as tensão entre ocultação e revelação, tão característica da cotidianidade. (MARTINS, 2008, p. 36).

A fotografia 24 do Cristo Redentor à noite como a população gosta de vê-lo. A partir dele se tem uma visão panorâmica da cidade de Araguaína. Por sua vez, o Cristo Redentor aparece como primeira paisagem, citada quarenta e três vezes pelos entrevistados. Ele também aparece como segunda melhor paisagem apenas três vezes e, como terceira paisagem, em sete ocasiões.

Um aspecto a ser considerado e que nos chama a atenção é a diferença de paisagem quando observada à noite ou durante o dia, principalmente se o dia estiver nublado. Compare as duas fotografias 24 e 25 e veja a diferença. Por outro lado, Martins (2008) nos fala da fotografia como busca do espelho que não mente. Vejamos o que ele nos diz:

A fotografia é a busca do espelho que não mente, da durabilidade, da permanência, da nossa inteireza. De certo modo, na cotidianidade, que é o seu tempo, a fotografia não documenta a vida cotidiana senão nas suas carências e absurdos. O amor pela fotografia é o amor pelo ausente e é a luta contra os mistérios da ausência. Nesse sentido, há na cultura do objeto fotográfico um certo remanescente da sociedade tradicional, que permanece sutilmente oculta no mundo contemporâneo como desejo de totalidade, como repulsa da fragmentação e do estranhamento. (MARTINS, 2008, p. 56).

Mapa 4 - Áreas mais bonitas na visão dos entrevistados

Fotografia 24 - Vista de Araguaína a partir do Cristo à noite

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>. Acessado em 12 de julho de 2012

A paisagem da cidade de Araguaína vista a partir do Cristo Redentor como nos mostram as fotografias 24 e 24 à noite e durante o dia se transforma completamente. Por isso mesmo, estudar paisagem envolve o olhar de acordo com o momento “*fotografado*” também. Talvez esteja aí a razão primordial das pessoas entrevistadas ao apontarem o Cristo Redentor à noite.

Fotografia 25 - Vista de Araguaína do Cristo durante o dia

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em novembro de 2012

A Rodovia BR – 153 aparece como primeira paisagem quatro vezes, como segunda, oito vezes e como terceira paisagem por duas vezes. A fotografia 26 nos mostra a beleza encontrada pelos entrevistados sobre a referida BR. A fotografia 26 com créditos de Ulisses de Holanda nos mostra a BR à noite.

Fotografia 26 - BR – 153 – em Araguaína vista à noite



Fonte: Ulisses de Holanda

Também fizemos uma fotografia da Rodovia BR – 153 durante o dia para mostrar uma paisagem um pouco diferente da anterior. Ou seja, os momentos do dia diferenciam as paisagens de um mesmo local.

Fotografia 27 - BR – 153 em Araguaína durante o dia



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em abril de 2012

Houve quem apontasse a arborização de Araguaína como uma paisagem que agrada aos olhos. Ela aparece três vezes como primeira paisagem e duas vezes como terceira paisagem. No entanto, ao andar pelas ruas de Araguaína, não vemos esta arborização apontada por eles, mas temos que respeitar a opinião dos entrevistados, podemos até discordar, mas é o que eles pensam até o momento.

Fotografia 28 – Falta de arborização nas ruas de Araguaína



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa realizada em outubro de 2012

É importante destacar que o nosso trabalho é discutir a paisagem urbana de Araguaína a partir dos olhares de nossos entrevistados. Na fotografia 28 podemos observar a falta de arborização, além de uma área invadindo as calçadas e as mesmas sem nivelamento nenhum. Quer dizer, em apenas uma fotografia podemos ver três problemas que afetam diretamente a paisagem urbana da cidade.

Fotografia 29 - Retrato da falta de arborização em suas ruas



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa realizada em abril de 2012

Houve duas pessoas que colocaram a Avenida Cônego João Lima como primeira paisagem, duas também, como segunda paisagem e uma como a terceira paisagem mais agradável aos seus olhos. Para Luchiari (2001),

... cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza e a traduz, transformando-a em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em cultura. Sua tradução mais

completa foi registrada na história pela elaboração do conceito de paisagem, que, longe de ser apenas um modelo abstrato de compreensão do meio, é também a materialidade por meio da qual a racionalidade humana organiza os homens e a natureza em territórios. Ao ser objeto dessa lógica estruturante da sociedade, a paisagem é portadora de sentido. Assim, veremos que o domínio ideológico que estrutura o espaço total está representado também na organização social das paisagens. (LUCHIARI, 2001, p. 11-2).

A Praça Dom Orione, (antiga Praça das Nações), aparece aos olhos dos entrevistados três vezes em primeiro lugar e duas vezes em segundo e terceiro lugares como paisagem que faz bem ao seu olhar.

Assim, no processo de construção da paisagem pelo imaginário social, ela não se revelou apenas como quadro onde se desenvolve a trama das práticas sociais: configurou-se na própria representação de práticas sociais que lhe dá novo conteúdo, transformando-a em espaço geográfico. (LUCHIARI, 2001, p. 12).

A Avenida Marginal Neblina também foi muito bem lembrada pelos entrevistados, uma vez que dez entrevistados apontaram-na como primeira paisagem, outros dez como segunda melhor paisagem e quatro disseram que ela é a terceira melhor paisagem de Araguaína. É evidente que eles falaram dos momentos em que a enchente não está tomando conta dela, como se poder observar nas fotografias 30 e 31 que seguem neste trabalho. Na fotografia 30 podemos apreciar a Avenida Neblina, numa visão panorâmica, antes do esvaziamento do Lago Azul.

Fotografia 30 – Uma vista panorâmica da Marginal Neblina



Fonte: Ulisses de Holanda

No entanto, no dia 21 de novembro de 2012, após uma chuva forte, a Avenida Marginal Neblina ficou um tanto assustadora. Veja a fotografia 31 que aparece no Tocantins Notícias com a manchete: Araguaína debaixo d'água: onde os carros são como lanchas, as motos são os *jet ski* e os pedestres são os banhistas. Na verdade são muitas as fotografias postadas por internautas nas redes sociais demonstrando o problema das enchentes em Araguaína, especialmente na Marginal Neblina. Rocha (2008) nos fala deste tipo de problema que ocorre em cidades grandes. Araguaína ainda não é uma cidade grande, mas já tem quase todos os seus problemas. As enchentes já são constantes na cidade, como se observa por meio da fotografia 31.

Fotografia 31 - A Avenida Neblina Inundada em nov. de 2012



Fonte: Tocantins Notícias II: skyscrapercity.com. acesso em 21 de novembro de 2012

Atualmente, as grandes cidades apresentam sérios problemas em seu ambiente urbano tais como inundações, instabilidade de vertentes, impermeabilização excessiva da superfície, etc., ignorando-se que a natureza e seus componentes ainda são importantes para o entendimento desse ambiente, para seu planejamento e seu consequente equilíbrio. (ROCHA, 2008, p. 24).

O Parque das Águas aparece em primeiro lugar uma só vez, mas aparece onze vezes como segundo lugar e seis vezes como terceira paisagem mais bela de Araguaína. As fotografias 32 e 33 nos mostram as belezas do Parque das Águas, paisagem apontada como uma das mais bonitas de Araguaína pelos entrevistados. Parque das Águas é, portanto, de acordo com Tuan (1980) uma paisagem topofílica, pois é afetuosa aos seus frequentadores. As pessoas de Araguaína, de uma maneira geral, gostam muito desse lugar. É um lugar onde as pessoas curtem como lazer. Luchiari (2001) p. 13, aborda que: *tomada pelo indivíduo, a paisagem é forma e aparência. Seu verdadeiro conteúdo só se revela por meio das funções sociais que lhe são constantemente atribuídas no desenrolar da história.*

Fotografia 32 - Parque das Águas, uma paisagem atraente



Fonte: Arquivo pessoal de Ulisses de Holanda

Portanto, os valores atribuídos às paisagens citadas pelos entrevistados têm seu conteúdo revelado de acordo com os usos que lhe são conferidos. Como o Parque das Águas tem um uso voltado ao lazer de seus frequentadores, logo, aparece aos olhos de seus usuários como paisagem agradável.

Fotografia 33 - Um dos lugares mais bonitos: Parque das Águas



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo em maio de 2012

A Avenida Filadélfia aparece uma vez como segunda paisagem e seis vezes como terceira paisagem mais bonita de Araguaína.

A construção de uma análise acerca de um dado lugar pela categoria paisagem é muito interessante, pois além de envolver os sujeitos na sua própria interpretação, também é preciso combinar este cotidiano com a teoria explicativa da referida concepção

paisagística. Guimarães (2002) explica como a paisagem deve ser interpretada dentro do âmbito da geografia:

A paisagem, enquanto objeto de nossos estudos e análises geográficas, é um mosaico de inúmeras variantes em estágios diversos de interações simultâneas e contínuas transformações. Ao construir uma herança, a paisagem é o legado de remotas e intensivas modificações espaciais, resultado da combinação de processos naturais e antrópicos, tais como a heterogeneidade de ecossistemas, diversidade biológica e cultural, além de fatores sociais, econômicos, psicológicos em permanente geração de processos de degradação e regeneração, com profundas influências nos espaços de desenvolvimento dos ritmos e ciclos responsáveis pela vida e morte, ascensão e declínio das várias civilizações, assim como de seus lugares, de suas paisagens. (GUIMARÃES, 2002, p. 124).

A leitura acerca das paisagens urbanas de Araguaína feita pelos sujeitos passa pela compreensão do que eles têm de mundo vivido, sentido e experienciado. Voltemos aos entrevistados para dar sequência ao nosso texto.

Outro lugar que aparece em destaque pelos entrevistados é o Lago Azul (hoje esvaziado), pois é citado quatro vezes como primeira paisagem, nove vezes como segunda paisagem e quatro vezes como terceira paisagem. Portanto, o Lago Azul já faz parte do imaginário do cidadão araguainense. A fotografia 34 nos mostra o Lago Azul antes de seu esvaziamento em que era apontado pelo próprio Plano Diretor da cidade como local de atração turística para o município.

Fotografia 34 - O Lago Azul antes de seu esvaziamento



Fonte: Plano Diretor de Araguaína - TO

A Praça do Setor Noroeste é lembrada também duas vezes como primeira paisagem, duas vezes como segunda paisagem e quatro vezes como terceira paisagem. O local recebe à noite muitas pessoas do bairro para comer uma pizza, um lanche, tomar um refrigerante ou mesmo uma cerveja.

Fotografia 35 - Praça do Setor Noroeste em Araguaína – TO



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em novembro de 2012

O local é lugar para seus moradores. Quer dizer, ali é onde as pessoas que trabalham durante o dia se encontram no final de tarde e início de noite. Portanto, no período noturno a praça exerce o seu papel de aglutinadora de pessoas que estabelecem relações sociais, convívio social. Guimarães (2002) nos fala da necessidade de se reviver o passado para entender o presente, também fala de “tempo vivido”. De repente, isso explica a razão de algumas pessoas terem dito que a Praça do Setor Noroeste é uma das paisagens mais agradáveis aos seus olhares. Eles vivem esta realidade.

Fotografia 36 - Praça do Setor Noroeste: Ponto de Encontro à noite



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em novembro de 2012

A paisagem vivida preserva e transmite ao longo de cada história de vida pessoal ou transpessoal, os valores e percepções de uma cultura, cristalizando em si o “*tempo vivido*”, mediando relações de convivência entre processos que resgatam as experiências do passado visando a compreensão do presente, bem como armazenando referências para o devir, numa convergência das realidades ambientais experienciadas. (GUIMARÃES, 2002, p. 125).

A Igreja São João Batista, localizada no Bairro São João, aparece uma vez como segunda e terceira paisagem respectivamente. A fotografia 37 nos mostra a sua imponente paisagística.

Fotografia 37 - Igreja São João Batista no Bairro São João



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em novembro de 2012

O Setor Tecnorte aparece uma vez como segunda paisagem e três vezes como terceira paisagem mais bela. A fotografia 38 nos mostra o Setor Tencorte e suas paisagens.

Fotografia 38 - Setor Tecnorte: belas paisagens de Araguaína - TO



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

A Praça das Bandeiras aparece uma vez como segunda paisagem e seis vezes como terceira paisagem mais bela de Araguaína. *“Posso falar da Praça da Bandeira, pois a meu ver, falta arborização e rampas aos deficientes físicos”*.

Como se pode observar na fotografia 39 a arborização ainda está apenas começando. As árvores que foram plantadas ainda estão pequenas, portanto, vai demorar um pouco para que se tenha sombra de maneira satisfatória na referida praça. Portanto, a praça ainda não atende ao seu principal objetivo que é o de lugar de passeio, descanso, sociabilidade, etc.

Fotografia 39 - Praça das Bandeiras em outubro de 2011



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

Já a recém-criada Praça dos Imigrantes aparece uma vez como terceira paisagem. A fotografia 40 nos mostra um pouco dessa paisagem que recebeu uma atenção importante entre os entrevistados.

Fotografia 40 - Praça dos Imigrantes, uma paisagem bonita



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

A novíssima Praça dos Imigrantes é muito frequentada à tardezinha e à noite por casais que levam seus filhos para brincarem. Mesmo porque existem vários brinquedos disponíveis. Além das brincadeiras, as crianças ainda lancham e ali então se tornou um local de encontro delas. Por enquanto, como é comum nas praças de Araguaína, a frequência das pessoas durante o dia é mínima porque falta arborização. As árvores, neste caso específico, que foram plantadas ainda estão pequenas.

A fotografia 41 nos mostra o CAT – Centro de Atividades do Trabalhador, que aparece três vezes como primeira paisagem e quatro vezes como terceira melhor paisagem. É interessante que a referida paisagem é bonita justamente porque é uma área verde que não sofre com as queimadas urbanas que acontecem sistematicamente no espaço urbano de Araguaína.

Fotografia 41 - (CAT) Centro de Atividades do Trabalhador



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo em maio de 2012

É interessante observar que alguns dos entrevistados que disseram que o CAT é uma das paisagens mais agradáveis de Araguaína, são usuários do mesmo. Quer dizer, há uma simbiose entre eles (entrevistados) e o local (CAT), logo, há um mundo vivido, experienciado, percebido, afetivo para assegurar a sua memória atenta às belezas do lugar. Belezas estas valoradas individual e coletivamente, mas que ajudam a formar uma imagem positiva na memória deles. Guimarães (2002) interpreta que:

A paisagem simbólica incorpora o dinamismo dos significados de “*mundo vivido*”, trazendo à luz os universos geográficos, históricos e míticos específicos a cada grupo cultural, revelando seus lugares profanos, velando seus lugares sagrados. Toda paisagem vivida é também simbólica, em gradientes de valores maiores ou menores, individuais ou coletivos, tendo em vista, a leitura e a decodificação de suas mensagens, dos símbolos responsáveis

pela singularidade das mesmas, que diferem tanto em termos da expressão e percepção, quanto da interpretação de imagens envolvidas por uma atmosfera especial, ligados aos processos da cognição, percepção, experiência, afetividade e memória. (GUIMARÃES, 2002, p. 130).

Ainda falando do CAT, ali também tem uma nascente de córrego, talvez a mais preservada dentro do perímetro urbano de Araguaína. Indiscutivelmente este fato marca a memória de seus usuários tornando-os cada vez mais próximo do local que se transforma em lugar interessante para estas pessoas. Marchezini (2010) nos fala justamente de um valor natural da paisagem urbana e, conseqüentemente, nos dá pistas das razões de algumas pessoas terem escolhido o CAT como uma das melhores paisagens de Araguaína.

Nessa ótica, a paisagem urbana é um bem, um valor ambiental. Sua proteção decorre da necessidade humana de conviver com elementos sensoriais que lhes proporcionem bem estar físico e psíquico, intimamente relacionados com a proteção à qualidade de vida à que alude o texto constitucional. (MARCHEZINI, 2010, p. 4).

Ela continua sendo paisagem viva simbolicamente, revestida de valores, como observa Guimarães (2002). É uma paisagem que enche os olhos de seus usuários de significados, pois os mesmos a usam algumas vezes por semana como área de lazer. Área de lazer geralmente traz bons momentos vividos pelas pessoas.

A percepção da paisagem simbólica, sob uma perspectiva experiencial, é sensível, pois cada “*lugar*” representa uma via de acesso às dimensões mais sutis, primevas, transcendentais (e ainda tão reais!) de uma paisagem. Estar em um lugar enquanto paisagem viva simbolicamente é uma questão de olhar e sentir o espaço não sob ângulos reducionistas, mas de estabelecer, de criar relações onde cada um destes ângulos, cada elemento paisagístico inscrito nos mesmos, passam a possuir significados próprios, distintos e complexos, revestidos de valores, de identidade, constituídos por imbricadas percepções, interpretações e experiências, porque são partes de uma paisagem de infinitas possibilidades de representações, de expressões e sensibilidades. (GUIMARÃES, 2002, p. 130-1).

Fotografia 42 - Piscinas no Centro de Atividades do Trabalhador



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo em maio de 2012

A fotografia 42 continua nos mostrando o Centro de Atividades do Trabalhador, localizado próximo ao Campus da Universidade Federal do Tocantins, unidade CIMBA. Esta paisagem já nos mostra uma interferência humana muito grande, como construção de piscinas, etc. No entanto, Razaboni (2002) nos fala do microbem ambiental que é essencial à qualidade de vida.

Fotografia 43 – Escola do Centro de Atividades do Trabalhador



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo em maio de 2012

Mais uma fotografia 43 do Centro de Atividades do Trabalhador, mostrando que o mesmo também oferece o ensino básico. Quer dizer, tem um símbolo de um lápis. Enfim, uma paisagem que agrada aos olhos de quem observa atentamente.

A Paisagem urbana é um microbem ambiental essencial à qualidade de vida. A beleza das cidades deve ser considerada como um direito fundamental, corolário do direito à vida, sendo que a função social da cidade está estritamente vinculada à harmonia dos cenários urbanos. (MARCHEZINI, 2010, p. 01).

Fotografia 44 - Igreja Sagrado Coração de Jesus em Araguaína

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa realizada em maio de 2012

A Igreja Sagrado Coração de Jesus aparece duas vezes como primeira paisagem. É evidente que algumas pessoas também fizeram críticas em relação a sua localização, segundo eles, invadindo a rua. De qualquer maneira é uma paisagem interessante de se ver, como se pode observar na fotografia 44.

Fotografia 45 - Aeroporto de Araguaína – TO antes da reforma

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>. Acessado em 12 de julho de 2012

O Aeroporto, por sua vez, recebeu um voto como terceira paisagem mais bonita de Araguaína. O que foi interessante na escolha dessa paisagem pela pessoa entrevistada é que, segundo ela, a paisagem é bonita porque sempre quando a vê está viajando para a sua terra natal. Assim sendo o lado sentimental da pessoa pesou bastante na escolha desta paisagem como a terceira mais bonita da cidade. Na verdade um sentimento de saudade de sua cidade natal e, ao mesmo tempo, um sentimento de não identificação com a cidade de Araguaína.

Fotografia 46 - Aeroporto de Araguaína – TO após a sua reforma



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2013

Por outro lado, a Rua José de Brito aparece bem no imaginário do cidadão araguainense, pois se destaca duas vezes como primeira paisagem, quatro vezes como segunda paisagem e oito vezes como terceira paisagem. As duas fotografias 47 e 48 da referida avenida nos mostram uma paisagem interessante aos olhares atentos.

Fotografia 47 - Avenida José de Brito em Araguaína – TO



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2012

A Avenida José de Brito considerada uma paisagem linda por alguns dos entrevistados, possui duas pistas e um canteiro no meio e palmeiras. Em seu canteiro, além da palmeira, há também gramíneas e pingos de ouro que dão uma visão mais agradável do lugar.

Para os entrevistados, de uma maneira geral, onde há um certo planejamento urbano, há a identificação como paisagem bonita. É o caso da referida Avenida que tem uma ordem urbanística moderna mais ou menos estabelecida em sua execução.

Fotografia 48 - Bela paisagem, Avenida José de Brito em Araguaína



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2012

O Campus da UFT – Unidade Cimba aparece como primeira e terceira paisagem apenas uma vez e não é citado por nenhum entrevistado como segunda paisagem.

As fotografias 49, 50, 51 e 52 que seguem ilustram bem a realidade do Campus da UFT até bem pouco tempo atrás. Basta vê-las para se perceber a grande diferença entre o passado recente e a atualidade. Isto reforça a necessidade de se trabalhar um pouco mais com o paisagismo do lugar. Geralmente quando a paisagem deste ou daquele lugar é bonita, as pessoas que vivem o seu cotidiano têm orgulho disto.

Fotografia 49 - Campus da UFT antes do plantio da grama



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2010

É a tofília sendo inconscientemente inserida na psique de seus usuários. O contrário também afeta a psique de seus usuários, é evidente, de forma negativa. Geralmente seus usuários inconscientemente sentem até vergonha de fazer parte daquele

cenário. É o que se pode chamar de topofobia, ou seja, aversão ao lugar, vergonha de fazer parte daquele lugar.

A fotografia 49 nos mostra um terreno arenoso que mais parece uma praia. Aparentemente não tem nada a ver com um Campus Universitário de uma Universidade Federal. É um local onde ainda pouco se tinha feito para tornar uma paisagem agradável. A partir do momento em que houve esse trabalho de “*ajardinamento*”, especificamente, a plantação de gramíneas, a paisagem do Campus mudou completamente para melhor. Atualmente é possível ver a felicidade estampada nos rostos de seus usuários: funcionários da UFT, desde os prestadores de serviços terceirizados aos professores que ocupam cargos administrativos, acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação e, enfim, de todos os seus visitantes também. Uma paisagem mais “*bela*” faz bem ao espírito de qualquer ser humano. Com a paisagem do Campus da UFT – Unidade Cimba não é diferente.

Fotografia 50 - Campus da UFT – antes do “*ajardinamento*”



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2010

A fotografia 50 dá a continuidade da realidade vivida pelos estudantes, professores, funcionários e demais usuários daquele espaço público que ainda não tinha passado pelo trabalho de criação de uma paisagem que fosse mais atraente aos olhares de todos.

Era um local com muita erosão, criando ravinas e até voçorocas. Havia na época até piadas por parte dos acadêmicos de geografia que afirmavam que as aulas de campo poderiam ser feitas no Campus, devido à erosão e até voçorocas ocorrentes no lugar. Então, professor de Geomorfologia não precisava levar seus alunos a campo para lhes

mostrar o processo erosivo do solo, pois este fenômeno estava presente dentro do próprio local de trabalho.

Fotografia 51 - Campus da UFT – CIMBA – Uma paisagem bonita



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em julho de 2012

Por outro lado, veremos as fotografias 51 e 52 que retratam a UFT em Araguaína na Unidade Cimba bem diferente das outras em que acabamos de analisar. Sobre a paisagem atual da UFT um professor Universitário afirmou que seria a paisagem mais linda de Araguaína. Se a virmos do ponto de vista paisagístico, levando em consideração o verde da grama que aparece no seu substrato e a árvore frondosa que dá uma excelente sombra para amenizar o calor escaldante dos meses mais quentes do Estado do Tocantins, com certeza é uma paisagem muito bonita.

Fotografia 52 - Campus da UFT – CIMBA: Uma bela paisagem



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em julho de 2012

Como se pode observar no gráfico e nas fotografias 51 e 52, o Campus da UFT (Unidade Cimba) aparece como primeira paisagem bonita para uma pessoa e abaixo você

pode constatar a opinião do entrevistado, por meio da fotografia 51. A imagem que se tem do Campus da Universidade Federal do Tocantins (Unidade Cimba) hoje é este. No entanto, algum tempo atrás, principalmente logo após a sua inauguração, não era bem isto que se via na referida localidade.

Na paisagem da fotografia 52 temos um demonstrativo de beleza, segundo alguns entrevistados. Ali se observa uma arquitetura bem organizada e um ajardinamento (gramíneas) que aguçam o olhar do observador mais atento. Talvez por isso, aparece entre as paisagens que as pessoas entrevistadas acharam belas em Araguaína – TO.

Como já afirmamos e demonstramos na tabela 03, o Cristo Redentor aparece 46 vezes como primeira paisagem mais bonita de Araguaína. Quer dizer, disparadamente é segundo os entrevistados a paisagem que faz bem aos seus olhos. Inclusive, um deles nos afirma que: *o Cristo Redentor, localizado no Setor sonhos Dourados. Vi muito pouco, mas acho bonito, pois além de ser o Cristo, é como se estivesse dando boas-vindas aos que chegam a Araguaína.* Uma fotografia da referida paisagem nos mostra parcialmente o olhar dos entrevistados. Vejamos.

Fotografia 53 - Cristo Redentor, em um dia meio nublado



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em novembro de 2012

As fotografias 53 e 54 do Cristo Redentor representam um dos principais cartões postais da cidade de Araguaína. Seus moradores têm um orgulho desta paisagem, pelo que se percebe por meio das entrevistas aplicadas durante pesquisa. As pessoas entrevistadas em sua maioria apontaram o Cristo como o lugar mais bonito de Araguaína. É evidente que eles apontaram outros locais também como belos de se ver, mas o Cristo ficou em primeiro lugar na preferência dos sujeitos da pesquisa.

Fotografia 54 - Cristo Redentor em um dia claro



Fonte: Ulisses de Holanda

Uma observação a ser feita em relação à paisagem do Cristo Redentor é sobre a situação do tempo. Quanto este está “*limpo*”, sem nuvens e você vê o azul do céu, com certeza a paisagem fica mais bonita, como se pode observar/confrontar através das duas fotografias 53 e 54. O posicionamento da fotografia também conta para a beleza de sua paisagem.

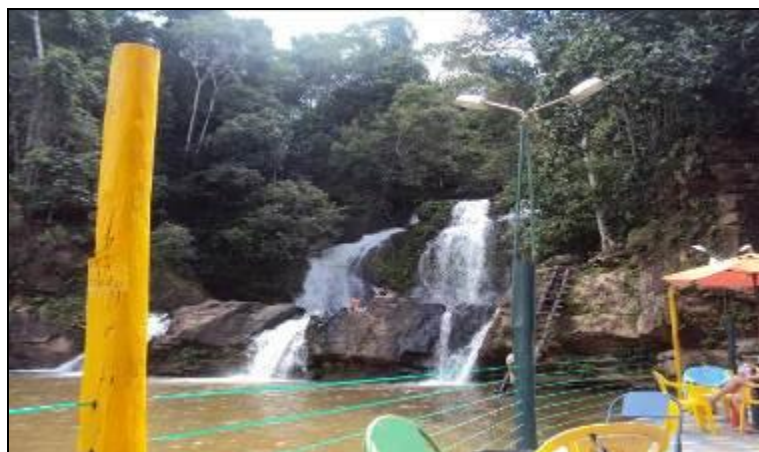
A Cachoeirinha Véu de Noiva é lembrada também pelos entrevistados que a colocam seis vezes como primeira e segunda paisagem. Portanto, há topofilia, pois os seres humanos que para ali se deslocam sentem afeição pelo lugar. Tuan (1980) nos diz que:

A palavra “*topofilia*” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mas permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 1980, p. 107).

Podemos verificar a Cachoeirinha Véu de Noiva, fotografia 55, uma das paisagens consideradas muito lindas pelos entrevistados. Na verdade é um local de lazer muito frequentado por pessoas de Araguaína e outros municípios vizinhos dos estados do Tocantins, Maranhão e Pará. Ela é um ponto de atração de pessoas de vários lugares. A Cachoeirinha é nesta concepção dos entrevistados um lugar, logo, as pessoas possuem laços de afinidade com suas belezas naturais e artificiais. Tuan (1980) p. 107 continua dizendo

que: *“a topofilia não é a emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo”*.

Fotografia 55 - Cachoeirinha Veu de Noiva – Araguaína – TO



Fonte : PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

Assim sendo, a Cachoeirinha Veu de Noiva traz consigo esse prazer arraigado em sua beleza natural consoante com as transformações humanas, às pessoas que a frequentam cotidianamente em vários meses do ano.

Veja o que disse um estudante universitário ao falar das paisagens que ele mais gosta de Araguaína.

O Cristo que fica em um lugar bem alto na BR 153 onde podemos ver; O Parque das Águas, apesar de não possuir uma administração adequada para que as pessoas que forem para lá se sintam bem. Existem problemas demais por lá e só se resolvem com uma boa administração; O CAT, por ser um lugar legal. (Entrevista realizada em outubro de 2011 com um estudante universitário).

Outro entrevistado (professor do ensino fundamental) afirma que não vê no espaço urbano de Araguaína uma paisagem que possa ser contemplada de forma a agradar, em quantidade suficiente a enumerar. Ele faz uma exceção apenas à paisagem que é observada do Cristo, localizado no Setor Jardim Pedra Alta, um dos pontos mais altos da cidade, e que, pode ter uma visão panorâmica da paisagem urbana de Araguaína é muito interessante ao se olhar. Observa também que a cidade carece de *“uma qualidade de vida mais adequada, pois a população possui uma cultura de atear fogo em quase*

tudo em seus quintais”, o que deixa o “lugar feio demais, além de causar doenças respiratórias”. Por outro lado, um estudante afirma que:

Eu gosto muito das calçadas na Avenida Cônego João Lima, pois, pelo menos são planas, a gente consegue andar com mais tranquilidade. À noite no Cristo temos uma visão fantástica da cidade. Gosto de ver a cidade à noite sobre aquele olhar. Não consigo nesse momento encontrar outra paisagem que me agrade. (Entrevista realizada em setembro de 2011 com um estudante).

Fotografia 56 - Lago Azul antes de seu esvaziamento



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>. Acessado em 12 de julho de 2012

Um estudante também afirma que o lago em si é muito lindo. É evidente que o lago ainda não tinha sido esvaziado. Outro entrevistado fala que: *“logo após outra paisagem muito bonita é próximo ao lago sul, um dos poucos lugares onde também se tem uma visão privilegiada e um contato mais próximo da natureza”*. Portanto, o lago, apesar de ser artificial é considerado natural aos olhos dos entrevistados. Inclusive, alguns apontam a beleza do espelho d’água como um dos mais lindos pores do sol do norte do Tocantins.

Para um eletricitário: *“falar em paisagem urbana na cidade de Araguaína - TO, que nos agrada é complicado”*, pois, segundo ele, a cidade possui algumas paisagens *“não tão bonitas, ou boas”*. No entanto, destaca que a paisagem que lhe chama a atenção, *“é próximo ao cristo redentor, e em seu entorno, pois do alto deste, tem-se uma visão privilegiada de grande parte da cidade de Araguaína – TO”*. Esta fala reforça a ideia do imaginário da população de Araguaína que elegeu o Cristo Redentor como a paisagem mais agradável de ver.

A fotografia 57 no mostra uma passarela construída por cima do córrego Neblina onde as pessoas geralmente fazem caminhadas à tardezinha. As pessoas gostam da Marginal Neblina porque, entre outras coisas, possibilita as suas caminhadas.

Fotografia 57 - Passarela na Avenida Marginal Neblina



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de Campo realizada em maio de 2012

É um local construído pelo poder público municipal e que caiu no agrado da população, apesar de, no período chuvoso, ter os problemas de enchentes, como vimos nas fotografias 30 e 31. Por outro lado, Corrêa (2003) afirma que:

Se a paisagem urbana é um produto do trabalho social, profundamente impregnada de relações sociais e conflitos, e não o produto de um indeterminado agente denominado cultura, a paisagem urbana desempenha, por intermédio daqueles que a controlam e definem novos significados, a tarefa de apagar ou minimizar aquelas relações de conflitos e, ao mesmo tempo, promover aquilo que seus controladores desejam, isto é, transformá-la em produto espontâneo, natural, e fruto de uma tradição da qual a harmonia social e o desejo de progresso são partes integrantes. Resignificada, a paisagem urbana adquire valor simbólico, transformando-se em um tipo particular de mercadoria. Desse modo, a paisagem urbana cumpre, de um lado, o papel de mistificar a realidade social e, de outro, o de viabilizar a circulação de capital. Efetiva-se, assim, plenamente, o seu caráter político. (CORRÊA, 2003, p. 181-2).

Ainda, em se tratando da Avenida Marginal Neblina, temos a fotografia 58 que nos mostra um paisagismo interessante criado por um canteiro.

Fotografia 58 - Canteiros da Avenida Marginal Neblina



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de Campo realizada em maio de 2012

Por outro lado, contrariando os que encontraram alguma paisagem agradável ao seu olhar, onze pessoas disseram que em Araguaína não existe paisagem bonita. E que a *“cidade inteira é horrível e mal feita”*. Andar pelas suas *“ruas esburacadas e de trânsito maluco sem nenhuma organização é arriscar a vida”*. Outros disseram: *“seus congestionamentos é um inferno total”*. Falaram ainda da *“fumaça que exala no ar pelas queimadas urbanas, além de ser danosa à saúde coletiva, dá um toque especial de fealdade à cidade”*. Outros comentaram que: *“isto é entristecedor. Não dá para ter uma paisagem que faz bem aos olhos num lugar como esse”*. Enfim, para eles a paisagem urbana de Araguaína é desagradável.

É justamente sobre esta temática, paisagem menos agradável aos olhos dos entrevistados que iremos abordar no próximo item desta tese.

3. 2 – “As ruas esburacadas, pois dão uma sensação de desconforto, tanto no olhar quanto ao dirigir”

Para chegarmos às paisagens menos agradáveis aos olhos de nossos entrevistados, elaboramos a seguinte pergunta: qual é a paisagem urbana de Araguaína – TO que menos lhe agrada? Por quê? Justifique a sua resposta. As respostas foram muito importantes, pois revelaram conteúdos sociais, econômicos, políticos, estéticos e culturais implícitos nas paisagens urbanas que eles apontaram. Revelam estes conteúdos, pois a construção desta ou daquela paisagem artificial, aquela elaborada pelo trabalho, tem traços sociais (relações sociais), econômicos (dependem muito das condições econômicas e técnicas de quem a produz), política (aquela dirigida ou a indireta mesmo), estética (cada paisagem obedece à

estética que lhe é atribuída de acordo também com os valores de sua população) e cultural, principalmente. Cosgrove (2003) nos diz que:

Os seres humanos experienciam e transformam o mundo natural em um mundo humano, através de seu engajamento direto enquanto seres pensadores, com sua realidade sensorial e material. A produção e reprodução da vida material são necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções. Mesmo essa lista não esgota a série de produções simbólicas através das quais manteremos o nosso mundo vivido, porque toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. Essa apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida (*genres de vie*) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicos. (COSGROVE, 2003, p. 103).

Ainda discutindo a paisagem urbana é importante vermos o que Rocha (2008) tem a nos dizer:

Essa paisagem urbana pode ser entendida com um complexo formado de paisagens naturais e culturais, já que ainda apresenta elementos naturais; modificações destes elementos de acordo com aspectos culturais, econômicos e sociais; e, diferentes formas de ver, perceber e vivenciar a paisagem, formas que justamente são condicionadas por esses mesmos aspectos culturais, econômicos e sociais. (ROCHA, 2008, p. 24).

As paisagens urbanas, sejam elas as mais agradáveis ou as menos agradáveis, possuem relações intrínsecas com a cultura de quem as produziram. Agora veremos a tabela 03 que demonstrará quais as paisagens da cidade de Araguaína que menos agradam aos olhos de nossos entrevistados.

Tabela 3 - Paisagem urbana de Araguaína – TO –Topofobia - 2012

Número de Entrevistados que opinaram	Principais paisagens que menos lhe agradam	As principais razões para o desagrado, uma síntese.
24	Feirinha	Lugar sujo, fétido, feio sem nenhuma estrutura, ponto de venda de drogas, imagem aterrorizante. Rola tudo o que não presta. Desumana, perigosa, é um verdadeiro lixo social e ambiental.
17	Configuração das ruas de Araguaína	Os buracos que são encontrados em quase todas as ruas de Araguaína. As ruas e calçadas são

	e as calçadas desniveladas e sujas com lixo	entulhadas de lixo por todos os cantos. As ruas esburacadas dão uma sensação de desconforto, tanto no olhar quanto ao dirigir.
09	Córregos Poluídos	Córrego Neblina, por exemplo, está poluído, o odor emitido por este não é nada agradável. O lixo dentro dele é triste de se ver e a falta de vegetação também. O que não ocorre só neste córrego, mas, em praticamente todos os córregos da cidade, que estão na mesma situação.
07	Setor Tereza Hilário	Por ser abandonado e acidentado. Ruas intrafegáveis, uma vergonha.
07	Vila Aliança	As ruas da Vila Aliança são estreitas e cheias de fossas estouradas que podem causar várias doenças.
06	A cidade de Araguaína em si	A paisagem dos lixos nas ruas e lotes baldios. Isso destrói a imagem de qualquer cidade, dando a impressão de uma cidade esquecida pelo poder público, e de população ignorante.
06	Bairro São João	É o maior exemplo do crescimento desordenado de Araguaína.
05	Setor Maracanã	Uma paisagem feia com bastante sujeira e mau cheiro. Precisa de mais limpeza e organização até mesmo nas residências. Ruas esburacadas e cheias de lixo.
05	Lago Azul	Lago Azul, devido aos dejetos que são jogados em seus afluentes que nascem no perímetro urbano de Araguaína.
03	Praça São Luís Orione	Praça São Luís Orione, porque é um descaso, está no centro da cidade e não há trabalho em prol da beleza natural, apenas lixo, poucas árvores e grande número de sem tetos destruindo o local.
03	Lotes vazios	São os lotes vazios que seus donos não limpam, e que as pessoas da cidade jogam lixo, causando doença em quase toda a população. (Vale salientar, que estes lotes são “limpos” com fogo). Sai uma fumaça fedorenta, pois ali não tem apenas o mato a ser queimado. Tem todos os tipos de lixo. É uma situação constrangedora aos seus moradores que gostam de uma cidade mais organizada, limpa, saudável e sem animais peçonhentos.
03	Avenida Cônego João Lima	A Avenida Cônego João Lima, pois a sua importância é tamanha para a forma que foi planejada, estreita, mal sinalizada e sem planejamento urbanístico.

02	Praça das Bandeiras	Falta arborização e rampas aos deficientes físicos.
02	Rio Lontra	Deveria ser cuidado para nós tem um banho legal.
02	Rua 02 de julho próximo ao CAT	Está virando um verdadeiro lixo a céu aberto.

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa por meio de aplicação de questionário no período de 14 de setembro de 2011 a maio de 2012

Em relação ao problema retratado na tabela 3 que demonstram quais são as paisagens que menos agradam aos entrevistados, podemos perceber que a Feirinha do Bairro São João é indiscutivelmente o local que recebeu o maior número de rejeição. Por outro lado, poderíamos falar de paisagem do medo, conforme Tuan (2005),

O que são paisagens do medo? São as quase infinitas, manifestações das forças do caos, naturais e humanas. Sendo as forças que produzem caos onipresentes, as tentativas humanas para controlá-las são também onipresentes. De certa forma, toda construção humana – mental ou material – é um componente na paisagem do medo, porque existe para controlar o caos. Conseqüentemente os contos de fadas infantis, bem como as lendas dos adultos, os mitos cosmológicos e certamente os sistemas filosóficos são refúgios construídos pela mente nos quais os homens podem descansar, pelo menos temporariamente, do assédio de experiências novas e da dúvida. Além disto, as paisagens materiais de casas, campos de cultivo e cidades controlam o caos. Cada moradia é uma fortaleza construída para defender seus ocupantes humanos dos elementos; é uma lembrança constante da vulnerabilidade humana. Todo campo de cultivo é arrebatado da natureza, que procurará destruí-lo se não houver um incessante esforço humano. De modo geral, todas as fronteiras construídas pelo homem na superfície terrestre – cerca viva nos jardim, muralha na cidade, ou proteção do radar – são uma tentativa de manter controladas as forças hostis. As fronteiras estão em todos os lugares porque as ameaças estão em toda parte: o cachorro do vizinho, as crianças com sapatos enlameados, estranhos, loucos, exércitos estrangeiros, doenças, lobos, vento, chuva. (Tuan, 2005, p. 12-3).

Além da tabela expondo as principais falas dos entrevistados justificando as razões de suas escolhas acerca das paisagens menos agradáveis aos seus olhos, também fizemos uma mapa que mostra a distribuição no perímetro urbano de Araguaína dos pontos em que aparecem as áreas menos bonitas na visão dos sujeitos da pesquisa.

O mapa 05 sobre as áreas menos bonitas na visão dos entrevistados nos mostram, portanto onde se localizam estes pontos. Pontos estes registrados também por fotografias como veremos ao longo deste estudo. As fotografias retratam portando a visão dos entrevistados em relação às paisagens menos bonitas para eles e o mapa 05 localizam

estes locais fotografados. O mapa 05, portanto, colabora indiscutivelmente com a metodologia aplicada neste estudo, ou faz parte dela.

Fotografia 59 - Ruela na Feirinha no Bairro São João



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

A fotografia 59 nos mostra parte do referido lugar “*rejeitado*” pelos entrevistados por várias razões como se pode observar por meio de suas respostas que se encontram na tabela 3 e também alguns fragmentos no próprio texto que segue. A fotografia 59 nos mostra a dura realidade da Feirinha do Bairro São João em Araguaína – TO. Ruas estreitas demais onde não há como trafegar de carro. Se fosse mais salubre, poderia dizer que seria um calçadão. Infelizmente não é bem assim. Conforme Tuan (2005),

Certamente, a paisagem de uma fazenda e campo cultivado não provocam diretamente medo. Ao contrário, são um quadro de paz. A fazenda, dizemos, é um refúgio, mas o refúgio implica ameaça: uma idéia leva à outra. Pense agora nas forças hostis. Algumas delas, como a doença e a seca, não podem ser percebida diretamente a olho nu. A paisagem de doença é uma paisagem das consequências terríveis da doença: membros deformados, cadáveres, hospitais e cemitérios cheios e os incansáveis esforços das autoridades para combater uma epidemia; no passado, esses esforços incluíam cordões sanitários armados, encarceramento obrigatório dos suspeitos de estar doentes e fogueiras mantidas acesas dia e noite nas ruas. A seca é ausência de chuva, também um fenômeno invisível, exceto indiretamente pela devastação que produz: safra murcha, animais mortos e moribundos, pessoas mortas, desnutridas e em estado de pânico. (Tuan, 2005, p. 13).

A fotografia 60 nos mostra o descaso com o espaço público, onde a calçada recebe entulhos o que impossibilita a mobilidade urbana por portadores de necessidades especiais e mesmo por pedestres.

Mapa 05 – Áreas menos bonitas na visão dos entrevistados

Este cenário também é na Feirinha do Bairro São João em Araguaína. Sobre este tema em tela também entrevistamos 100 pessoas e elas tiveram um papel interessante ao opinar de maneira crítica. É o que veremos ao longo do texto. Por outro lado, uma estudante do curso de Geografia da UFT respondeu sobre a paisagem que menos lhe agrada em Araguaína afirmando que:

Infelizmente tem várias paisagens urbanas na cidade de Araguaína - TO, que incomoda, preocupa/inquieta. Dentre estas, os rios poluídos são uma grande preocupação, o Córrego Neblina, por exemplo, está poluído, o odor emitido por este não é nada agradável, o lixo dentro dele é triste de se ver e a falta de vegetação também. O que não ocorre só neste córrego mais em praticamente todos os rios e córregos da cidade, que estão na mesma situação. O lixo nas ruas, em lotes baldios, nas calçadas etc. É uma das piores paisagens urbanas que podemos ver, sem falar nas ruas esburacadas, fossas nas calçadas, “*moradores de rua*”, mas infelizmente essa é a dura realidade, que precisa ser mudada, mas para isto é preciso que o poder público se empenhe em prol desse processo, o que infelizmente não ocorre. Sabemos que a paisagem só vem a refletir a realidade de um povo, de uma cidade, e observando a paisagem urbana de Araguaína - TO sabemos que a situação é crítica em todos os sentidos. Pois a violência na cidade tem crescido de forma alarmante, assim como o crescimento urbano da cidade também, por um lado esse crescimento é bom, no entanto por outro lado, esse crescimento é ruim, pois com ele vem também, o aumento da violência, miséria, drogas, prostituição etc. (Entrevista realizada com uma estudante do curso de Geografia da UFT em novembro de 2011).

Fotografia 60 - Entulho na calçada da Feirinha no Bairro São João



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

A interação entre o homem e seu meio onde vive é muito interessante para se discutir e compreender a paisagem deste ou daquele local. A compreensão da realidade se

dá também pelas marcas que a própria sociedade impõe, com seu laborar cotidiano ao local “X” ou “Y”. Assim temos a fala de Razaboni (2008) que nos assegura que:

A relação do homem com sua paisagem se constituem num conjunto de elementos em constante interação. A leitura, interpretação e compreensão da realidade, perpassam pela paisagem a partir das marcas que a sociedade impregna num dinâmico processo de construção e reconstrução de seu meio. (RAZABONI, 2008, p.04).

As pessoas, de uma maneira geral, afirmaram que a paisagem da Feirinha é uma das mais degradantes da cidade de Araguaína e justificam a razão destas leituras que elas fazem sobre o local. Um estudante universitário, por exemplo, afirma que:

A paisagem que me agrada menos é a Feirinha, pois é o lado feio da cidade. É uma favela com consumo de drogas, ponto de prostituição e vendas de drogas. Um lugar de muita promiscuidade, mas a culpa não é das pessoas que ali vivem e sim das condições de vida que lhes oferecidas. Não existe nenhuma ação do poder público para melhorar este estado de desumanidade. (entrevista realizada com um estudante universitário em dezembro de 2011).

Uma secretária comenta que: *“Não gosto da Feirinha, pois é um lugar sujo, feio sem nenhuma estrutura”*. Por seu turno, um vigilante nos fala que: *“A Feirinha é feio, sujo e mancha o espaço que poderia ser reformado e tendo outra utilidade”*. Conforme um estudante universitário a Feirinha é um *“local sujo, ponto de venda de drogas, mal encarado, imagem aterrorizante”*. Um eletricitário afirma também que: *“Feirinha porque é um lugar muito sujo, fétido e também as pessoas jogam muito lixo próximo daquele córrego, poluindo-o mais ainda e a própria cidade”*. Já um advogado afirma que a Feirinha é feia porque *“lá rola tudo o que não presta”*. Razaboni (2008) fala de sentimentos, de valores morais e culturais e visão de mundo, conforme veremos a seguir:

A experiência humana se dá na paisagem, na interação com o meio, num processo de interatividade de forma objetiva e subjetiva, expressando sentimentos, idéias, valores morais e culturais e visão de mundo. (RAZABONI, 2008, p.04).

Voltando ao empírico, vejamos a fala de, um bancário: *“a Feirinha é feia, suja, fede e é perigosa”*. Um vendedor observa que *“a Feirinha é um verdadeiro lixo social e ambiental”* Um policial desfeve que: *“é a área de Feirinha, pois é um cenário deplorável e violento”*. Um funcionário Público observa que é a Feirinha, *“devido aos dejetos*

lançados nas calçadas”. Pelo o exposto, por vários entrevistados, a Feirinha se destaca no quesito paisagem menos agradável. Um estudante universitário afirma que:

A paisagem urbana onde se situa a *"Feirinha"*, em meu ponto de vista é a que menos agrada. É um espaço urbano que vem sendo banalizado pelos gestores públicos ao longo dos anos, e que necessita de uma revitalização urgente para este espaço urbano, o que proporcionaria uma melhor imagem paisagística para este *locus*. (Entrevista realizada com um estudante universitário em dezembro de 2011).

Muitos disseram que a Feirinha é quem possui a paisagem menos agradável de Araguaína. Um psicólogo diz que paisagem em Araguaína que menos lhe agrada *“é a Feirinha com sua falta de limpeza, pela falta de higiene e pela violência do lugar; é desumana”*. Um comerciante afirma que é a *“Feirinha, pois é um ambiente muito desagradável”*. Para um operador de radiografia a Feirinha tem uma paisagem não tão agradável, *“devido à sujeira, a prostituição e a violência”*. Razaboni (2008) comenta que:

A paisagem é moldada segundo as características econômicas, históricas, sociais, culturais e tecnológicas da sociedade que nela se insere, e por outro lado, nessa dinâmica interatividade, a sociedade se impregna dos elementos da paisagem que passam a integrar seu cotidiano. (RAZABONI, 2008, p.05).

Desta maneira a paisagem urbana de Araguaína também obedece a essa lógica de se constituir enquanto tal. Quer dizer, as características históricas, econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, como aponta Razaboni (2008), são fundamentais para sua dinâmica, em seu cotidiano.

Fotografia 61 - Feirinha no Bairro São João em Araguaína - TO



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

O local denominado Feirinha, dentro dessa realidade urbana araguainense, é um cenário vivo desta produção espacial. Vejamos os comentários que um auxiliar administrativo fez sobre a Feirinha:

A configuração das ruas as calçadas são algo lamentável, horrível, péssimo, deplorável, e tantos mais outros adjetivos poderia falar em relação a esse tipo de paisagem da cidade. Os pedestres não conseguem andar nessas calçadas e são obrigados a irem pro meio da rua competir com os carros, correndo o sério risco de serem mortos. (Entrevista realizada com um auxiliar administrativa em janeiro de 2012).

Um estudante universitário afirma que a paisagem que menos lhe agrada em Araguaína é aquela das: *“redondezas da Feirinha pela degradação física e social dos moradores”*. Observe a fotografia 61 de uma das ruas da Feirinha. Nela podemos constatar um pouco das falas dos entrevistados. Conforme Tuan (2005),

As pessoas são nossa maior fonte de segurança, mas também a causa mais comum de nosso medo. Elas podem ser indiferentes às nossas necessidades, trair nossa confiança ou procurar diligentemente nos fazer mal. São fantasmas, bruxas, assassinos, ladrões, assaltantes, estranhos e agourentos, que assombram nossas paisagens, transformando o campo, as ruas das cidades, o pátio de recreio da escola – planejados para o desenvolvimento das pessoas – em lugares amedrontadores. (TUAN, 2005, p. 14).

As pessoas, segundo Tuan, são as principais razões do medo de outras pessoas. Os locais, portanto, de acordo com as pessoas que os ocupam são mais ou são menos topofóbicos. No caso estudado aqui, a Feirinha é o local que as pessoas entrevistadas mais têm *“medo”*. Um professor também aponta a Feirinha como paisagem menos agradável de seu ponto de vista ao afirmar que: *“a chamada Feirinha, pois ela fica praticamente no centro da cidade e além de ser feio por suas ruelas e cômodos, é um local de prostituição e uso de drogas”*. Tuan afirma que:

O crescimento urbano desordenado, por exemplo, é visto como uma selva, um caos de edifícios, ruas e movimentos rápidos de veículos que desorientam e assustam os recém-chegados. Mas a maior ameaça, aquela que se destaca em uma cidade, são as outras pessoas. A malignidade permanece como um atributo humano, não mais atribuído à natureza. Certos bairros são evitados por serem povoados por criminosos e bandos de adolescentes. Essas turbas se movem e se destroem com a impessoalidade do fogo; elas são *“insensatas”*, apesar de integradas por indivíduos como mentes e juízos – cada um com intenção de produzir o caos. (Tuan, 2005, p. 16).

Mais uma fotografia 62 nos mostrando a Feirinha, bem como, os entulhos esparramados na calçada, o que impede a mobilidade urbana adequada dos pedestres portadores de necessidades especiais. Estes precisam ir para o meio da rua disputar espaço com automóveis, caminhões, ônibus, motocicletas, etc.

Fotografia 62 - Entulhos nas calçadas: impedimentos à mobilização adequada dos pedestres



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011.

Por outro lado, Tuan (2005) discorre sobre a ironia da cidade atualmente representar algo assustador, senão vejamos a sua própria fala:

É uma profunda ironia que frequentemente a cidade possa parecer um lugar assustador. Construída para corrigir a aparente confusão e o caos da natureza, a cidade em si mesmo se transforma em um meio ambiente físico desorientador, no qual os prédios de apartamentos desabam sobre seus habitantes, ocorrem incêndios e o trânsito ameaça vida e mutila as pessoas. Apesar de cada rua e prédio – e na verdade todos os seus tijolos e blocos de pedra – serem sem dúvida os produtores de planejamento e reflexão, o resultado final pode ser um imenso labirinto desordenado. (Tuan, 2005, p. 233-4).

Mas voltando a realidade de Araguaína, há, em praticamente todas as falas, certo preconceito em relação à paisagem da Feirinha, justamente em função da situação social de seus moradores. Na mesma linha de raciocínio, uma atendente de lanchonete aponta que: *“a Feirinha do Bairro São João porque é um lugar periférico e acontecem muitas coisas ruins naquele lugar”*. Por sua vez, um técnico afirma que a região da Feirinha, pois *“visualmente causa um impacto negativo da cidade para quem chega à cidade pela TO-222 e um desconforto aos moradores”*. Razaboni (2008) fala da complexidade da paisagem urbana apontando que:

A paisagem urbana apresenta uma complexidade de elementos a serem analisados. Há uma rede de interatividade entre o homem e todos seus componentes. Portanto, desvelar o significado do arranjo espacial produzido no espaço urbano, requer um esforço, um hábito constante de observação e indagação. (RAZABONI, 2008, p.06).

A paisagem urbana de Araguaína como um todo é um emaranhado complexo de interatividade entre o trabalho e a própria natureza. Razaboni (2008) p.8, nos fala que: *“uma compreensão do mundo passa pela leitura das marcas que a sociedade imprime em seu meio geográfico na organização dos espaços e na criação de suas paisagens”*, Voltando ao problema da paisagem menos agradável, um técnico em enfermagem afirma: a *“Feirinha porque para uma cidade do porte de Araguaína, lugar com aquela aparência não devia nem existir. É feia demais”*. Já um professor universitário aponta que:

A Feirinha que acaba com a imagem de Araguaína. A paisagem de Araguaína é muito afetada pelo descuido dos cidadãos e também pelo suposto esquecimento ou não importância do poder público. O paisagismo de Araguaína deveria ser recuperado e transformado para uma melhor visão de todos os ângulos. Uma das paisagens urbanas que não me agradam são as praças públicas mal organizadas e desestruturadas visivelmente. (Entrevista realizada com um professor em janeiro de 2012).

Fotografia 63 - Ruas e calçadas estreitas do Setor Vila Aliança



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

Um estudante universitário também fala da fealdade da Feirinha apontando que em se tratando de uma cidade sem qualquer planejamento urbano *“a Feirinha é o maior exemplo com canteiros central ocupado (espaço Público) inclusive pela própria prefeitura”*. Ele afirma ainda que *“outro espetáculo deplorável que justificaria a destruição do diploma do arquiteto seriam as ruas do conjunto Vila Aliança”*; Crítica

ainda a falta de habitabilidade da Vila Cearense, do conjunto Malvinas ou Couto Magalhães. A fotografia 63 nos mostra a rua estreita e calçadas diminutas da Vila Aliança.

Um agente de saúde também afirma que a paisagem em que ele não gosta de ver é a das ruas da Vila Aliança, pois, segundo ele são: *“estreitas e cheias de fossas estouradas que podem causar várias doenças”*. Realmente as ruas são estreitas (aproximadamente dois metros e meio de largura e as calçadas, em função talvez da falta de espaço, não deve ultrapassar os cinquenta centímetros de largura e algumas ainda possuem fossas).

Fotografia 64 - Rua 02 de julho próximo ao CAT: Lixo e entulho



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de Campo realizada em outubro de 2011

Por outro lado, um estudante universitário afirma que: *“a estrada que vou para a faculdade, entre o final da Rua 02 de julho e a Rua Jatobá está virando um verdadeiro lixão a céu aberto”*. Por outro lado, um professor afirma que: *o local em que no passado funcionava a fábrica da CIMBA porque sua história é marcada pela forte opressão do trabalho mas também porque se tornou uma rugosidade, referir a Milton Santos, portanto propícia a ação de vândalos*. É bom ressaltar que os dois estão falando do mesmo local. A diferença é que o estudante falou da rua em si, enquanto o professor se referia ao local em si, onde a rua é apenas uma parte dele. A fotografia 64 confirma as duas falas.

A Praça São Luís Orione é muito feia segundo a opinião de um comerciante em *“função do descaso, pois mesmo estando no centro da cidade e não há trabalho em*

prol da beleza natural, apenas lixo, poucas árvores e grande número de sem tetos destruindo o local”.

Fotografia 65 - A Construção territorial da Praça Dom Orione



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo em maio de 2012

A fotografia 65 nos mostra pessoas que perambulam pelas ruas da cidade e que têm na Praça o seu Porto Seguro. Quer dizer, elas usam o espaço da praça como “*seu lugar*”. Outro entrevistado também aponta a Praça Dom Orione como paisagem desagradável por “*por ser muito mal zelada*”.

Fotografia 66 - Rua sem calçamento em Araguaína



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

Um estudante afirma que “*as ruas sem asfalto e sem calçamento*”. Um professor universitário fala justamente à frase que dá título a esta parte da tese que é: “*as ruas esburacadas, pois dão uma sensação de desconforto, tanto no olhar quanto no*

dirigir”. Vários outros entrevistados fazem a mesma observação dizendo que: “*os buracos que são encontrados em quase todas as ruas de Araguaína*”.

Outros afirmam que: “*as ruas porque não tem iluminação em alguns pontos e são entulhadas de lixo por todos os cantos, além dos eternos buracos*”. As fotografias 67 e 68 mostram esta realidade discutida pelos nossos interlocutores. Vejamos.

Fotografia 67 - Buracos nas ruas “asfaltadas” de Araguaína



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em dezembro de 2011

Por outro lado, conforme um estudante universitário: “*as ruas esburacadas, porque é um cartão postal que depõe contra a cidade e denuncia o pouco caso do poder público com a cidade*”.

Fotografia 68 - Ruas esburacadas, um cenário desolador



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em setembro de 2011

Uma das paisagens que tiveram rejeição pelos entrevistados é a do Córrego Neblina, pois, está deixando de ser córrego e se tornando um depósito de dejetos humanos. Isto, segundo um estudante universitário que aponta: “*o córrego Neblina, porque representa o nível do respeito que a cidade tem com seu meio ambiente*”. Por seu turno, um bancário fala que é a “*poluição do rio Neblina*”. Rocha (2008) comenta que:

Atualmente, as grandes cidades apresentam sérios problemas em seu ambiente urbano tais como inundações, instabilidade de vertentes, impermeabilização excessiva da superfície, etc., ignorando-se que a natureza e seus componentes ainda são importantes para o entendimento desse ambiente, para seu planejamento e seu consequente equilíbrio. (ROCHA, 2008, p. 24).

É evidente que Araguaína ainda não é uma cidade grande, mas tem os grandes problemas urbanos das mesmas, por ela não possuir um planejamento urbano mínimo para orientar as ações tanto do poder público quanto do setor privado em sua organização espacial. Luchiari (2001) nos fala de vários problemas ambientais causados pela ação antrópica, pois:

A eliminação das paisagens tradicionais ao olhar humano põe em questão o modelo de desenvolvimento capitalista e os limites do crescimento. Salta aos olhos as paisagens destituídas de beleza e as paisagens-símbolo de um risco socioambiental iminente: florestas devastadas pelas madeireiras ou pelo uso agrícola e pecuário: paisagens “lunares” abandonadas pela mineração; desertos que se transformaram em canais de esgoto industrial e doméstico; favelas; ocupações; grandes lixões que, ao se transformarem em último recurso da sobrevivência humana dos catadores escancaram suas imagens na sociedade da abundância. Enfim, paisagens repugnantes que não queremos ver porque sabemos que não foram provocadas pela natureza hostil e vingativa. O sujeito oculto dessas paisagens – o modo de produção e sua racionalidade de mercado – impregna de ideologia as práticas sociais que organizam os territórios valorizados ou repugnantes. (LUCHIARI, 2001, p. 18-9).

Voltando à realidade estudada, uma vigilante afirma: *acho no geral a cidade em si. Falta de Esgoto adequado*. Outros falam das ruas sem estruturas para deslocamento e sem pavimentações. Um estudante aponta que: “*pelo contrário tem vários lugares desagradáveis*”. Um agente de saúde comenta: “*a vista espacial da estrutura e formação dos Setores. Porque as irregularidades dos setores da cidade de Araguaína resultam na desorganização urbana. Enfeia a cidade*”.

O agente de saúde, ao se referir às irregularidades dos setores, está querendo dizer do traçado urbano, principalmente, como se pode observar nos três mapas da cidade de Araguaína que compõe este trabalho. Os bairros (setores) não se comunicam entre si. É comum se fazer uma Avenida em um bairro “X” que acaba nele mesmo sem nenhuma conexão com as outras Avenidas (quando elas existem) de outros bairros.

Fotografia 69 - Rua Intransitável em Araguaína - TO



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>. Acessado em 22 de junho de 2012

Na fotografia 69 podemos observar o problema da falta de asfalto que torna a rua completamente intransitável. Conforme um professor universitário:

A paisagem urbana de Araguaína não me agrada. Os bairros que são próximo do centro, muitos que não possuem esgotos, mas, infelizmente, a maioria da população não é conscientizada deixam as águas sujas dominarem as ruas. Em decorrência disso, surgem os buracos e mais buracos, deixam uma má impressão. (Entrevista realizada em fevereiro de 2012 com um professor universitário).

Fotografia 70 - Um problema recorrente: calçadas desniveladas



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

A fotografia 70 denuncia justamente uma das situações citadas pelo professor universitário, a do problema da água escorrer pelo asfalto. Além disso, há o problema da falta de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, uma vez que a calçada mais parece uma escada com vários degraus a subir ou descer. Que dizer, a calçada é desnivelada. Entre vários problemas urbanos, um advogado aponta que:

A configuração das ruas. As calçadas são algo lamentável, horrível, péssimo, deplorável, e tantos mais outros adjetivos poderiam falar em relação a esse tipo de paisagem da cidade. Os pedestres não conseguem andar nessas calçadas e são obrigados a irem para o meio da rua competir com os carros, correndo o sério risco de serem mortos. É deprimente ter que viver em um lugar que você paga corretamente seus impostos e vê que nada foi aplicado na melhoria da cidade. (Entrevista realizada em fevereiro de 2012 com um advogado).

Para um operador de caixa, os setores periféricos, tais como, os Setores: *“Maracanã, Tereza Hilário que conheci pessoalmente, percebendo assim, sua real situação, e o seu esquecimento por parte do poder público, não havendo quase nenhum tipo de assistência básica para uma vida digna”*. Um balconista fala por sua vez da sujeira depositada no Lago Azul. Ele afirma que o *“Lago Azul, devido aos dejetos que são jogados em seus afluentes que nascem no perímetro urbano de Araguaína”*. Como estamos acompanhando por meio das entrevistas e pelas fotografias ao longo da tese, as nascentes dentro do perímetro urbano de Araguaína têm sido verdadeiros depósitos de lixo e a praticamente quase todas são afluentes do *“Lago Azul”*. Desta forma, o balconista tem razão em sua opinião. A fotografia 71 nos mostra lixo e entulhos amontoados no local onde deveria ser uma Avenida de pista dupla. Um retrato do descaso público e a confirmação da fala do balconista.

Fotografia 71 - Lixo e entulhos numa Rua do Setor Maracanã



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

Um consultor técnico também é da opinião de que o Setor Tereza Hilário tem uma paisagem urbana não muito agradável afirmando que: o “*Setor Tereza Hilário por ser abandonado e acidentado*”. Um bancário também aponta o setor Tereza Hilário, “porque é um bairro sem estrutura”. Um instrutor de trânsito, além de falar do Setor Tereza Hilário, aponta também o “*lago azul poluído e seco, Setor Maracanã e Feirinha como paisagens que não fazem bem aos olhos*”. A fotografia 72 nos possibilita ver um pouco do descaso público com o Setor Tereza Hilário.

Fotografia 72 - Setor Tereza Hilário: abandono público?



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo em maio de 2012

A fotografia 73 nos possibilita ver um pouco do descaso público com Setor Tereza Hilário. Por outro lado, podemos verificar que há uma “*seleção dos lugares*” de acordo com o *status social*, como nos aponta Luchiari (2001), apesar da tônica deste trabalho não ser esta, mas também se vê o descaso público em áreas de predominância de população de baixo poder aquisitivo.

Fotografia 73 - Setor Tereza Hilário, nascente do córrego Raizal



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

A exclusão social reproduzida no uso seletivo do território coloca em evidência os antagonismos entre a preservação natural e o desenvolvimento social. Hoje, a preservação representa a elitização social na seletividade dos lugares. Apenas os que puderem pagar pelas paisagens naturais idealizadas no imaginário social contemporâneo ganharão a hegemonia nessa nova configuração territorial. (LUCHIARI, 2001, p. 19).

A fotografia 73 nos mostra o descaso também da população ao jogar lixos e entulhos nas margens da nascente do córrego Raizal, demonstrando assim uma educação ambiental não compatível com a necessidade de preservação e conservação ambiental.

Também reforça algumas falas de alguns entrevistados que apontaram o Lago Azul como poluído, pois seus afluentes recebem todos os tipos de lixos e de entulhos.

Mas uma das paisagens mais desagradáveis apontadas pelos nossos entrevistados sem dúvida alguma é a problemática do lixo e entulhos depositados em terrenos baldios, nas ruas e nascentes de córregos, como nos mostra mais uma vez, a fotografia 73, no Setor Tereza Hilário próximo à nascente do Raizal.

Por outro lado, um funcionário público cita até a principal Avenida de Araguaína como paisagem não agradável aos olhos. Ele nos diz que *a Avenida Cônego João Lima pela sua estrutura*. Uma observação deve ser feita, a referida Avenida passou recentemente por um processo de adequação urbana, onde se fez calçadas niveladas com rampas de acesso, estacionamentos para motos e para carros, etc. Mesmo assim, ela não “*escapou*” do olhar crítico de nosso entrevistado. Também, concordando com o funcionário público, um operador de radiografia opina dizendo: “*a Avenida Cônego João Lima, pois a sua importância é tamanha para a forma que foi planejada, estreita, mal sinalizada e sem planejamento urbanístico*”.

É importante observar também que, se alguns dos entrevistados apontaram a Avenida Cônego João Lima como paisagem não muito bela; por outro lado, outros, como veremos na próxima parte deste trabalho, apontaram que gostam da referida Avenida, pois a mesma é o coração econômico da cidade.

Um psicólogo/docente afirma que a paisagem mais desagradável de se olhar é a dos “*lotes vazios porque o mato é grande a população sem consciência ainda joga muito lixo nestes locais*”. Um auxiliar de serviços gerais também diz praticamente a mesma coisa com outras palavras: *paisagens que mostram a poluição com lixo nas ruas*

e nos córregos. Para um comerciante: *“alguns pontos existem lixos com cheiro desagradável e isto é horrível”*. O grande problema é que estes pontos são muitos. Em praticamente todo o perímetro urbano de Araguaína, encontramos este tipo de paisagem denunciada por nossos entrevistados. Um atendente de lanchonete afirma: *“são os lotes vazios que seus donos não limpam, e que as pessoas da cidade jogam lixo, causando doença em quase todos da cidade”*. É bom salientar que estes lotes são *“limpos”* com fogo. Sai uma fumaça fedorenta, pois ali não tem apenas o mato a sendo queimado. Tem todos os tipos de lixo. É uma situação constrangedora aos seus moradores que gostam de uma cidade mais organizada, limpa, saudável e sem animais peçonhentos.

Fotografia 74 – Uma cena horrível: Setor Tereza Hilário próximo à nascente do córrego Raizal



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

Também houve quem dissesse da ocupação irregular dos mananciais de água, córregos e o próprio Rio Lontra, como aponta a fotografia 75. Um policial até afirmou que a paisagem menos agradável para ele é justamente a do Rio Lontra que se encontra agoniado e ocupado irregularmente. Veja fragmento de sua fala: *o Rio Lontra porque deveria ser mais bem cuidado para nós termos um banho legal*. Um escritor nos diz que a paisagem de Araguaína como um todo é feia. Veja sua opinião na íntegra: *“Araguaína inteira tem uma paisagem feia com bastante sujeira e mau cheiro. Precisa de mais limpeza e organização até mesmo nas residências”*.

Um autônomo é da opinião de que as *“vias públicas não pavimentadas, porque é sinal que a administração da cidade não está sendo bem feita pelo governo municipal e*

porque também traz um desconforto para todos os cidadãos”. Já um repositor é da opinião de que a “paisagem dos lixos nas ruas e lotes baldios. Isso destrói a imagem de qualquer cidade, dando a impressão de uma cidade esquecida pelo poder público, e de população ignorante”. É evidente aí um pouco de juízo de valor, mas é a opinião dele. É o que ele pensa acerca da paisagem urbana de Araguaína.

Fotografia 75 - Ocupação irregular no Rio Lontra



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

Concordando com a fala do repositor, uma assessora jurídica também sentencia que: *“no geral, o projeto paisagístico de Araguaína tem que ser todo refeito, ou seja, até porque penso não existir o projeto”*. Um técnico de enfermagem afirma que: *“a vista do bairro São João. É o maior exemplo do crescimento desordenado de Araguaína”*.

A cidade, de acordo com as opiniões dos entrevistados precisa ter um planejamento mais adequado a sua realidade urbanística para poder aspirar a um futuro mais promissor para a sua paisagem urbana como um todo. É preciso que o poder público juntamente com a sociedade civil repense suas ações no sentido de melhor organizar este espaço já tão caoticamente urbanizado. Mas vejamos as falas de nossos entrevistados agora respondendo sobre qual é a paisagem urbana de Araguaína que eles mais lembram quando fecham os olhos.

3. 3 - Uma construção coletiva do imaginário toponímico e topofônico do cidadão araguainense

Todos os fatores implícitos nestes processos, ao gerarem interações diferenciadas, envolvem muitos aspectos referentes às formas de experienciar e apreender a amplitude dos dimensionamentos espaciais e temporais. Para entendermos a paisagem vivida, não basta apenas a análise da percepção da dinâmica de suas estruturas espaciais, ecológicas, culturais, presentes no cotidiano de nossos lugares. É necessário que estejamos realmente imersos numa relação corpo/espírito/paisagem com os espaços que se prolongam em sua própria existência às dimensões do imaginário, do mítico, do simbólico, porque delineados e coloridos pelos sentimentos, (GUIMARÃES, 2002, p. 125).

Tabela 4 - Paisagem urbana de Araguaína – Razões das lembranças - 2012

Número de Entrevistados que opinaram	Principais paisagens que os entrevistados lembram	As principais razões das lembranças das paisagens pelos entrevistados
15	Ruas estreitas, esburacadas e lotadas de carros.	Problemas estes que são facilmente perceptíveis na cidade, como, poluição, lixo nas ruas e nas calçadas, ruas esburacadas, irregulares, trânsito caótico, segurança de menos e rios poluídos. Os buracos nas ruas. Lembro-me disto porque é uma chatice entrar no ônibus e se ver sacudida o tempo todo até chegar a minha casa.
10	Avenida Cônego João Lima	Local movimentado, ponto comercial da cidade por onde passo todos os dias para trabalhar. Na época da Pecuária fica marcada na memória por uma linda cavalgada. Para mim a única razão dela existir é o retrato do mau planejamento e da falta de recursos. A paisagem urbana que eu mais lembro é a Avenida Cônego João Lima no centro onde se encontra lojas de todos os tipos e para quaisquer classes sociais. Ela, por ter ocorrido várias mudanças após a sua revitalização. A rua é estreita, mas possui estacionamento para carros e motocicletas e uma arquitetura renovada.
10	Falta de arborização na	O que me vem a princípio são as árvores quase inexistentes na cidade. Acredito que deveria ter uma visão voltada para esse aspecto em forma de

	cidade	melhoria. A razão disto se deve a pouca importância que o poder público dá a essa necessidade. E também do desleixo dos habitantes da cidade que não brigam por melhorias
10	Lago Azul	O lago precisa que a população de Araguaína e os poderes públicos o adotem, para que ele possa reviver. O lago azul e seu espelho. Ali se tem um dos mais bonitos pores-do-sol da região norte.
09	O Cristo Redentor	O Cristo. É uma paisagem que representa harmonia, paz. O Cristo é bonito, mas poderia ser mais visitado se houvessem projetos para a realização de obras em seu entorno que chamasse mais a atenção do povo araguainense.
07	Feirinha	Pois é uma curva perigosa e um ambiente de prostituição. É um caos para a sociedade araguainense. É um lugar com mau cheiro, sem infraestrutura e que serve de abrigo para muitos marginais e traficantes, sem contar com a prostituição. É um lugar muito fedido e sujo, muito mendigos reside próximo dali.
06	Centro da cidade	O que mais eu me lembro, quando fecho os meus olhos da paisagem urbana de Araguaína é o seu centro. É ali que está centralizado o grande diferencial econômico da cidade, possibilitando que a mesma se estruturasse na rede urbana enquanto cidade polo. A partir da função de gestora do território, como prestadora de serviços relacionados à agropecuária.
05	Problemas urbanos	Uma pessoa afirma que: “os problemas estes que são facilmente perceptíveis na cidade, como, poluição, lixo nas ruas e nas calçadas, ruas esburacadas, irregulares, trânsito caótico, segurança de menos e rios poluídos”. A outra pessoa diz que: “a Paisagem urbana que veio a minha mente foi a minha rua cheia de buracos no período chuvoso e o pior de tudo é que quando esse período passa se leva muito tempo para que seja consertado e isto é porque é minha rua onde muitos chamam de centro, mas os vizinhos não ajudam muito, pois jogam lixo e água servida na rua”. “A minha paisagem urbana não é tão ruim assim, a bondade é que ela quase não tem crimes e todos ou quase todos se conhecem”.
03	Correria das pessoas	A correria das pessoas e sua agonia. Ninguém tem tempo para nada. Além de outras coisas.

03	A igreja Sagrado Coração de Jesus	Porque é uma visão bonita para mim e me traz lembranças boas.
03	Cachoeirinha Véu de Noiva	Por ser um lugar muito agradável, pois sua água gelada e matas ciliares são ótimas. Cachoeirinha Véu de Noiva porque é linda.
02	Praça São Luís Orione ou Praça das Nações	Uma paisagem localizada no Centro da cidade sem organização e sem beleza. A Praça das Nações que fica próxima ao colégio Santa Cruz.
02	Marginal Neblina	Enquanto um entrevistado afirma que: “a Avenida Neblina, pois tenho saudade das pedaladas que eu dava por lá e hoje não tenho tempo”, por seu turno, outra diz que: “a Marginal Neblina, pois tem um córrego pelo meio e tem vários lixos”.
01	CAT	Num de seus espaços, o CAT preserva um lago rodeado por uma pequena mata, num arranjo que lembra as paisagens românticas. Até a última vez que estive lá, era um espaço bem cuidado. À medida, entretanto, que se anda em direção à entrada do clube, a interação com a natureza vai perdendo espaço.
01	Vista de Araguaína chegando de Belém	Ao avistar a cidade de Araguaína chegando de Belém, do alto se veem os dois palácios: O prédio da Caixa Econômica e o Palácio das Acácias dão a impressão de estarmos entrando numa cidade bem evoluída.
01	Desenho Urbano	Uma espécie de “Colcha de retalhos”, parecendo algum organismo invertebrado, como diz Jean Brunhes ao falar das cidades antigas da Inglaterra que cresceram meio que aleatoriamente, diferente das cidades do período industrial daquele país que já obedeciam a uma ordem estrutural baseada em eixos, uma necessidade do próprio crescimento da indústria. Ou seja, penso que o autor quis dizer com invertebrado pode ser entendido nos “movimentos viários” com ruas tortuosas, a exemplo de animais sem coluna vertebral. Se olharmos Araguaína numa foto dificilmente veremos um traçado que não obedeça às linhas tortuosas e aleatórias. Essa é a cara da paisagem de Araguaína.
01	Paisagem humanizada	Na minha mente vem à visão do todo de Araguaína e no fundo não tenho problemas com a paisagem apesar dela não estar nos moldes de beleza conforme modelos. No fundo a paisagem é reflexo do humano e de como são estabelecidas as relações das pessoas e a atuação do poder estatal
01	Residencial	A Paisagem que mais me lembro, até porque é lócus atual, é a praça que fica no conjunto onde moro

	Patrocínio	Residencial Patrocínio. Essa praça foi “construída” devido a um acordo entre o poder público municipal e um consórcio de energia.
01	Cidade cenográfica	Lembro-me uma cidade cenográfica de novela, retratando cidades grandes nos anos 30 do século passado.
01	Bairro JK	Bairro JK por se encontrar totalmente abandonado pelo poder público, sem um dos mais velhos da cidade e ainda possuir pouco desenvolvimento.
01	Aeroporto	Talvez por sua fluidez, movimento, conexão, sentido de saída, de viagem.
01	Tecnorte	Gosto de me lembrar do bairro Tecnorte, que é bem agradável, tranquilo.
01	Parque das Águas	Parque das águas nos bons tempos.
01	Praça das Bandeiras	A Praça das Bandeiras com um coreto ao seu centro com várias árvores de porte médio.
01	Campus Universitário de Araguaína – UFT - CIMBA	Uma paisagem que me chama a atenção é o Campus da UFT de Araguaína, que há um ano era só uns prédios no meio do tempo, sem nenhum atrativo, agora no momento, é um lugar que está cada vez mais bonito.
01	Vila Aliança	Praça da Vila Aliança que fiquei anos passando todos os dias por ela e estudava no colégio ao lado. Na época era uma praça em que o local passava tranquilidade, frequentada por pessoas decentes. Estava sempre bem cuidada, bem diferente do que se encontra hoje.

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa por meio de aplicação de questionário no período de 14 de setembro de 2011 a maio de 2012.

Fotografia 76 - Avenida Cônego João



Fonte: PEREIRA, Aires José. Trabalho de campo realizado em maio de 2012

Ao observar a tabela 04 percebemos que quinze pessoas, ao fecharem seus olhos, vislumbram com as ruas estreitas, esburacadas, cheias de lixo, mal estruturadas, mal conservadas e fadiga de andar no sol quente sem sombra para descansar. *“Lembro-me sempre do centro comercial com ruas esburacadas e com trânsito horrível. As ruas lotadas de carros, junto com os pedestres procurando se locomover”*, afirma um instrutor de trânsito.

Por seu turno um professor afirma que:

As ruas em situações precárias. Construções irregulares. Acúmulo de lixo nas calçadas. As pessoas não se atentando para a resolução desses problemas, pois estão acostumadas a viver assim. Há uma necessidade de mudança na cultura destas pessoas. É preciso que a população tenha um mínimo de senso crítico para cobrar seus direitos e arcar também com seus deveres de cidadãos. (Entrevista com um professor em novembro de 2011).

Por sua vez, uma estudante universitária, referindo-se ao centro urbano de Araguaína, especificamente, a Avenida Cônego João Lima:

Ali também estar presente várias funções especializadas em ferramentas, parafusos e serviços automotores em geral. Além dos serviços de saúde especializados. Vem-me particularmente muito em meu pensamento quando se fala de Araguaína, essa questão do seu centro urbano. Porém, deve ficar claro que não estou cego aos seus graves problemas, isso também está presente em meus pensamentos, falei e ressaltai o seu centro pela importância para a cidade, mas, questões estruturais como problemas nas calçadas, são recorrentes em minha análise sobre a cidade também. (Entrevista com um estudante universitário em novembro de 2011).

Fotografia 77 – Av. Cônego João Lima, pulmão econômico da cidade



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa realizada em maio de 2012

Dando sequencia ao trabalho, como se poder observar no quadro acima, tivemos onze pessoas que veem a Avenida Cônego João Lima ao fecharem seus olhos. É claro, estas observações que eles fizeram descritas abaixo estão além do resumo das falas que estão no quadro acima. As fotografias 76, 77 e 78 da referida Avenida Cônego João Lima ajudam-nos a interpretar a fala dos entrevistados. Realmente, pelas fotografias se vê o “movimento” da referida Avenida. Quer dizer, dá para se observar que o coração econômico da cidade de Araguaína bate mais forte na Avenida Cônego João Lima.

Quer dizer, todas as falas descritas e analisadas daqui para frente são, na verdade, uma espécie de complemento do que já foi resumido no quadro. Um vigilante disse: *“a Avenida Cônego João Lima, local movimentado, ponto comercial da cidade por onde passo todos os dias para trabalhar”*.

Fotografia 78 - Cavalgada na Avenida Cônego João Lima



Fonte: Arquivo pessoal de Ulisses de Holanda

Para um estudante universitário: *“o que mais me lembro de é da Avenida Cônego João Lima abarrotada de gente pra lá e pra cá, fervilhando o comércio e aquele barulho ensurdecedor dos serviços de som e dos roncos dos carros que ali circulam”*. Uma estudante universitária anota que se lembra da Avenida Cônego João Lima na época da Pecuária que fica marcada em sua memória a linda cavalgada.

Fotografia 79 - Cônego João Lima: um centro de compras



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa realizada em maio de 2012

Mas, ao se observar as fotografias 79 e 80 e fazermos uma comparação, da para vermos que existe uma grande diferença em sua paisagem em função do horário. À noite, a referida Avenida parece ficar mais bonita.

Fotografia 80 - Avenida Cônego João Lima à noite



Fonte: Arquivo pessoal de Ulisses de Holanda

Se, por um lado tivemos algumas pessoas afirmando da importância econômica da Avenida Cônego João Lima para Araguaína e região, também ouve quem falasse que a mesma é o retrato da falta de planejamento urbano, senão vejamos o que nos diz uma atendente de lanchonete: *“A Avenida Cônego João Lima, para mim a única razão dela existir é o retrato do mau planejamento e da falta de recursos”*.

Como também ouve a fala de uma secretária que diz o seguinte: *“a rua, principal da cidade, a Avenida Cônego João Lima que possui vários departamentos diferentes e que todos os dias são frequentados por milhares de pessoas”*. Completando o raciocínio da secretária, um autônomo nos afirma ainda que: *“a Avenida Cônego João Lima, por ser o centro de referência comercial da cidade”*. Um bancário é da opinião de que:

O comércio da Avenida Cônego João Lima, uma rua relativamente estreita, um movimento forte de pessoas, um transitar de automóveis, sons de loja inconvenientes e propagandas em carros sonoros. A noite um vazio onde só as farmácias funcionam e algumas vitrines de comércio de vestuário e uma enorme sensação de que em casa é melhor! (Entrevista com um bancário em outubro de 2011).

Um professor universitário também afirma que ao fechar os olhos, lembra-se da Avenida Cônego João Lima: *“ela representa a força do maior polo comercial do estado do Tocantins, como ainda guarda em sua paisagem entre o velho (os primeiros comércios da cidade) e o novo (construções modernas)”*. Para um acadêmico do curso de Geografia, *“sem dúvida nenhuma, a Avenida: Cônego João Lima, com sua grande desordem, e consequência do fervoroso comércio e do trânsito agitado e extremamente desordenado em prol da forma da construção da própria avenida”*.

Fotografia 81 - Avenida Cônego João Lima sendo revitalizada



Fonte: Arquivo pessoal de Ulisses de Holanda

Continuando ainda falando da Avenida Cônego João Lima, um consultor técnico afirma que: *“Avenida Cônego João Lima (observador localizado em frete a loja Novo Mundo olhando no sentido do Banco Itaú)”*. O consultor técnico continua: *“essa*

paisagem mostra a dinâmica da cidade quanto polo regional, e sempre que estou fora da cidade e a lembro de minha Terra Natal, é essa imagem que vem a minha cabeça”.

Dez pessoas falaram da falta de arborização da cidade de Araguaína como uma “*imagem*” que vem às suas mentes quando fecham os olhos. Dez outras pessoas também disseram que o Lago Azul é a imagem que vem as suas cabeças quando fecham os olhos. Uns afirmando da beleza do lago e outros (pois entrevistamos algumas pessoas depois do esvaziamento do referido Lago) dizendo que é um descaso total por parte do poder público, não agora após o esvaziamento, mas antes, pois uma quantidade enorme de córregos nasce dentro do perímetro urbano da cidade e desaguam no lago sem que nenhuma preocupação ambiental tenha sido ponto de pauta da câmara municipal e da própria prefeitura no sentido de coibir a ocupação irregular dos mananciais e córregos, etc. um agente administrativo afirma que: “*Lago Azul, área possível de ser vista do alto para quem mora em apartamento, mas ele precisa de mais cuidado porque está muito poluído*”.

Fotografia 82 - Revitalização na Avenida Cônego João Lima



Fonte: Arquivo pessoal de Ulisses de Holanda

Existem inúmeros córregos poluídos no perímetro urbano de Araguaína e todos desaguam no referido lago e o poder público não tomou nenhuma atitude a favor do meio ambiente saudável e por isto mesmo a contaminação chega ao “*Cartão Postal da Cidade*”. Lembramos que a referida entrevista foi feita antes que o Lago Azul fosse esvaziado, portanto não era esta paisagem que se via do mesmo.

Essa paisagem urbana pode ser entendida com um complexo formado de paisagens naturais e culturais, já que ainda apresenta elementos naturais; modificações destes elementos de acordo com aspectos culturais, econômicos e sociais; e, diferentes formas de ver, perceber e

vivenciar a paisagem, formas que justamente são condicionadas por esses mesmos aspectos culturais, econômicos e sociais. (ROCHA, 2008, p. 24).

Fotografia 83 - Rua quase intransitável em função do lamaçal



Fonte: PEREIRA, Aires José. Trabalho de campo realizado em dezembro de 2009

A impressão que se dá ao andar pelas ruas esburacadas de Araguaína é que elas são assim de propósito, que alguém está ganhando muito dinheiro com isto. É claro, essa observação é empírica de um simples usuário desta cidade com traços marcantes de ruralidades.

Fotografia 84 - Ruas esburacadas, uma cena comum



Fonte: PEREIRA, Aires José. Trabalho de campo em dezembro de 2011

A paisagem não é apenas aquilo que apresenta aos nossos olhos. Entre a paisagem que salta aos nossos olhos e aquilo que ela realmente é de fato, existem forças ocultas impostas pela ideologia dominante que nos fazem acreditar naquilo que vemos sem questionar a engrenagem de sua construção enquanto tal. Ler a paisagem vai muito além de percebermos sua aparência enquanto tal.

Fotografia 85 - Ruas esburacadas com muita lama

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

Ler a paisagem então é no mínimo compreendê-la como fazendo parte de um contexto histórico-geográfico, social, político, territorial, cultural, estético e ético, além dos interesses ideológicos postos em jogo nessa ciranda espacial. Não dá para compreender a paisagem apenas contemplando-a. É preciso estudá-la por completo levando em consideração todos os elementos inerentes à sua constituição enquanto tal.

Fotografia 86 - Malabarismo dos motoristas nos buracos das ruas

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

Todo e qualquer estudo que se faça sobre a paisagem urbana de um dado lugar ainda será insuficiente para demonstrar a sua realidade enquanto tal, quer dizer, a construção total de uma paisagem urbana ultrapassa o simples estudo sobre ela. O estudo é parco diante da realidade, mas em contrapartida é o que mais se aproxima dela. Dessa forma, entender a formação da paisagem urbana de Araguaína – TO não é apenas discutir a

realidade desconectada do mundo que a produziu. A fotografia 86 nos mostra uma cena bastante comum nas ruas de Araguaína, onde motoristas fazem verdadeiros malabarismos para desviarem seus carros dos buracos.

Temos vários elementos constitutivos dessa construção espacial que estão distante deste espaço e que foram decisivos nessa construção. Há a ideologia de ocupação do interior do Brasil que se materializou por meio de políticas de incentivos de ocupação. Essa materialização ocorreu por meio de projetos que o governo federal criou como mecanismo prático dessa ocupação do cerrado do interior do país. Mas voltando para a nossa discussão empírica temos a fala de um corretor de imóveis e automóveis *As ruas cheias de buracos com água, que com o grande fluxo de veículos acabam virando lama e como consequência, os buracos só aumentam cada vez mais, ocasionando acidentes terríveis e o governo municipal não está nem aí para resolver estes problemas.*

Desta forma, no próximo capítulo abordaremos alguns problemas urbanos de Araguaína, tais como: muros altos e o discurso de segurança, fossas nas calçadas, invasão do espaço público pelo uso privado, a falta de arborização urbana nos passeios públicos, a falta de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais e como tudo isso acaba interferindo na formação das paisagens urbanas da cidade.

4. - ENTRAVES E RUGOSIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARAGUAÍNA – TO E SUAS PAISAGENS URBANAS: em busca de uma maior sustentabilidade

A paisagem é heterogênea como é heterogêneo o meio ambiente, tanto em seus elementos naturais como culturais. É heterogênea como é heterogênea a Sociedade. Por isso, a paisagem urbana tem a função de expressar a IDENTIDADE tanto da natureza que a circunda quando dos diversos rostos da sociedade que nela se expressam. A beleza da paisagem não pode, portanto, ser elemento de segregação como ocorreu ao longo da trajetória da urbanização brasileira. O feio (muitas vezes entendido como pobre) não pode ser afastado, marginalizado para a periferia dos centros urbanos. As belezas peculiares devem ser harmonizadas por ações de políticas públicas, a fim de que todas as “personas” sejam expressas em harmonia no cenário urbano. (MARCHEZINI, 2010, p. 05-06).

O objetivo deste capítulo é discutir os entraves do desenvolvimento urbano de Araguaína e suas paisagens, observando os problemas relacionados aos muros altos da cidade, fossas nas calçadas, invasão de espaço público pelo uso privado, falta de arborização, queimadas urbanas e a falta de acessibilidades aos portadores de necessidades especiais.

Compreender os entraves e rugosidades para o desenvolvimento urbano de Araguaína por meio de suas paisagens é o tema desafiador, pois, além de buscarmos reminiscências desta construção no seu passado histórico na concretude da produção do espaço geográfico, é preciso também verificar a sua ininterrupta formação espacial. É importante observar que essa construção é concreta (material) e abstrata (imaterial, simbólica), pois está permeada de cultura, modo de ser, agir, pensar e estar no mundo de sua população criadora deste espaço por meio de suas relações sociais cotidianas.

Os maiores motivos desta pesquisa são demonstrar por meio das fotografias feitas a partir das observações dos entrevistados sobre os problemas urbanos de Araguaína que interferem diretamente na qualidade de vida de seus habitantes. O universo das entrevistas se restringiu como já falamos em outras oportunidades a 100

pessoas entrevistadas e em sua maioria estudantes universitários e professores, justamente para colher deles o seu pensar acerca da problemática em questão. É evidente que não ficamos apenas com estas duas categorias de entrevistados, pois também saímos do universo acadêmico para colher opiniões de outras pessoas.

Entrar no universo dos entrevistados para colher suas opiniões para que elas sejam instrumentos importantes no trabalho científico é um dos maiores desafios da pesquisa qualitativa e, ao mesmo tempo, gratificante ao pesquisador, pois fazer isto é mergulhar no mundo imaginário dos sujeitos da pesquisa e ver como tudo isto pode ser transformado em ação futura por parte do poder público local e também pela sociedade que a constitui.

Os comentários dos entrevistados são fundamentais neste capítulo como forma de melhor entender a paisagem urbana de Araguaína. Usamos suas opiniões, os gráficos resultantes das entrevistas feitas com eles e também muitas fotografias que ajudam na argumentação sobre o tema em tela. Desta maneira, começaremos o capítulo abordando os muros altos em Araguaína e o discurso da segurança.

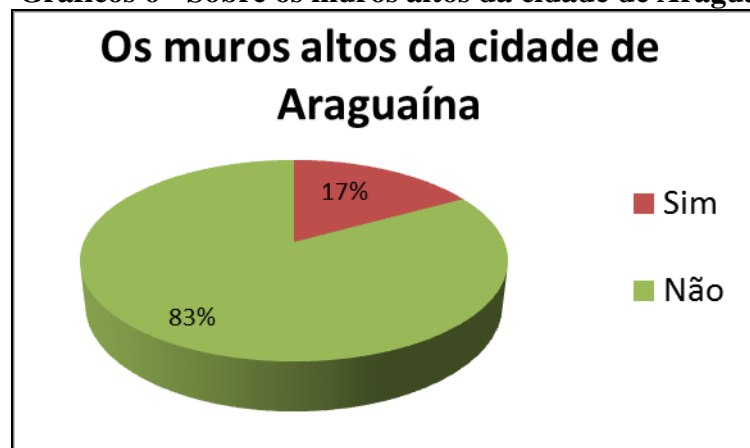
4. 1 - Os Muros Altos de Araguaína e o discurso da "*Segurança*"

Um tema interessante que nos ajuda na compreensão da paisagem urbana de Araguaína é sem dúvida alguma a questão dos muros altos e o discurso da segurança. Nesta parte de nossa tese verificamos as falas dos entrevistados, onde os mesmos discutem se há ou não segurança em função dos muros altos.

Os entrevistados deram uma contribuição muito importante para o desenvolvimento do tema e a maioria afirma categoricamente que os muros não trazem segurança aos moradores de Araguaína. O que há na verdade, segundo eles, é uma falsa sensação de segurança por parte de quem usa deste artifício para se "*proteger*". Veremos então como ficou a referida pesquisa. Como se pode observar no Gráfico 06, aos entrevistados foi perguntado se os muros altos de Araguaína trazem segurança aos seus moradores e, tanto em caso afirmativo ou negativo para que eles dissessem o porquê de

suas respostas e assim tivemos os seguintes argumentos sobre os muros altos existentes na cidade.

Gráficos 6 - Sobre os muros altos da cidade de Araguaína



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada entre 2011 e 2012

Em relação aos muros altos de Araguaína tivemos, pelo que nos mostra o gráfico acima e as próprias falas dos entrevistados, 83% disseram que não trazem segurança e os outros 17% afirmaram que sim. Um Instrutor de Trânsito nos afirma que:

Muros altos não significam, nem permitem a segurança, em meu ponto de vista. Eles apenas revelam uma sociedade enclausurada que ergue paredes que simbolizam, mais que segurança, um distanciamento do público, da rua, da vida pública. A sociedade não se protege com os muros, ela se esconde atrás deles. (Entrevista realizada em março de 2012 com um Instrutor de Trânsito).

A fala do entrevistado nos remete a uma situação interessante em que o mesmo afirma que a sociedade não se protege atrás dos muros, ao contrário, se esconde atrás dele, revelando sua observação sobre o lugar. Esta fala revela um pouco da observação empírica do lugar. Quer dizer, é comum vermos muros muito bem arrumados, principalmente na frente e quando se adentra ao terreno encontra-se casa simples que não condiz com a realidade do muro, erguido como fortaleza. Por sua vez, um técnico nos afirma que:

Os muros altos trazem uma segurança parcial, já que, para a criminalidade não há obstáculos que impeça sua ocorrência. Desta forma, os muros passam a ser mais um elemento que a sociedade araguanense adotou na tentativa de inibir, principalmente os roubos e furtos a residências. Por mais que isso seja uma medida paliativa, mas também podem ser colocados como uma maneira de proporcionar certa privacidade dentro do

espaço que compõe a sua moradia. É válido destacar, que, não será um ou outro elemento que a sociedade possa encontrar para estabelecer a desejada segurança, este é um fator complexo de chegar a um ideal, uma vez que, o contexto social se manifesta de forma contraditória em suas ações e atitudes. (Entrevista realizada em novembro de 2011 com um Técnico).

Pela fala do referido técnico observa-se que essa segurança é apenas parcial e o mesmo discute a complexidade que é entender essas relações que o homem cria ao produzir seu espaço de vida. É evidente que o entrevistado não disse da cultura que cada grupo social carrega consigo, mas podemos perceber um pouco disso, justamente quando se fala que é uma segurança parcial. Outro entrevistado, a seguir, na verdade, um consultor técnico, nos fala da falsa segurança e até cita que a referida cidade está numa região de fronteira agrícola.

Não, os muros altos trazem apenas uma falsa segurança. A cidade está em região de fronteira agrícola e a insegurança é uma das principais problemáticas dessas cidades. A maioria dos muros altos só evita pequenos furtos, mas não impede assaltos, sequestro... Mas é bom lembrar que muitas casas de Araguaína possuem janelas para a rua e, o pior, são casas construídas recentemente. (Entrevista realizada em maio de 2012 com um consultor).

É importante observar a postura crítica do consultor que aponta a falsa sensação de segurança que os muros provocam nas pessoas e também os apontamentos acerca da realidade da área de fronteira agrícola. Por outro lado tivemos pessoas dizendo que os muros altos não significam segurança, mas acham que é questão de privacidade. Aqui resumimos a fala de três entrevistados que disseram o seguinte:

Os muros altos só trazem insegurança, pois dificultam que os donos da casa vejam qualquer movimento estranho fora, ou quando eles (donos da casa) estão fora, não veem nada do que possa estar acontecendo dentro de sua residência. Porque apenas a visualização demonstram belas artes, segurança ou divisão dos lotes. O importante é que o dono está cada vez mais moldando o lar como uma prisão, há acessórios modernos como: cerca elétrica, monitoramentos e outros para sanar com as visitas inesperadas de ladrões. Eles (muros altos) despertam a atenção de bandidos e isolam os moradores da vizinhança, tornando mais difícil constatar alguma anormalidade. (Entrevistas realizadas em outubro de 2011 com dois estudantes e um professor).

As opiniões dos dois estudantes e do professor reforçam a ideia de que os muros altos não trazem segurança e que os mesmos são traços de uma cultura de área de fronteira. Além dessa busca incessante por segurança, por parte dos cidadãos

araguainenses, há que se registrar também a questão cultural de área de fronteira, onde prevalece a lei normatizada pelas elites.

Fotografia 87 - Muro alto em Araguaína em 2011



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

A forma de vida e de pensamento do fazendeiro de se proteger dos adversários acaba por se tornar regra para todos. Esta situação tem refletido diretamente na conformação urbana da cidade em estudo, pois, mesmo as pessoas que não tem poder aquisitivo tão alto e nem precisam se proteger de seus “*adversários*”, acabam por também fazer muros altos como forma de segurança. Outros entrevistados também deram a sua contribuição a esta discussão:

Se os muros trouxessem segurança, não aconteceriam tantos roubos e arrombamentos nas residências. Por outro lado, facilitam o esconderijo do ladrão. De forma alguma, nem mesmo as cercas elétricas impedem a ação de bandidos. Os muros altos tiram apenas a privacidade de seus moradores. Ao contrário os muros altos em minha opinião trazem insegurança para população, mais as pessoas não pensam assim, por isto mesmo continuam construindo verdadeiras muralhas da China em suas casas. (Síntese de três entrevistas realizadas em dezembro de 2011 com dois estudantes de geografia na UFT e vigilante).

A fotografia 88 que nos mostra muros bem altos no bairro Tecnorte. Essa fotografia que possui, no caso específico aqui, duas funções. Uma que demonstra a altura dos muros e, a outra, que mostra uma das paisagens bonitas apontadas por uma entrevistada. A entrevistada possui graduação e especialização em geografia e afirmou que a terceira paisagem que ela mais gosta em Araguaína é a deste setor.

Fotografia 88 - Muro alto em Araguaína como forma de “segurança”



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

Alguns entrevistados disseram que devido ao alto índice de criminalidade existente em Araguaína, os muros altos e as cercas elétricas dão uma falsa sensação de segurança, pois na verdade os muros tiram a liberdade de seus donos e deixam os delinquentes soltos nas ruas. Outros continuaram o raciocínio de que se trata de uma busca por práticas individualistas de proteção, podendo provocar até mesmo um efeito inverso devido à “*curiosidade*” de querer saber o que se esconde do outro lado. Ou seja, ao invés de proteger seus moradores, os muros altos acabam por chamar a atenção. Na fotografia 88 outro exemplo de muro alto como forma de segurança.

Também houve quem dissesse que é importante lembrar que, “*vivemos numa época onde segurança é privilégio para quem pode pagá-la*”. Ainda assim, tratando-se dos muros altos, as pessoas não passaram e nem poderão passar a vida toda, “*protegidas*”. Há quem diga que “*os muros altos são mais uma questão de modismo, status, pois segurança é um problema geral em todo o Brasil*”. Aqui o referido entrevistado, um professor universitário, começa a fazer uma crítica à ideologia dominante da classe ruralista de Araguaína, implicitamente, é claro.

Infelizmente os muros altos não fazem a segurança da população araguanense, pois não são os muros que vão impedir a criminalidade, é preciso que principalmente o poder público, esteja empenhado/interessado em desenvolver políticas públicas, cada vez mais voltadas para o bem estar, segurança, educação e saúde da população. Sabemos que enquanto não se trabalha em cima da “*raiz*” do problema, nada resolve, mesmo que paliativamente. Sabemos que a cidade de Araguaína - TO, tem crescido de forma

alarmante, mas temos que nos ater que juntamente com o crescimento vem também o maior índice de crimes, violência, miséria, periferias, infelizmente todos esses são fatores influenciam direto ou indiretamente para o aumento da criminalidade. Por isto a importância de se trabalhar desde cedo, com as crianças, nas escolas, forneça subsídios para as famílias e emprego para a população, só isso não é o suficiente, mas pode ser um começo para se tentar mudar essa triste realidade. (Entrevista realizada em agosto de 2012 com professor universitário).

É evidente que esse crescimento alarmante a que o entrevistado acima se refere deve ser pautado na realidade do norte do Tocantins, pois existem outras cidades brasileiras em que esse crescimento da cidade é muito maior. No entanto, o entrevistado tem toda razão quando associa a questão do crescimento da cidade à miséria, violências e aos crimes, etc. Voltando ao tema em tela, temos um professor aposentado, poeta e escritor em atividade, como o mesmo nos declarou, concedendo a sua opinião acerca da segurança dos muros altos de Araguaína:

Se, por um lado, evitam sim alguns roubos, por outro, atíça a curiosidade dos prováveis “ladrões”. Em muitos casos, entretanto, o que parece é que os muros, pela forma como eles são construídos, atendem muito mais a uma necessidade estética própria de Araguaína do que à necessidade de segurança. Em algumas residências de alto custo vejo muros altíssimos com adereços que muito bem poderiam servir de degraus para quem quiser transpô-los. Porque para os profissionais do alheio, somente muros altos não impedem a invasão. (Entrevista realizada em outubro de 2011 com um professor aposentado e poeta na ativa, como ele mesmo se denominou).

A fala do professor aposentado nos remete a uma situação muito interessante, pois o entrevistado afirma que “*os muros como são construídos atendem muito mais a uma necessidade estética a própria Araguaína do que a necessidade de segurança*”. Aqui está um pouco da percepção empírica ao se observar os muros altos da cidade em estudo. Parece ser uma questão de estética aos olhos de seus moradores e, por isso mesmo, a população de baixa renda também ao construir suas casas humildes também procura construir muros muito bonitos e altos. Talvez seja também uma forma de demonstrar poder. Por outro lado, tem-se a capacidade que o homem possui de auto enganar-se, como aponta Tuan (1980):

A capacidade do homem para auto enganar-se é grande. As expressões verbais das atitudes dificilmente são, em si mesmas, muito reveladoras. Uma família atolada em dívidas, sofrendo solidão e dos numerosos inconvenientes de um meio ambiente novo, construído às

pressas, no entanto, declarará sua satisfação com a mudança para o subúrbio, se há algo o seu novo ambiente que tenha uma vantagem sobre o velho e geralmente é a espaciosidade da própria casa. Uma comunidade auto-consciente, esforçando-se por ter uma imagem coletiva, facilmente negará as realidades da experiência. Os intelectuais que escrevem sobre os estilos de vida da cidade e do subúrbio não estão isentos da ilusão e preferência. Ao mesmo tempo eles denunciaram a cidade grande por sua impersonalidade e corrupção e elogiaram a cidade pequena e a vida rural por seu senso de comunidade e a habilidade de auto-governar-se. Porém, quando as pessoas procuram pôr em prática, no subúrbio, certos valores da cidade pequena e do meio rural, os intelectuais (com exceções notáveis como Herbert Gans) não estão felizes com o resultado. Muitos têm demonstrado o seu desacordo chamando a vida suburbana “*escapismo*”, “*impotência nostálgica*”, e no melhor dos casos, uma espécie de “*tristeza*”, ou “*infelicidade*”. Como todas as criações humanas, os subúrbios têm falhas e as críticas geralmente são justificadas. Mas ele representou e representa um ideal, que agora somente os corretores e as imobiliárias podem elogiar efusivamente, (TUAN, 1980, p. 277-8).

É evidente que o trabalho aqui não tem o objetivo de estudar a causa dos muros altos, mas sim, verificar se eles trazem ou não a segurança aos seus moradores, pois este é o discurso que se tem sido usado para justificar estas práticas. É claro, para quem possui muros altos a justificativa que eles encontram para este fato é o discurso da segurança, no entanto, nos dizeres de dois entrevistados, um complementando o outro, verifica-se que:

Os muros não trazem segurança aos seus moradores, mesmo porque Araguaína não é tão segura como deveria ser. Eles despertam a atenção de bandidos e isolam os moradores da vizinhança, tornando mais difícil constatar alguma anormalidade. Porque não impede de que ocorra a invasão das áreas muradas. Contudo sente-se um maior desconforto e insegurança quando estes não estão presentes em nossas casas. (Entrevistas realizadas em outubro de 2012 com dois estudantes universitários).

Para um comerciante, a segurança dos muros altos é relativa, além dessa “*relatividade*”, o mesmo faz menção à questão social, senão, vejamos a sua fala:

Essa questão se os muros altos trazem segurança ou não é relativa, pois, o que de fato dirá se a população se sente segura é todo o seu contexto social (Cidade no todo violenta ou não). Sendo assim, no caso específico de Araguaína, esta cidade está muito violenta nos últimos anos, portanto os muros altos não representam segurança a seus moradores. A causa é simples, muros altos não é sinônimo de segurança, (Entrevista realizada com um comerciante em maio de 2012).

Outro comerciante, como se pode ver a seguir, fala da segurança e brinca com a falta de “*segurança*” para falar do assunto. Quer dizer, o mesmo faz um trocadilho com a palavra nos possibilitando as duas interpretações, quais sejam: segurança no sentido de proteção e segurança no sentido de domínio do assunto em tela nesta pesquisa. No entanto, discorre até bem sobre o tema em discussão. Veja:

Trazem a sensação de segurança, mas não garantem a mesma de fato. Embora eu não esteja apta a responder com “*segurança*” esta pergunta, vou arriscar: acredito que não, devido à cidade não possuir um sistema de guarda municipal que reforçaria a segurança de um modo geral, (Entrevista realizada com outro comerciante em abril de 2012).

Outra pessoa entrevistada alega a necessidade de segurança nas ruas, nas escolas, afirmando que os muros realmente não trazem segurança alguma. Outro nos afirma que os muros não trazem segurança, “*pois se acontecer algum roubo, o ladrão encontra qualquer modo para facilitar a sua entrada na residência tendo ela muro ou não*”. Ainda discorrendo sobre o assunto outro pesquisado afirma que: “*não traz segurança porque muitas pessoas são roubadas nas ruas e até mesmo na porta de casa*”. Realmente, entre os entrevistados, sempre se tem uma resposta que tenta justificar a não segurança dos muros altos em Araguaína. Uma secretária entrevistada a seguir é enfática ao afirmar que:

Em minha opinião, o muro alto ao invés de proteger o dono da casa, ajuda de certo modo as atitudes violentas por parte de quem entra na casa, pois devido à altura e não transparência do muro, quem poderia dar socorro, que seriam os vizinhos, não pode ver o que está acontecendo no interior da casa, impedindo então o ato da visão, por consequência, o pedido de ajuda, (Entrevista realizada com uma secretária em maio de 2012).

Como podemos observar, entre as muitas opiniões colhidas predomina a ideia de que os muros, ao invés de trazer segurança ao morador, faz o contrário, “*pois pelo fato de ser tão altos isso dificulta de as pessoas pedirem ajuda se forem assaltadas, além de impedir as passagens de vento e raios solares. Também é uma poluição visual*”. É interessante esta última frase em que o entrevistado fala de “*poluição visual*”, pois para quem chega de outro lugar e já viveu outra realidade, como por exemplo, casas com grades em sua frente mostrando o jardim, fica achando que os muros altos realmente trazem uma fealdade à cidade. Vários outros entrevistados nos apontam que:

Quando se vê muros altos em residência é a maior prova de insegurança que se pode ter, pois qualquer bandido pode muito bem pular um muro independentemente de ser alto ou não. Muros altos não são sinônimos de segurança e só ajudam a diminuir o acesso à residência, mas não traz segurança. Lotes fechados com muros altos acabam contribuindo na prática de delitos, quando o delinquente estiver dentro do imóvel. Os muros altos na cidade de Araguaína não trazem “segurança” aos seus moradores. Mesmo os muros sendo altos os ladrões ainda entram nas casas dos moradores, pois normalmente chamam mais a atenção dos mal intencionados e transmite insegurança. Os marginais sempre encontram suas estratégias e também os muros altos impedem a boa visualidade de vizinhos e outros que estão fora. (Entrevistas realizadas em dezembro de 2011 com dois estudantes, um eletricitário e um professor).

Pelo o que observamos, há uma tendência em homogeneizar a essência das opiniões, apesar de reconhecer que elas variam de acordo com a interpretação individual, pois cada indivíduo possui um mundo diferente e este mundo diferente acaba por aparecer implicitamente em suas falas. Um deles fala que *“mesmo com os muros altos há um grande índice de assalto e roubo na cidade”*. Outro afirma ainda que, *“mesmo com os muros altos as pessoas ainda podem ser surpreendidas com os bandidos ou outras coisas que trazem risco à vida”*. Por outro lado, Landim (2004) fala do balizamento formal urbano que tende a representar a classe dominante, senão vejamos:

Constata-se, porém, um balizamento formal urbano segundo padrões altamente genéricos, e mais simplificados, que não representam de fato as condições urbanísticas viáveis de implementação em cada núcleo. O que ocorre é uma reprodução dos espaços da classe dominante, ainda que em dimensões reduzidas, reforçando os arquétipos sociais e os modelos de dominação, (LANDIM, 2004, p.19).

Ainda em se tratando de opinião convergente, outro entrevistado fala que: *“a altura dos muros já foi dificuldade para a ação dos criminosos no passado, mas hoje com toda a tecnologia a altura dos muros é o menor dos detalhes”*. Para outra pessoa que nos concedeu a entrevista para *“um ladrão entrar numa casa o muro pode ser alto, baixo como for isso não impede de ser roubado”*. Pelo que estamos acompanhando em relação à necessidade ou não de muros altos como forma de segurança, existem muitas explicações interessantes, como as que descrevermos a seguir:

É método de prevenção, com certeza, mas não traz total segurança. Porque não podemos confiar completamente, pois os moradores requerem mais segurança. Em minha opinião não traz segurança, até porque muro alto não significa segurança e outra, a falta de

segurança está em todo lugar. Eles não trazem segurança, mas dificultam a ação dos bandidos. No entanto o ambiente dentro da casa se torna abafado com pouca entrada de luz solar. Em alguns casos, no pensamento do morador que procura segurança, vem o aumento do muro como uma forma de sentir mais seguro. Imagino que na maioria dos casos isso possa ser uma das formas de adquirir mais segurança, mas é claro que nem sempre é assim que realmente se está seguro. Para ladrão não tem muro. Os mesmos são espertos e persistentes e sempre arrumam um *“jeitinho de se dar bem”*. Na verdade, os proprietários ficam presos em suas próprias residências. (Entrevista realizada em abril de 2012 com um operador de radiografia).

O entrevistado a seguir vai falar também da falsa segurança que os muros altos trazem, mas fala também dos *“muros da educação”*. Essa fala é muito interessante porque ela toca num dos pontos cruciais da segurança de um lugar, estado, país e mesmo do mundo. A questão educacional/cultural é quase tudo neste quesito segurança. Basta vermos algumas reportagens mostrando comportamentos totalmente diferentes do nosso em algumas partes do mundo. Existem lugares onde ninguém rouba ninguém, portanto, os *“muros nossos”* de cada dia precisam ser derrubados e construídos outros mais leves, mais educados, com mais cultura onde o ser humano será tratado como ser humano. Mas vejamos a fala de uma estudante de Geografia:

Muros altos trazem uma falsa segurança, pois mesmo com muros altos ocorre um alto índice de crimes contra o patrimônio. Uma vez que os muros que cercam os vários tipos de crimes em uma sociedade, é o muro da educação e este, estamos longe de alcançar no município. (Entrevista realizada em outubro de 2011 com um estudante de Geografia da UFT no Campus de Araguaína).

A entrevista a seguir mostra a dualidade que permeia a mente do entrevistado, ou seja, apresenta tanto os pontos positivos quanto os negativos em relação ao tema em questão. Vejamos o que um psicólogo/docente tem a nos dizer:

Os muros altos dão uma falsa impressão de segurança, pois não impedem que os *“amigos do alheio”* consigam transpô-los, e uma vez pelo lado de dentro, estes ficam protegidos de olhares que poderiam lhes dedurar. Por outro lado, estes muros altos e com cerca elétrica faz com que os bandidos procurem por outros que sejam um pouco mais fácil de transpô-los. (Entrevistas realizadas em outubro de 2011 com um Psicólogo/docente).

Doravante discutiremos as repostas dos entrevistados. Cerca de 17% deles, como já vimos no gráfico 06, acreditam que os muros altos trazem segurança aos moradores. Suas respostas envolvem desde as dificuldades dos ladrões em adentrar nas

residências, pois inibem a ação deles até a sensação de segurança dos moradores, além da estética do lugar. Esses entrevistados dizem que estes muros altos trazem pelo menos uma sensação de segurança aos seus proprietários, ainda mais quando se complementa com cercas elétricas: *“De certa forma sim, pois sem muros os roubos seriam maiores, apesar dos muros servirem de proteção ao delinquente quando este já estiver dentro do lote”*, é o que afirma um deles. Por outro lado, outro entrevistado nos afirma que *“os bandidos respeitam um pouco mais os muros altos”*. Landim (2004) comenta que:

Na tentativa de alcançar um grau de satisfação pertencente às elites, até como forma de aspiração social, já não pertencem à classe dominante, as classes médias, em especial, que nessas cidades constituem um segmento mais importante da população urbana, copiam ao menos seu repertório formal, (LANDIM, 2004, p.19).

As pessoas de uma maneira geral, tendem a copiar o comportamento da classe dominante. A elite dominante, de acordo com suas *“necessidades”* cria uma forma de organizar o seu espaço e a população de classe menos favorecida procura fazer a mesma coisa. Landim (2004) também nos fala que a legislação sempre representou a elite dominante desde o Brasil Colônia, ou seja, a classe dominante sempre dita às regras da produção do espaço urbano. Em Araguaína não é diferente, senão vejamos:

Desde os tempos do Brasil Colônia, a classe dominante dita as regras na produção do espaço urbano. Antes da Independência, a normatização vinha de Portugal, como forma de controlar a vida na colônia e reforçar a dependência desta última em relação à metrópole. No século XIX, a modernização da cidade é feita por e para as elites, e se estende até os dias de hoje. A legislação sempre refletiu os interesses da classe dominante, sendo criada para e por ela, e direcionou a configuração urbana e, conseqüentemente, a formação da paisagem, (LANDIM, 2004, p.20).

Mas, voltemos às falas de nossos entrevistados. De uma maneira geral, as respostas foram muito parecidas. Para outro entrevistado os muros altos trazem segurança, pois, segundo ele, *“o que os olhos não veem o coração na sente, porém, os muros altos mantêm as pessoas isoladas de um mundo acuminado de violência e de possíveis amizades boas”*. Sintetizaremos as outras falas no parágrafo seguinte, para melhor entendermos o pensamento das 17 pessoas que acreditam na segurança dos muros altos:

Talvez dificulte o processo de violência, pois oferecem mais segurança para a população. Existem muitas casas que já foram assaltadas até mesmo com cerca elétrica. Para ladrão não há obstáculo, porém, os muros altos podem intimidá-los. A residência não fica

vulnerável a esta vida hostil que, infelizmente, a sociedade tem enfrentado. (Entrevistas realizadas entre outubro de 2011 e abril de 2012 com dois estudantes e um corretor de imóveis e automóveis).

Duas outras pessoas assinalam, além do que as outras já disseram anteriormente que:

Minha casa tem muros muito altos, por motivo simples: se não tenho condições de ter segurança na rua, que pelo menos em casa eu tenha a sensação de tê-la. De forma imediata, a sensação de segurança dentro dos muros é muito grande. Por um lado sim, pois traz mais privacidade e segurança para os moradores de cada residência, entretanto, a tal “segurança” se torna um grande perigo, pois muros altos são tidos em seus interiores como abrigo de fortalezas (casas), tendo assim, um maior índice de criminalidade a tal residência, em prol de tanta “segurança”. (Entrevistas realizadas em outubro de 2011 com dois estudantes).

As falas são entrecortadas trazendo certa contradição, mas é a forma de expressar que nossos entrevistados tiveram. Quer dizer, ao mesmo tempo em que eles pensam que os muros altos trazem segurança, ficam também na defensiva afirmando dos perigos desses muros altos que podem muito bem “esconder” os delinquentes dentro das residências e as pessoas de fora não saberem o que pode estar acontecendo lá dentro. O bandido, no caso, ficaria totalmente protegido, pois os de fora jamais saberiam se teria ou não pessoas no recinto sendo assaltadas.

4. 2 – As fossas nas calçadas na construção do cenário urbano de Araguaína

Ainda trabalhando a realidade da paisagem urbana de Araguaína, buscando compreendê-la em suas nuances particulares, verificamos que as fossas nas suas calçadas também fazem parte deste cenário urbano para a beleza ou a sua fealdade. Desta maneira, perguntamos às mesmas cem pessoas se elas concordam ou não com as fossas nas calçadas. Da totalidade, 93% discordam e, apenas, 7% afirmaram que concordam, conforme se pode observar através do gráfico 07.

Observando o gráfico 07 percebe-se que a maioria dos entrevistados discorda das fossas nas calçadas, no entanto, ao andarmos pelas ruas de Araguaína, percebemos que o uso dessa prática é mais comum do que se possa imaginar.

Gráfico 7 - Sobre as fossas nas calçadas da cidade de Araguaína

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada entre 2011 e 2012

Ao entrevistar uma professora, entre muitas outras, obtivemos a seguinte resposta:

Elas não causam boa impressão, e revelam uma grande deficiência da cidade: falta de saneamento básico, com tratamento de esgoto e dejetos. Do ponto de vista da saúde pública, esse é um desafio posto ao Poder Público que precisa estabelecer projetos que visem implantar e viabilizar o saneamento básico na cidade. Do ponto de vista paisagístico, a agressão simbólica com essas fossas nas calçadas revela a fragilidade de uma sociedade que organiza o espaço urbano araguainense com falta de planejamento e atuação política frente aos órgãos competentes para exigir mudança nesta forma de destino a esgoto e dejetos. A sociedade se coloca na situação de complacente e conivente com essa situação. Parte da responsabilidade deste problema também é nossa. (Entrevista realizada em outubro de 2011 com uma professora).

A professora fala indiretamente da fealdade da cidade em função das fossas nas calçadas, além, é claro, de denunciar o problema da falta de saneamento básico e a não cobrança por parte da população de Araguaína ao poder público constituído, de uma solução para o problema social, e de sustentabilidade saudável do ambiente urbano. *Outra pessoa afirma que “as pessoas que não têm meios de transportes acabam andando pelas calçadas, o que pode ocasionar acidentes com elas”*. Realmente, aos pedestres da cidade têm problemas locomoção. É muito perigoso andar pelas calçadas de Araguaína. Para uma acadêmica do curso de Geografia da UFT,

As fossas nas calçadas representam uma série de transtornos, principalmente devido à má manutenção, como: odor desagradável, incidência e proliferação de insetos, problemas estruturais, que acabam ocasionando riscos para a sociedade que necessita transitar no

passeio público (a calçada). Tem ainda os impactos de ordem ambiental, pois não há um controle dos dejetos que estão sendo despejados nessas fossas, que acabam por provocar também, a contaminação do solo e consequentemente do lençol freático. (Entrevista realizada em setembro de 2011 com um estudante do curso de Geografia da UFT).

É evidente que esse problema é decorrente, principalmente, da falta de rede de esgoto, apesar de não ser apenas por isto. Mesmo porque é “*comum*” em cidades brasileiras esta falta de saneamento básico e, no entanto, seus moradores nem por isto fazem fossas nas calçadas. Assim sendo, um entrevistado afirma que “*o correto seria a rede de esgoto para toda a população*”. Para outro entrevistado, “*é perigoso e preocupante para quem faz uso das calçadas para transitar*”. Outro afirma ainda que “*quando mal feitas podem causar acidentes*”. Na verdade, existe uma *intimidade subjetiva* entre os produtores dos lugares, suas culturas, experiências e percepções, como descreve Guimarães (2002) e o local onde acontece a sedimentação de suas ações efetivas. Vejamos sua fala:

Os espaços e lugares, por sua vez, abrigaram a construção e a sedimentação de vínculos de natureza secular e sagrada, demarcando estruturas paralelas de mundo vivido nas velhas paisagens. A renovação dos códigos simbólicos e de suas experiências e percepções geraram interpretações envolvidas pela magia e carisma dos seus próprios mitos, aliadas a um conhecimento geográfico de raízes empíricas. Este envolvimento dos aspectos míticos e geográficos delineou, em vários momentos, territórios que até os dias atuais apresentam limiares oscilando entre a obscuridade de uma intimidade subjetiva e a concretude exteriorizada nas fronteiras geopolíticas. Todavia, os homens que habitam a Terra continuaram a construir suas paisagens, ícones de suas culturas, onde vivências singulares levaram a níveis de experiências e percepção relacionados às paisagens das visibilidades, das não-visibilidades e ainda, àqueles concernentes aos níveis do sensível, (GUIMARÃES, 2002, p. 129).

As paisagens urbanas, para não falar de outras, dizem muito de seu povo. Por outro lado, pelo o que se vê, em função das respostas dos entrevistados, as suas opiniões acerca do referido problema são diversificadas e, praticamente todos têm uma razão urbanística empírica para entender a gravidade das fossas nas calçadas. Veja como aparece a preocupação de um estudante universitário:

Além do perigo que corremos em estar caminhando sempre por cima de tampas de fossas e estas virem a desmoronar, tem a questão da poluição; Veja bem, como ficamos com todo o solo urbano da cidade de Araguaína contaminado, e como têm ruas e casas a beira de

nascentes e córregos, podemos estar sendo contaminados por organismos nocivos à nossa saúde através da água e de outros alimentos. (Entrevista realizada em junho de 2011 com um estudante universitário).

Além dos problemas ocasionados pelas fossas nas calçadas de Araguaína, apontados pelo estudante universitário, um balconista, por sua vez, fala da saúde pública, senão vejamos:

O que falta é um sistema de coleta de esgoto, ou seja, as autoridades do município têm que incluir em seu planejamento de governo e de Estado, para que deixe de usar as fossas que devido ao grande número delas acabam por afetar o lençol freático de nosso município, causando mais danos a toda a população, uma vez que o a captação de água no município se dá através do lençol freático, ou seja, poços artesianos. (Entrevista realizada em outubro de 2012 com um balconista).

Além do problema de saúde pública, e de outros de natureza diversa, ocasionados por esta situação, um professor universitário faz críticas à população araguainense que não se mobiliza contra as mazelas políticas.

Fotografia 89 - Fossas nas calçadas de um bairro de status social alto



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

Não concordo em hipótese alguma, isso demonstra a falta de estrutura da cidade e, o quanto as pessoas (a maioria) aqui pensam pequeno diante de situações que merecem mais olhar crítico. O grande problema é que 99,9 % do povo nessa cidade acham que tudo está indo muito bem. Isso é o que percebo nas minhas conversas com as pessoas daqui. (Entrevista realizada em julho de 2011 com um professor universitário).

Uma estudante universitária, do curso de Geografia da UFT, fala dos riscos para a população e dos problemas ambientais que essas fossas ocasionam. Para ela, os riscos vão desde o problema da trafegabilidade dos pedestres a até o problema de saúde pública.

Porque conforme a lei deveria ficar dentro dos lotes. As fossas são um dos grandes problemas para a população araguainense, pois grande parte destas se localiza nas calçadas, na qual oferece risco a toda população. Pois sabemos que vários acidentes podem vir a ocorrer, assim como muitos acidentes já ocorreram. Sem falar no risco para a saúde da população, pois essas fossas contaminam/poluem os lenções freáticos, rios e o solo. Isso sem falar na questão, do odor emitido destas fossas, e o risco eminente que elas representam a pedestres, que trafegam por as calçadas, e a toda população araguainense direto ou indiretamente. (Entrevista realizada em outubro de 2011 com uma estudante do curso de Geografia).

A paisagem urbana traz consigo muitos elementos que um olhar desavisado não consegue captar suas nuances por completo. Uma advogada afirma que *“as fossas nas calçadas ocasionam um problema sério, pois os pedestres vão para as ruas tumultuarem ainda mais o trânsito da cidade que já é caótico”*. Por outro lado, temos um aluno universitário que nos diz o seguinte: *“facilita o escoamento, mas o melhor mesmo seria a rede de esgoto”*. Essas fossas nas calçadas de Araguaína fazem parte deste cenário urbano.

Fotografia 90 - Três fossas na calçada em Araguaína - TO



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

Por outro lado, Martins (1997) nos fala do desencontro dos homens em áreas de fronteiras. Araguaína se encontra nesse caldeirão efervescente onde a disputa do espaço público pelo o uso privado é grande e o poder público local faz vistas grossas ao

problema. As fossas nas calçadas são alguns dos exemplos de invasão do espaço público pelo uso privado que se dissemina pela cidade em todos os bairros independentemente de sua condição social. Mas vejamos a fala de Martins:

Dentre as muitas disputas que a caracterizam, a que domina sobre as outras e lhes dá sentido é a disputa pela definição da linha que separa a Cultura da Natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não o é. A fronteira é um dos raros lugares na sociedade contemporânea em que essa disputa ainda tem a visibilidade que em outros perdura apenas na discussão teórica e filosófica. {...} É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que o melhor se vê quais são as concepções que asseguram esses processos e lhe dão sentido. Na fronteira, o Homem não se encontra – se desencontra. Não é nela que a humanidade do Outro é descoberta como mediação da gestação do Homem. (MARTINS, 1997, p. 12).

Existem inúmeros problemas decorrentes dessa prática social culturalmente arraigada na cidade de Araguaína, além da ausência do poder público em estar regulamentando e fiscalizando as ações da população que levam a degradação da paisagem urbana da cidade. Para um professor universitário existem motivos para essa realidade que caracteriza a cidade de Araguaína:

Por alguns motivos, quais sejam: significam perigo para os pedestres; significam contaminação ao lençol freático; significam desobediência ao código de postura do município; menos problemático que instalar uma fossa na calçada é instalá-la no quintal. Mas o correto mesmo é que haja o sistema de tratamento de esgoto, pois isso soluciona o problema. (Entrevista realizada em setembro de 2011 com um professor universitário).

Uma secretária disse: *“acho inconveniente, pois traz grandes problemas, estrutura das calçadas e o mau cheiro”*. Para um vigilante: *“porque nos dá uma insegurança ao trafegarmos pelas calçadas”*. Outros afirmam ainda que a cidade deveria ter saneamento básico e que isto pode ocasionar a contaminação do lençol freático. Dizem também que Araguaína é o único lugar que eles conhecem onde se vê tantas fossas nas calçadas, além de serem mal feitas é um sinal de subdesenvolvimento e é anti-higiênico. Isso, além de ser feio demais, ainda exala um mau cheiro terrível. Tudo isto faz parte da paisagem urbana de Araguaína. Vejamos o que Milton Santos (1988) tem a nos dizer:

A paisagem é o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica. O jardim, a rua, o conjunto de casas que temos à nossa frente, como simples pedestres. Uma fração mais extensa de espaço que a nossa vista alcança do alto de um edifício. O que vemos

de um avião a 1.000 m de altura é uma paisagem, como a apreendemos numa extensão ainda mais vasta, quando de uma altura maior. A paisagem é o nosso horizonte, estejamos onde estivermos. (SANTOS, 1988, p. 76).

Desta forma, a paisagem urbana de Araguaína inclui as fossas nas calçadas com todos os seus problemas. Não dá para “*desvencilhar*” a paisagem das fossas nas calçadas e vice e versa. O cheiro, a fealdade, o susto dos pedestres ao trafegarem pelas calçadas, a contaminação do lençol freático, entre tantos outros problemas apontados pelos usuários urbanos por nós entrevistados, são indiscutivelmente, componentes da paisagem urbana araguainense e como tais devem ser estudados. A identificação com o lugar, independentemente de como ele é, passa pelo o que Tuan (1980) discute:

A consciência do passado é um elemento importante do amor ao lugar. A retórica patriótica sempre tem dado ênfase às raízes de um povo. Para intensificar a lealdade se torna a história visível com monumentos na paisagem e as batalhas passadas são lembradas, na crença de que o sangue dos heróis santificou o solo. Os povos analfabetos podem estar profundamente afeiçoados ao seu lugar de origem. Eles podem não ter o senso ocidental moderno, mas quando procuram explicar a sua lealdade para com o lugar, ou apontam os laços com a natureza (o tema mãe-terra), ou recorrem à história. (TUAN, 1980, p. 114).

Uma acadêmica de pós-graduação defende que as fossas deveriam ser feitas no quintal (dentro dos terrenos) de seus proprietários. De uma maneira geral, os entrevistados estão afinados com os problemas decorrentes desta forma de se produzir o espaço urbano de Araguaína. A grande maioria afirma que o lençol freático será contaminado pelas fossas, que isto é falta de rede de esgoto, que também é problema de “*esperteza*” do próprio proprietário dessas fossas em não querer usar seu terreno para a construção das mesmas. Um professor de ensino médio nos relata que: “*estas fossas nas calçadas é uma falta de respeito, a maioria está caindo aos pedaços sendo uma verdadeira armadilha na rua. A calçada que deveria ser o local do pedestre andar, torna-se um perigo que deve ser evitado*”. As calçadas são públicas e como tais deveriam servir aos pedestres que trafegam ou poderiam trafegar pela cidade por meio delas. No entanto, é muito difícil se ver alguém andando nas calçadas de Araguaína. Um bancário nos relata que:

Na calçada, eu não considero correta a alocação das fossas. Pelo fato do sistema de tratamento de efluentes ser incipiente na cidade, penso que a única alternativa para minimizar os impactos ambientais, é a utilização de fossas sépticas, mas sempre no interior do terreno (lote). (Entrevista realizada em janeiro de 2012 com um bancário).

Falta em Araguaína, indiscutivelmente, o saneamento básico que atenda às suas necessidades. Esteticamente é muito feio o número assustador de fossas nas calçadas. Inúmeras pessoas entrevistadas falaram dos perigos, do mau cheiro, da poluição do lençol freático, da fealdade que isto acaba ocasionando na cidade. Afirmaram também que as calçadas são públicas e não privadas e que, portanto, os pedestres têm direito de ir e vir sem se preocupar em cair dentro das fossas. Para um estudante universitário,

Por alguns motivos, quais sejam: significam perigo para os pedestres; significam contaminação ao lençol freático; significam desobediência ao código de postura do município; além de trazer mau cheiro é muito perigoso porque a população anda por cima das calçadas para se proteger dos carros. Menos problemático que instalar uma fossa na calçada é instalá-la no quintal. Mas o correto mesmo é que haja o sistema de tratamento de esgoto, pois isso soluciona o problema. (Entrevista realizada em outubro de 2011 com um estudante universitário).

A lista de problemas ocasionados pelo uso indiscriminado do espaço público para objetivos privados, de acordo com os entrevistados é muito grande, como se pode observar nas suas falas. A lista de problemas vai desde a ilegalidade da ação até a prática perigosa, pois ameaça a segurança dos transeuntes pedestres, o mau cheiro, a feiura, a falta de higiene, a saúde pública e a insustentabilidade ambiental do espaço urbano.

A legislação urbanística da cidade geralmente define os padrões de construção de seu espaço urbano, mas quando estas leis não existem ou se existem são ignoradas tanto pelo poder público, quando pela sociedade civil constituída, ocasionando uma fealdade sem limites, como se observa ao trafegar pelas ruas tortuosas de Araguaína. Landim (2004) nos salienta que:

A legislação que define os padrões de ocupação urbana, os quais por sua vez definem a configuração física da paisagem, versa basicamente sobre o espaço físico-territorial, alienando-se dos demais componentes da problemática urbana. Dessa forma, as cidades homogeneízam-se, em razão de um discurso urbanístico baixo, generalista e que colabora para a pasteurização arquitetônica. (LANDIM, 2004, p.20).

Ocorre que a pasteurização arquitetônica no caso específico não resulta de produção moderna do espaço urbano, mas sim, da forma quase rudimentar de construção de muros altos, fossas nas calçadas e casas sem detalhes arquitetônicos. Hoje, depois da cidade (grande parte) estar “*construída*” desta forma, é normal às pessoas dizerem que isto se deu em função da pobreza econômica do lugar de outrora. No entanto, é comum

vermos fossas nas calçadas de pessoas abastadas da cidade. Mas voltando ao tema em si, quais sejam as fossas nas calçadas, vejamos a fala de um atendente de lanchonete:

Não, primeiramente deveria ter uma rede de tratamento de esgoto, mas como não existe, acho que, como os lotes de Araguaína são bastante grandes, tendo assim bastante espaço livre, podem-se usar as áreas abertas do lote, para fazê-las, evitando assim risco de algum acidente com alguma pessoa e ter que até mesmo pagar uma indenização, que possivelmente o acidentado irá pedir. Cada morador deveria construir sua fossa dentro de seu quintal e não causar prejuízo urbano e ambiental a toda à sociedade. (Entrevista realizada fevereiro de 2012 com uma atendente de lanchonete).

É interessante que as pessoas entrevistadas, independente de seu grau de instrução e independente da profissão que exercem, o discurso delas está mais ou menos afinado. Vejam o que disse um agente de portaria: *“se acontecer algum rompimento na estrutura dessa fossa, vai ser incômodo para os vizinhos e outras pessoas que passarem por ela”*. Já para um consultor técnico: *“não, pois a qualquer momento elas podem cair e assim machucar os pedestres”*. As falas às vezes se repetem, mesmo utilizando-se de outras maneiras de dizer, mas a essência é a mesma. Observem o que diz um repositor: *“não concordo, pois deixam um mau cheiro na rua, além de impedirem a passagem de pedestres e caso, cederem poderão consumir a rua”*. Uma assessora jurídica nos afirma que *“não, porque as calçadas, de alguma forma, são públicas, além da questão da estética”*. As paisagens decorrentes dessa forma de atuar na produção do espaço urbano também obedecem, indiscutivelmente, como estamos sempre frisando ao longo deste trabalho, a cultura de seu povo, para além da própria morfologia do sítio urbano, da economia, etc. Landim (2004) relata que:

A produção cultural do espaço se dá no espaço e no tempo, e os momentos históricos refletem-se nas paisagens. As características morfológicas das cidades se espalham então as etapas de construção do espaço urbano, e a paisagem urbana são constituídas pela similaridade, que confere homogeneidade, ou pela especificidade, que confere particularidade de alguns períodos. Ou seja, quanto de cada período, resultado de um processo histórico/cultural, sobrevive em cada nova paisagem. As estruturas urbanas remanescentes nas novas paisagens é que irão conferir a particularidade daquele espaço, justamente porque ilustra sua história, restando-nos, então, identificar quais são os elementos configurados que caracterizariam a transformação. (LANDIM, 2004, p.42).

É evidente, por outro lado, que apesar das inúmeras fossas nas calçadas de Araguaína por todos os “setores”, há também, proporcionalmente, uma diminuição deste tipo de “*estrutura urbana*”. Quer dizer, devido à vinda de pessoas de vários lugares do país nos últimos anos, algumas delas fazem suas fossas dentro de seus lotes. É, na verdade o surgimento de mudança das relações espaciais entre a população e o espaço físico da cidade. Mas, voltando aos nossos entrevistados, um eletricitário comenta sobre o assunto da seguinte maneira: “*as calçadas são locais onde os pedestres transitam e é perigoso demais, pois o mesmo pode cair dentro dela*”. Adentrando um pouco mais na discussão da razão pela qual as pessoas de Araguaína fazem suas fossas nas calçadas, é interessante observar o que Tuan (1980) tem a nos dizer em relação a afeição ou desprezo por isto ou aquilo. Vejamos a sua observação:

A familiaridade engendra afeição ou desprezo. Todos sabemos que uma pessoa pode ter afeições por chinelos velhos, que para um estranho parecem bolorentos. Há várias razões para esta afeição. Os pertences de uma pessoa são uma extensão de sua personalidade; ser privado deles é diminuir seu valor como ser humano, na sua própria estimativa. A roupa é um pertence mais pessoal. São poucos os adultos, cujos sentidos de self não sofram quando está nu, ou que não se sente ameaçada a sua identidade quando tem que usar as roupas de outra pessoa. Além da roupa, uma pessoa no transcurso do tempo, investe parte de sua vida emocional em seu lar e além do lar, em seu bairro. Ser despejado, pela força, da própria casa ou bairro é ser despedido de um invólucro, que devido à sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior. Assim como algumas pessoas são relutantes em abandonar um velho casaco por um novo, algumas pessoas – especialmente idosas – relutam em abandonar seu velho bairro por outro com casas novas. (TUAN, 1980, p. 114).

A sociedade araguainense, de uma maneira geral, tem uma maneira muito peculiar de lidar com o espaço público urbano. Essa particularidade “*salta aos olhos*” mais atentos por meio da paisagem que é criada historicamente pelas ações cotidianas das pessoas comuns e o poder público nada tem feito para coibi-las. É evidente que esse olhar também depende muito de quem o dirige. O estilo de vida que a própria sociedade adota como o mais correto para si, também conta na hora de atribuir valores para certas atitudes das pessoas de um determinado local ou mesmo lugar. Tuan (1980) nos assegura ainda que:

O estilo de vida de um povo é a soma de suas atividades econômicas, sociais e ultraterrenas. Estas atividades geram padrões espaciais; requerem formas arquitetônicas e ambientes materiais que por sua vez depois de terminados influenciam o padrão das atividades. O ideal é um aspecto do estilo de vida total. Conhecemos o ideal porque é frequentemente verbalizado e ocasionalmente substanciado em obras que perduram. As forças econômicas e sociais contribuem de forma extraordinária na definição de estilos de

vida, mas, ao contrário dos impulsos idealísticos, carecem de autoconsciência. Os estilos de vida dificilmente são verbalizados e desempenhados conscientemente. Na maioria dos casos chegamos a compreender algo do estilo de vida de um povo, incluindo a sua atitude, em relação ao mundo somente através da evidência acumulada dos atos diários e do caráter das circunstâncias físicas onde ocorrem. (TUAN, 1980, p. 199-200).

Portanto, tal comportamento da sociedade araguainense tem respaldo em sua própria verbalização espacial de suas atitudes concretas em seu cotidiano e por isto mesmo, há visões diferenciadas dos olhares sobre paisagem urbana justamente porque cada um tem sua própria história de vida, cultura, maneira de ser, agir, estar e viver no mundo. Assim sendo, os olhares que estamos acompanhando por meio das entrevistas são às vezes parecidos, mas também alguns momentos são totalmente diferentes. É justamente o olhar sobre esses outros olhares que acaba por complementar o entendimento de como funciona o pensamento urbanístico da população araguainense.

Um vendedor, ao se referir ao problema aqui abordado, faz a seguinte observação: *“as fossas nas calçadas trazem muitos perigos para a população, além das doenças. Impossibilita os deficientes físicos de exercerem cidadania”*. Por outro lado, um psicólogo afirma que *“a calçada é para o pedestre e não para jogar merda dos moradores irresponsáveis”*. Já um autônomo discorda completamente das fossas nas calçadas. Ele diz que as calçadas são públicas e que as fossas podem explodir e/ou estourar. Um funcionário público nos alerta que as fossas nas calçadas são algo *“nojento e ainda é perigoso das pessoas caírem”*.

Há quem fale que isso precisa ser visto pelo lado ambiental, organizacional e estrutural da cidade. E que tudo isso traz prejuízos ambientais para a cidade. Além disso, tem o problema da proliferação de agentes transmissores de várias doenças. Há também quem diga que esse é um antigo problema da cidade de Araguaína que traz contaminação ao lençol freático, que é fonte de sobrevivência para muitas famílias que utilizam a água de poços artesianos. Um auxiliar de serviço de saúde afirma o seguinte: *“porque quando elas (fossas) saturam terminam vazando, podem causar doenças e espalhar epidemias”*. Mas, como se pode observar no gráfico 07, 7% dos entrevistados concordam com as fossas nas calçadas e vejam em síntese o que eles disseram.

Um autônomo afirma que *“as fossas são a única alternativa que tem a população, uma vez que não temos esgoto em nossa cidade”*. Para um operador de caixa é

preciso ter as fossas nas calçadas porque *“a maioria não tem terrenos nos quintais e, muitos por economia de terreno, para construir casas para alugar no fundo dos quintais”*. Por seu turno, um estudante universitário também concorda com as fossas nas calçadas, afirmando que: *“é a única maneira de poluir menos os córregos da cidade”*. Por outro lado um corretor de imóveis e automóveis concorda também com as fossas nas calçadas, pois considera que: *“ao encher fica mais fácil de ser esvaziada”*. Inclusive, este é o discurso reinante na cidade por parte dos que possuem fossas nas calçadas. Estes proprietários de terrenos e casas com fossas nas calçadas adotaram o discurso de quem possui *“o caminho limpa fossa”*, o *“minhocão”*. Mesmo porque, para eles, limpadores, isto realmente é bem mais fácil. Por outro lado, um policial afirma:

Concordo sim, mas apenas por um único motivo, o de que as calçadas neste ponto são essenciais, pois caso tivesse uma rede de esgoto por toda a cidade, ela também passaria pelas calçadas causando também certo risco não quanto às fossas, mas também discutível. (Entrevista realizada em setembro de 2011 com um policial).

Pela entrevista acima dá para se entender um pouco da ambiguidade existente entre a noção de direito à cidade e à cidadania e a própria ausência do estado em sua legislação, execução e punição aos infratores, mesmo porque, de repente, vivemos o poder do atraso, como afirma José de Souza Martins. O Estado se ausenta por completo, desde o momento em que se furta em não equipar a cidade com o saneamento básico até a convivência da invasão do espaço público pelo uso privado. O proprietário do terreno ou mesmo da casa que constrói fossas nas calçadas, com certeza está fazendo uso privado do espaço público.

Nem concordo nem discordo, depende muito da situação de cada morador. Seria bom se toda a residência tivesse um espaço no quintal de suas casas e que tivesse acesso do carro para a limpeza da fossa. Na frente não é uma boa iniciativa, mas as pessoas acabam fazendo a fossa na calçada devido ao fácil acesso para o esvaziamento. (Entrevista realizada com um vigilante em abril de 2012).

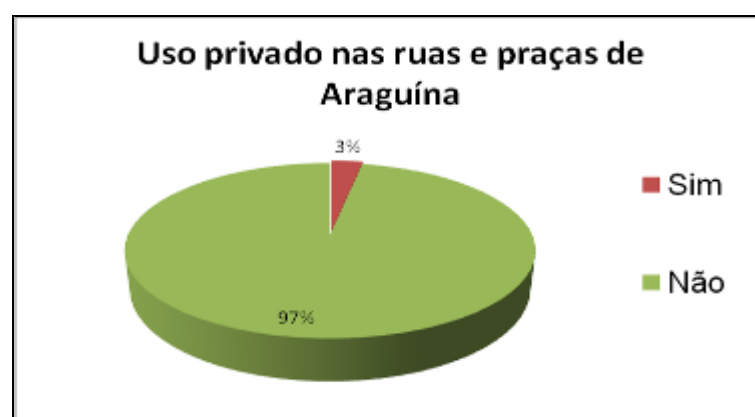
4. 3 - Apropriação do espaço público pelo uso privado

Outro problema urbano bem característico de Araguaína – TO que procuramos estudar é a questão da apropriação do espaço público pelo uso privado. É uma situação deselegante aos olhos dos usuários urbanos e, ainda é ilegal do ponto de vista das leis urbanísticas, sem falar que é imoral também. Essa apropriação do espaço público acontece

desde a invasão de lanchonetes, revistarias, etc. em praças públicas, como também as próprias fossas nas calçadas, como acabamos de mostrar, até a ocupação das calçadas por placas, áreas de residências e até de comércio (como bares, quiosques que vendem espetinhos e outros produtos similares), estacionamento de veículos, motos, bicicletas, etc. Landin (2004) nos fala da função dos espaços livres de uma cidade. Portanto, quando andamos nas ruas de Araguaína parece que é tudo ao contrário de:

A função básica dos espaços livres é justamente possibilitar a circulação na cidade. Ou seja, em última análise, os espaços livres são um elemento de aglutinação entre os diversos tipos de espaços edificados, permitindo assim também a apreensão, a compreensão e o uso da forma urbana. Os espaços cheios são percebidos a partir dos espaços vazios, numa relação dialética em que um constrói o outro. A cidade flui por estes espaços vazios. A cidade é o espaço da rua, vista como centro e cenário da via cotidiana. A rua é um ponto de fixação do homem ao seu universo urbano, ponto de onde vivência a cidade, seu espaço concreto e familiar. E essa rua, apesar de aparentemente ser um espaço bastante ordinário, dependendo de sua dimensão ou de seu calçamento, ou de seu uso, pode variar enormemente. Uma rua estreita e sinuosa, repleta de veículos, pessoas, sons e odores, difere de uma avenida larga e bem arborizada. A maneira como percorremos essa rua – como pedestres ou de automóvel, a que hora do dia – também nos trará uma noção bem diferente de espaço. (LANDIM, 2004, p.28).

Gráficos 8 - apropriação do espaço público pelo uso privado



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada entre 2011 e 2012

É uma situação constrangedora e parece fazer parte da cultura da população local e o poder público municipal não tomou até o momento nenhuma atitude para coibir estes abusos que alguns moradores cometem no espaço urbano da cidade. Há casos em que o terreno de alguns moradores invade até a rua, literalmente e os que cometem este tipo de infração não receberam nenhum tipo de punição.

Todo este quadro nos auxilia na compreensão da paisagem urbana de Araguaína, uma vez que faz parte de seu cenário cotidiano. Veremos, então, quais foram as respostas que nossos entrevistados nos deram acerca do referido problema.

Observando o gráfico 08 sobre a invasão do espaço público pelo uso privado verifica-se que a maioria dos entrevistados (97%) discordam dessa prática “urbanística” de produção do espaço urbano de Araguaína. Por outro lado, apenas 3% concordam com esta prática.

Essa invasão acontece desde a instalação de fossas nas calçadas ou lugar das calçadas, passando também pela construção de áreas por sobre as calçadas, bem como, invasão até de muros ou mesmo casas nos locais onde poderiam ser espaço público de mobilidade urbana.

Já entrando na discussão do problema propriamente dito, um professor universitário nos aponta que:

Em Araguaína, como em muitos outros lugares, não há muita clareza entre o que é espaço público e o que é espaço privado. A fronteira não está muito bem estabelecida. O ente público estatiza o privado, e o ente privado privatiza o público. Esta é outra fragilidade de nossas formas de organizar a vida social na cidade. Se o privado usa ruas e praças, é por falta de fiscalização do poder público em inibir essas práticas. Mas o público também se utiliza desta fragilidade para se apropriar do privado: no fim, as práticas de apropriações (grandes ou pequenas) entre o público e os privados se legitimam na medida em que esses entes não se enfrentam para fixar as fronteiras. Nesta perspectiva, quem está certo? Quem está errado? Difícil apontar! (Entrevista com um professor universitário em maio de 2012).

Fotografia 91 - Irregularidade Urbana: Área em cima da calçada



Fonte: PEREIRA, Aires José . Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

Na fotografia 91 podemos observar uma área que literalmente invade a calçada. Isso retrata um pouco a ausência do poder público local que nada faz para impedir tais irregularidades urbanísticas. Estas práticas urbanas em Araguaína constroem indiscutivelmente o pedestre que se priva do uso do espaço público e o proprietário da casa que a estende para cima da calçada, se sente “*dono*” do espaço que é público. Esse tipo de construção se “*esparrama*” por todos os cantos da cidade de Araguaína em consonância com a falta de administração pública.

Outra prática que observamos nas calçadas de ruas comerciais de Araguaína é a invasão de comércio, principalmente em bares e lanchonetes onde seus proprietários colocam mesas e cadeiras nas calçadas, impossibilitando assim, o trânsito de pedestres. Estes se quiserem transitar, precisam ir para as ruas competir com automóveis, carros, motos, bicicletas, ônibus, caminhões, carretas e carroças. Na fotografia 92 pode-se observar que a área da casa foi construída em cima da calçada, demonstrando claramente a invasão do espaço público pelo uso privado. Landim (2004) nos fala do uso que os habitantes da cidade fazem dos espaços construídos, assim nós poderemos entender um pouco a razão da paisagem urbana de Araguaína ser tal como ela é. Vejamos então o que nos diz, Landim:

Fotografia 92 - Área da casa no local da calçada no Bairro JK



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

A paisagem urbana é composta de edificações, espaços livres, arruamentos, vegetação, entre outros. Esses elementos se alteram ou persistem na maioria das grandes e médias cidades, de acordo com o uso que os habitantes fazem desse espaço construído. Alterando-se as relações de uso desse espaço, as quais são ditadas por condicionantes culturais e econômicas, basicamente se altera a configuração morfológica do espaço e, por

consequência, da paisagem urbana. Assim seria possível dizer que a paisagem urbana se altera em razão dos usos que a sociedade faz daquele espaço; e, desse modo, a paisagem urbana seria gerada não pelo espaço físico propriamente dito, mas sim pelo uso que dele se faz. (LANDIM, 2004, p.36).

As opiniões dos entrevistados como já observaram, por meio do gráfico 08 são totalmente contrárias a esta forma de “*organização espacial urbana*” que acontece em Araguaína. Um entrevistado (estudante universitário) nos afirma que: “*o local público deve ser tratado enquanto tal, portanto, não deve ser usado por iniciativa privada*”. Outro entrevistado, também estudante universitário, denuncia que: “*as áreas de lazer estão sendo ocupadas para o comércio*”. No caso, este estudante está observando o uso das praças públicas pelas lanchonetes, pizzarias, etc. Ele não se atentou para as áreas que são construídas por sobre as calçadas e também as fossas que são construídas nas calçadas. Um vigilante, por sua vez, relata que “*o público é para todos*”.

Diante das falas de nossos interlocutores dá para dimensionar a necessidade do Poder Público Local se posicionar a favor de uma maior urbanidade na cidade. Esse poder público local deveria trabalhar em prol da maioria dos cidadãos araguanenses e não fazendo vistas grossas às “*espertezas*” de alguns que se apropriam do espaço público sem se preocupar com o bem-estar social dos outros moradores e transeuntes que trafegam pelas calçadas de Araguaína. Um funcionário público denuncia que “*em Araguaína área pública passa a ser construída para uso privado, principalmente em eventos*”. A Avenida Filadélfia é um exemplo de espaço público onde acontecem grandes eventos. Nesta avenida acontecem grandes eventos durante o ano inteiro e algumas pessoas usufruem dessa apropriação ganhando muito dinheiro. Segundo Martins (1997):

Em nosso caso, é evidente, na ausência expressa e direta das instituições do Estado, o domínio do poder pessoal e a ação de forças repressivas do privado se sobrepondo ao que é público e ao poder público, até mesmo pela sujeição dos agentes da lei aos ditames dos potentados locais. Portanto, um comprometimento radical de qualquer possibilidade de democracia, direito, liberdade e ordem. {...}. (MARTINS, 1997, p. 40).

Existem muitas ideias acerca do problema aqui discutido. Por exemplo, um técnico em enfermagem nos aponta que: “*por que passa a encher muito o espaço público, deixando as pessoas com pouco espaço para trafegarem*”. Por outro lado, um operador de radiografia nos lembra que “*o espaço público deveria suprir a população*”. Por seu turno,

um repositório afirma que o “*espaço público deveria ser usado para a melhoria de toda a população*”. Dessa forma, o espaço urbano araguainense está sendo construído para atender aos interesses individuais e não coletivos. O poder público municipal precisa se posicionar como organizador/legislador/direcionador/fiscalizador destas mazelas individuais que acabam por dar, além de outros problemas daí decorrentes, uma “*fealdade à cidade*”. Na fotografia 93 podemos ver uma situação interessante onde a bica d’água da chuva cai literalmente em cima da calçada, impedindo que seus usuários possam trafegar livremente sem tomar uma ducha de água de chuva. Além da ducha de água, muitas motos estão estacionadas na calçada, dificultando o trânsito dos pedestres.

Fotografia 93 – Uma “bica de água” caindo sobre a calçada



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

Para um autônomo, “*os beneficiários serão sempre os da classe alta e isto não é legal*”. Realmente, além de ilegal, é imoral. No entanto, como se pode observar por meio das fotografias que ilustram este trabalho, não são apenas as pessoas de classe alta que estão se beneficiando com a esperteza da invasão do espaço público pelo uso privado. As pessoas de classe baixa também usam deste artifício para ganhar mais dinheiro, para ganhar mais áreas em seus terrenos, etc. Por outro lado, conforme Martins (1997):

O capital tira, pois, vantagens comparativas do atraso social e econômico. Sobretudo tira vantagens do amortecimento da consciência de seus peões quando estes usam como parâmetro para medir o valor de sua força de trabalho o complementar e, às vezes, o lúdico e o supérfluo. (MARTINS, 1997, p. 112).

Voltando às falas de nossos entrevistados, um policial faz assertiva uma observação que é a seguinte: “*cada um deve fazer uso daquilo que lhe pertence, fazendo*

bom uso do local em favor do povo”. Portanto, o espaço público deveria ser usado de forma igual por todos os araguainenses e não apenas pelos que o privatizam pelo seu uso. Na fotografia 94 pode-se observar a invasão de espaço público pelo uso privado, por meio da construção de uma grande área por cima da calçada que teoricamente deveria ser pública.

O espaço público deveria ser público, mas na cidade de Araguaína – TO isso quase não acontece. Uma professora afirma que *“o espaço é público e não existe esta de exclusividade”*. Um advogado assevera dizendo que *“o nome já diz que é público e deve ser usufruído por todos os cidadãos que pagam seus impostos”*.

Fotografia 94 - Uma cena comum em Araguaína



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

Uma estudante universitária fala da falta de espaço público na cidade e que o pouco que existe ainda é usado privativamente por algumas pessoas. E que todo cidadão tem o direito de ir e de vir. Como se pode observar a seguir:

A discordância se dá pelo fato de a cidade não dispor de um número considerável de espaços públicos em seu espaço urbano, e o pouco que se tem, estão apropriados pelo uso privado, perdendo a característica do público. Sendo assim, o acesso aos espaços públicos (como: praças e ruas), fica restrito a uma parcela da sociedade, o que implica diretamente, no direito de ir e vir do cidadão. (Entrevista realizada em fevereiro de 2012 com uma estudante universitária).

O espaço público é um bem comum. É um bem para todos usufruírem. Um estudante universitário nos afirma que *“espaço público pertence à comunidade”*. Se o espaço público pertence à comunidade, deveria ser *“consumido”* por ela e não por apenas

algumas pessoas “*privilegiadas*” pela falta de fiscalização do poder público local. Nesta linha de raciocínio, outra professora comenta que “*é importante que os dirigentes tenham plena consciência do descaso referente ao espaço público para a população*”. Um agente de trânsito tece seus comentários afirmando: “*como o próprio nome diz público é, portanto de todo nós*”. Por sua vez, uma estudante universitária coloca ainda que: “*se for espaço público então ele deveria ser de todos e não somente apropriado por alguns*”. Um eletricitista dá a sua opinião sobre o tema dizendo que “*descaracteriza o espaço público; dá ao visitante a ideia de que a prefeitura não tem planejamento; dá a ideia de que o gestor anda favorecendo amigos; é crime*”.

Fotografia 95 - Araguaína: mesas, cadeiras e moto na calçada



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em novembro de 2012

Na fotografia 95 podemos observar que, além da área invadir a calçada, há também cadeiras, mesas e até moto impedindo o trânsito livre das pessoas. Veja a fala de um estudante universitário sobre o tema em tela.

Em alguns momentos as ruas são ocupadas por mesas de bar. Em outros, as ruas são fechadas para alguma programação de certa empresa, caso do forró dos velhos no bairro São João. Acredito que a rua não deve ser ocupada por interesses particulares. Não concordo com apenas vias nas cidades, apropriada pelos carros, as ruas devem ser habitadas, mais não apropriadas para negócios particulares. (Entrevista realizada em março de 2012 com um estudante universitário).

O espaço deveria ser usado por todos, uma vez que é público, no entanto, o que se vê na realidade está bem distante. Um professor universitário nos afirma que “*o próprio nome já diz ‘espaço público’*. Isso gera desconforto ao pedestre e imposição por parte do

usuário como se fossem propriedades particulares”. Um técnico do discorre sobre o tema em tela dizendo que *“os espaços públicos como o nome já diz, são públicos. Não podem ter uso fruto de uma pessoa ou mesmo privar que outras pessoas possam usufruir desse espaço”*. Ele continua dizendo que *“infelizmente é algo muito comum em nossa cidade... Os empresários usam as calçadas para expor suas mercadorias, mesas, etc.”*. O espaço público precisa da prática normativa do poder público local, ou seja, o poder público local deve usar de sua competência técnica administrativa para coibir os abusos de algumas pessoas que usufruem ilegalmente dos espaços públicos, senão vejamos o que um estudante disse:

Pois, as autoridades do poder público de Araguaína utilizam os espaços públicos para o desenvolvimento de seus interesses sem levar em conta os moradores que aqui residem. E mesmo nem fazem obras que beneficie os mesmos como áreas de lazer como praças e até mesmo calçadas para pedestres. (Entrevista realizada em maio de 2012 com um estudante do curso de Geografia da UFT).

Para um professor de geografia, o uso irregular dos espaços públicos por uma parte significativa da população de Araguaína a deixa desagradável.

Não concordamos, em função das diminutas áreas públicas comuns de um espaço urbano capitalista. No caso de Araguaína trata-se de práticas abusivas do privado e a conivência do poder público na ocupação destes espaços, tornando a cidade desagradável. (Entrevista realizada em julho de 2011 com um professor de Geografia).

É uma privatização disfarçada que a população não contesta, pois parece fazer parte de sua cultura. Um escritor, membro da Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense, observa que *“é uma privatização do espaço público para fins comerciais. Onde a sociedade deixa de usufruir do espaço público e passa a custear por um serviço privado. E o uso privado leva vantagem sob a sociedade”*.

Outra pessoa também é contra o uso privado da coisa pública afirmando que, *quando se fala em público, quer dizer de todos e não de apenas uma pessoa*. Para um senhor de 36 anos, que faz faculdade de Geografia e mora ainda em Colinas do Tocantins, *“o bem público não pode satisfazer apenas alguns e sim a todos”*. Um professor da UFT afirma que:

Pela própria denominação: o espaço é público, portanto, é de direito de toda a coletividade o seu uso. No entanto, particularmente em Araguaína, penso que isso tem se tornado uma

prática comum sustentada no próprio processo de produção deste espaço, ou seja, na aleatoriedade com que a terra é vista, valendo sempre apropriar-se desta, mesmo que seja pública, pois o público sempre foi privatizado. Exemplifico o que estou falando com a situação da Praça do Jardim das Flores, atualmente de propriedade de um grande empresário da cidade. (Entrevista realizada em agosto de 2011 com um professor da UFT).

Fotografia 96 - Marcas de uma cultura na paisagem urbana



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

Por outro lado temos uma acadêmica universitária que faz críticas à situação das calçadas nas ruas de Araguaína, sendo taxativa ao dizer que:

Não concordo, pois estes locais deveriam servir para a população trafegar tranquilamente, e sabemos que na cidade de Araguaína - TO, a situação é bastante crítica. Sendo praticamente impossível passar nas calçadas, quando estas existem, já que tem locais nesta respectiva cidade, que nem se quer tem calçadas. Para as pessoas que não tem nenhum tipo de deficiência já se torna difícil trafegar em meios a estes espaços públicos, imagina a dificuldade que os cadeirantes, cegos etc. têm em trafegar por estes espaços públicos. Principalmente nas calçadas, já que estas geralmente estão repletas de pessoas andando de bicicletas, pessoas vendendo picolé, espetinho, milho, roupas, brinquedos, cocadas etc. Onde a população tem que dividir o “espaço” que por direito é seu, com pessoas que utilizam estes “espaços” para o ganho próprio. Relembrando em relação às pessoas que possuem algum tipo de deficiência, andar em Araguaína - TO, realmente é um desafio constante. Pois além de ter o problema relacionado à apropriação dos espaços públicos, as calçadas são irregulares, e repletas de degraus, altos e baixos, o que dificulta ainda mais a passagem por estes locais. Lembrando que tem lugares na cidade, que nem ao menos tem calçada, e os pedestres tem que dividir as ruas juntamente com os automóveis, colocando as suas vidas em riscos. Sabemos que é preciso mais atenção do poder público em relação ao problema, mas infelizmente grande parte da população não cobra. (Entrevista realizada em agosto de 2012 com uma acadêmica do curso de Geografia da UFT).

Pelo exposto e pelas próprias fotografias 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98 e 99 já dá para se ter uma ideia acerca das irregularidades urbanas da cidade e como as mesmas se multiplicam em função, principalmente, da falta de fiscalização do poder público local e as devidas punições que o mesmo deveria aplicar aos infratores do espaço urbano.

O lazer das pessoas é retirado pelo uso privado do espaço público, como discorre um estudante universitário de 18 anos: *“não concordo, porque estará tirando o lazer dos moradores, para fazer algo de seu interesse”*. Para um professor mestre e que atua na UFT há pelo menos 08 anos: *“e se é espaço público então ele deveria ser de todos e não somente apropriado por alguns”*. Para um policial a ideia de ocupar espaço público para uso privado é totalmente equivocada. Ele afirma que *“o próprio nome já diz ‘espaço público’. Isso gera desconforto ao pedestre e imposição por parte do usuário como se fossem propriedades particulares”*. Para um comerciante entrevistado que também discorda dessa *“prática urbanística”* de Araguaína, essa maneira que algumas pessoas adotam para aumentar sua renda individual ou mesmo seu espaço urbano é uma privatização. Um professor universitário destaca:

Não, porque esse é um grande problema da cidade, as pessoas invadem o espaço público e nenhuma providência é tomada pelo Poder Público Local. Um grande exemplo são os muros construídos fora do padrão que deveriam ser feitos, impossibilitando a visão de motoristas que circulam pelas ruas de Araguaína, causando um grande número de acidentes. Os muros são construídos invadindo a área pública de calçada ou até mesmo, áreas de ruas e isto é coisa séria em nossa cidade. (Entrevista realizada em agosto de 2012 com um professor da UFT).

A fotografia 97 nos ajuda na compreensão da discussão do tema em tela e das falas dos entrevistados. A paisagem urbana de Araguaína vai se corporificando a base do imprevisto, das irregulares urbanísticas e pela convivência do poder público local.

A discordância acerca dessa forma de apropriação do espaço público pelo uso privado é grande entre os entrevistados e cada um aponta as suas razões. Um vigilante aponta que: *“além de ser uma prática que tira a beleza da cidade, não é estendida a todos, ou seja, já que é público o espaço, vamos tornar o seu uso público também”*. Para uma estudante universitária, *“os políticos deveriam solucionar estes problemas”*. Uma Secretária destaca que: *“as ruas são estreitas, não têm estacionamento e as praças sem arborização e sem jardim”*. Já um corretor de imóveis e automóveis discorre que *“todos*

têm que ter seu espaço independentemente da realidade social”. Na fotografia 97 se pode observar a invasão do espaço público pelo uso privado por meio de uma área que avança por sobre a calçada.

Fotografia 97 - Predominância cultural na paisagem urbana



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

Um eletricitário, ao comentar sobre a problemática aqui discutida, afirma que: *“o patrimônio público é para ser usado e/ou utilizado em prol da população e para a população, e não por uma minoria elitizada”*. Por sua vez um consultor técnico relata que: *“a população perde seus espaços nas vias públicas”*.

Fotografia 98 - Área da casa avançando por sobre a calçada



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em outubro de 2011

Um dos advogados entrevistados também é da opinião de que *“os espaços públicos são de usos de todos os cidadãos. Não pode ser apropriados por algumas pessoas em detrimento de muitos”*. Um comerciante alega que concorda apenas com a

construção das fossas nas calçadas, afirma que: *concordo apenas no uso das fossas, mas em qualquer outro contexto sou obrigado a discordar, se é público é de todos, não só de uma ou algumas pessoas. O bem estar comum está diretamente ligado com a separação do público com o privado.*

É evidenciado em sua fala, que ele ou nasceu com a “cultura de fazer fossas nas calçadas” ou já conseguiu ser “aculturado”. Mesmo porque isto também é invasão de espaço público pelo uso privado. Na fotografia 99 pode se observar o estacionamento de um caminhão em plena calçada, impossibilitando o tráfego de pessoas.

Para um auxiliar de serviços de saúde, o uso privado do espaço público vem acarretar vários problemas aos transeuntes. A fotografia 99 mostra mais ou menos a situação em que ele discorre: *“as pessoas se sentem donas das ruas e com isto não tem espaço para o pedestre andar e por isto têm que ir disputar sua passagem entre motos, automóveis e caminhões no meio da rua”*. Já para um balconista, *“a cidade deve ter o espaço público livre para a passagem das pessoas”*.

Fotografia 99 - O uso da calçada como garagem



Fonte: SILVA, Marivaldo Cavalcante da, em 14 de agosto de 2012

Um bancário é da opinião de que: *“para manter o respeito e a autoridade com a sociedade é preciso que esse assunto parta do início, ou seja, venha de dentro para fora e não de fora para dentro dos órgãos institucionais”*. No entanto, até o presente momento não houve, por parte do poder público local constituído, preocupação nesse sentido.

Para um técnico de enfermagem, o uso do espaço público pelo uso privado é inaceitável por que: *“como o nome já diz (público), ou seja, é de todos. Aquela determinada área não deve ser colonizada por apenas um proprietário, sendo direito de todos os desfrutes do determinado espaço”*. Já para um auxiliar de serviços gerais o uso a ocupação do espaço público pelo uso privado *“prejudica em especial os pedestres e portadores de Necessidades Especiais”*. Outros entrevistados afirmaram praticamente a mesma coisa, ou seja, *“o espaço público é destinado ao público em geral, não só para alguns beneficiários privados”*. Por seu turno, um agente de portaria denuncia que: *“normalmente os empresários colocam o lixo nas calçadas, principalmente na Avenida Cônego João Lima, impedindo a passagem de pedestres”*. Outros afirmaram também que *“o espaço público é para ser do povo”*

A escassez de espaços públicos provoca uma sensação de prisão nas pessoas que conviveram com outras realidades urbanas. Pessoas que tinham em mente aquela ideia de que a cidade era a liberdade, mas que ao entrar em contato com esse modo peculiar de Araguaína, acabaram por acreditar que a liberdade está em outro lugar.

O espaço urbano de Araguaína possui uma quantidade enorme de ocupações irregulares. Essas ocorreram geralmente onde era para se construir praças públicas, etc. Portanto, o traçado urbano da cidade já é bastante comprometido por esta situação. Se isto não bastasse, ainda se tem essa situação a que estamos discutindo ao longo deste trabalho. Para um agente de serviços gerais, *“os espaços públicos, principalmente no centro de Araguaína já são poucos e inadequados. A sua utilização pela iniciativa privada torna a situação ainda mais problemática, prejudicando a circulação das pessoas nesses espaços”*. Praças em Araguaína é produto de luxo, se não fosse quase lixo. Veja as fotografias da Praça do Residencial Jardim das Flores, onde aparece a queimada como forma de limpeza urbana.

Um operador de caixa afirma que não concorda com a invasão de espaço público pelo uso privado porque, segundo ele, *“se tivesse só espaços privados como que a população disponibilizaria de espaços públicos como praças, por exemplo”*? Por sua vez, uma estudante universitária também discorda dessa prática na construção do espaço urbano araguainense, pois, segundo ela, *“todas as pessoas podem utilizar a cidade, uma vez que elas fazem a cidade e os moradores têm que cuidar do meio onde vivem”*. Já um

funcionário público tece seus comentários dizendo que: *“temos que respeitar o próximo, o espaço das outras pessoas, para termos direitos”*. As pessoas entrevistadas, como se pode observar ao longo de suas falas, são contra essa atitude que traz em si um certo individualismo. Mesmo porque essa atitude indiscutivelmente diminui a qualidade de vida do cidadão araguaïnense, além de dar um toque de fealdade a sua paisagem urbana.

As calçadas, da forma que são ocupadas, impedem o livre trânsito do pedestre, além da apropriação do espaço público pelo uso privado. Um professor universitário afirma que: *“mais uma vez o que falta é planejamento do setor público neste aspecto, ou seja, vontade política em fazer. Pois a população acaba por não usufruir desses espaços, uma vez que eles estão ocupados irregularmente”*. É evidente que apenas o planejamento urbano em si não acaba com as mazelas urbanas em um país capitalista no entanto, a ausência do mesmo, piora ainda mais a situação. Um escritor aponta que: *“o espaço público precisa cumprir seu papel que é o de servir a comunidade, principalmente no lazer”*.

Continuando nossa discussão, uma estudante explana que: *“existe uma confusão entre o bem público e privado e a inexistência da ação do poder público e jurídico para coibir estas ações”*. Ou seja, se o poder público local agisse de forma a fazer cumprir as leis existentes, com certeza essa situação não existiria. O Estado existe para ordenar, coordenar, planejar, programar ações políticas que atendam aos interesses da maioria dos cidadãos e não apenas os que se beneficiam dos *“quem indicam”*. É preciso acabar com esse “paternalismo político”, como esse patrimonialismo público, para que a população tenha maior qualidade de vida e a cidade tenha mais cidadania e urbanidade.

4. 4 - A Arborização em Araguaína: limites e possibilidades

Como podemos observar através das fotografias que acompanham este trabalho, a arborização das ruas de Araguaína é muito escassa. As pessoas não se preocupam em ajudar a amenizar o clima que por sua natureza tropical já é bastante quente e com as construções urbanas aumenta ainda mais a sua temperatura. O poder público local também, até o momento, não tomou nenhuma posição oficial de arborização urbana capaz de *“obrigar”* por leis de incentivos fiscais seus munícipes a arborizar a cidade a contendo. Isto sem falar da lei federal 6766/79 que já é um instrumento legal

desde 1979, mas praticamente sem uso nenhum em quase todo o território nacional e, em Araguaína – TO, não é diferente.

Para entendermos um pouco sobre o problema da falta de arborização urbana de Araguaína, fizemos a seguinte pergunta: “em se tratando de uma cidade bastante quente, não seria bem melhor se o poder público exigisse uma arborização das ruas de Araguaína, fazendo com que cada morador plantasse pelo menos duas árvores na frente de suas casas e como recompensa teria um desconto no IPTU”? E, como resposta, obtivemos 94 % dos entrevistados afirmando que sim e, apenas 6%, dizendo que não, com se observa no Gráfico 09.

Gráficos 9 - sobre a Arborização urbana de Araguaína – TO



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada entre 2011 e 2012

Elaboração: SOUZA, Felex Martins de.

Pensando exatamente nessa situação é que elaboramos, no questionário aplicado aos sujeitos desta pesquisa, uma questão que de fato permitisse a sua opinião acerca do tema em tela, possibilitando uma análise crítica dessa realidade e, ao mesmo tempo, fosse dada a solução ao problema por meio de incentivos fiscais por parte do poder público local assim constituído. Então vejamos o resultado dessa pesquisa no gráfico 09 como as pessoas reagiram à situação. Uma das pessoas entrevistadas, um professor universitário, concorda e afirma que:

Sim, sempre pensei dessa forma. Deveria haver uma política pública que pensasse o paisagismo da cidade. Nossa cidade é carente de arborização. Eu penso que o Poder Público deveria incentivar essa prática. Mas na falta deste estímulo, a sociedade poderia se mobilizar. Mas fico pensando: como plantar árvores em calçadas repletas de fossas? Outro problema a ser analisado. O paisagismo deve vir acompanhado de uma ‘revolução urbana’

e deve ser a última coisa a ser feita: em minha concepção, primeiro é a instalação de uma rede de saneamento básico, depois a inutilização das fossas e, por último, o paisagismo. Como nada disso vem ocorrendo, então vamos ficar sem árvores até quando? Outra pergunta interessante: precisamos encontrar alternativas como arborizar, ao menos os espaços públicos, como praças e canteiros públicos. (Entrevista realizada em agosto de 2012 com um professor universitário).

O problema da falta de arborização nas calçadas de Araguaína é sério e merece a atenção do poder público local. Ao andar pelas ruas da cidade, afirma um vigilante que: *“o suor escorre como nunca, pois não há sombra que amenize o já escaldante clima tropical do lugar”*.

Alguém até fala de favores, *não seria por troca de ‘favores’, as pessoas não iriam plantar árvores*.

Todos só têm a ganhar com a arborização urbana de Araguaína. Inclusive a cidade ficaria mais bela, além dos inúmeros benefícios à saúde pública da sociedade como um todo. Veja o que um estudante universitário nos relata:

Esta seria uma medida que ajudaria bastante a mudar o aspecto da sensação térmica da cidade, proporcionando assim, amenidades no espaço urbano, principalmente na região central, onde há um grande fluxo veicular e uma sensação térmica de calor mais intenso. (Entrevista realizada em setembro de 2012 com um estudante do curso de Geografia da UFT).

A cidade de Araguaína cresceu e está crescendo de acordo com a realidade do norte do Estado do Tocantins, ou seja, sem nenhum planejamento urbano sério que dê a sua população um mínimo de condições de lugar saudável, justamente porque tudo está na base do improvisado e, tanto o poder público local constituído, quanto a população local, não tem agido para mudar esta realidade para melhor. Nesta perspectiva, se houvesse uma política pública local que contemplasse, entre outras coisas, a questão da arborização da cidade, com certeza, seria muito interessante para todos. *“Desta maneira a população ganharia duas vezes: em bem-estar e economicamente falando”*. Por outro lado tivemos um professor universitário que nos fala o seguinte:

As cidades médias cada vez mais têm em seu espaço uma nova lógica, talvez em decorrência da sua configuração, assemelham com as grandes cidades. Árvores é uma relação com o campo, suja, passarinhos fazem coco no carro. O modelo é ser uma cidade

imitando a calçada da propaganda, a cidade virtual, pouco percebida ou a cidade artificializada. A tecnologia imitou a natureza, imitou e artificializou-a. Parece-me que caminhamos para uma imitação da vida, momento que parte da identidade das pequenas e médias cidades são perdidas, estabelecendo uma configuração de imitação, como um ciclo permanente de mutações que se imprimem sobre o espaço urbano. Será que as relações que se estabelecem no lugar, são apropriações da vida cotidiana? Pelo menos o que vejo em Araguaína, tem uma dupla resposta, sim e não. A periferia de Araguaína percebe a rua, não como via, mas local para as crianças brincarem. Local para conversar com o vizinho, saudar as pessoas que passam. A rua tem sua existência concreta nas relações que são estabelecidas. Caso que verifiquei no Bairro JK, Nova Araguaína. A árvore tem significado, cria um território, de um espaço delimitado a partir de um ponto que é referência para o indivíduo sentar e se realizar. (Entrevista realizada com um professor universitário em outubro de 2011).

O referido professor universitário continua sua fala nos alertando para o número de pessoas que durante a semana almoçam fora de casa, por não ter tempo de ir para casa. Vejamos o que ele nos disse:

Por outro lado, as ruas dos bairros São João, Coimbra, Centro, cada vez mais perde o significado de “*ser*” uma rua, para ser uma via, pista, caminho. Caminho de quem sai pela manhã de casa e só volta à noite para dormir (espaço moderno? Modernista?). Como se fosse uma cidade grande. A frequência de jovens e senhoras que almoçam todo dia nos restaurantes é impressionante em Araguaína. Final de semana, que muitos dizem que é para descansar, serve para ficar na frente da TV ou navegando na internet. Na segunda-feira está mais cansado do que na sexta-feira. O que quero dizer com isso, a rua não é percebida e muito menos vivida. Ir até a porta, é um perigo. Perigo porque a informação que assisti 98% é de São Paulo. Se a rua não é percebida, não faz sentido a árvore. Se o quarto esquenta, é melhor ter um ar condicionado refrescando toda a casa. Ora, meu mundo é o limite do meu muro, aliás, tem sido cada vez mais os limites do meu quarto, pois dele posso navegar no mundo. Árvores para esta população é sinônimo de sujeira, de roça. Aonde a segregação se acentua, a rua perde significado. Respondendo este questionário e observando na cidade de Araguaína, é a devastação da floresta Amazônica, a quantidade de árvores que esta sendo derrubada é impressionante na cidade. São inúmeras árvores nas portas das casas para a prefeitura carregar e jogar no lixo. E a maioria quando termina de derrubar bate no peito e diz me livrei de um problema futuro. (Entrevista realizada em outubro de 2011 com um professor da UFT).

É interessante observarmos a fala do professor entrevistado, onde o mesmo discute desde a cidade pequena e cidade média e seus problemas circunstanciados à

modernidade do mundo atual. No entanto, o discurso das pessoas que procuram uma cidade de porte médio ou média é justamente para encontrar paz e tranquilidade há muito tempo perdidas nas grandes cidades. As cidades médias e de porte médio têm em sua essência, entre outros atrativos, a qualidade de vida que uma cidade grande não possui. Ao mesmo tempo, tem também as benesses das cidades grandes que seriam os produtos a serem consumidos, etc. Mas, por outro lado, todas as cidades médias também têm problemas.

Quando o professor entra na discussão da devastação amazônica como forma de conquista do espaço, do território, talvez esteja aí, uma das razões do povo araguaainense não plantar árvores na frente de suas casas, e ver, inclusive, as folhas que caem delas como sujeira, como algo inoportuno, etc. Aí reside talvez a ruralidade que ainda persegue o homem agora dito urbano por várias razões impostas sim, pelo “*progresso*” desenvolvimentista do crescimento econômico a qualquer custo. Por sua vez, uma estudante universitária nos afirma que:

Com certeza a arborização na cidade de Araguaína e em todos os lugares é essencial, e percebemos que particularmente na cidade de Araguaína - TO, o problema se agrava ainda mais. Pois ao andar em meio à cidade, principalmente no centro, praticamente não se vê nem ao menos uma árvore, e quando, se tem esta, geralmente são pés de coqueiro que não produz sombra nenhuma. Percebe-se que a população tem uma grande parcela de culpa nisso tudo, assim como o poder público, que tem que fazer políticas públicas cada vez mais voltadas para o bem estar da população. No que se referem à população, muitas pessoas cortam as árvores com a vaga “ilusão”, que deixaram seus quintais e ruas limpas, mas não pensam nos problemas, no calor, nos benefícios que aquelas árvores trazem e proporciona para toda população. Infelizmente o problema é sério, pois sabemos que a arborização é essencial a nossa vida, ainda mais para nós que vivemos num Estado, numa Região de clima tropical, quente. E as árvores podem amenizar o calor, purificar o ar, fornecer-nos sombra, e frutos além de vários outros benefícios. E em vez de plantarmos ainda mais árvores, cortamos as que existem. Ainda por cima, muitas pessoas tocam fogo, nos galhos das árvores, que cortaram, provocando mais um problema para a população, que são as queimadas urbanas. Que tanto existem no Brasil, no mundo e na cidade de Araguaína - TO, contribuindo ainda mais para o aumento de problemas respiratórios, colocando em risco a saúde da população. Em relação ao poder público, vemos um descaso muito grande deste em relação ao assunto, pois em vez de influenciar diretamente no que tange ao processo de arborização, fica indiferente em relação à mesma. Uma das formas interessantes deste está fazendo isto, realmente é pela diminuição da taxa de IPTU, desde que cada morador plantasse árvores nas suas casas e nas ruas, e cuidasse destas. Sabemos também que de suma importância trabalhar com educação ambiental, é preciso desde cedo conscientizar

nossas crianças, já que este serão os futuros homens de amanhã. E preciso trabalhar em cima do processo de conscientização com toda população, sabemos também que este não é um trabalho/processo fácil, demanda tempo, esforço, disposição. E infelizmente o poder público, não faz praticamente nada para ajudar nesse processo, já que isto não traz retorno rápido (capital), portanto é preciso também mudar a visão dos nossos representantes junto aos órgãos competentes, o que não é uma missão fácil. (Entrevista realizada em agosto de 2012 com uma acadêmica do curso de Geografia da UFT).

Os comentários de vários entrevistados têm quase sempre o mesmo teor. O acento da concordância com a ideia. Assim sendo, um vigilante afirma que: *“esse processo é viável se toda a cidade fizesse isso, estaríamos mais distante de um aquecimento global”*. Para um comerciante, *“seria de grande valia, seria ótimo, mas nunca será realizado”*. Ou seja, o comerciante acha muito interessante a ideia, no entanto não acredita na viabilidade da mesma. Já um instrutor de trânsito afirma que: *“acho que seria mais ou menos porque é por aí que se resolveria o problema”*. Pelo que observa, a maioria dos entrevistados deseja uma cidade com maior arborização.

Um eletricitário diz que *“é preciso ter árvores, mas cabe ao município plantar nas ruas e calçadas e não obrigar o cidadão, que poderá plantar em seu quintal”*. O que se pode observar é a não obediência em relação ao poder público. Isso talvez advenha da própria cultura de patrimonialismo, paternalismo e oligarquismo em que o Estado foi se consolidando ao longo do tempo e hoje a população se vê no direito de não *“obedecê-lo”*. É sabido, por exemplo, que no bairro Residencial Jardim das Flores, o poder público quando entregou as casas aos seus respectivos moradores, com duas árvores plantadas na frente de cada casa. No entanto, uma maioria esmagadora da população ali residente quando vai ampliar suas casas, a primeira atitude é cortar as respectivas árvores e o poder público nada faz contra isto. Assim sendo, a fala do eletricitário tem sentido diante dessa situação. Um balconista chega ao cúmulo de afirmar que: *a cidade é bastante arborizada. As árvores às vezes precisam até ser cortadas para evitar problemas com fios de poste*. Por outro lado um professor universitário destaca que:

Penso que não seria por esta via. Seria muito mais pela via da educação, ou seja, instituir uma política educacional na primeira fase do ensino, pois as próprias crianças influenciariam os pais nessa prática. Outro grande problema de nossa cidade é a falta de parques ou reserva que o nosso município não tem e não existe projeto proposto pelo poder legislativo, neste caso seria a comunidade científica ou as instituições de ensino deste município se juntar e fazer pressão junto ao poder legislativo para que coloque projetos de

lei neste sentido. (Entrevista realizada em julho de 2011 com um professor universitário do curso de Geografia da UFT).

As opiniões se divergem diante de um tema muito polêmico que é a arborização urbana, mas o debate está só no início e precisamos avançar mais e mais. *“Seria uma boa proposta, acredito ser positiva e bem aceita. Além do desconto no IPTU, estaria reeducando a população para a questão ambiental”*, afirma um instrutor de trânsito. Para um professor universitário seria: *“além de a cidade ficar bela ainda amenizaria o problema do calor que é demais. Venho pensando em implantar esse projeto há muito tempo, pois tornaria a cidade mais bela e amenizaria o calor”*. Para um atendente de lanchonete, *“tudo é positivo quando se tem um bom projeto, mas que esse venha ser praticado. Seria ótimo! Uma sociedade praticante e conscientizada com a boa qualidade de seu espaço de vivência”*. Um policial fala até da questão da variedade das árvores afirmando que *“desde que esse mesmo poder público disponibilizasse as referidas árvores para não ocorrer tanta variedade de árvores. Seria uma alternativa, pois comprometeria a população a cuidar melhor da cidade”*. Para um escritor, membro da Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense, *“a conscientização em primeiro lugar para a sociedade araguainense relacionado ao meio ambiente, que é de suma importância o cidadão ter respeito aos seres vivos”*. Já uma secretária afirma que:

Sem sobra de dúvida seria uma grande e fantástica forma de torna essa cidade mais agradável para todos os que a habitam e, também os que apenas passam por aqui. Aqui há uma falta muito grande de árvores, chega a ser um *“absurdo”* o que vemos nessa cidade quanto a esse quesito em discursão. (Entrevista realizada em maio de 2012 com uma Secretária).

Alguns apontam soluções viáveis por meio da educação; outros afirmam que seria mesmo por fiscalização e punição por parte do poder público; outros já falam da necessidade de um amplo debate entre universidade, ONGs, associações de moradores, escolas, câmara de vereadores, etc. Um funcionário público, por exemplo, comenta: *“esta medida é educativa ensinando o morador a contribuir com a melhor qualidade de vida. Não só plantar árvores, mas, também utilizar os lotes vazios para plantação de hortaliças contribuindo com a limpeza com desconto do IPTU”*. Provavelmente, se houvesse a utilização de lotes vazios para plantio de hortaliças como o funcionário público afirma, seria interessante, por algumas razões: a cidade ficaria mais limpa e sem a fumaça do fogo no período seco; a população mais carente teria mais recursos para sobreviver; diminuiria

o úmero de casos de calazar, dengue e outros tipos de doenças. Todos ganhariam com essa atitude. Mas, como um operador de radiografia discorre:

Mas ao invés de incentivar, o poder público dá um mau exemplo como da Praça das Bandeiras onde foram cortadas árvores que estavam ali há décadas. E a população por conta própria deveria tomar atitude e conservar e plantar mais árvores na cidade, pois são os principais afetados com o clima quente. A responsabilidade em preservar o meio ambiente é obrigação de todos, porém, somos viciados em uma cultura onde nada se faz se não houver uma “*recompensa*”, e essa é uma forma racional de incentivar essa responsabilidade. (Entrevista realizada em abril de 2012 com um Operador de Radiografia).

A maioria dos entrevistados afirmou que a cidade ganharia em conforto térmico, qualidade de vida de seus habitantes e do próprio meio ambiente, além do embelezamento da cidade. Um técnico, por exemplo, nos afirma que:

Penso que seria melhor o poder público fazer esse serviço, passando essa tarefa aos moradores, não teríamos uma padronização dos espaços nas calçadas, visto que temos calçadas tão estreitas que mal passa uma pessoa e o morador pra ganhar desconto no IPTU acabaria comprometendo ainda mais este espaço, também não seriam plantadas árvores adequadas ao espaço público. (Entrevista com um técnico, realizada em novembro de 2011).

É evidente que a “*arborização demanda planejamento e precisão para não afetar as estruturas. Seria o papel de a Prefeitura planejar e implantar a arborização em função das especificidades das ruas*”, como afirma um corretor de imóveis e de automóveis. Por seu turno, um comerciante afirma: “*a maneira desestruturada como a cidade tem ganhado forma vem a dificultar a plantação de árvores em toda a cidade. Onde é corriqueira a falta de espaço para calçadas, com construções que avançam a rua*”. Quer dizer, é outro problema que assola a cidade de Araguaína, a irregularidade na sua ocupação e o poder público constituído não tem feito nada para minorar essa situação. No entanto, há quem defenda que a arborização é desnecessária em um lugar tão quente como Araguaína. Vejamos a fala de um consultor técnico:

Não, pois as árvores acabariam por atrapalhar o tráfego de pessoas pelas calçadas que é um local público. Seria melhor se a ao invés de plantar árvores a Prefeitura investisse mais em Segurança talvez não precisasse de muros tão altos e assim o vento circularia muito mais. (Entrevista realizada com um consultor técnico em maio de 2012).

No entanto, um instrutor de trânsito nos diz que:

Sim, o ambiente seria bem melhor e melhoraria bastante a visão da paisagem. *Sim*, essa é uma ideia que deveria ser adotada e efetuada pelo poder público. É claro que não resolveria o problema por inteiro, mas já seria uma enorme ajuda para amenizar a situação. (Entrevista realizada com um instrutor de trânsito em março de 2012).

Há entrevistado responsabilizando até a população sobre a arborização da cidade. Veja o que um corretor de Imóveis e Automóveis opina: “*seria uma alternativa, pois comprometeria a população a cuidar melhor da cidade*”. Outro entrevistado (balconista), por sua vez afirma que “*isto contribuiria mais para o meio ambiente*”. Já uma estudante universitária observa que: “*o poder público não pensar assim eles prefere fica sem arborização e ter o IPTU*”. Sim, a cidade poderia ter um clima mais saudável, interpela uma estudante universitária. Já um professor universitário observa que:

Acredito que tal medida seria bem vinda para alguns poucos moradores da cidade, enquanto que para muitos, isso passaria despercebido; ainda para outros talvez seja melhor estampar a fachada do seu muro, pois é comum a gente ver muros que valem mais do que a casa que está lá dentro do terreno. Acredito que esta medida poderia ser estendida a outros espaços públicos como escolas e praças, mesmo as poucas e pequenas que existem, mas nestes casos os incentivos deveriam ser pensados de outras formas. A cidade poderia ter um clima bem mais saudável. (Entrevista realizada com um professor em fevereiro de 2012).

A concordância acerca da necessidade de arborizar a cidade é geral entre nossos entrevistados, evidenciando os pontos de vistas diferenciados, mas nem tanto divergentes. Para um autônomo a sua resposta é: “*sim, concordo com isso, pois melhoraria as condições de vida relacionando ao meio ambiente com sombras e também o ar*”. As pessoas sabem da necessidade da arborização urbana e opinam sobre a problemática. Um funcionário público também concorda e afirma que: “*é uma ótima forma de incentivar os moradores de Araguaína a cuidar mais de sua cidade*”. Por outro lado, temos a fala de bancário que nos diz o seguinte:

Na minha concepção o ato de plantar árvore na frente de casa tem que vir da consciência de cada um e não uma exigência do poder público, já que é de interesse de todos terem uma cidade mais arborizada e, por conseguinte, mais fria, levando a uma diminuição do IPTU. (Entrevista realizada com um bancário em janeiro de 2012).

Se a cidade já conta com 153.000 habitantes e não deve ter nem um terço de suas ruas arborizadas, e ela (cidade não é tão novinha assim) significa dizer que a população por si só não alcançará esta conscientização; precisando, portanto, de

campanhas por parte dos órgãos competentes, tais como escolas, associações, sindicatos, ONGs, Poder Público, etc., no sentido de dar uma educação ambiental capaz de despertar a consciência nessa população que possui uma cultura tão arraigada e difícil de ser “*penetrada*” por outra cultura que é a de uma cidade com mais qualidade de vida e qualidade ambiental, por exemplo.

Grande parte dos entrevistados gostou da ideia, mas alguns acreditam que o Poder Público Municipal Local não abriria mão de parte do IPTU para executá-la. Um eletricitário comenta que: “*o poder público não está preocupado com isso, ele se preocupa em meios para ganharem mais dinheiro*”. Um comerciante é da mesma opinião precedente, ou seja: “*poderia, mas acho que o poder público não faz a sua parte neste quesito*”.

Temos um comentário de um psicólogo que afirma o seguinte: *seria uma alternativa, pois comprometeria a população a cuidar melhor da cidade*. Um auxiliar de serviço de saúde nos contempla dizendo: “*contribuiria para a arborização e qualidade de vida de todos seus habitantes*”. Já um funcionário público é da opinião de que *isso daria certo porque a maioria da população está a fim de economizar, dependendo da situação*. Um estudante afirma que: “*a cidade de Araguaína seria um lugar bem melhor para viver*”. Uma assessora jurídica nos diz que: “*essa seria uma das melhores alternativas a ser utilizada, entretanto, para que isso ocorra, não só o poder público como a sociedade em si, deveria se conscientizar de tal necessidade*”. A Assessora Jurídica tem razão, o Estado deve atuar sim, mas a população precisa indiscutivelmente ter uma atitude diferente da que está tendo até então. Ela precisa mudar sua forma de se relacionar com a cidade.

Na opinião de auxiliar de serviços gerais seria interessante porque beneficiaria ambas as partes. Outro estudante afirma que “*essa seria uma boa ideia, embora, modificaria um pequeno detalhe. O governo teria que ser o ponto de partida*”. Um atendente de lanchonete complementa a ideia do estudante afirmando que: “*o incentivo para que isso acontecesse e, conseqüentemente população com o incentivo do desconto do IPTU daria continuidade*”.

Um escritor é da opinião de que “*é uma visão bastante inteligente, pois é uma maneira de incentivar as pessoas a plantar árvores e depois de algum tempo os benefícios*

delas vão dar as pessoas, animais, ar puro e ventilação para a cidade em geral”. Por seu turno, um professor afirma que: *“além de minimizar a sensação de calor, essa iniciativa também favoreceria a composição de uma cidade mais bonita*”. Aqui está uma das chaves deste trabalho, pois se trata de paisagem urbana e o professor aponta a beleza da cidade a partir da arborização. Por outro lado também se tem a contribuição de Machado e Oliveira (2005) que afirmam que:

Para combater os vários problemas ambientais da cidade de Araguaína deve se proceder de forma integrada e organizada. Neste estudo determinou-se que a cobertura vegetal deve ser o primeiro alvo, no qual nascentes dentro e fora da malha urbana devem sofrer um processo de recuperação e preservação, concomitantemente deve proceder-se uma melhoria da arborização urbana, com cuidados da poda, plantio de árvores no passeio público e aumento de áreas verdes para lazer da população. Para melhor desempenho desta tarefa deve ser montada uma equipe treinada por um técnico responsável para implantar as etapas de trabalho, o que pode ser iniciado com um levantamento das espécies nativas locais para a produção de mudas a serem usadas no florestamento. Um passo importante dado pela administração pública atual foi a instalação de um viveiro de mudas para florestamento. (MACHADO, OLIVEIRA, 2005, p. 60).

Outros falaram que seria uma iniciativa brilhante, pois os dois lados seriam beneficiados. E que teríamos uma cidade melhor para se viver e seríamos recompensados também por outro lado, um desconto no IPTU. Um técnico de enfermagem diz que: *“talvez, melhorasse um pouco o calor*”. Para outro estudante, *“seria melhor para a população com esse incentivo*”. Um professor universitário chega até a sugerir que: *“além disso, deveriam existir no Tocantins centros de pesquisa destinados a criar conceitos e estruturas de imóveis residenciais mais apropriados ao clima*”. No entanto, segundo um comerciante, *“a própria prefeitura queima o seu lixo*”. É uma crítica interessante, pois a Prefeitura que deveria dar bom exemplo faz justamente o contrário. Ainda com uma visão bastante crítica da situação, uma professora afirma que: *“mas para isso o poder público, independente do governante do momento teria que ter visões ambientalistas e um povo em outro estágio de desenvolvimento*”. Para Machado e Oliveira (2005),

Com relação à arborização urbana, é imperativo um pequeno cuidado, pois arborizar não significa plantar aleatoriamente o maior número de árvores ou diversos tipos, o que ocorre em algumas campanhas trazendo sérios problemas futuros. Deve-se levar em consideração

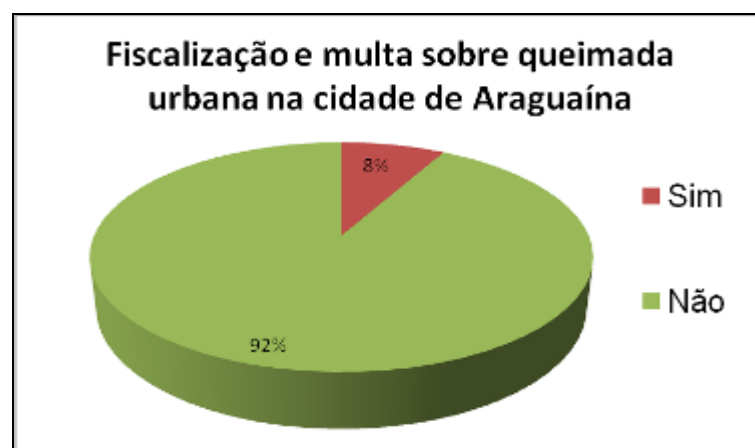
uma série de fatores técnicos e ambientais, pois a manutenção da arborização pode ser trabalhosa e onerosa para a administração. (MACHADO, OLIVEIRA, 2005, p. 60).

Há também aqueles que veem obstáculos em tudo, como por exemplo, um estudante que diz: *“forçar as pessoas a adotarem um hábito é complicado, seria mais adequada à utilização de campanhas e adoção de ações de educação ambiental para arborizar a cidade”*. Na mesma linha de raciocínio, um advogado afirma que: *“apesar de ser uma ideia que vem ajudar na questão do clima, a que se pensar que as raízes das árvores arrebatam as calçadas e a rede de esgoto em busca de água, principalmente no período de estiagem”*.

4. 5 - As queimadas urbanas em Araguaína e a qualidade de vida

Um dos problemas que este trabalho também aborda para melhor se compreender a paisagem urbana de Araguaína o caso das queimadas urbanas que afetam o cotidiano da sociedade araguainense. Colocar fogo em restos de entulhos no quintal ou até mesmo nas calçadas faz parte do processo de *“limpeza”* da cidade. É claro, esta atitude custa caro à saúde pública do município, mas, ao que parece, isto não tem sido combatido pelo poder público municipal local. Desta forma, procuramos empiricamente termos a opinião de nossos entrevistados sobre o problema em tela. É o que veremos a seguir.

Gráfico 10 - Fiscalização e multas acerca das queimadas urbanas



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada entre 2011 e 2012

Elaboração: SOUZA, Felex Martins de.

Pelo o gráfico 10 o que se vê 92% da população entrevistada afirma que o poder público municipal não aplica multas aos “ateadores” de fogo no perímetro urbano de Araguaína.

A realidade das queimadas urbanas de Araguaína é um caso sério que provoca muitas doenças respiratórias em crianças, idosos, jovens e adultos. Enfim, afetam a todos, de uma maneira geral. Veremos a opinião de uma professora universitária sobre o tema em tela.

Sabemos que as queimadas urbanas é um problema sério em nosso País, em nosso Estado e principalmente no município de Araguaína - TO. As pessoas ateam fogo no lixo, em árvores, entulho em praticamente “*tudo*”, e infelizmente nada é feito em prol de diminuir esse triste hábito. As pessoas pensam que tocando fogo no lixo vão está limpando seus quintais, engano, pois aumenta e agrava ainda mais os problemas, principalmente os relacionados à saúde pública, ao meio ambiente etc. O mais triste ainda é que as pessoas fazem isto e não são punidas. O que de certa forma influencia para o agravamento do problema. Uma das formas de estar fazendo essa fiscalização, seria aplicando multas nas pessoas que atemassem fogo nos quintais etc. E para quem não colocasse fogo, ganharia um desconto em alguma taxa o IPTU, por exemplo. Sabemos que só isso não é o suficiente, mas pode ser um começo para tentar mudar essa triste realidade. A conscientização e o trabalho ambiental nas escolas e com toda comunidade, é indispensável neste processo. (Entrevista realizada em outubro de 2011 com uma professora da UFT).

Fotografia 100 - Queimadas urbanas: colocam fogo até na Praça



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

Como se pode observar na fotografia 100, eles não respeitam nem a Praça do seu próprio bairro. É uma situação muito interessante de se ver. As pessoas recebem informações pelos meios de comunicação sobre vários problemas respiratórios que a fumaça pode provocar no ser humano, principalmente em crianças e idosos, no entanto, continuam colocando fogo em quase tudo e o poder público competente também nada faz

para coibir esta ação. Esta fotografia demonstra o prazer que se tem de atear fogo em tudo. Esta é a Praça do Residencial Jardim das flores em Araguaína – TO em maio de 2012. Voltando às entrevistas, vejamos os comentários de nossos interlocutores acerca do tema em questão.

O professor relatou, portanto sobre os problemas decorrentes de saúde que a população enfrenta em função das queimadas urbanas, além da falta de fiscalização do poder público local no sentido de coibir esta prática e ainda a falta de conscientização das pessoas que fazem isto. Por outro lado, um professor universitário afirma que:

Os órgãos responsáveis por isso pouco se preocupam. Isso aconteceu a poucos meses em que havia uma queimada atrás da Universidade Federal do Tocantins/Cimba próxima ao centro da cidade. Naquele momento liguei para o corpo de bombeiros, me fizeram um interrogatório como dados pessoais, trabalhistas, telefone e ao final da conversa alguém do outro lado da linha disse que eu precisava verificar se realmente a queimada era criminosa. Resumindo: na minha forma de avaliar saíram pela tangente. Parece que isso é cultural e aí a coisa é mais séria do que a gente pensa. Imagine uma autoridade que deve estar imbuída de um mínimo de conhecimento técnico para uma determinada tarefa, de repente prefere argumentar que é a questão cultural do povo que provoca queimadas. (Entrevista realizada em dezembro de 2011 com um professor da Universidade Federal do Tocantins).

De certa forma a situação é no mínimo constrangedora, pois alguém que está a serviço da população no sentido de *“apagar o fogo literalmente”*, usa de artifícios ou subterfúgios para fugir de sua responsabilidade enquanto tal, então o problema é muito mais sério do que possamos imaginar. Por sua vez, uma estudante universitária afirma que: *“as pessoas deveriam ser voluntárias para ver se aprende a respeitar o ambiente”*. Interessante também foi ouvir como resposta alguém dizer: *não conheço o assunto o suficiente para me manifestar*.

A fotografia 101 nos mostra como a paisagem urbana da cidade se modifica com a queimada. O fogo transforma a paisagem em um cemitério de árvores mortas por queimadas literalmente. É a falta de conscientização funcionando e o poder público nada faz para coibir tal irresponsabilidade que denigre a imagem paisagística da cidade, além de torná-la menos saudável. Esta área afetada pela queimada em maio do ano passado, agora recentemente teve aumentadas as voçorocas que, inclusive, destruiu a rodovia TO – 222, causando sérios prejuízos a toda sociedade araguainense que precisa trafegar por aquela via de circulação.

Fotografia 101 – Área de nascente atingida por Queimadas



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

Voltando às entrevistas, há quem diga que *a fiscalização deveria funcionar*. Além disso, segundo um balconista, há a necessidade de, num primeiro momento, criar “*guardas municipais ambientalistas urbanos suficientes, depois a aplicação da legislação sem jeitinhos*”. Por outro lado, um técnico em enfermagem alerta que “*a multa implica em perda de votos e neste caso o poder jurídico deveria atuar, pois a sociedade acredita neste tipo de prática como sendo correta*”. Um bancário comenta:

Acredito que uma maneira seria uma política de conscientização da população, com palestras, reunião mensal, não só durante a temporada de queimadas, quando é mais frequente o uso de fogo pela população. Mas também, poderia ser implantadas usinas de reciclagem do lixo e postos de coleta, visto que a maioria dos focos de incêndios é exatamente a queima de lixo. (Entrevista realizada em janeiro de 2012 com um bancário).

A questão da conscientização da população é recorrente e sempre há alguém concordando com essa forma de atenuar as queimadas urbanas em Araguaína – TO. Como se pode ver na fala de um autônomo, a seguir:

Desenvolver um trabalho de consciência da comunidade sobre os danos das queimadas para a saúde pública e de sua própria família. A multa, em si, é um último recurso a ser aplicado pelo poder público após uma ampla campanha que possa inverter o discurso de senso-comum que preconiza a queimada como forma de ‘limpeza’ de quintais e calçadas. (Entrevista realizada em janeiro de 2012 com um autônomo).

A fiscalização e punição sobre os infratores aparecem indiscutivelmente em praticamente todas as falas dos entrevistados. É evidente que alguns conseguem vislumbrar outros horizontes. Um estudante afirma que “*a fiscalização deveria se bastante rígida,*

porque não é falta de informações para a população na época (período seco) seca". Por outro lado, se tem um atendente de lanchonete que assevera: *"o correto seria fazer campanha educativa bem embasada e de fácil assimilação, bem como, criar mecanismo de punição financeira e criminal ao infrator"*. Um professor universitário afirma que:

Fiscaliza-se e multas ainda não presenciaram a ação de órgãos ambientais tanto municipais (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), quanto estadual (Naturatins), em minha ótica, vejo como órgãos omissos nas ações em que estão destinados. No meu mero ponto de vista, a fiscalização seguida de multas para quem pratica o ato de queimadas em galhadas de árvores, para limpeza de terrenos baldios, e principalmente em lixo domésticos, seria uma medida educativa e eficaz, até porque essas práticas todas agravam ainda mais os problemas de saúde pública (principalmente respiratórios), provocada pela baixa umidade relativa do ar, e consequentemente o aumento das temperaturas, que se intensificam no período de seca (Entrevista realizada em outubro de 2011 com um professor universitário).

Uma estudante universitária afirma que: *"no meu conhecimento não, mas pelo o que se observa, não dá a menor atenção ao processo"*. Por outro lado, temos um funcionário público dizendo que: *"acho que deveria haver uma fiscalização mais acirrada para esse tipo de crime ambiental"*. Já um instrutor de trânsito sentencia que: *"deveria ser colocar o indivíduo a prestar serviços sociais"*. Um escritor comenta que: *"deveria criar algum meio de punir as pessoas que provocam queimadas, pesando no bolso, aí sim as pessoas iriam repensar esse mau hábito"*. Um técnico em enfermagem diz: *"acho que a Prefeitura deveria fiscalizar multar e fazer com que as pessoas que ainda usam este procedimento sintam no bolso e mudem de atitude"*. A conscientização é uma das palavras-chave dos discursos de nossos entrevistados, um policial, por exemplo, comenta que: *"a conscientização da população através de panfletos e mídia e depois se não resolvesse aí então aplicava multas"*. Um comerciante afirma: *penso que as multas não sejam aplicadas, mas seria uma forma de evitar as queimadas que trazem inúmeros problemas, inclusive de saúde*. Um técnico do Naturatins afirma que:

O poder público municipal de Araguaína através de suas secretarias não tem o poder de fiscalizar os crimes ambientais, pois não pertence ao Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. A competência nesse caso é do IBAMA, NATURATINS ou CIPAMA. Através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, podem ser feitos trabalhos de orientação e educação ambiental, tal como, assistência técnica. São poucas as ações nesse sentido pelos órgãos competentes. Quando são feitas, são motivadas por denúncias. Uma das alternativas para melhorar a situação seria a efetivação da Secretaria de Meio Ambiente

no SISNAMA. (Entrevista realizada em novembro de 2011 com um Técnico do Naturatins).

Fotografia 102 - Mãos ardentes pelas queimadas urbanas



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em maio de 2012

As queimadas, como se pode observar na fotografia 102 são feitas sem nenhuma preocupação com os seus resultados e sem nenhuma precisão. Se é que existe necessidade de se fazer queimadas urbanas. Esta paisagem desoladora também fica no Residencial Jardim das Flores em Araguaína – TO.

Destacando novamente as questões levantadas pelos entrevistados, um professor universitário se preocupa até como o conteúdo científico de sua resposta em relação ao tema em tela. Veja o que ele diz:

Nesse caso devemos tomar cuidado para não darmos respostas vazias de conteúdo científico. Não é tarefa fácil dizer o que se deve fazer em tal situação, uma vez que a mesma é muito complexa. Sendo assim, merece uma análise a altura. Diante disso, faço minha análise apenas baseado em leituras e observações empíricas. Entendo que umas das possíveis soluções é o governo fazer sua parte colocando as leis ambientais em prática. E a sociedade devia aprender a ser cidadã, coisa que infelizmente ainda deixa a desejar. Talvez isso seja começo para que a realidade de nossa cidade mude. (Entrevista realizada em dezembro de 2011 com um professor universitário).

Já a fotografia 103 nos mostra a tentativa de queimar até o capim verde do canteiro da BR – 153 no perímetro urbano de Araguaína – TO. Isso acontece porque não há fiscalização nem punição por parte do poder público a quem comete este tipo de crime ambiental.

Fotografia 103 – Capim verde sendo queimado em Araguaína - TO



Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa de campo realizada em novembro de 2012

Um repositor afirma que as pessoas só se conscientizam da gravidade de uma situação quando sofrem no bolso as consequências, muito embora não se tenha conhecimento onde é aplicado o dinheiro arrecadado com multas. As multas não são aplicadas, mesmo porque nem fiscalização existe. O Estado, enquanto poder instituído que pode legalizar, regimentar, fiscalizar, punir e vigiar, não tem cumprido até o momento, estas funções necessárias para que estes problemas não aconteçam no perímetro urbano da cidade. Um auxiliar de serviços gerais observa: *“é preciso que junto com as multas viessem os benefícios e melhorias na pavimentação asfáltica”*. Por sua vez, um estudante universitário afirma: *implantar políticas de educação ambiental e posteriormente punições com a criação de um disque-denúncia, ou mecanismo similar*. Alternativas e soluções aos problemas de queimadas urbanas existem. O que falta é justamente a praticidade delas tanto por parte do poder local constituído, quanto pela sociedade araguainense como um todo. Um auxiliar de serviço de saúde comenta:

Penso que as multas não sejam aplicadas, mas seria uma forma de evitar as queimadas que trazem inúmeros problemas, inclusive de saúde. As campanhas educativas ainda são a melhor saída para desenvolver a consciência de que queimar é prejudicial em todos os sentidos, e afeta a todos. (Entrevista realizada em dezembro de 2011 com um auxiliar de serviço de saúde).

Outros entrevistados também afirmaram não ser esclarecidos no assunto e, por isso, não quiseram dar suas opiniões. Outros afirmaram que as autoridades constituídas deveriam multar e até prender os infratores, pois só assim aprenderiam a não cometer este tipo de crime ambiental. Houve quem dissesse também que há fiscalização, e ainda não há

orientações no sentido de se ter alternativas diferentes para as queimadas urbanas. Igualmente, dois funcionários públicos e um atendente de lanchonete defendem *“as multas e, e caso de reincidência, além das multas, uma pena de um a três anos de reclusão aos infratores ambientais”*. Igualmente, um policial e um técnico de enfermagem afirmaram que deveria ter uma *“atitude mais rígida para que todos vissem o erro dessas queimadas”*. Por seu turno, um estudante universitário afirma que:

Não tenho informações precisas sobre o assunto, mas no caso deles não efetuarem essa fiscalização e multa, em minha opinião deveria acontecer e de forma mais urgente. As pessoas que causam esse tipo de agressão ao meio ambiente deveriam não só pagar uma multa, mas também serem obrigadas a reflorestar o espaço atingido. (Entrevista realizada em dezembro de 2011 com um estudante universitário).

Há quem defendem o cumprimento da fiscalização por parte do poder público, seguido de penalidades, e a conscientização da sociedade. Um agente de portaria no diz: *“Independentemente do desconto no valor no IPTU, plantar uma árvore é dever de todo o cidadão consciente”*. Um técnico de enfermagem aponta que o poder público: *“não fiscaliza de forma alguma. Acho que medidas conjuntas com o corpo de bombeiros deveriam ser tomadas imediatamente, pois as queimadas além de poluir o ar, o campo visual, também é um ato de extrema falta de educação”*. As falas são contundentes em afirmar o problema da omissão do poder público em estar punindo os que não obedecem às leis instituídas. Há quem afirma que se o poder público multasse os infratores, eles teriam mais cuidado e não cometeriam este tipo de crime ambiental. Um operador de radiografia nos acrescenta: *“Através dos agentes responsáveis pelo serviço de fiscalização como: IBAMA, CORPO DE BOMBEIRO, etc.”* Um comerciante, por sua vez, nos diz que a existência de uma equipe especializada para fiscalizar e punir quem provoca queimadas seria o ideal.

Há quem defenda que a fiscalização e punição diretas seriam interessantes para melhorar a arborização da cidade, enquanto outros defendem a conscientização para que este tipo de crime ambiental deixe de existir na cidade de Araguaína. Afirmam também que a maioria da população coloca fogo em seus lixos domésticos em plena luz do dia e o poder público constituído não toma nenhuma providência contra tais atitudes irresponsáveis. Um atendente de lanchonete chega a afirmar que:

Creio que não. Em Araguaína, pode tudo, principalmente provocarem queimadas. Vejo como alternativa, uma conscientização da população através de um comentário, na TV, muito bem elaborado, que seria apresentado todos os dias, na hora do jornal (almoço).

Sendo um projeto que se estenderia até as escolas. (Entrevista realizada em novembro de 2011 com um atendente de lanchonete).

Um escritor afirma que não vê em jornais, revistas ou outras informações via internet que o poder público fiscalizou ou fiscaliza sobre queimadas. Essa situação deveria mudar, se a população também argumentasse a preservação do ambiente por parte dos dirigentes (poder). Por sua vez, um balconista afirma também que as pessoas só se conscientizam da gravidade de uma situação quando sofrem no bolso as consequências, muito embora não se tenha conhecimento onde é aplicado o dinheiro arrecadado com multas. Um operador de caixa nos fundamenta que:

Nunca presenciei um acontecimento desses e nem fiquei sabendo disso. E o que eu vejo e sempre pessoas provocando queimadas. Acho que incentivar a educação ambiental seriam uma ótima opção para mudar o pensamento dessas pessoas ou até mesmo multas as pessoas que fazem queimadas. (Entrevista realizada em dezembro de 2011 com um operador de caixa)

As fiscalizações deixam a desejar e o poder público é ausente neste quesito. Falta mais participação das pessoas conscientes em ações ambientais contra este tipo de crime. Um policial nos afirma que: *“a fiscalização das queimadas deveria ser feita pela própria população, onde o responsável pelo foco de queimada seria denunciado pelo seu vizinho, por exemplo. Mas para que isto aconteça é necessária à conscientização de todos”*. Um professor universitário é sintético ao afirmar que: *“a alternativa séria seria a Prefeitura encontrar uma maneira de punir”*. Ele nos aponta ainda: *três formas sequenciais: 1) Educação; 2) fiscalização e 3) Punição*. E defende também que os infratores façam *“o plantio ou reflorestamento dessas áreas”*.

Pelo que pudemos acompanhar ao longo da discussão desse problema que afeta toda a sociedade araguainense, independentemente de status social, político, racial, estético, cultural, etc., é que os entrevistados apontaram várias soluções onde o poder público pode tomar decisões sábias que inibam este tipo de crime ambiental. O grupo de pessoas entrevistadas está consciente da necessidade da Educação, da fiscalização e punição aos infratores, como maneiras de inibi-los em suas atitudes deselegantes em relação à sociedade e ao meio ambiente araguainense.

Dando sequência ao nosso estudo em tela, para clarificar um pouco mais a razão do cenário urbano que temos em Araguaína, também aplicamos uma questão onde

os entrevistados pudessem expressar suas opiniões sobre a mobilidade urbana da cidade e a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, como veremos a seguir.

4. 6 - É possível humanização da mobilidade urbana em Araguaína – TO?

Ao trafegar pelas ruas de Araguaína é comum se observar obstáculos que impedem a mobilidade urbana das pessoas. Calçadas sem nivelamento (quando elas existem). Entulhos de todas as espécies espalhados pelos espaços públicos. Fossas nas calçadas que causam medo às pessoas, além de danos à saúde pública, são alguns dos obstáculos que perturbam a ordem pública da mobilidade urbana de Araguaína. Assim sendo, uma das perguntas dirigidas aos nossos entrevistados foi: *o que é preciso fazer para que os portadores de necessidades especiais tenham acessibilidade no espaço urbano de Araguaína?*

Por outro lado, Oliveira e Pereira, (2001) faziam um alerta sobre a problemática afirmando que:

Este estudo será voltado para a dificuldade das pessoas com necessidades especiais se locomoverem na cidade de Araguaína, visto que a urbanização desta cidade não foi estruturada a partir de um planejamento e projeto arquitetônico, não houve uma preocupação em construir um espaço urbano humanizado, respeitando as diferenças e diversidades individuais, bem como, não atende as necessidades básicas de locomoção dos cidadãos araguainenses. (OLIVEIRA, PEREIRA, 2011, p. 181).

Desta maneira é preciso que o poder público se responsabilize pela construção e manutenção dos passeios públicos (calçadas), mantendo assim, uma padronização na construção dos mesmos, com rampas de acesso não só nos passeios, mas também em estabelecimentos públicos e privados. São estas as principais falas dos nossos entrevistados.

Na fotografia 104 pode se observar que foi feito o estacionamento para acomodar os veículos sem prejudicar a trafegabilidade dos pedestres e portadores de necessidades especiais, uma vez que a calçada é nivelada e ainda possui algumas rampas. Infelizmente, isso existe apenas em um trecho da Avenida Cônego João Lima que passou por um processo de *“revitalização urbana”*. Acima da Avenida Castelo Branco até o encontro dela (Avenida Cônego João Lima) com a Igreja Presbiteriana e na outra parte que vai da Marginal Neblina até o entroncamento, ela continua com o mesmo jeito das outras ruas e

avenidas espalhadas por toda a cidade de Araguaína. Quer dizer, sem dar condições dignas aos pedestres e portadores de necessidades especiais, uma vez que suas calçadas não são niveladas e nem possuem rampas de acesso.

Fotografia 104 - Acessibilidade na Avenida Cônego João Lima



Fonte: OLIVEIRA, Arilma Helena. Pesquisa de campo realizada em 2009

Entrando literalmente nas falas de nossos entrevistados, percebe-se que há uma preocupação por parte deles no sentido de Araguaína se adequar urbanisticamente a essa nova realidade de mobilidade das pessoas com NE (Necessidades Especiais). Evidencia-se, portanto, que a humanização das calçadas de Araguaína ainda está distante de se concretizar de fato no cotidiano das pessoas usuárias deste espaço público. Vejamos a fala de um técnico:

Infelizmente, até mesmo a grande maioria das instituições públicas instaladas na cidade, fere esse direito constitucional, através de barreiras arquitetônicas quase que intransponíveis. É sabido que para se construir obras arquitetônicas é preciso que o responsável e a obra estejam cadastrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-TO, afim de fiscalização profissional. O fato é que, a partir desse ano para a construção ou reforma de prédios públicos em geral e privados para atendimento ao público, é obrigatória a apresentação de Assinatura de Responsabilidade Técnica - ART de construção dos itens de acessibilidades. Já é um avanço. (Entrevista realizada com um técnico em novembro de 2011).

Fotografia 105 - Rua 1º de Janeiro, onde está a acessibilidade?



Fonte: OLIVEIRA, Arilma Helena. Pesquisa realizada em 2009

Um instrutor de trânsito nos afirma: *“é preciso obedecer à lei da acessibilidade”*. Um bancário por sua vez comenta que é necessário: *“padronizar as calçadas e fazer rampas, etc.”* Por seu turno, um autônomo é mais enfático ao dizer que: *“a população tem que se conscientizar que a pessoas existem e têm o direito de ir e vir como qualquer outro indivíduo comum”*.

Para um operador de radiografia está havendo uma exclusão muito grande e todas as pessoas têm os mesmos direitos. Um estudante afirma que: *“as pessoas que têm necessidades especiais deveriam procurar o Ministério Público e entrar com ação na justiça exigindo que se cumpra com seus direitos”*. Para um atendente de lanchonete seria interessante *“continuar com as construções de rampas nas calçadas e exigir que todos os carros de empresas sejam adaptados para cadeirantes”*. Na fotografia 105 podemos ver o desnível da calçada na rua 1º de Janeiro, no centro da cidade de Araguaína, o que impossibilita a trafegabilidade/mobilidade aos portadores de Necessidades Especiais.

Para uma professora universitária é preciso conscientização do poder público e também da própria sociedade araguainense sobre o que dispõe a LDB em relação aos Portadores de Necessidades Especiais. Ela nos afirma que:

Segundo a LDB nos artigos 58 e 59, a lei 9.394/96 estabelece as diretrizes e base da educação nacional, para o acesso aos cidadãos com necessidades especiais na educação, porém há um grande trabalho de conscientização ao atendimento especializado na sociedade. Poucas pessoas ou até mesmo, os dirigentes talvez não tenha conhecimento da necessidade de acesso aos PNE (Portadores de Necessidades Especiais), a partir daí cabe aos representantes deles rever o progresso para a cidade adaptar aos Portadores de

Necessidades Especiais. (Entrevista realizada com uma professora universitária em fevereiro de 2012).

Por seu turno, Oliveira e Pereira (2011), são bem críticos ao discutir a problemática em tela ao afirmarem que:

O processo de acessibilidade busca eliminar os obstáculos e barreiras arquitetônicas que, por ventura, estejam impossibilitando a comunidade de se movimentar dentro do espaço urbano. Assim, a cidade de Araguaína, é vista, principalmente pelas pessoas com NE, como um espaço urbano perigoso, cheio de “*armadilhas*” e obstáculos a serem enfrentados, requerendo muita disposição e paciência por parte das pessoas que apresentam alguma limitação, pois sair de casa para estas pessoas não é um prazer, mas um grande desafio. (OLIVEIRA, PEREIRA, 2011, p. 181-2).

Os entrevistados estão conscientes da necessidade de mudança na forma de conduzir a produção do espaço urbano de Araguaína, tanto pelo poder público, tanto quanto pela sociedade araguainense. Muitos falaram da necessidade de se criar rampas de acesso nas calçadas para melhorar a mobilidade urbana das pedestres, principalmente os portadores e necessidades especiais. Um professor universitário faz severas críticas ao apontar que:

Em primeiro lugar essa cidade como na maioria das cidades brasileiras, não existe nenhuma infraestrutura para os deficientes. As calçadas aqui parecem mais uma rocha extrusiva arroio, cheia de altos e baixos. O que se deve fazer na minha concepção é construir calçadas para que os deficientes tenham mínimas condições de se locomoverem pela cidade. Isso é sem dúvida, básico. A criação de um sistema de transporte específico para os deficientes também se faz necessário. (Entrevista realizada com um professor universitário em novembro de 2011).

Muitos alegaram a necessidade de rampas nas calçadas e mais fiscalização para garantir seus direitos. Além da divulgação do problema, eles merecem e tem direitos iguais. Um agente de portaria afirma: “*precisa fazer uma reformulação em todas as calçadas, ruas, em todo o espaço urbano, pois nem veículo de maior porte consegue trafegar nesta “magnífica” cidade*”. A maioria de nossos entrevistados disse praticamente a mesma coisa, cada um da sua maneira, mas essencialmente cobrando mais do poder público e conscientização da sociedade sobre a problemática aqui em tela. Uma acadêmica do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins é incisiva em dizer que:

Deveria ser feito o que foi feito na Avenida Cônego João Lima (em partes) refazer todas as calçadas em um mesmo nível, pois, sabemos que é impossível um cadeirante ter acessibilidade utilizando-se das calçadas que cheias de altos e baixos, mais aparecem escadas. (Re) organizar praticamente toda cidade de Araguaína - TO, principalmente no centro da cidade, onde ao andarmos em meio as suas ruas, já sentimos dificuldade, imagina só uma pessoa que tem algum tipo de necessidade especial, como, um cadeirante por exemplo. Pra começar, as ruas são cheias de altos e baixos, na maioria das vezes não possuem rampas, em vez disso tem muitos degraus, as ruas e as calçadas, são irregulares. E ainda por cima, tem lugares que nem ao menos se quer tem calçada, sendo um verdadeiro descaso com a população araguainense. (Entrevista realizada com uma acadêmica do curso de Geografia setembro de 2011).

A referida acadêmica do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins continua sua fala nos dizendo que:

Observando que não só as ruas não fornecem possibilidades de locomoção para as pessoas portadora de algum tipo de necessidade especial, como a maioria das lojas, comércios, escolas, hospitais etc., também não fornecem condições de locomoção, segura e com qualidade principalmente para os cadeirantes. Sabemos que é preciso mudança e rápido, mas infelizmente nossos representantes no poder legislativo, e junto aos órgãos competentes, na maioria das vezes não dão a devida atenção ao problema, ou nem se quer olha para este. E se olha não faz nada a respeito, para tentar solucionar ou pelo menos amenizar a situação. É preciso dar possibilidades para todos os cidadãos, e o processo de inclusão é essencial, nesse processo, mas nem sempre vemos este acontecer, e se vemos não é da forma devida. (Entrevista realizada com uma acadêmica do curso de Geografia setembro de 2011).

Um eletricitário afirma: *“é preciso humanizar a cidade”*. E continua dizendo que: *“é preciso lembrar que antes desta cidade ser uma capital econômica é uma cidade de indivíduos que tem mobilidade e que não tem mobilidade, jovens e idosos, ricos e pobres, etc”*. Um escritor também opina: *“é preciso que as leis com relação a isto sejam aplicadas no sentido de adequar calçadas passeios e outros a fim de atender a todos”*. Uma Assessora Jurídica comenta que: *“aplicar multas e punições às repartições privadas e públicas, que dificultam essa acessibilidade bem como promover campanhas mais duras e frequentes para conscientização da população”*. Por outro lado, Oliveira, Pereira (2011) nos afirmam que:

A acessibilidade é mais que apenas construir rampas, embora seja um passo fundamental para sua efetivação. A acessibilidade é uma visão ampla da liberdade humana em sua

essência diz respeito: à educação, ao lazer, ao esporte, ao trabalho, à cultura; à informações, englobando o ser humano como um todo dentro do espaço urbano, dando possibilidade de qualquer indivíduo sentir-se satisfeito ao está inserido na sociedade. (OLIVEIRA, PEREIRA, 2011, p. 182).

Um comerciário afirma que: *a cidade de Araguaína não apresenta estrutura nenhuma aos Portadores de Necessidade Especiais*. São problemas interessantes que os Portadores de Necessidades Especiais enfrentam em seu cotidiano. O eletricitário continua sua fala: *“os mesmos sofrem com a ausência de acesso nas calçadas, as quais não oferecem segurança por serem irregulares. Não é triste essa situação? O poder público fecham os olhos para esse problema”*. Vejamos a fotografia de calçada com desnível na Rua Ademar Vicente Ferreira no Centro de Araguaína.

Fotografia 106 - Rua Ademar Vicente Ferreira, acessibilidade?



Fonte: OLIVEIRA, Arilma Helena. Pesquisa de campo realizada em 2009

É preciso *“uniformizar as calçadas e fiscalizar, através de uma futura Guarda Municipal coibindo o estacionamento nos pontos especiais”*, afirma um corretor de imóveis e automóveis. Uma estudante universitária parecia bem revoltada ao dizer que: *“é preciso que o prefeito ou responsável da cidade crie vergonha na cara e passem a dar a atenção necessária, as pessoas especiais, multando os moradores para que formalize suas calçadas”*. Falta respeito aos portadores de Necessidades Especiais. Por outro lado, Oliveira, Pereira (2011) colocam que:

De acordo com estes parâmetros legais, percebe-se que a política de inclusão é a “mola” da transformação social a partir de um contexto espacial acessível e acolhedor frente à diversidade social, contribuindo com a valorização de todos os cidadãos sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito, instigando-os a modificar sua visão de mundo e de

sociedade e, a ressignificar conceitos; romper paradigmas e reconstruir uma nova mentalidade diante da realidade que o cerca. (OLIVEIRA, PEREIRA, 2011, p.184).

Há problemas de acessibilidades em quase toda a cidade de Araguaína. O que existe “são algumas rampas nas calçadas”, afirma um vigilante e continua falando que: *“deveria ter acesso com rampa em todas as vias da cidade. Uma pavimentação adequada em todos os setores. Transportes adequados. Enfim, muitas melhorias para pessoas com necessidades especiais”*. Já um policial observa que: *“as calçadas mais parecem com escadarias dificultando a locomoção destas pessoas”*. Um técnico em enfermagem coloca que: *“o município crie lei que obrigue os comerciantes a adaptarem o comércio com acessibilidade para estes lugares”*. Um balconista, discorrendo sobre o assunto, afirma: *“deveriam construir rampas de acesso em todas as calçadas e multar que desobedecessem a essa exigência”*. Um estudante colabora com a discussão, afirmando:

Em primeiro lugar, fazer com que a população se conscientize de que quem tem necessidades especiais precisa de acessibilidade. Por exemplo: os cadeirantes precisam de rampas, mas o que eu acho de suma importância, é ter calçadas, com a mesma altura e sem degraus, pois assim facilitaria a vida não só dos cadeirantes, como também os cegos e os idosos. (Entrevista realizada com um estudante em novembro de 2011).

Para um autônomo, *“a acessibilidade é uma palavra que deveria englobar o público e o privado, pois o bem estar dessa sociedade depende diretamente da conciliação destas duas autarquias”*. Um atendente de lanchonete é mais crítico ainda, afirmando que *“seria interessante construir uma nova cidade, pois Araguaína está totalmente irregular aos portadores de necessidades especiais em todos seus aspectos”*. Um professor universitário é da seguinte opinião:

É preciso fazer adaptações nos locais públicos, para que as pessoas com necessidades especiais tenham acessibilidades. Escolas, calçadas, ônibus, bancos, igrejas, etc. Isto, infelizmente não acontece nos dias dia hoje em Araguaína. O poder público não está preocupado com esta situação de nossa cidade. (Entrevista realizada com um professor universitário em outubro de 2011).

Um professor universitário nos diz que existem algumas razões básicas: *“DIREITO AO URBANO, com calçadas de alturas contínuas, rampas suficientes, sinais de pedestre visual e sonoro, ônibus rebaixado, instituições e comércio com o mínimo de adaptação”*. Por seu turno, um bancário nos afirma que: *“é necessária uma grande*

reforma em calçadas, edifícios e ruas, o que não ocorrerá devido à péssima situação dos passeios públicos". Por outro lado, um professor universitário assevera que:

A primeira coisa: exigir através do código de postura que as calçadas sejam niveladas e recuperadas, principalmente no centro. Juntamente com essa exigência trabalhar campanhas prolongadas e maciças na mídia local, mas, também nas instituições públicas como escolas, igrejas, clubes e associações de moradores, etc. (Entrevista realizada com um professor universitário em maio de 2011).

A cidade de Araguaína carece de projetos urbanísticos. Um auxiliar de serviço de saúde alerta que: *"a cidade tem que ter um projeto em que comporte esse tipo de acessibilidade, ou seja, o nosso plano diretor tem que ser realmente vivenciado e experienciado"*. Uma secretária fala que Araguaína tem que *"adaptar seus espaços com sinalizações e lugares necessários"*. Um funcionário público fala da necessidade dos gestores de pensarem nestas pessoas e construir rampas de acesso. Um instrutor de trânsito fala que *"o primeiro passo é copiar os projetos desenvolvidos em outras cidades que têm dado certo, e organizando e pavimentando as ruas criar rampas de acesso em prédios públicos, logradouros, praças"*. Um estudante universitário afirma que:

Concentrar mais os projetos urbanos como forma de garantir aos cadeirantes, por exemplo, a acessibilidade. Isto porque, todos os projetos governamentais estão voltados para alienar aqueles que têm o poder do voto, no que se diz respeito à quantidade. Fazer um trabalho de conscientização com a população a respeito do espaço das calçadas. O poder público poderia projetar o espaço urbano, mas colocando sempre os deficientes com prioridade, criando juntamente com a população um espaço onde todos os cidadãos pudessem usufruir de suas benesses. (Entrevista realizada com um estudante universitário em novembro de 2011).

É preciso *"educar os cidadãos para respeitar e se possível, ajudar os portadores de necessidades especiais"*, comenta um consultor técnico. Para ele, *"em segundo lugar, padronizar as calçadas segundo as necessidades deles e em terceiro lugar, ter ônibus com rampas para eles"*. Um comerciante afirma que seria necessário um *novo recapeamento das calçadas, e, ainda, reconstruir todas as calçadas e acesso de lojas e órgãos públicos da cidade, porque, na verdade, é visivelmente impossível os portadores de necessidades especiais transitarem pelas ruas da cidade*. Por sua vez, um escritor dá sequência a essa fala, afirmando que: *"deve haver uma maior conscientização da sociedade em si, em aceitar os mesmos por igual e principalmente em ajudá-los,*

facilitando assim a aproximação entre todos, sendo mais fácil a inserção dos mesmos no próprio espaço”.

As respostas de nossos entrevistados são ricas em sugestões ao poder público para que o mesmo faça algo em prol da cidade de Araguaína. Para um estudante universitário a resposta é: *“acredito que teria que primeiro haver um reordenamento em relação à rede de energia, fossas, etc.”*. Como se vê, o mesmo se preocupava com a rede elétrica e com as fossas nas calçadas. Para um agente de portaria, *“aí teríamos uma sociedade mais fria e com boa saúde”*. Um Operador de caixa afirma que: *“ficaria mais bonitas as casas e mais confortáveis. Eu particularmente gosto de plantas”*. Um repositor, por sua vez no diz que: *“Seria uma grande melhoria para o ambiente em que vivemos”*. Continuando a discussão acerca do tema em tela, um policial comenta que: *“essa medida ajuda a arborizar a cidade, uma vez que, a mesma é muito quente”*.

Pelas respostas que se obteve ao longo da pesquisa de campo, aplicação do questionário e até mesmo em conversas informais, percebe-se que as pessoas estão interessadas em fazer uma Araguaína melhor no sentido da qualidade socioambiental.

Por outro lado, uma tendente de lanchonete comenta que: *“é interessante que esta política de incentivos fiscais aconteça, pois, todos iriam ganhar”*. Seria bom para o poder público e para a sociedade como um todo já que: *trariam benefícios para todos, inclusive para os moradores, pois a sombra seria a principal*.

O poder público precisa se manifestar por meio de ações concretas tentando inibir esses problemas socioambientais urbanos da cidade em favor de uma qualidade de vida maior para todos os araguainenses. Ainda há muito que se fazer nesta direção.

Portanto, este trabalho com certeza será de importância ímpar para começar a discussão sobre o tema em tela e posteriormente, propor as ações no sentido de dirimir tais problemas, possam acontecer.

CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi compreender a formação da paisagem urbana de Araguaína – TO, como resposta às ações humanas, conjuntamente com os seus aspectos físicos, observando que estas têm relações intrínsecas com a cultura, política, economia e ética das pessoas do local, além das influências exercidas externamente por meio do processo histórico de sua ocupação em sua construção espacial. Desta maneira, a categoria paisagem foi trabalhada no sentido de dar o embasamento teórico necessário para a interpretação e a compreensão da realidade aqui estudada. Além do embasamento teórico, necessário ao trabalho desenvolvido, também buscamos referenciais metodológicos para o bom desenvolvimento da pesquisa. Mesmo porque, a metodologia é o caminho percorrido pelo pesquisador em seu processo de produção acadêmica. Buscamos desta forma, compreender a paisagem urbana de Araguaína no tempo/espço levando em consideração os vários momentos de sua construção histórica espacial, evidenciando a cultura de sua população, sua forma de pensar, agir, estar e produzir seu lugar de sobrevivência.

É interessante salientar que os entrevistados foram os personagens principais nesta abordagem geográfica que levou em consideração o espaço vivido, sentido, percebido, agido e produzido de acordo com as condições históricas, culturais, econômicas e naturais. Os entrevistados puderam dar suas opiniões acerca das paisagens urbanas mais bonitas de Araguaína, bem como, aquelas que os mesmos consideravam menos atraentes. Por meio de suas respostas que apontaram as paisagens mais bonitas e a menos agradáveis foi possível elaborar tabelas, gráficos, mapas e fotografar os locais referenciados por eles para melhor compreendermos a razões de suas escolhas.

Diante deste cenário, a paisagem urbana de Araguaína inclui as fossas nas calçadas com todos os seus problemas. O cheiro, a fealdade, o susto dos pedestres ao trafegarem pelas calçadas, a contaminação do lençol freático, entre tantos os outros problemas apontados pelos usuários urbanos por nós entrevistados, são indiscutivelmente, componentes da paisagem urbana araguainense e como tais devem ser estudados. Cabe, portanto às autoridades competentes uma atitude de intervenção urbanística que minimize esse problema que compõe o cenário urbano de Araguaína. É preciso que o saneamento básico seja implantado com a máxima urgência para que as fossas nas calçadas não continuem se expandindo pela cidade. Assim sendo, o poder público constituído precisa tomar providências, no sentido de coibir essa prática de produção do espaço urbano

araguainense. Na verdade, o mesmo precisa fazer cumprir a lei por meio de uma fiscalização que repreenda seus infratores se caso continuarem praticando tal desvio de conduta urbana.

Ao longo da tese várias propostas foram feitas por parte dos entrevistados. Eles querem mudança de postura do poder público municipal em relação à regulação e fiscalização a quem desobedecer à lei. O mínimo de ordem é preciso ter para que a cidade tenha maior sustentabilidade social e ambiental. Mas para que isto aconteça é necessário um trabalho de conscientização no primeiro momento e cobranças das regras urbanísticas por parte do poder constituído depois. A fiscalização sobre os infratores aparecem indiscutivelmente em praticamente todas as falas dos entrevistados. É evidente que alguns conseguem vislumbrar outros horizontes. Mesmo porque, o universo de pessoas entrevistadas é totalmente a favor da fiscalização a quem desobedecer à ordem estabelecida em lei.

Sabemos que o poder público precisa se manifestar por meio de ações concretas, tentando inibir esses problemas socioambientais urbanos da cidade em favor de uma qualidade de vida maior para todos os araguainenses. Ainda há muito que se fazer nesta direção. Portanto, a pesquisa será de importância ímpar para começar a discussão sobre o tema em tela e posteriormente, propor as ações no sentido de dirimir tais problemas. Mesmo porque existem poucos trabalhos acadêmicos voltados para a compreensão do fenômeno urbano sob a égide de leituras e paisagens urbanas, e, em se tratando de uma cidade do interior do Estado do Tocantins, a escassez é ainda maior. Desta maneira, estudos acadêmicos que focalizam a categoria paisagem, verificando como acontecem as territorialidades no lugar, no território, no espaço geográfico por meio dos cenários criados pelo laborar humano, levando-se em consideração o aspecto físico onde a cidade está situada, bem como, a economia, a cultura, as relações sociais e a ética dessa construção espacial, fazem-se necessários para melhor entendermos essa realidade para melhor nos organizarmos nela como seres humanos e sociais.

Neste sentido, os trabalhos acadêmicos devem se voltar para a realidade em busca de melhores soluções aos problemas existentes neste local onde eles estão inseridos. Assim sendo, essa tese, além de ser uma exigência acadêmica, buscou também, compreender a produção do espaço urbano araguainense em seu contexto histórico, político, social,

cultural e ético, por meio de suas paisagens urbanas apontadas pelos entrevistados, que por sua vez, fizeram considerações importantes sobre a realidade então estudada, como pudemos observar ao longo deste texto.

Os problemas urbanos existentes em Araguaína podem ser mitigados a partir do momento em que o poder público consciente de seu trabalho e sociedade consciente de si e de seus direitos e deveres de ser social, se unirem em prol de uma cidade com maior sustentabilidade social e ecológica. Portanto, este trabalho servirá como fonte de pesquisa e de ação aos moradores e poder público. Quando nos referimos aos moradores, podemos destacar as associações de moradores de bairros, clubes de serviços, como exemplos, entre outros.

Os dados levantados neste trabalho são importantes para que o poder público local tome medidas corretivas e até preventivas contra vários problemas urbanos que ocorrem nesta cidade, principalmente pela ausência da fiscalização que trabalha em prol da sociedade araguainense como um todo e não apenas para tirar proveito político eleitoral. O saneamento básico é indispensável para dirimir muitos problemas urbanos em Araguaína. É preciso que a sociedade também saiba defender seus direitos, mas também cumprir com seus deveres de cidadãos, ou seja, ela precisa cumprir seu papel como usuária do espaço urbano dando sua contribuição na minoração de problemas ocasionados, por exemplo, pelas queimadas urbanas, pelo lixo acumulado nas ruas, córregos e nascentes. Problemas de mobilidade urbana ocasionados pela falta de calçadas ou se elas existem, são desniveladas. Problemas também pelo número excessivo de fossas nas calçadas e pela invasão de espaço público pelo uso privado e também pela falta de arborização nas ruas.

De uma maneira geral, o poder público local precisa agir no sentido de fazer sua parte enquanto gestor, mas ele também necessita estar mais presente na fiscalização fazendo com que a sociedade araguainense também cumpra com o seu papel. O Plano Diretor precisa “*sair da gaveta*” e ir para as ruas a serviço do bem-estar araguainense. Mas isto só será possível com uma sociedade mais esclarecida de seus direitos e deveres também, exigindo mais do poder público local e assumindo as suas responsabilidades também.

Assim sendo, é preciso pensar uma cidade com maior qualidade de vida para todos os cidadãos e, principalmente, respeitando o meio ambiente. É evidente que este trabalho não se encerra aqui. Aqui é apenas o começo de uma longa jornada de proposições

e enfrentamentos para que esta cidade seja considerada adequada aos parâmetros mundial de qualidade de vida e bem-estar dos seus moradores.

As discussões acerca da humanização do espaço urbano araguainense devem levar em consideração a lógica da coesão social, ambiental, cultural da produção do espaço com maior sustentabilidade. É preciso que haja um planejamento urbano adequado, com boa gestão do poder público, consciência política e participação popular nos novos rumos da reconstrução espacial da cidade.

O planejamento urbano e regional deve estar atrelado aos valores humanos, aos cuidados com o meio ambiente por parte das novas ações a ser implementadas, bem como, das possíveis correções de falhas que já foram ocasionados na produção de seu espaço urbano. Quando nos referimos às correções de falhas já ocorridas, queremos dizer, da falta de arborização nas ruas de Araguaína, das fossas nas calçadas, da falta de acessibilidade, da ocupação de áreas de proteção ambiental, dentre outras.

A cidade não pode continuar crescendo de forma desordenada, injusta socioambientalmente e com problemas que se tornaram vitalícios. A cidade deve cumprir a sua função social, ambiental e cultural, evitando os atuais transtornos que afetam a todos os cidadãos araguainenses. Existem muitos caminhos para se chegar à cidade que desejamos e queremos, um deles é, indiscutivelmente, a busca de uma sociedade que pense mais no coletivo e não apenas individualmente. Deixar de pensar individualmente é a melhor forma para se conseguir uma cidade mais igualitária, humana, democrática, cidadã e ambientalmente sustentável.

É possível construir um espaço urbano diferente do que tem sido feito até agora. É possível reverter esse quadro caótico de urbanização que destrói o meio ambiente a alma humana. É possível ter cuidado com a natureza em sua ação local tendo uma visão mais global daquilo que se pratica cotidianamente. O que tem dado certo em outros lugares deve ser aplicado no local. É preciso e possível priorizar as pessoas humanas em suas múltiplas condições societárias, para assim se falar em cidade cidadã onde o ser humano tenha o mínimo de dignidade e a natureza tenha a sustentabilidade lógica que atenda aos seus princípios elementares de existência.

Esse trabalho, na verdade, é um levantamento prévio sobre os problemas urbanos aqui abordados, discutidos e analisados, onde se sentiu a necessidade de mudanças de condutas tanto do poder público local constituído, quanto da própria sociedade araguainense em si. As respostas obtidas em nossa pesquisa demonstraram que os

entrevistados querem mudanças na organização espacial da cidade de Araguaína. Assim sendo, pensamos em algumas ideias que podem ser colocadas em prática tanto por parte do poder público local constituído, quanto pela sociedade araguainense como um todo.

A princípio, após a defesa da tese, estamos com a ideia de elaborar um ciclo de palestras onde faremos exposição dos resultados aqui alcançados. A divulgação por meio de palestras que tem por objetivo demonstrar que é possível estabelecer mudanças na forma de organizar o espaço urbano de Araguaína será em clubes de serviços, associações de moradores, igrejas, sindicatos, associações de catadores de lixo, câmara de vereadores, ONGs, etc. Acreditamos que desta forma se fará uma mobilização da sociedade araguainense no sentido de sensibilizá-la para os desafios de uma cidade mais justa e igualitária com sustentabilidade ambiental.

Esse ciclo de palestras fará parte de um projeto de extensão da Universidade Federal do Tocantins que trabalhará em conjunto com a sociedade organizada de Araguaína. Além do projeto de extensão universitária, também criaremos o NEURA – Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais de Araguaína, com o objetivo de melhor estudar a cidade de Araguaína e propor soluções urbanísticas em parceria com as secretarias da prefeitura municipal e demais entidades do gênero.

Além das entidades de classes, gestores públicos, associações, etc., antes citados, é importante dizer que faremos um ciclo de palestras também nas escolas públicas e privadas para divulgar os resultados do trabalho, na tentativa de sensibilizar alunos e professores sobre a necessidade de reversão do atual quadro em que se encontra a organização espacial, social e ambiental de Araguaína.

O Plano Diretor de Araguaína também terá muita importância nesse novo pensar o espaço urbano da cidade. É preciso que as diretrizes apontadas no mesmo sejam executadas na prática cotidiana da produção do espaço araguainense para que a cidade obtenha maior qualidade de vida. Araguaína possui um crescimento grande de forma horizontal, impossibilitando que as já escassas infraestruturas sejam de uso a todos os cidadãos. Se houvessem um adensamento maior por meio da verticalização do crescimento urbano da cidade, com certeza haveria melhor aproveitamento de sua infraestrutura. Assim sendo, haveria mais inclusão social e ampliação da cidadania.

A população araguainense precisa ser mobilizada e conscientizada acerca de seu papel como agente de produção do espaço urbano, além, dessa responsabilidade para si, também precisa se mobilizar politicamente para cobrar do poder público constituído

melhores ações que viabilizem uma sustentabilidade ecológica, social e cultural da cidade. A população precisa ter acesso e oportunidades aos bens da cidade, mas, no caso específico, estes bens precisam ser construídos ainda pelo poder público.

Acreditamos que desta maneira este trabalho terá importância significativa para o desenvolvimento urbano de Araguaína, uma vez que se propõe ir além das discussões especulativas para a praticidade em conjunto com a própria sociedade. Os pesquisadores da Universidade Federal, em parceria com outras entidades que fazem parte do cenário araguainense trabalharão em prol de uma cidade mais justa econômica, social e ambientalmente para todos.

Além dessas práticas mencionadas para a divulgação e debate sobre o trabalho por nós elaborado junto à comunidade araguainense, com certeza teremos novas pesquisas acerca dessa realidade urbana tão escassa de estudos que vislumbre uma contribuição na melhoria da qualidade de vida de todos os seus cidadãos. Ou seja, essa pesquisa é apenas o começo de um trabalho que deve ser continuado por outros pesquisadores e pessoas interessadas em dar suas contribuições na criação de um novo cenário urbano para Araguaína – TO. Enfim, esse trabalho está apenas começando. Há um percurso muito grande a ser percorrido, mas os primeiros passos foram dados.

REFERÊNCIAS

- AJARA, Cesar. População In: **GEOGRAFIA DO BRASIL: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Volume 1. p. 123 a 148.
- ALENCAR, Sônia Maria Batista, VASCONCELOS FILHO, João Manoel. As disfunções Urbanas sob o olhar da problemática sócio-ambiental: um olhar sobre Araguaína in: MACHADO, Carlos Augusto, SIEBEN, Airton (orgs.) **DESNVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**. Goiânia: Kelps, 2011.
- ALMEIDA, Alcionir Pazatto. **A Percepção da Paisagem Urbana de Santa Maria/RS e os Sentimentos de Topofilia e Topofobia de Seus Moradores**. Santa Maria. UFSM, 2007. (Dissertação de Mestrado).
- AQUINO, Napoleão Araújo de. A Construção da Belém-Brasília e suas implicações no Processo de Urbanização do Estado do Tocantins. In. GIRALDIN, Odair (org.) **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2002.
- ARANTES, Antonio A. **Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Goiânia: As imagens da cidade e a produção do urbano. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia da Cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- ASSIS, Wilson Rocha. **Estudos de História de Goiás**. 2. Ed. Goiânia: Editora Vieira, 2009.
- BARDET, Gaston. **O urbanismo**; tradução Flávia Cristina S. Nascimento. Campinas: Papirus, 1990.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço Metodológico. **R.RA'EGA**. Curitiba: UFPR, 2004. n° 8, p. 141-152.
- BORGES, Maristela Corrêa. Da Observação Participante à Participação Observante: uma experiência de pesquisa qualitativa. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

BRASIL, Antonio Eloisa, ALVARENGA, Sílvia Maria. Relevo In: **GEOGRAFIA DO BRASIL: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Volume 1. p. 21 a 70.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza Cavalcanti. Organização Urbana: In: **GEOGRAFIA DO BRASIL: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Volume 1. p. 189 a 239.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Consumo do Espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. (coleção caminhos da geografia).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade**. São Paulo: LABUR Edições, 2007.

CARVALHO, Natálye Daurell de, SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A Pesquisa Participante no Contexto da Geografia Agrária: pressupostos teóricos e possibilidades práticas. in: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

CAVALCANTE, M. E. S. R. **O Discurso Autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. UCG/São Paulo: Edusp, 2003.

CHELOTTI, Marcelo Cervo, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisa Qualitativa com Sujeitos da Reforma Agrária: desafios metodológicos em Geografia Agrária in: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

CHOAY, F. **O Urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Geografia Cultural e o Urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDHAL, Zeny.(orgs.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

COSGROVE, Denis E. Em Direção a Uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDHAL, Zeny.(orgs.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. (coleção caminhos da geografia).

DREW, David. **Processos Interativos homem meio ambiente**. 3. ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1994.

DUARTE, Aluísio Capdeville. Estrutura Regional do Brasil. In: **GEOGRAFIA DO BRASIL: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Volume 1. p. 243 a 267.

DUARTE, Aluísio Capdeville. O Centro-Oeste na Organização regional do Brasil. In: **GEOGRAFIA DO BRASIL: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Volume 1. p. 15 a 20.

FERRARI, Onorina Fátima. Indústria In: **GEOGRAFIA DO BRASIL: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Volume 1. p. 171 a 188.

FERREIRA, Vanderlei de Oliveira. A abordagem da paisagem no âmbito dos estudos ambientais integrados in: **GeoTextos**. vol. 6, n. 2, dez. 2010, p. 187-208.

FLORES, Kátia M. **Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil**. Goiânia: Ed. da UCG, 2009. 151 p.

GASPAR, Jacira Garcia. **Araguaína e sua Região: Saúde como Reforço da Polarização**. Recife, 2002. (Dissertação de Mestrado).

GOBBI, Wanderléia Aparecida de Oliveira, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões sobre o trabalho de campo. in: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Natureza e Cultura – Representações na Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDHAL, Zeny. (orgs.) **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

GOMES, Horieste. TEIXEIRA NETO, Antônio. **Geografia Goiás-Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 1993.

GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Reflexões a respeito da paisagem vivida, toponímia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **Geosul**. Florianópolis, v.17, n. 33, p. 117-141, jan./jun.2002.

HAROUËL, Jean-Louis. **História do Urbanismo**; tradução Ivone Salgado. Campinas: Papirus, 1990.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

INNOCENCIO, Ney Rodrigues. Hidrografia. In: **GEOGRAFIA DO BRASIL: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Volume 1. p. 71 a 90.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de Paisagem Urbana**: as cidades do interior paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LEANDRO, José J. **Babaçulândia**: dos tempos de Coco aos dias de Agimiro Costa. Goiânia: Kelps, 2008. 150 p.

LEFEBVRE, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004. Tradução de: Sérgio Martins.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991. Tradução de: Rubens Eduardo Frias.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEITE, Marcos Esdras. Favelas em Cidades Médias: Algumas Considerações. In: **CAMINHOS DA GEOGRAFIA**. V. 11, N. 34, jul/2010. p. 162 – 173.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **Destruição ou desconstrução?** São Paulo: Hucitec, 1994.

LIMA, João Donizete. **Cerrados: Pelos campos da fome**. Revista Caminhos da Geografia. Março de 2001.

LIMA, Maria José Sousa, PEREIRA, Aires José. A Poluição Sonora em Araguaína (TO) e Seus Desdobramentos. In: MACHADO, Carlos Augusto, SIEBEN, Airton (orgs.) **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**. Goiânia: Kelps, 2011. p.159 - 172.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A Gênese de Palmas – Tocantins**: a Geopolítica de (Re) Ocupação Territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (Re) significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDHAL, Zeny. (orgs.) **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MACHADO, Carlos Augusto, OLIVEIRA, Vanderlei Mendes de. Planejamento Ambiental para a cidade de Araguaína – TO. **INTERFACE**. Porto Nacional/TO, v.2. nº 2, p. 52-65 – maio de 2005.

MAIA, Adriano Corrêa, DISCUTINDO CONCEITOS E METODOLOGIAS: Paisagens, texto e produção do espaço migrante, 1º **SIMPGEIO/SP**, Rio Claro: UNESP, 17 a 19 de novembro de 2008, (1222 a 1235, p.).

MATOS, Patrícia Francisca de, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e Entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária in: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

MARCHEZINI, Flávia de Sousa. **Paisagem urbana e dano ambiental estético**: as cidades feias que me desculpem, mas beleza é direito fundamental. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte – RPGMBH, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, jan./jun. 2010.

MARQUELLI, Rodrigo Pedrosa. **O Desenvolvimento Sustentável da Agricultura no Cerrado Brasileiro**. Brasília: 2003(monografia de especialização).

MARTINS, José de Souza. **Fronteiras**: A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**: Ensaio de Sociologia da História Lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAXIMIANO, Liz A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **R. RA' E GA**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e Simbolismo. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDHAL, Zeny. (orgs.) **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MENDES, Estevane de Paula Pontes, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de Investigação e Estudos Agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevistas. in: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

MESQUITA, Olindina Vianna. Agricultura In: **GEOGRAFIA DO BRASIL: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Volume 1. p. 149 a 170.

OLIVEIRA, Arilma Helena, PEREIRA, Aires José. A Relevância da Acessibilidade frente à Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais – Uma reflexão sobre a Urbanização em Araguaína – TO. In: MACHADO, Carlos Augusto, SIEBEN, Airton (orgs.) **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**. Goiânia: Kelps, 2011. p.173-192.

OLIVEIRA, Rosy. A “Invenção” do Tocantins. In. GIRALDIN, Odair (org.) **A (Trans) formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2002.

PALMEIRA, Marlucy Sousa Albuquerque, PEREIRA, Aires José. O processo Desordenado de Urbanização de Araguaína – TO e Seus Impactos Sócio-Ambientais. In: MACHADO, Carlos Augusto, SIEBEN, Airton (orgs.) **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**. Goiânia: Kelps, 2011. p.135 - 144.

PANDOLFO, Sérgio Martins. **RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA. UMA EPOPÉIA COMPOSTA POR DOIS MÉDICOS: JK E WALDIR BOUHID**. In. www.sergiopandolfo.com acesso em 29 de setembro de 2012.

PARENTE, Temis Gomes. O ouro como fonte de Atraso. In. GIRALDIN, Odair (org.) **A (Trans) formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2002.

PEDROSO, Ízula Luiza Bacci. **Meio Ambiente, Agroindústria e Ocupação dos cerrados: o caso do município do Rio Verde no sudoeste de Goiás**. Revista Urutágua – Revista acadêmica multidisciplinar. Nº 06 abril/maio/junho – Maringá, 2009.

PEIXOTO, Valéria Maria Ribeiro. Transporte Coletivo Urbano e Qualidade de vida em Goiânia. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia da Cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.

PEREIRA, Aires José. A Praça Tubal Vilela em Uberlândia – MG: uma construção de sociabilidade por jogadores de dama? (in) MARTINS, Geraldo Inácio; BENACHIO, Marcus Vinícios (orgs.) **GEOGRAFIA DOS GERAIS: Espaço, Cultura e Natureza**. Uberlândia: Edibrás, 20012. (p. 47 – 62).

PEREIRA, Aires José. **Ensaio Geográficos e Interdisciplinaridade Poética**. 3. ed. Rio de Janeiro: CBJE, 20012.

PEREIRA, Aires José. O Processo de Segregação sócioespacial nas Cidades Brasileiras, Tangará da Serra – MT: Um estudo de caso. In: PEREIRA, Aires José, SANTOS, Roberto de Souza. (orgs). **Ensaio Geográficos e Educação**. Rondonópolis: Gráfica e Editora União, 2005.

PEREIRA, Aires José. **Tangará da Serra: Nova Fronteira Agrícola e Sua Urbanização**. 2. ed. Rio de Janeiro: CBJE, 20012.

PEREIRA, Aires José, SANTOS, Roberto de Souza (Orgs). **Ensaio de Geografia e Educação no/do Tocantins**. Goiânia: Kelps, 2008.

PEREIRA, Aires José, SANTOS, Roberto de Souza (Orgs). **Ensaio de Geográficos e Educação**. Rondonópolis: Sttilus, 2006.

PEREIRA, Aires José, SANTOS, Roberto de Souza, SILVA, Elias da. (Orgs). **Geografia de Mato Grosso no limiar do século XXI**. Rondonópolis: Sttilus, 2005.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as forma do comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. (coleção caminhos da geografia).

QUEIROZ, Fábio Albergaria. **Impactos do Comércio Internacional de soja sobre a Biodiversidade do Cerrado**. Brasília: CDS/UnB, 2003.

RAZABONI, Jacira. **ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM NA DINÂMICA URBANA - MARINGÁ – PR**. Curitiba: 2008. In. [htt://www.diaadiaeducação.pr.gov.br/portals/pde/arquivo2127-6.pdf](http://www.diaadiaeducação.pr.gov.br/portals/pde/arquivo2127-6.pdf). acessado em 13 de maio de 2012.

RELPH, Edward. **Paisagem Urbana Moderna**. Lisboa: Edições 70, 1987.

RESENDE, Luiza de, FERREIRA, Willian Rodrigues. Mobilidade Urbana: diferentes visões de apropriação do espaço in: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da, ECKERT, Cornélia. **O Tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ROCHA, Yuri Tavares. TEORIA GEOGRÁFICA DA PAISAGEM NA ANÁLISE DE FRAGMENTOS DE PAISAGENS URBANAS DE BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO. Palestra proferida no 3º seminário de Paisagismo Sul-Americano, realizado entre 28 e 30 de maio de 2008, Rio de Janeiro. **Revista Formação**, n.15 volume 1 – p.19-35.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. A CENOG NO DISCURSO DOS SEUS INTEGRANTES. In. GIRALDIN, Odair (org.) **A (Trans) formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2002.

SANTOS, Joelma Cristina dos, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A PESQUISA DE CAMPO NOS CANAVIAIS DO OESTEPAULISTA: o universo dos trabalhadores entre a “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. in: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. P.123 – 138.

SANTOS, Katiane da Silva, PEREIRA, Aires José, SILVA, Marivaldo Cavalcante da. Transformações Espaciais na área central de Araguaína. In: MACHADO, Carlos Augusto, SIEBEN, Airton (orgs.) **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**. Goiânia: Kelps, 2011. p.193 - 210.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHIER, Raul. Trajetórias do conceito de Paisagem na Geografia in: **R.RA'ECA**. Curitiba: UFPR, 2003. n° 7, p. 79-85.

SEPLAN. **Atlas do Tocantins**: subsídios ao planejamento da gestão territorial. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico – DZE. 5. ed. Palmas: Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, 2008. 62 p.

SERPA, Angelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política energética**: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela usina hidrelétrica de Estreito. 2012. 204 f. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia. UFU. Uberlândia, 2012.

SILVA, Alexandra Sousa da, SILVA, Marivaldo Cavalcante da. Práticas de Queimadas e as implicações sociais e ambientais na cidade de Araguaína – TO. **Caminhos de Geografia**. Revista on line. P. 07-18 – junho de 2006. <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. acesso em 22 de fevereiro de 2013.

SILVA, Francisco Carlos Ferreira de. Vegetação. In: **GEOGRAFIA DO BRASIL: Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Volume 1. p. 91 a 122.

SILVA, Josimar Felisbino, RODRIGUES, Sílvio Carlos. Recuperação e Preservação ambiental da área de proteção permanente da bacia hidrográfica do córrego do salto. **II SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA “PERSPECTIVAS PARA O CERRADO NO SÉCULO XXI”** - Universidade Federal da Uberlândia – Uberlândia, 26 a 29 de novembro de 2003.

SILVA JUNIOR, Renato Jales. Viveres Urbanos em Uberlândia: algumas histórias para questionar uma memória. In: BRITO, Diogo de Souza, WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (orgs). Uberlândia **Revisitada: memória, cultura e sociedade**. Uberlândia: EDUFU, s/d.

SILVA, Magda Valéria da, RAMIRES, Júlio Cesar de Lima. O discurso do Sujeito Coletivo e os Impactos da Mitsubishi na Cidade de Catalão/Goiás: uma aplicação de abordagem qualitativa in: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua gente: Uma Luta Secular**. Brasília: Solo Editores, 1996.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Estrutura Interna e a construção dos signos de modernidade da cidade jardim. In: BRITO, Diogo de Souza, WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes (orgs.) **Uberlândia Revisitada: memória, cultura e sociedade**. Uberlândia: EDUFU, s/d.

SOUZA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região toncantina**. Imperatriz: Ética, 2009.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. A Análise do Discurso como estratégia na identificação e práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa-PB, in: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. P.25 – 47.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de, RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento Urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Sônia Maria de. Belém-Brasília: Abrindo Fronteira no Norte Goiano (atual Tocantins) – 1958 – 1975. In. GIRALDIN, Odair (org.) **A (Trans) formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2002.

TORRES, Hiroldo & COSTA Heloisa (org.). **População e Meio Ambiente: Debates e Desafios**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 250 p.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

WAGNER, Philip L., MIKSESELL, Marvin W. Os Temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDHAL, Zeny. (orgs.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina Vergolino. **A RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

VENÂNCIO, Marcelo, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Diário de Campo e a Construção da Pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. **Ensaio Geográficos**. São Paulo: Humanitas, 2008.

VESENTINI, José Willian. **A capital da Geopolítica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.

VESENTINI, José William. **Geografia, Natureza e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992. (coleção repensando a Geografia).

VINHAL, Maria do Carmo Barros. **COLINAS DO TOCANTINS:** desenvolvimento e transformações ambientais. Manaus: UFAM, 2009. (dissertação de mestrado).

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Nobel, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 01**MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA****UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA****INSTITUTO DE GEOGRAFIA****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO****DOCTORADO EM GEOGRAFIA****PROFESSORA ORIENTADORA: Dr^a BEATRIZ RIBEIRO SOARES****DOUTORANDO: AIRES JOSÉ PEREIRA****TÍTULO DA TESE: LEITURAS DE PAISAGENS URBANAS: Um Estudo de
Araguaína - TO****QUESTIONÁRIO PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES EMPÍRICAS QUE
NORTEARÃO A TESE DE DOUTORADO A SER CONSTRUÍDA****A. Formulário de Informações (dados pessoais dos entrevistados).**

1. Sexo: () M F ()

2. Idade: _____ anos

3. Tempo de residência em Araguaína – TO _____ anos

4. Grau de Escolaridade:

Analfabeto ()

Ensino fundamental Incompleto ()

Ensino Médio Incompleto ()

Ensino superior Incompleto ()

Ensino fundamental completo ()

Ensino Médio completo ()

Ensino superior completo ()

Mestrado ()

Doutorado ()

5. Profissão: _____

6. Local de Trabalho: _____ Opcional

B. Formulário/questionário a ser aplicado aos entrevistados.

1. Em sua opinião, os muros altos na cidade de Araguaína trazem “*Segurança*” aos seus moradores. Por quê?
2. Você concorda com as fossas nas calçadas de Araguaína? Sim () Não () Justifique a sua resposta.
3. Você concorda com a apropriação do espaço público pelo uso privado nas ruas e praças de Araguaína? Sim () Não () Justifique a sua resposta.
4. Em se tratando de uma cidade bastante quente, não seria bem melhor se o poder público exigisse uma arborização das ruas de Araguaína, fazendo com que cada morador plantasse pelo menos duas árvores na frente de suas casas e como recompensa teriam um desconto no IPTU? Sim () Não () Justifique a sua resposta.(
5. O poder público municipal fiscaliza e multa as pessoas que provocam as queimadas urbanas em Araguaína – TO? Sim () Não () De que forma? Em caso sua resposta seja negativa, qual deveria ser a alternativa para o problema.
6. Em sua opinião o que é preciso fazer para que os Portadores de Necessidades Especiais tenham acessibilidade no espaço urbano de Araguaína? Por quê?
7. Para você, qual a paisagem urbana de Araguaína – TO que mais lhe agrada. Por quê? Enumere em sequência a sua preferência de pelo menos três paisagens que mais lhe chame a atenção.

8. Qual é a paisagem urbana de Araguaína – TO que menos lhe agrada? Por quê? Justifique a sua resposta.
9. Feche os olhos e pense na paisagem urbana da cidade de Araguaína – TO que você mais se lembra e a descreva justificando a sua razão de ser.

APÊNDICE 02

TABELA 5 - As três paisagens mais belas de Araguaína - 2012

Número de pessoas	1ª paisagem mais bonita	2ª paisagem mais bonita	3ª paisagem mais bonita
01	Campus da UFT - Cimba	Marginal Neblina	Aeroporto
02	Cristo Redentor	Praça das Nações	Parque das Águas
01	BR – 153 – Belém Brasília	Lago Azul	Vista Panorâmica da cidade a partir do Cristo
01	Cristo Redentor	BR - 153	Arborização de Araguaína
02	Cristo Redentor	Av. Cônego João Lima	Praça dos Imigrantes
02	Cristo Redentor	Praça Dom Orione	Av. José de Brito
03	Cristo Redentor	BR 153 – Belém - Brasília	Marginal Neblina
01	Cristo Redentor	Parque das Águas	CAT
01	Cristo Redentor	BR - 153	Arborização de Araguaína
01	Marginal Neblina	Vista Panorâmica da cidade a partir do Cristo	Avenida Filadélfia
01	Marginal Neblina	Cristo Redentor	BR - 153
01	Cachoeirinha Véu de Noiva	Praça do Setor Noroeste	Praça dos Imigrantes
01	Marginal Neblina	Av. José de Brito	A Igreja São João Batista
01	Lago Azul	Bifurcação da Marginal Neblina com a Av. Filadélfia	Setor Tecnorte
01	Av. José de Brito	Marginal Neblina	Avenida do Setor Coimbra

01	Marginal Neblina	Lago Azul	Avenida Filadélfia e BR-153
01	Cristo à noite	Lago Azul	Parque das Águas
02	Praça Dom Orione	Jardim das Flores	Praça das Bandeiras
03	O Cristo Redentor	Praça Dom Orione	Av. Filadélfia
01	A Avenida Neblina	Parque das Águas	Praça do Setor Noroeste
01	Parque das águas	Cristo Redentor	Praça do Setor Noroeste
01	Cristo Redentor	Jardim das Flores	UFT - Cimba
01	A Praça do Noroeste	Cristo Redentor	Parque das Águas
01	Avenida Cônego João Lima	Cristo Redentor	Cachoeirinha Véu de Noiva
01	Marginal Neblina	Lago Azul	Visão panorâmica da cidade a partir do Cristo
01	Avenida Filadélfia	Jardim das Flores	Praça dos Imigrantes
01	Praça do Noroeste e Praça das Nações	Marginal Neblina	O Cristo Redentor
01	Rua José de Brito	Jardim das Flores	Setor Tecnorte
11	Não existe paisagem bonita em Araguaína	Araguaína não tem nenhuma paisagem que me agrada.	A cidade inteira é horrível, mal feita.
01	O Cristo Redentor	Cachoeirinha Véu de Noiva	Avenida Neblina
01	Cristo Redentor	Parque das Águas	Praça das Bandeiras
01	Cachoeirinha Véu de Noiva	Parque das Águas	Praça do Setor Noroeste
01	Cachoeirinha Véu de Noiva	Parque das Águas	Praça das Bandeiras
01	Igreja Sagrado Coração de Jesus	Cachoeira Véu de Noiva	Setor Tecnorte

01	Cachoerinha Véu de Noiva	Jardim das Flores	Parque das Águas
01	Cristo Redentor	Av. José de Brito	Praça das Bandeiras
05	O Cristo Redentor	Avenida Neblina	Av. José de Brito
03	Avenida Neblina	BR 153 – Belém Brasília	Vista noturna do Cristo Redentor
03	Entrada de Araguaína – Belém- Brasília	Cristo Redentor	Praça Dom Orione
04	Cristo Redentor	Cachoerinha Véu de Noiva	Jardim das Flores
02	Cachoerinha Véu de Noiva	A Igreja São João Batista	Jardim das Flores
01	Igreja Sagrado Coração de Jesus	O Cristo Redentor	Praça do Setor Noroeste
01	Marginal Neblina	Setor Tecnorte	Praça Dom Orione
03	As poucas plantas que têm nas praças	Um banho chamado Jacuba (Parque das Águas).	Jardim das Flores
02	Parque das Águas	Cristo Redentor	Calçadas na Avenida Cônego João Lima
01	Cristo à noite	Lago Azul	Parque das Águas
03	Cristo Redentor	O Parque das águas	Jardim das Flores
05	Cristo Redentor	Lago Azul	Jardim das Flores
01	A Avenida Cônego João Lima	Marginal Neblina	O Cristo Redentor e Avenida José de Brito
03	CAT	Avenida José de Brito	Jardim das Flores
01	Cristo Redentor	Lago Azul	Jardim das Flores
03	Lago Azul	O Cristo Redentor	CAT
04	O Cristo Redentor	Avenida José de Brito	Lago Azul

01	Cristo Redentor	Av. José de Brito	Praça das Bandeiras
01	Marginal Neblina	Jardim das Flores	Av. Filadélfia

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa por meio de aplicação de questionário no período de 14 de setembro de 2011 a maio de 2012.

APÊNDICE 03

Tabela 06 – Araguaína - três paisagens mais belas de acordo com a ordem importância estabelecida pelos entrevistados 2012

1ª paisagem mais bonita	2ª paisagem mais bonita	3ª paisagem mais bonita
Campus da UFT – Cimba <i>Uma vez</i>	Campus da UFT – Cimba - <i>nenhuma vez</i>	Campus da UFT – Cimba = <i>Uma vez</i>
Cristo Redentor = <i>Quarenta e três vezes</i>	Cristo Redentor = <i>Treze</i> <i>vezes</i>	Cristo Redentor = Sete <i>vezes</i>
BR – 153 – Belém Brasília <i>Quatro vezes</i>	BR – 153 – Belém Brasília = <i>Oito vezes</i>	BR – 153 – Belém Brasília = <i>Duas vezes</i>
Arborização de Araguaína = Três vezes	Arborização de Araguaína = <i>nenhuma vez</i>	Arborização de Araguaína <i>Duas vezes</i>
Av. Cônego João Lima = <i>Duas vezes</i>	Av. Cônego João Lima = <i>Duas vezes</i>	Av. Cônego João Lima = <i>Uma vez</i>
Praça Dom Orione = Três <i>vezes</i>	Praça Dom Orione = <i>Duas</i> <i>vezes</i>	Praça Dom Orione = Duas <i>vezes</i>
Marginal Neblina = Dez <i>vezes</i>	Marginal Neblina = <i>Dez vezes</i>	Marginal Neblina = <i>Quatro vezes</i>
Parque das Águas = <i>Uma vez</i>	Parque das Águas = <i>Onze</i> <i>Vezes</i>	Parque das Águas = Seis <i>vezes</i>
Cachoeirinha Véu de Noiva = Seis vezes	Cachoeirinha Véu de Noiva <i>Seis vezes</i>	Cachoeirinha Véu de Noiva = Uma vez
Avenida Filadélfia = <i>Nenhuma vez</i>	Avenida Filadélfia = <i>Uma vez</i>	Avenida Filadélfia = Seis <i>vezes</i>
Lago Azul = Quatro vezes	Lago Azul = <i>Nove vezes</i>	Lago Azul = Quatro vezes
Praça do Setor Noroeste = <i>Duas vezes</i>	Praça do Setor Noroeste = <i>Duas vezes</i>	Praça do Setor Noroeste = <i>Quatro vezes</i>
A Igreja São João	A Igreja São João Batista =	A Igreja São João Batista

Batista = <i>Nenhuma vez</i>	<i>Uma vez</i>	= <i>Uma vez</i>
Setor Tecnorte = <i>Nenhuma vez</i>	Setor Tecnorte = <i>Uma vez</i>	Setor Tecnorte = <i>Três vezes</i>
Praça das Bandeiras = <i>Nenhuma vez</i>	Praça das Bandeiras = <i>Nenhuma vez</i>	Praça das Bandeiras = <i>Seis vezes</i>
CAT = <i>Três vezes</i>	CAT = <i>Nenhuma vez</i>	CAT = <i>Quatro vezes</i>
Praça dos Imigrantes = <i>Nenhuma vez</i>	Praça dos Imigrantes = <i>Nenhuma vez</i>	Praça dos Imigrantes = <i>Uma vez</i>
Igreja Sagrado Coração de Jesus = <i>Duas vezes</i>	Igreja Sagrado Coração de Jesus = <i>Nenhuma vez</i>	Igreja Sagrado Coração de Jesus = <i>Nenhuma vez</i>
Jardim das Flores = <i>Nenhuma vez</i>	Jardim das Flores = <i>Sete vezes</i>	Jardim das Flores = <i>Dezenove vezes</i>
Rua José de Brito = <i>Duas vezes</i>	Rua José de Brito = <i>Quatro vezes</i>	Rua José de Brito = <i>Oito vezes</i>
Aeroporto = <i>Nenhuma vez</i>	Aeroporto = <i>Nenhuma vez</i>	Aeroporto = <i>Uma vez</i>
Não existe paisagem bonita em Araguaína. Araguaína não tem nenhuma paisagem que me agrada. A cidade inteira é horrível, mal feita. (<i>Onze pessoas disseram mais ou menos isto</i>).		

Fonte: PEREIRA, Aires José. Pesquisa por meio de aplicação de questionário no período de 14 de setembro de 2011 a maio de 2012.

ANEXOS

ANEXO 01

Lamento da Praça das Nações

Que saudade eu tenho
Do tempo em que eu “era praça”
Quando em mim se via graça
E recebia muita gente
Que se mostravam contentes
Desfrutando o meu “lazer”
Divertindo com prazer
Desfilando sorridentes

Já fui “área de lazer”
Onde as crianças brincavam
Corriam e saltitavam
Explodindo de energia
Promovendo a alegria
De amigos e parentes
De visitantes decentes
Fugindo da nostalgia

Hoje eu vivo abandonada
De praça eu só tenho o nome
Quem mandou votar no “home”
Que de mim fez um bordel
E me deu como troféu

Lanche, bar, sorveteria,
Foto e “correteria”
Trocou-me por aluguel!

A juventude em mim buscava
Um meio de diversão
Olhares de gamação
Entre flertes e paqueras
Sem utopias ou quimeras
Amigos e amantes brindavam
A felicidade estampava
Numa eterna primavera

Os adultos me rondavam
E em mim se divertiam
Minhas flores coloriam
Meu espaço aconchegante
Minhas árvores galantes
Patrocinavam o sossego
Descortinando o aconchego
Numa brisa esvoaçante

Ah!... se as autoridades
Percebessem meu valor
E escutassem o clamor
Que faz a comunidade
Usaria da verdade
Fazendo-me uma limpeza
Devolvendo-me a beleza

Depois de tanta saudade!

E assim a comunidade

Voltaria a sorrir

Pelo prazer de existir

Erguendo as mãos para o céu

Apresentando o troféu

“da vez e da voz do povo”

Inaugurando um tempo novo

Onde a amargura, vira mel.

Zequinha Decolores, 1987

ANEXO 02**Lamento da Praça das Nações (poesia escrita em 1987)**

Que saudade eu tenho
Do tempo em que eu “era praça”
Quando em mim se via graça
E recebia muita gente
Que se mostravam contentes
Desfrutando o meu “lazer”
Divertindo com prazer
Desfilando sorridentes

Já fui “área de lazer”
Onde as crianças brincavam
Corriam e saltitavam
Explodindo de energia
Promovendo a alegria
De amigos e parentes
De visitantes decentes
Fugindo da nostalgia

Hoje eu vivo abandonada
De praça eu só tenho o nome
Quem mandou votar no “home”
Que de mim fez um bordel

E me deu como troféu
Lanche, bar, sorveteria,
Foto e “correteria”
Trocou-me por aluguel!

A juventude em mim buscava
Um meio de diversão
Olhares de gamação
Entre flertes e paqueras
Sem utopias ou quimeras
Amigos e amantes brindavam
A felicidade estampava
Numa eterna primavera

Os adultos me rondavam
E em mim se divertiam
Minhas flores coloriam
Meu espaço aconchegante
Minhas árvores galantes
Patrocinavam o sossego
Descortinando o aconchego
Numa brisa esvoaçante

Ah!... Se as autoridades
Percebessem meu valor
E escutassem o clamor

Que faz a comunidade
Usaria da verdade
Me fazendo uma limpeza
Devolvendo-me a beleza
Depois de tanta saudade!

E assim a comunidade
Voltaria a sorrir
Pelo prazer de existir
Erguendo as mãos para o céu
Apresentando o troféu
“da vez e da voz do povo”
Inaugurando um tempo novo
Onde a amargura, vira mel.

Fonte: Zequinha Decolores em 1987 - Membro da ACALANTO -
Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense

ANEXO 03

Por Essas Ruas Por Onde Ando

Por essas ruas por onde ando, corro, vou e volto, às vezes cantando, às vezes resmungando, ou até mesmo rezando, vejo no semblante de cada um, a face bonita, o sorriso sincero, o carinho verdadeiro de um povo irmão... Companheiro... Amigo.

Ah... Araguaína faceira... Elegante.

Araguaína dos bares e das conversas entre os amigos.

Araguaína do Seu João, Dona Maria, Seu José, Dona Francisca...

E tantos outros anônimos que fazem sua história.

Araguaína do rapaz elegante... Charmoso... Atraente.

Araguaína que mostra a todo o mundo

O charme da menina faceira, cheirosa... Manhosa.

Araguaína do clima tropical.

Das manhãs gostosas de todas as estações.

Das noites românticas iluminadas pela lua.

Araguaína do córrego neblina que já foi piscina de muita gente.

Araguaína do Lago Azul que já nos deu até energia,

E que hoje de azul só os reflexos do céu.

Araguaína na Jacuba e do Aratins

Que deixou saudades nos corações de muita gente.

Araguaína do carro da moda e das carroças

Que ainda trafegam lado a lado,

Mostrando que o progresso não apagou suas raízes...

Araguaína de um povo bravo, honesto, trabalhador que não foge à luta.

Araguaína do Santuário Sagrado Coração de Jesus, Seu padroeiro.

Araguaína das latitudes, longitudes e de boas atitudes,
Levando a todos os corações a paz e o amor.
Araguaína da Rádio Cidade, levando e
Trazendo a boa música, a notícia da hora
E o entretenimento saudável para todas as famílias.
Araguaína do mercado. Do chambarí e das paneladas...
Tem o divino no mês de maio e as fogueiras no mês de junho...
Araguaína do “*Prefeito do Povo*”, mas, que tem um povo sem prefeito...
Araguaína das paqueras e dos namoros; do trabalho, do lazer e do esporte...
De tudo e de todos.
No verso, na prosa e na música, a inspiração do artista anônimo.
Símbolo de progresso. Sinônimo de desenvolvimento.
Berço de ouro de um povo feliz.

Fonte: Luiz Aparecido (membro da ACALANTO)

ANEXO 04

É interessante observar uma poesia de autoria de Zequinha Decolores, escrita em 18 de junho de 2006, que enaltece Araguaína e fala de três paisagens bonitas que são: Cachoerinha, Cristo Redentor e Parque das Águas, senão vejamos:

Araguaína de Todos nós

Araguaína...

Eu te amo tanto

Os teus encantos

São o meu prazer.

O teu progresso

Tanto me orgulha

Nas tuas ruas

E me vi crescer.

Tua história

De lendas e, heróis.

É fascinante...

É sensacional.

Araguaína...

É de todos nós.

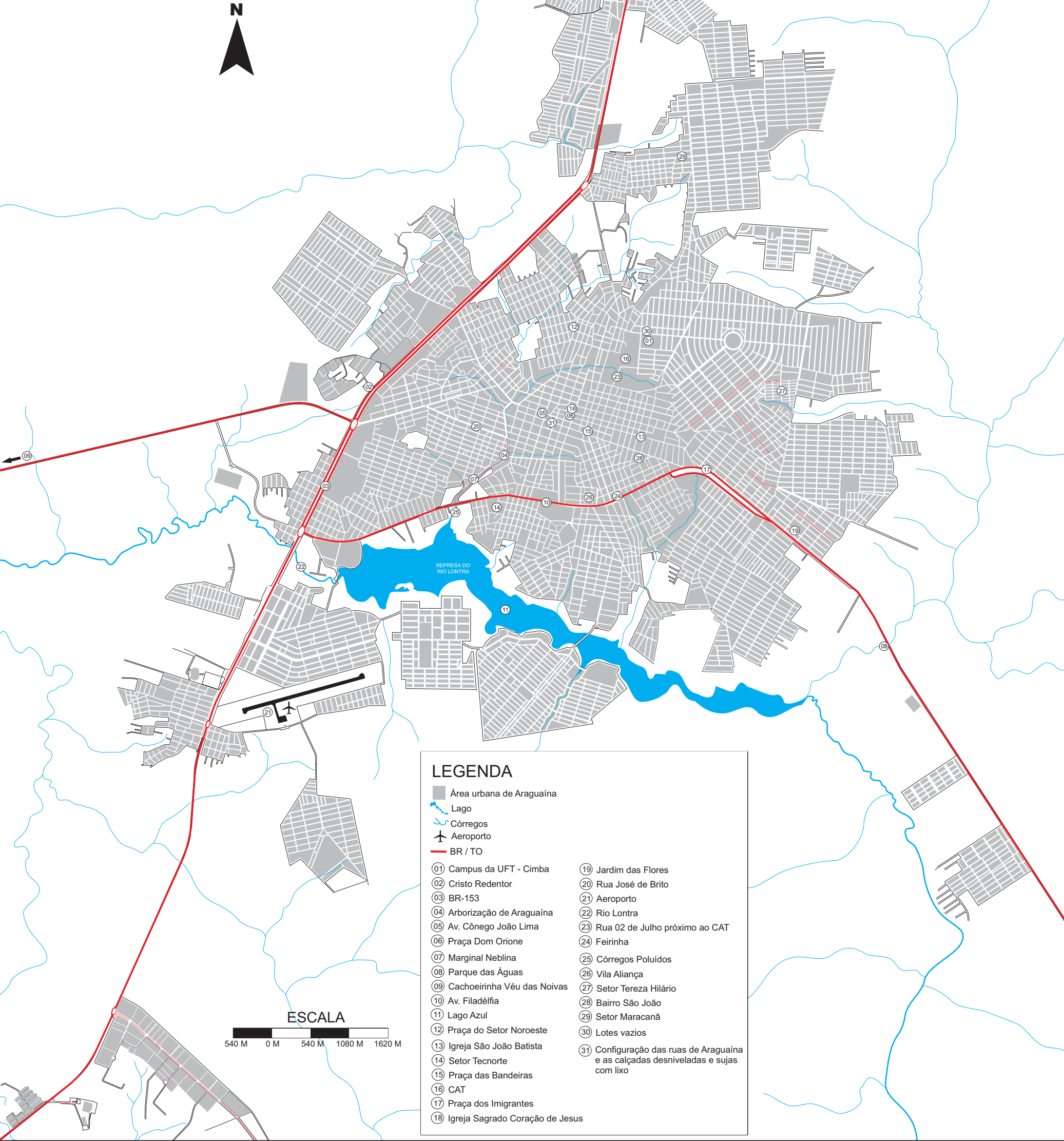
Neste país não há

Uma outra igual.

07°07'30.06"S
48°16'56.19"O

07°07'30.06"S
48°08'32.69"O

MAPA 03: ÁREAS COM OS PONTOS FOTOGRAFADOS
DE ARAGUAÍNA



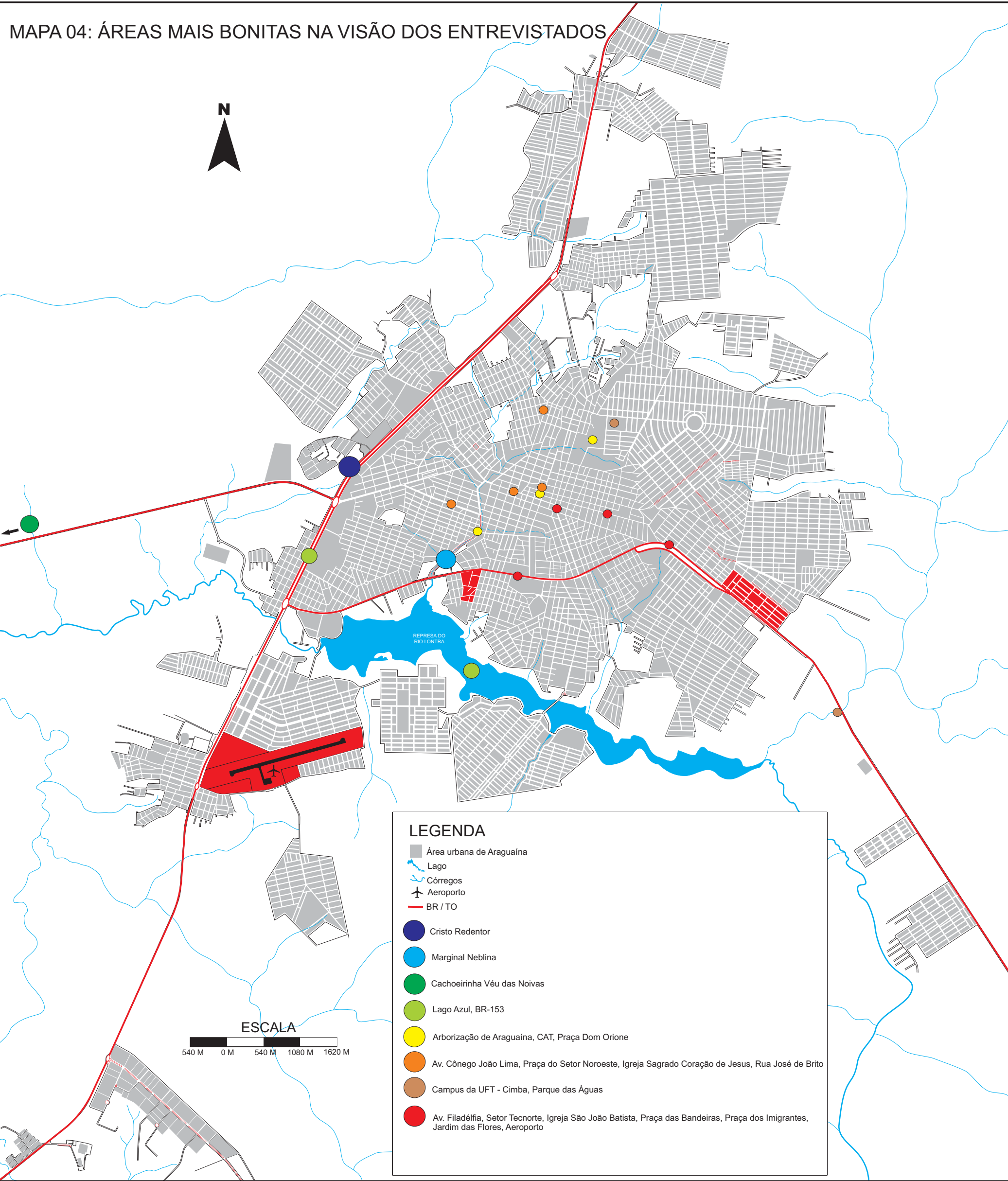
07°17'18.95"S
48°16'56.19"O

Fonte:Google Earth adaptado por CUNHA JR. A. M. org. PEREIRA, Aires José, 2013

07°17'18.95"S
48°08'32.69"O

07°07'30.06"S
48°16'56.19"O

07°07'30.06"S
48°08'32.69"O



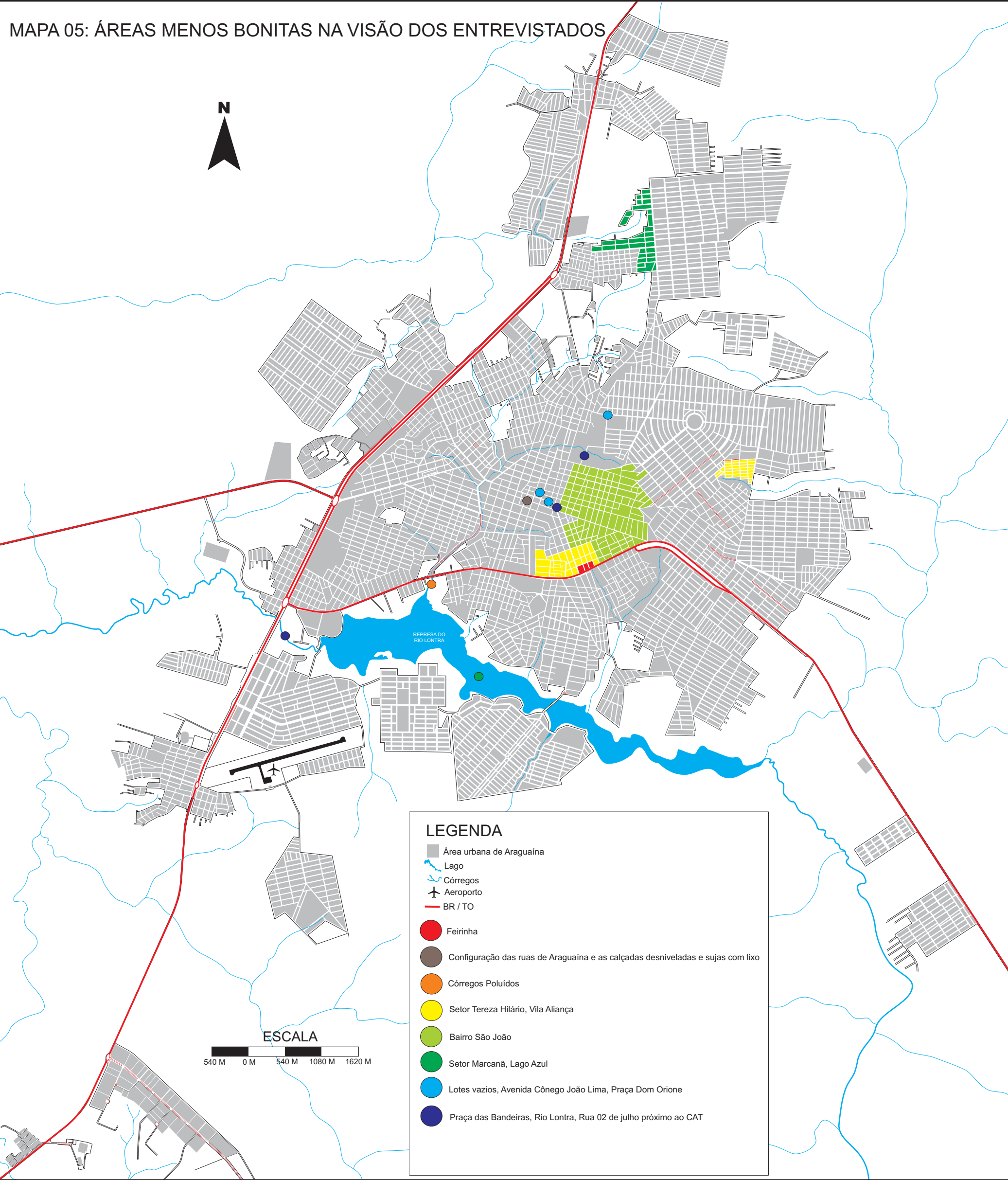
07°17'18.95"S
48°16'56.19"O

Fonte:Google Earth adaptado por CUNHA JR. A. M. org. PEREIRA, Aires José, 2013

07°17'18.95"S
48°08'32.69"O

07°07'30.06"S
48°16'56.19"O

07°07'30.06"S
48°08'32.69"O



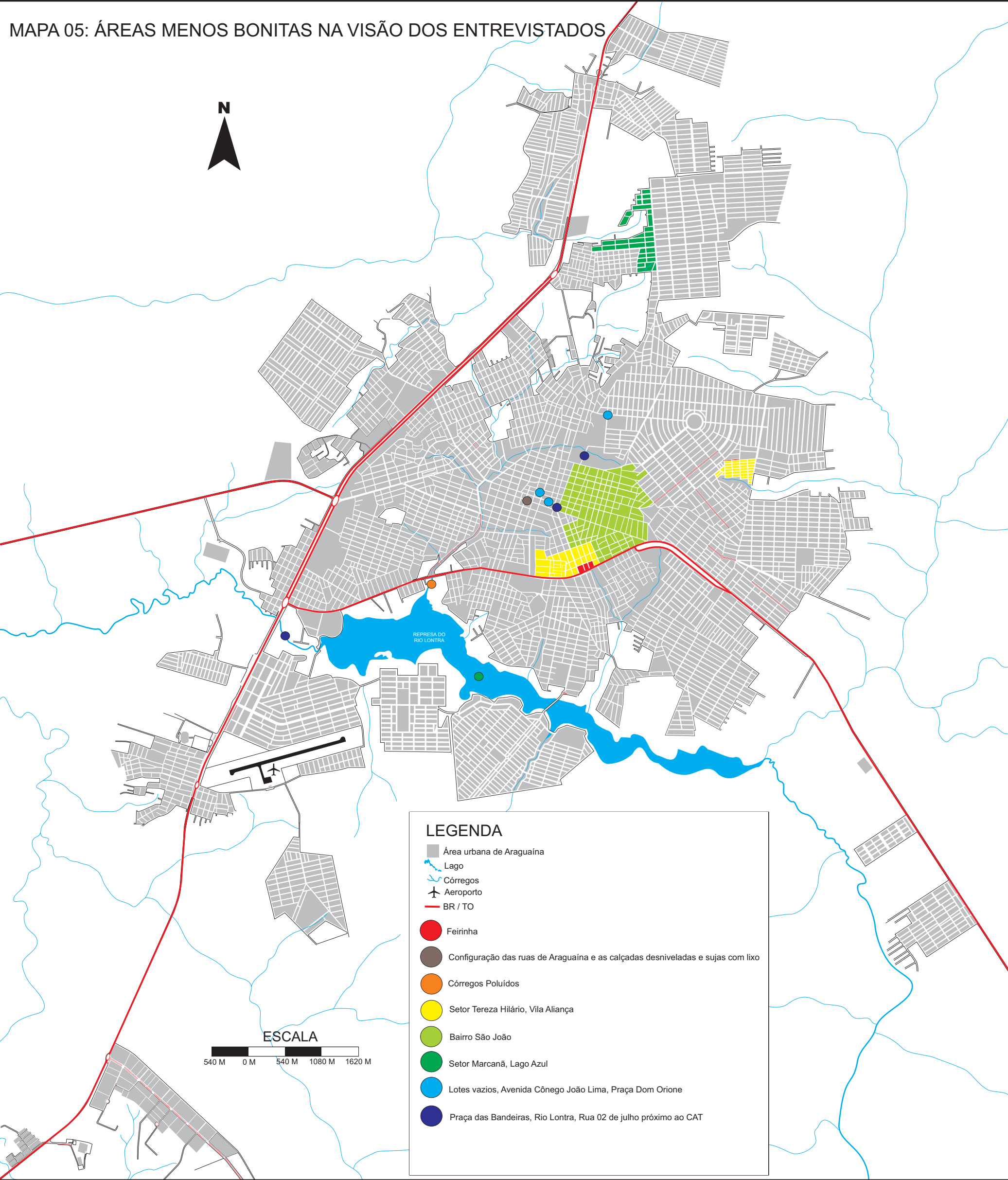
07°17'18.95"S
48°16'56.19"O

Fonte:Google Earth adaptado por CUNHA JR. A. M. org. PEREIRA, Aires José, 2013

07°17'18.95"S
48°08'32.69"O

07°07'30.06"S
48°16'56.19"O

07°07'30.06"S
48°08'32.69"O



07°17'18.95"S
48°16'56.19"O

Fonte:Google Earth adaptado por CUNHA JR. A. M. org. PEREIRA, Aires José, 2013

07°17'18.95"S
48°08'32.69"O